Araré de Carvalho Júnior

ANEXO AO PROCESSO Nº 290/2002
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM 21/03/2002
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A Representação do MST na Revista Veja. Uma Análise dos Meios de Comunicação de Massa, Através do Conceito de Indústria Cultural

Marília
2005

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – F.F.C.

A REPRESENTAÇÃO DO MST NA REVISTA VEJA.

UMA ANÁLISE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, ATRAVÉS DO CONCEITO DE INDÚSTRIA CULTURAL.

1.833

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC - UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – CAMPUS MARÍLIA. SOB ORIENTAÇÃO DA PROFª DRª FÁTIMA CABRAL

1410001833

DISCENTE: ARARÉ DE CARVALHO JÚNIOR

2005

Fac. de Filosofia e Ciências - Campus de Marília
BIBLIOTECA

ARARÉ DE CARVALHO JÚNIOR

A REPRESENTAÇÃO DO MST NA REVISTA VEJA.

UMA ANÁLISE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, ATRAVÉS DO CONCEITO DE INDÚSTRIA CULTURAL.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCAS SOCIAIS DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC - UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – CAMPUS MARÍLIA.

ORIENTADORA: PROFª DRª FÁTIMA CABRAL

MARÍLIA-SP

2005

Junior, Araré Carvalho

A representação do MST na revista Veja.Uma análise dos meios de comunicação de massa, através do conceito de Indústria Cultural./Araré de Carvalho Júnior – Marília 2005.

149 f.

Dissertação (mestrado em ciências sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estaudal Paulista, 2005.

Bilbiografia: f. 141-148.

Orientadora: Profª Drª Fátima Ap. Cabral

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – F.F.C. PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS.

A REPRESENTAÇÃO DO MST NA REVISTA VEJA.

UMA ANÁLISE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, ATRAVÉS DO CONCEITO DE INDÚSTRIA CULTURAL.

ARARÉ DE CARVALHO JÚNIOR

MARÍLIA-SP

2005

Agradecimentos

À minha orientadora *profª. Drª. Fátima Cabral*, que me ajudou com idéias e sugestões, sem as quais este trabalho não teria se concretizado. Sua paciência e atenção extrapolaram a de qualquer relação entre orientador e orientando, o que faz com que hoje mais do que minha orientadora, eu a considere minha amiga.

Aos professores *Marcos Del Roio* e *Vinício Carrilho Martinez*, pela disponibilidade e atenção dispensadas.

À minha esposa *Patrícia* que teve paciência de ler e reler minha dissertação e, ainda, me suportou nesse período pré-defesa.

À minha irmã *Návia*, que também teve disposição e paciência para ler minha dissertação.

Aos meus pais, *Marlize* e *Araré*, que sempre me deram muito incentivo e força.

Durante a graduação e o mestrado, tive alguns professores que, mais que professores, tornaram-se mestres para mim, uma referência, onde hoje eu me espelho na atividade de docente, são eles: *Célia Tolentino*, *Fátima Cabral*, *Francisco Corsi* e *Marcos Del Roio*.

Aos meus velhos amigos, *Fábio Júnior*, *Tessi*, *Cristina*, *Rúbia*, *Luciana*, *Marcos Davidson*, *Paulo Eduardo*, *Carlos Eduardo*, *Paulo*, *Alan*, *Rafael e Rodolfo*.

Aos *funcionários da Unesp*, sempre prestativos e atenciosos, em especial as meninas da pós, sempre gentis e atenciosas.

Obrigado a todos!

unesp

Dedico este trabalho à minha mãe Marlize, meu pai Araré, minha irmã Návia e à minha avó Adelaide.

Aos meus sobrinhos, Lucas, Rafael, Luiza, Fernanda e Mariana, e à minha afilhada Raiane.

À minha esposa Patrícia.

Resumo

Os meios de comunicação de massa desempenham um papel central nas relações sociais e políticas na sociedade atual. Ele se torna se não a única, a mais efetiva forma das pessoas se informarem sobre o que acontecem ao seu redor. O presente trabalho buscar saber o que, e o porquê um fato se torna notícia, e a lógica e a ideologia que movimenta os meios de comunicação de massa. Para tanto, escolhemos analisar notícias relacionadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Esse movimento é senão o único, o maior e mais organizado movimento social do Brasil, e traz consigo a discussão sobre a reforma agrária, assunto que suscita grande debate. Escolhemos as notícias publicadas pela revista semanal de maior tiragem do Brasil, o semanário VEJA.

Palavras-Chave: Meios de Comunicação de Massa, Ideologia, MST, Reforma Agrária.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Fátima Cabral (Orientadora)

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio

Prof. Dr. Vinício Carrilho Martinez

SUMÁRIO

CAPÍTULO	PÁGINA
INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1 - INDÚSTRIA E EXPERIÊNCIA CULTURAL	15
1.1 O Processo de Massificação	18
CAPÍTULO 2 - O SURGIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	23
2.1 Formação da Imprensa no Brasil	33
2.2 O processo de Formação da Indústria Cultural brasileira	35
2.3 A Mídia nos dias de Hoje	39
2.4 A Construção da Notícia	48
2.5 A Notícia Como Mercadoria	45
2.6 O Jornalista	49
CAPÍTULO 3 - VEJA E O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA.....	51
3.1 Modernização nos Meios de Comunicação Brasileiros. A Revista Veja	56
3.2 A Construção do Semanário	60
CAPÍTULO 4 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E O SURGIMENTO DO MST	65
4.1 O novo campo de embate social	71
CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DAS MATÉRIAS	73
5.1 Legitimação	75
5.2 Contradição	82
5.3 Desqualificação	89
5.4 Obsolescência	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS	148

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a influência dos meios de comunicação de massa[1] em nossa sociedade tem tomado grande parte dos esforços de pesquisadores e estudiosos desse tema. A problemática acerca dos meios de comunicação mereceu e vem merecendo atenção por parte do pensamento sociológico; ainda mais com os avanços e a modernização desses veículos de comunicação que, juntamente com o desenvolvimento das sociedades modernas, só veio a reforçar a sua importância.

Essa questão é hoje uma preocupação partilhada tanto pela Sociologia empírica como pela Sociologia teórica, o que significa que a comunicação vem sendo encarada, ao mesmo tempo, como objeto de estudo (ou campo de pesquisa) e, noutro plano e com outro relevo epistemológico, como importante instrumento teórico-analítico desse tipo de pensamento. Justamente por esse motivo é que os meios de comunicação conquistaram um lugar próprio no estudo da moderna Sociologia.

O estudo de jornais e revistas enquanto fonte para a análise e interpretação do Brasil e da conjuntura pela qual o mundo e o país passam é de grande importância, pois, com esses veículos de comunicação, é possível acompanharmos o percurso dos acontecimentos históricos. Diante disso, notamos que a imprensa é, sem dúvida alguma, um material de pesquisa valioso: ela registra, comenta e participa da história. Assim sendo, desde os seus primórdios, a imprensa se colocou como uma força política imensa, o que se confirma nos dias hoje.

unesp

Não obstante, a análise das relações entre imprensa e poder constituiu, durante muito tempo, uma lacuna nas Ciências Sociais brasileira, que vem sendo corrigida com a publicação de vasto material sobre esse assunto e outros correlatos.

> [...] De uma maneira geral, a mídia tem sido vista e tratada pela sociedade como um espaço no campo do lazer ou do entretenimento. A mídia como campo de força e poder, ou espaço de sociabilidade, tem sido pouco considerada pelos próprios cientistas sociais [...] (GOHN, 2000, p. 19).

No debate sobre os meios de comunicação de massa como forma de produção capitalista, ou seja, como empresa capitalista, vários autores[2] apontam que os meios de comunicação de massa cumprem o papel de apaziguador social, de instrumento de dominação de uma classe social sobre a outra, sendo também usado como veiculador da ideologia de uma determinada classe - a dominante.

Um estudo de caso, nesse sentido, viria nos dizer de uma forma mais clara como esse processo se arquiteta: desde a escolha de um fato para se tornar notícia, até a maneira de como e por que ele é veiculado. Lançar mão dessa metodologia nos parece a forma mais evidente de delimitarmos e entendermos esse processo.

O estudo de caso sobre como é feita a representação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST - pelos meios de comunicação de massa, em

---

[1] Podemos definir os meios de comunicação como o conjunto de instituições, negócios ou organizações que produzem e transmitem informações para determinados públicos. Fazem parte dos meios de comunicação: jornais, rádio, estações de televisão, revistas, boletins e também a mídia computadorizada. (Cole, 1996)

unesp

suas páginas, nos dará uma maior visibilidade de como o processo do uso dos meios de comunicação por uma classe se dá.

Decepcionar-se-á quem procurar neste trabalho uma discussão a fundo a respeito da questão agrária ou mesmo do movimento dos trabalhadores sem terra. Sobre esse tema existem centenas de trabalhos que se debruçam e dão conta do tema de forma competente. O movimento nos interessa na medida em que se tornou notícia, ironicamente, assim como é para os meios de comunicação.

Fruto da intensa corrida pelo aumento da vendagem (objetivo de toda empresa capitalista), a notícia tem cada vez mais um caráter superficial. A necessidade do "furo" e da constante busca de novas notícias, ainda que velhas com novas roupagens, fez com que a notícia se aproximasse cada vez mais da espetacularização, usando para isso de dispositivos como clichês, esquemas rígidos, e desenraizando os assuntos de sua contextualização histórica e social.

Este trabalho sobre os meios de comunicação se delimita na medida em que nos propomos a analisar um aspecto dentro da vastíssima área de investigação dessa temática. A análise será somente sobre a notícia jornalística, sobre o perfil traçado pelo semanário VEJA para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse veículo de comunicação atinge um número grande de leitores das classes média e alta de todo o Brasil. Dessa forma, acredita-se que tal revista seja responsável pela imagem criada no imaginário de milhares de leitores sobre o MST.

---

[2] Entre eles, *Adorno, Horkheimer, Sérgio Halimi, Ciro Marcondes, Ben Bagdikian, Mattelart, Chowsky, Shaw, Arbex, Baudrillard, Bourdie* entre outros.

unesp

Com uma tiragem média de 2.000.000 (dois milhões) de exemplares por semana, a revista transcende o público assinante. Grande parte dos professores do ensino médio e até de universidades usam as reportagens dessa revista como texto didático de inúmeros assuntos. Algumas rádios e jornais de cidades do interior usam a revista como fonte de notícia ou, simplesmente, lêem e reproduzem o conteúdo da revista para seus ouvintes e leitores.

Quanto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao contrário do que possamos imaginar, ele só foi noticiado, só se buscou saber o que ele era a partir dos anos de 1995 e 1996, com as chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, respectivamente, apesar de o movimento existir oficialmente desde 1984. Até então, o movimento era quase que totalmente desconhecido do grande público e ignorado pela grande imprensa do eixo Rio-São Paulo, aparecendo apenas em pequenas notas.

Essa exposição intensificou-se a partir do ano de 1997, quando o MST promoveu a marcha a Brasília, conseguindo maior exposição na mídia.

Foi justamente nesse período, quando o MST rumou a Brasília, de fevereiro a abril de 1997, que nos propusemos a estudar o fato, em nosso primeiro trabalho, através de recortes das notícias a respeito do movimento veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo.

Naquela oportunidade, para nossa surpresa, nossa pesquisa constatou que, ao contrário do que imaginávamos, o MST foi tratado pelo jornal de forma que, em suas páginas, o MST apareceu como um movimento legítimo, com uma reivindicação

unesp

justa, resultado de anos de imobilidade dos nossos governantes em realizar a reforma agrária.

Este trabalho que ora se apresenta nasce de observações feitas logo em seguida a esse primeiro trabalho. Notamos que, logo após o fim da marcha a Brasília, quando os líderes do MST foram recebidos pelo então Presidente Fernando Henrique, os meios de comunicação começaram, senão mudar radicalmente, a questionar a legitimidade do até então legítimo movimento de pessoas que buscavam '*um pedacinho de chão*'.

Essa sutil e gradual mudança no discurso dos meios de comunicação nos indicou o que seria a pista inicial para este trabalho - entender o porquê dessa mudança de discurso.

Notamos que a alteração mais brusca e visível se deu no semanário *Veja*, que, como veremos mais à frente, na primeira capa que dedicou ao MST, com o título '*O Massacre dos inocentes*'-1996, classificava os sem-terra de vítimas de um sistema excludente e arcaico e de uma reforma agrária negada ao nosso país durante anos.

A segunda capa que Veja dedica ao MST tem como título 'A marcha dos radicais'-1997, que, apesar do título, contém no corpo do texto passagens que enaltecem o sacrifício dos sem-terra, elogiam os objetivos do movimento e também expõem, através de uma narrativa quase homérica, as dificuldades encontradas na caminhada, inclusive o horror estético que a pobreza impunha aos participantes das fileiras do MST.

A próxima vez em que o MST seria capa de Veja, tudo já estaria mudado; entre a capa anterior e essa próxima, que é intitulada 'A esquerda com raiva'-1998, o perfil

unesp

do movimento é totalmente revisto nas páginas de Veja. As capas seguintes ratificam essa tendência observada pós-marcha com as capas 'A tática da Baderna'-2000 e 'A esquerda delirante'-2004.

A partir desse material, queríamos encontrar alguma lógica para entender esse processo e que pudesse dar subsídios à nossa pesquisa.

A leitura e releitura de todos os artigos a respeito do MST, publicados na revista VEJA durante os anos de 1997 a 2004, nos deram uma visão desse processo, que, para efeitos didáticos, dividimos em quatro etapas, a saber:

A primeira etapa chamamos de Legitimação; ela se inicia logo após as duas chacinas mencionadas, culminando com a marcha a Brasília no ano de 1997. A segunda fase, que se dá pós-marcha a Brasília até a publicação da capa a 'Esquerda com raiva', no ano eleitoral de 1998, chamamos de Contradição. A partir dessa famosa capa, passamos à fase que denominamos Desqualificação. E, a partir do ano de 2003, começa o período que chamamos de Obsolescência, que se estende até este momento.

Essas divisões foram feitas de acordo com nossas observações, o que não necessariamente quer dizer que o tratamento foi estanque em cada momento, pois podemos observar períodos de transição de uma fase para outra.

A escolha desses anos se justifica devido ao grande destaque que o MST conseguiu nos meios de comunicação, graças ao grande número de ocupações e manifestações promovidas em todo país, e a partir disso ganhou constância nos periódicos nos anos que se seguiram. A constante presença do MST nas páginas dos

mais importantes diários e semanários nacionais já é uma prova bastante evidente da relevância desse movimento como um ator político no cenário nacional.

A escolha por esse meio de comunicação impresso também tem suas razões: trabalhar com análise de mídia eletrônica demandaria um aparato maior, como TV, vídeo cassete, entre outros; periódicos são mais acessíveis e geram maior facilidade na construção de um acervo. Mas, é preciso atentar para o fato de que os periódicos se diferem em vários pontos da mídia eletrônica (rádio, televisão), na medida em que sua circulação é mais restrita, principalmente pela razão de ter um custo na sua compra, o que limita a sua clientela (leitores).

O assunto escolhido para ser analisado dentro desse periódico foi o MST, porque além do fato de termos convivido quatro anos com esse movimento, o MST se configura como um (ou talvez o único) movimento social realmente organizado no Brasil, além ainda do fato de estar em maior evidência dentro da mídia. Esse movimento ainda traz consigo a discussão da questão agrária, que apresenta grandes divergências entre aqueles que tratam desse assunto, e que mexe com interesses econômicos, podendo estar aí um dos motivos da mudança no discurso a respeito do movimento pelos órgãos de imprensa.

Considerando o tema e o tipo de público atingido por esse meio de comunicação, passaremos à análise desses periódicos. Mas, antes de chegarmos à análise das notícias publicadas no semanário *Veja*, procuraremos discutir questões centrais para entendermos os meios de comunicação e o papel que desempenham na sociedade e, através disso, entender a construção do discurso de Veja a respeito do MST.

unesp

Iniciaremos com a discussão teórica necessária, uma vez que ela permeia todo nosso trabalho; trata-se do conceito-chave para se entender os meios de comunicação, o termo Indústria Cultural, criado por Adorno e Hokheimer. Nosso trabalho adotou a teoria crítica desses pensadores, pois, como outros teóricos marxistas[3] que estudam os meios de comunicação de massa, encaramos esses meios como um veículo de ideologia, isto é, como um mecanismo em virtude do qual grupos ou classes são capazes de difundir idéias que promovem seus próprios interesses, e que servem assim para manter o *status quo*.

Nosso trabalho se inicia justamente com o debate a respeito da indústria cultural e seus criadores, Adorno e Horkheimer, que cotejam todo nosso trabalho. Em seguida, após uma abordagem sobre a história da imprensa no mundo, nos voltaremos para o nascimento da imprensa no Brasil, o surgimento e a afirmação da Indústria Cultural no Brasil, até o surgimento da revista analisada. Depois, discutiremos a constituição da notícia e o papel dos meios de comunicação em nossa sociedade[4]. Após apresentarmos um pouco da história do MST, da sua atual conjuntura e de seu novo campo de embate, chegaremos então à análise das notícias publicadas pela revista *Veja* no período analisado e fecharemos este trabalho com nossas considerações finais.

---

[3] Um exemplo desse ponto de vista é a abordagem desenvolvida pelo marxista Louis Althusser (1983), que trata a comunicação de massa como parte integrante do que ele chama de "aparelhos ideológicos do Estado".

[4] Em todas essas discussões se faz presente a idéia original apresentada por Adorno e Hokheimer, justificando o motivo de apresentá-la antes de darmos continuidade ao nosso trabalho.

unesp

CAPÍTULO 1

INDÚSTRIA E EXPERIÊNCIA CULTURAL

Dada a significação no mundo moderno da comunicação de massa, seria possível afirmar que a comunicação de massa ainda não tem recebido a atenção que realmente merece por parte dos teóricos sociais e políticos. Porém, desde o surgimento desses meios, foram desenvolvidas várias e distintas abordagens teóricas da comunicação de massa. Entre os pioneiros a estudá-las de forma sistemática estão os teóricos ligados ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Dentre esses teóricos críticos estavam Max Horkheimer e Theodor Adorno, os quais se interessavam pela natureza e pelo impacto da Indústria Cultural, termo este forjado pelos dois.

O conceito de indústria cultural nasce para se contrapor ao conceito de "cultura de massa" que dava a entender que se tratava de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas. Os teóricos da Escola de Frankfurt rejeitaram essa visão, contrapondo-se ao funcionalismo da sociologia norte-americana, pois essa idéia do público como massa esconde as diferenças de classe,

> [...] e qualquer possibilidade de uma produção cultural que respeite, trabalhe e realmente considere essas diferenças, tanto no nível da produção cultural quanto no do consumo. [...] (Adorno, Hokheimer, 1969, p. 32)

Para os teóricos da escola de Frankfurt, a indústria cultural, ao tentar a integração vertical de seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo, mas,

interessada nos homens apenas enquanto consumidores ou empregados, reduz a humanidade em seu conjunto, assim como cada um de seus elementos, a condições que representam seus interesses.

A indústria cultural traz os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico, o de portadora da ideologia dominante, a qual dá sentido a todo sistema. Parte da ideologia capitalista é sua cúmplice, ela contribui eficazmente para falsificar as relações entre os homens, bem como a relação dos homens com a natureza.

Criando necessidades ao consumidor (que deve contentar-se com o que lhe é oferecido), a indústria cultural organiza-se para que o homem compreenda sua condição de mero consumidor, ou seja, ele é apenas e tão-somente um objeto daquela indústria. Instaura-se, assim, a dominação natural e ideológica.

A indústria cultural desenvolve-se com o capitalismo e consolida-se em sua fase monopolista. Suas mensagens estão submetidas à mesma lógica das demais mercadorias nesta etapa. Neste sentido:

> [...] São elaboradas no interior de grandes complexos industriais, altamente concentrados do ponto de vista técnico e centralizados do ponto de vista do capital; são produzidas em escala industrial, num esquema marcado, na maioria das vezes, por um alto grau de divisão de trabalho, embora possam coexistir, em alguns casos, formas artesanais e industriais de produção; como produto, são padronizadas; sua produção e distribuição orientam-se por um critério de rentabilidade.[...] (Adorno, Hokheimer, 1969, p. 45).

unesp

Juntamente com o desenvolvimento da indústria cultural, a propaganda tornou-se importante e assumiu o papel de reforçar o vínculo do consumidor com o sistema capitalista. São citadas como exemplo, por Adorno e Hokheimer, as revistas semanais americanas *Life* e *Fortune*, onde mal era conseguido distinguir figuras e textos publicitários das matérias e artigos dessas revistas. No entanto, a propaganda não basta para fazer as pessoas agirem. Os comportamentos de massa não são resultado de pura e simples doutrinação pelos meios de comunicação. Os indivíduos têm consciência de que são alvos da publicidade, embora sem saber até que ponto tornaram-se produto dela, assumindo perante a mesma uma postura de reserva, suspeita ou desconfiança.

A constante utilização da propaganda pelos órgãos de imprensa tornou-se uma maneira indispensável de conquista dos seus consumidores, além dos anúncios publicados, que participam como fonte de recursos para mantê-los no mercado. Assim, o desenvolvimento da propaganda acompanhou o desenvolvimento do capitalismo, o que proporcionou a diversificação do público leitor.

Com esse processo, a indústria cultural organiza os consumidores. Dessa forma, cada pessoa é organizada segundo o seu nível, determinado a priori por índices estatísticos e encaixado em uma categoria de produtos de massa preparada para o seu tipo.

As pessoas tornaram-se importantes na medida em que também são consumidoras, conforme confirmam os pensadores alemães.

unesp

> [...] A indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores. [...] Uma ordem objetivamente válida que se quer impingir aos homens porque eles estão privados dela, não tem nenhum direito, se ela não se fundamenta em si mesma e no confronto com os homens; e é precisamente isto o que todo produto da indústria cultural rejeita. As idéias de ordem que ela inculca são sempre a do status quo. [...] (Adorno e Hokheimer, 1969, p. 31).

Ao produzir em grandes quantidades os bens culturais padronizados e estereotipados, a comunicação de massa estava fornecendo aos indivíduos meios imaginários de escape das duras realidades da vida social e, com isso, debilitando sua capacidade de pensar de forma crítica e autônoma. Um dos efeitos perceptíveis desse processo, segundo Adorno e Horkheimer, foi fazer com que os indivíduos aceitassem de forma mais fácil a retórica do nazismo e do facismo.

Segundo esses teóricos, tais idéias são aceitas sem que haja aprofundamento e questionamento do que é apresentado: o conformismo substitui a consciência, assim a ordem transmitida não é confrontada com os reais interesses dos homens. Com isso, os indivíduos tornam-se incapazes de decidir conscientemente, deixam de ser autônomos e independentes.

Esses produtos ideológicos trabalham com uma visão imediatista e aparente da realidade, divulgando em suas mensagens as idéias propagadas pelo *status quo*. Com

unesp

esse processo, os indivíduos/consumidores tornam-se incapazes de decidir por si próprios[5].

Estudos posteriores aos realizados pelos frankfurtianos relativizaram a força e o enorme poder que a indústria cultural teria, de acordo com os seus primeiros teóricos.

Segundo Steinberg (1972), o estudo sobre comunicação de massa concentrou-se na persuasão, ou seja, na capacidade do *mass media* de influenciar e, usualmente, mudar opiniões, atitudes e ações numa direção dada. A imagem da sociedade na mente da maior parte dos estudiosos da comunicação era de indivíduos atomizados, ligados aos meios de comunicação de massa, mas não entre si. O que Steinberg diz é que as mídias de massa são muito menos potentes do que se esperava. Uma série de estudos indicam que as pessoas não são persuadidas com facilidade a mudarem as suas opiniões e comportamentos.

A procura das fontes de resistência à mudança, assim como das fontes efetivas de influência quando as mudanças ocorrem, trouxe à tona a descoberta do papel desempenhado pelas relações interpessoais. Em certa medida, o que importa são os valores compartilhados em grupos de amigos, de companheiros de trabalho e entre familiares e as redes de comunicação que formam a sua estrutura, sendo importante o papel dos membros influentes para aceitar ou rejeitar uma nova idéia.

Já quando o processo de tomada de decisão é subdividido em fases (por exemplo, tomar conhecimento de uma inovação, interessar-se por ela, avaliá-la, decidir

[5] Esse processo será melhor discutido no capítulo sobre massificação do consumo.

unesp

experimentá-la etc.), os meios de comunicação de massa parecem ser mais influentes nas fases iniciais de informação, na medida em que as influências pessoais exercem maior efeito nas fases seguintes - de deliberação e decisão.

Dessa maneira, reconhece-se a influência dos meios de comunicação na mudança de comportamento, mas entende-se que esses não concorrem sozinhos para que tal mudança venha a ocorrer. A influência conjunta dos meios de comunicação e do grupo ao qual a pessoa pertence é apontada como um processo que influi nas tomadas de decisões e nas mudanças.

Uma outra questão seria analisar os meios de comunicação enquanto formadores de opinião, por exemplo, em se tratando de algum assunto polêmico. Talvez aí, a sua influência seja mais direta. Dessa forma, os meios de comunicação de massa reforçam mais do que mudam a visão prévia das pessoas, seus hábitos e suas ações. Assim, esses pesquisadores acreditam que se deve encontrar um meio termo entre a ênfase da estrutura social e a ênfase da ação individual. Em relação aos meios de comunicação, não há simples respostas sobre a questão da influência da cultura nas atitudes, crenças e comportamentos das pessoas. Os objetos culturais não trabalham com todas as pessoas. Nenhum dos objetos tem somente uma mensagem e nem seus autores normalmente controlam qual mensagem as pessoas recebem e quais pessoas recebem a mensagem.

Os autores que apontam este processo desmistificando o enorme poder dos meios de comunicação estão realizando uma crítica à Escola de Frankfurt. No entanto:

unesp

> [...] Ao contrário do suposto pelos seus adversários, a crítica à indústria cultural não procede a uma reificação dos sujeitos sociais e, por extensão, do consumidor dos bens culturais (o receptor). Partindo da idéia de que no enfoque adorniano as comunicações não são um processo unidimensional através do qual se manipula os receptores, sugere-se antes que, segundo ele, o indivíduo moderno conduz-se com ambigüidades diante das estratégias com as quais as empresas culturais procuram cativá-lo. [...] (Rudiguer, 1997, p. 11)

Conforme Rüdiger, a corrente dos estudos culturais defende que o paradigma frankfurtiano não tem um conceito de público como receptor ativo e criador de significados. Mas essa crítica não procede à suposta reificação do receptor, pois este é tratado como sujeito. O autor exemplifica com uma citação de Adorno, afirmando que as massas não vêem e aceitam o mundo tal como lhes é preparado pela indústria cultural. Adorno (1969) afirma que os indivíduos podem resistir, de acordo com seus interesses e dentro de certos limites, ao aprisionamento da indústria cultural. Afirma ainda que as formações ideológicas que circulam através das mercadorias não são necessariamente as mesmas dos seus consumidores. Assim, fica evidente que Adorno e Hokheimer não construíram uma visão impositiva da cultura de massa, reduzindo as comunicações a um processo unidimensional em que a indústria cultural manipula seus consumidores (não há apenas uma passividade nos receptores). Para Adorno e Hokheimer, as comunicações de massa reforçam as exigências que a sociedade coloca a cada indivíduo para poder funcionar e para que este funcione conforme ela necessita. Mas, para que seja assim, precisam coadunar-se com suas inclinações. Raramente

unesp

transmitem algo que seus clientes não tenham aprendido antes em sua vida cotidiana. Embora possamos discutir até que ponto são artificiais, as mercadorias culturais são produtos da práxis humana e estão baseados antes na exploração do que na negação das aspirações e desejos do indivíduo.

Tempos depois, Adorno (1962) reviu algumas posições mais radicais, como por exemplo, a de que os indivíduos não conseguiriam "ver claramente" o que acontecia na sociedade devido à influência dos produtos da indústria cultural. Ele apontou também para a questão da resistência dos indivíduos que não possuíam comportamentos simplesmente doutrinados pelos meios de comunicação.

Um outro problema é que os meios de comunicação elevam o nível de informação, entretanto, canalizam as energias do homem para um conhecimento passivo, em lugar de uma participação ativa. O indivíduo limita-se a ler relatos de questões e problemas e acaba confundindo conhecer os problemas do momento com fazer algo a seu respeito. Os meios de comunicação, além de reiterar a ordem vigente, recusam-se a levantar as questões essenciais no tocante à estrutura social. Eles incentivam o conformismo e restringem o desenvolvimento crítico do indivíduo. Dessa maneira, os órgãos de imprensa, por serem economicamente comprometidos, não se empenham num trabalho de transformação, mesmo limitada, da sociedade. Esses meios comercializados renunciam imediatamente a seus objetivos sociais quando estes se mostram incompatíveis com os lucros econômicos. Em suma, as mesmas condições que permitem a máxima eficácia dos meios de comunicação de massa, ao invés de

unesp

propiciarem quaisquer mudanças, auxiliam na manutenção da presente estrutura social e cultural.

Assim sendo, mesmo que a influência dos meios de comunicação não seja totalmente direta nos indivíduos e dependa também de suas relações interpessoais, esta influência atua de maneira que esses indivíduos apenas conheçam os problemas e não reflitam sobre a estrutura da sociedade.

Então, ainda que a influência dos órgãos de imprensa não seja sentida diretamente, as questões colocadas por eles apenas apontam os problemas da sociedade, mas não questionam a ordem vigente.

Uma visão diferente das apresentadas por Adorno e Hokheimer aparece nos anos 50 e 60, nos trabalhos do canadense Marshall McLuhan (1964). Esse teórico da mídia dizia que a própria forma do meio de comunicação pode influenciar a natureza da organização social e da sensibilidade humana. Mcluhan apontou que as tecnologias de comunicação tiveram um impacto fundamental sobre os sentidos e as faculdades cognitivas das pessoas. Essa evolução permitiu que os indivíduos se tornassem mais independentes, racionais e especializados. Mas essa nova mídia eletrônica, segundo McLuhan, criou um novo ambiente cultural em que o primado da visão foi deslocado por uma interação unificadora dos sentidos e na qual os indivíduos são unidos em redes globais de comunicação instantânea. Em outras palavras, a comunicação criou uma aldeia global. O ponto de vista de Mcluhan, não obstante, é tratado com muito cuidado pela maioria dos teóricos e analistas da comunicação.

unesp

O trabalho desses teóricos da comunicação, entre outros, ajudou a ressaltar o fato de que o desenvolvimento da comunicação de massa deu forma, de um modo profundo e irreversível, à natureza da interação social e à experiência cultural no mundo moderno.

1.1 O Processo de massificação

O processo de massificação dos meios de comunicação pode ser explicado pela multissignificação do produto e não pela padronização do consumidor. Dessa forma, a notícia passa a ser uma entidade suscetível de leituras diversas, contraditórias. O produto é carregado de ambigüidades porque incorpora os conflitos que marcam as relações sociais da sua produção. A ambigüidade, a duplicidade, não seria causal na mercadoria, nem a prejudicaria:

> [...] Muito ao contrário, seria exatamente o segredo de seu sucesso, pois ampliaria as "chaves de fruição", aumentaria as possibilidades reinterpretativas do receptor de modo a que ele possa adequar a estória aos seus próprios desígnios e não o contrário. Enfim, um público diferenciado poderia absorver os mesmos produtos, dotando-os de significado diverso. [...] A "massificação" obtida seria aquela correspondente a uma intenção do produtor visando encontrar produtos aceitos por um mercado diversificado, isto é, dar-se-ia uma massificação ao nível do consumo, sem que, no entanto, isso corresponda a uma padronização dos significados transmitidos, recebidos e aceitos. [...] (Adorno e Hokheimer, 1969, p. 23).

unesp

Diante disso, percebemos que se põe em xeque a noção de comunicação enquanto transmissão de significados específicos, sendo constante uma divergência de opiniões bastante pronunciada e que se manifesta nas várias etapas do processo de produção. A conseqüência no final é um "híbrido" que, se levarmos em conta toda a redação da matéria, poderá incluir nuances tendentes a influenciar o leitor num sentido ou em outro, ou ainda, pelo menos, fornecer certos dados que permitam abrir a ideologia contida na mensagem, possibilitando uma margem de releitura. Esse traço provavelmente fará com que a leitura se dê como um recebimento de novas informações.

Nessas condições, se o editor quiser manter um controle ideológico mais rígido das matérias, ele correrá o risco de uma diminuição na vendagem do seu produto, pois a possibilidade de que diferentes estereótipos de leitores reinterpretem, de acordo com suas opiniões, o que foi publicado, diminuirá. Assim, as matérias e os anunciantes não questionam a conservação da ordem, mas também seus interesses não devem ser defendidos tão radicalmente a ponto de causar prejuízos econômicos.

Os detentores dos meios de comunicação que estão inseridos num contexto de indústria cultural preocupam-se também, ou talvez principalmente, com o aspecto econômico, pois é a lógica que rege o mercado, ou seja, se ele sofrer prejuízos, deixará de existir, e este não é o objetivo de quem é proprietário ou editor destes órgãos. Com isso, o caráter empresarial na produção da notícia tem peso muito maior em detrimento a outras opiniões. Buscam mostrar que a diversidade das matérias e da estrutura dos

unesp

órgãos de imprensa não significa uma diversidade de conteúdos no sentido em que eles permanecem sem questionar a forma em que a economia é estruturada.

Já apontando nessa direção, Edgar Morin (1977) mostra que revistas como *Life* ou *Paris-Match*, grandes jornais ilustrados como o *France-Soir*, superproduções de Hollywood ou grandes co-produções cosmopolitas se dirigem efetivamente a todos e a ninguém, às diferentes idades, aos dois sexos, às diversas classes da sociedade, isto é, ao conjunto de um público nacional e, eventualmente, ao público mundial. A procura de um público variado implica a procura de variedade de informações.

Por essa razão é que os semanários tendem ao ecletismo, que visa a satisfazer todos os interesses e gostos, de modo a obter o máximo de consumo[6]. Além disso, em relação ao desenvolvimento das revistas, o maior emprego de cores vivas e o destaque dado ao desenho, de um modo geral, constituem uma das mudanças mais notáveis da revista moderna. Em todas elas, a fotografia colorida se tornou não mais uma mera decoração, mas sim um elemento editorial indispensável.

O maior emprego de fotografias e o uso mais liberal da ilustração foram acompanhados da modernização e da renovação geral das revistas de massa[7]. Ao mesmo tempo, à proporção que se foi transformando em negócio, a revista de assuntos gerais precisou seguir métodos comerciais para poder sobreviver. Assim, à medida que o periódico especializado se foi convertendo em porta-voz dos negócios ou em manual

---

[6] É importante frisarmos que a revista procura ser eclética, mas é um ecletismo inserido dentro uma classe, ou seja, a classe que consome a revista, no nosso caso a Veja, a classe que pode consumir os produtos anunciados nas páginas dessas revistas.

[7] No Brasil, a revista pioneira em adotar o estilo editorial americano O Cruzeiro (1928), entre os jornais a Folha de S. Paulo, no início dos anos 80 também promoveu total reestruturação gráfica de suas páginas (Arbex, 2000).

unesp

da indústria, precisou também dar uma atenção cada vez maior à própria sobrevivência comercial. Em tais condições, a revista tende a invocar bênçãos sobre a ordem social existente e a fazer com que os leitores se acautelem contra experiências que ameacem modificar a economia fundamental de que ela depende.

Assim, houve uma diminuição do número de jornais e revistas com matérias de posicionamento ideológico radical, no sentido de não permitir uma reinterpretação mais diversificada por parte do público consumidor, pois isso poderia implicar a diminuição do número de anunciantes e, conseqüentemente, o lucro da empresa jornalística.

> [...] O meio encontrado para não ferir interesses de um público de composição policlassista geralmente resulta em mensagens que se mantêm na imediaticidade do real e tratam de maneira conservadora os diversos temas de que se ocupam, pois a estratégia publicitária busca canalizar e não contrariar valores já existentes na sociedade. [...] O importante é que a lógica que rege a construção da mensagem é a do lucro: a empresa domina o jornal. [...] (Morin 1977, p. 75).

Por analogia, vale lembrar a análise de Robert Stam sobre os telejornais:

> [...] como determinada informação poderia ser aplaudida por uma parte da audiência e deplorada por outra - a sujeição dos sindicatos pelo poder agrada à classe empresarial, mas não à classe trabalhadora - e como a audiência é heterogênea, atravessada por tensões em torno de questões de classe, étnicas e sexuais, qualquer expressão inequívoca de aprovação ou desaprovação afastaria automaticamente uma parte da audiência. A retórica da diplomacia

unesp

> do canal de televisão fornece, assim, um tipo de exposição atenuada dos fatos, cultivando a ambigüidade, acionando significados patentes, mas que podem ser contraditórios, a acreditar que os apresentadores não estão tão longe daquilo em que eles próprios acreditam.[...] (Stam, 1985, p. 22).

Nesta citação de Stam sobre a importância da lógica de mercado que rege os produtos da indústria cultural, não significa dizer que os órgãos de imprensa não possuíam uma posição política relacionada aos acontecimentos da sociedade. Esta posição é apresentada contanto que não provoque prejuízos econômicos à empresa. Com isso, as crenças políticas dos donos dos meios de comunicação, estão unidas aos interesses econômicos responsáveis pela sobrevivência dos jornais e revistas.

unesp

CAPÍTULO 2

O SURGIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Feitas as considerações a respeito do conceito de indústria cultural, passaremos pelos caminhos trilhados pelos meios de comunicação desde seu surgimento até como os conhecemos nos dias atuais.

O homem desenvolveu a pré-escrita, criou a xilografia, o papel, os caracteres móveis para impressão manual e a impressão mecânica. Dessa forma, os escritos puderam atravessar distâncias geográficas e cronológicas, foram levados de um lado a outro do planeta e, ao transmitir conhecimentos entre pessoas de sua época, contribuíram para o registro da história.

Devido à evolução e desenvolvimento da escrita alfabética, novas formas de transmissão de informações foram desenvolvidas, e um dos fatores inovadores é que, a partir de então, a história pôde ser registrada em riqueza de detalhes. A partir de então, o homem não precisou mais se preocupar com a questão do apagamento das memórias, suas lembranças não mais dependiam da transmissão oral, passaram a ser registradas pela escrita, e estas, perpetuadas nos meios de registro utilizados em cada época. As notícias e as informações podiam, assim, circular, viajar mais facilmente, sem necessitar da presença física de um contador, apesar de estes ainda hoje terem um

unesp

papel fundamental em algumas sociedades[8]. Foram desenvolvidos meios de transportá-las que não necessitassem obrigatoriamente ter o próprio homem como portador e transportador, exemplo disso é a utilização de pombos-correio, do telégrafo (código morse), entre outros.

O parente mais velho do jornalismo, os *avisis*, apareceram na Itália, nos séculos XIII e XIV, quando os burgos da Costa Ocidental, enriquecidos pelo comércio com os navegadores árabes, desenvolveram uma forma nova de vida, que se realizava na concentração urbana, no escambo intenso de mercadorias e em lutas que anteciparam em alguns séculos conflitos de classe que toda Europa iria provar.

Os *avisis* eram folhas manuscritas, copiadas várias vezes e freqüentemente redigidas em proveito de ricos comerciantes ou banqueiros por pessoas que disso faziam profissão.

> [...] Algo semelhante acontecia, por esse tempo, nas Zeitungen da Alemanha. Tratava-se de um trabalho de natureza intelectual, assalariado ou contratado, no qual se exigia dado grau de alienação do autor em relação ao conteúdo e a finalidade do escrito – algo subjetivamente bem diverso da idéia que se faz da arte dos poetas e narradores literários, ou da tarefa de quem escreve uma carta pessoal. [...] (Lage, 1979, p. 17).

Os *avisis* e as *Zetungen* antecipam os meios de comunicação social nos séculos XIII e XIV, na medida em que são direcionadas a um público relativamente aberto,

[8] Como exemplo, podemos citar os trovadores da literatura de cordel, grupo que ainda produz uma literatura oral no nordeste brasileiro.

unesp

diferentemente de seu ancestral romano, *Acta Diurna Romanos* do século I *a.c.* – ancestrais dos murais contemporâneos – que veiculavam 'notícias' de cunho clerical e governamental, quando não privado de um financiador. Assim, os *avisis* e as *zetungen* quebravam o monopólio do Estado e da Igreja sobre os meios de comunicação.

A necessidade da aprendizagem e do conhecimento da escrita, que o avanço do mercantilismo impõe, também foi de suma importância para o surgimento dos meios de comunicação.

> [...] O mercantilismo tornou necessário o conhecimento da escrita e leitura, para o registro e comunicação de dados comerciais; o recurso do saber antigo e a construção de um novo saber, mobilizado para a expansão do comércio e das primeiras indústrias; concentrou populações nas cidades; compôs o quadro, em que se formariam os poderes acionais e o próprio sentido da nacionalidade, que adquiriu forma na fixação dos idiomas e na identificação de comunidades maiores que as de uma vila ou um condado. Abriu, assim, condições para que a imprensa se desenvolvesse e descobriu, afinal, a imensa potencialidade do texto escrito como instrumento de propaganda e informação [...] (Lage, 1979, p. 23).

Após esses acontecimentos, as ações seguintes vieram a colaborar para o aperfeiçoamento das comunicações. As montarias, como os cavalos e as diligências tiveram um papel importante, os antes mensageiros perderam sua condição de exclusividade e passaram a formar o que viria a ser os primeiros serviços postais públicos. No início, levavam mensagens de um lugar para outro, logo passaram a levar também artigos, notícias, idéias e jornais.

unesp

Mas, apesar de a escrita se tornar a memória de um povo, de uma cultura, de vencer, sob este aspecto, a barreira do tempo, existiam alguns problemas.

Os manuscritos inicialmente eram gigantescos, pesados, propriedades de bibliotecas, difíceis de manejar. O homem empenhou-se na popularização dessa técnica e, em 1450, recebeu um impulso com a imprensa de Gutenberg.

Foi justamente na segunda metade do século XV que as inovações técnicas, criadas pelo ourives Johann Gutemberg, difundiram-se rapidamente e as máquinas de impressão já podiam ser encontradas nos principais centros da Europa.

> [...] Se o surgimento da escrita marca o início da história, a invenção, na Europa, da composição por tipos móveis e da técnica de imprimir ilustrações com chapas de metal gravadas, vai promover radicais mudanças no modo de pensar e de viver da sociedade. A divulgação do conhecimento se torna acessível a cada vez um número maior de indivíduos. [...] (Carvalho e Martins, 1997, p. 23).

É nesse momento que podemos afirmar que nascem os meios de comunicação de massa[9].

---

[9] Se podemos chamar os meios de comunicação surgidos nessa época de meios de comunicação de massa, isso se deve à idéia existente de sociedade de massa. Termo criado para descrever a condição das sociedades modernas em que formas tradicionais de associação, como comunidade, classe, etnicidade e religião declinaram e em que a organização social é predominantemente de grande escala e burocratizada, tornando as relações sociais relativamente interpessoais. Em uma formulação mais extrema, a sociedade de massa é retratada como uma sociedade em que a população é uma massa indiferenciada, sem raízes na comuinidade, na tradição e na moralidade consuetudinária, incapaz da discriminação em matéria de gosto cultural e de política, e por conseguinte, sujeita a ondas de emoção e moda, fácil presa de manipulações por parte de inescupulosos líderes carismáticos. Esse processo está intimamente ligado à transformação da sociedade predominantemente agrária em industrializada, burocratizada e urbanizada. A teoria da sociedade de massa apóia-se principalmente, nas obras de Alexis de Tocqueville, Émile Durkheim e Max Weber. Esse teóricos identificaram essas mudanças e ao mesmo tempo se preocuparam com as suas implicações para a coesão social e a orden política. Assim como as relações características da sociedade pré-industrial foram transformadas pela industrialização, também a ordem política foi ameçada pelo colapso da orden moral antecedente e pelo relaxamento das coerções mecânicas que

unesp

O jornal, conhecido inicialmente como folhetim, surgiu como veículo de transmissão de informações diárias. Ele era inicialmente lido em voz alta por um letrado. No começo, os jornais eram constituídos basicamente de textos. Mesmo os anúncios publicitários utilizavam-se mais de estruturas textuais verbais, apostando largamente no poder argumentativo das palavras. No século XX, os anúncios publicitários passaram a valer-se cada vez menos de textos verbais e cada vez mais de signos não verbais, símbolos e imagens que possibilitam uma outra forma de leitura, a icônica.

A impressão foi, durante muito tempo, a principal tecnologia intelectual de armazenamento e disseminação das idéias, mas o homem continuou a criar outras formas de comunicação que o aproximaram mais facilmente de outras culturas e divulgaram o saber produzido com maior rapidez e amplitude. O homem buscava conquistar um meio mais rápido de comunicação, de registro, e dedicou-se a aperfeiçoar os meios de que dispunha para diminuir a barreira da distância e do tempo, solucionar o problema da velocidade, pois somente após horas, dias, semanas é que as mensagens escritas no papel chegavam às mãos do destinatário.

Concomitantemente à evolução da imprensa, e por conseqüência do surgimento dos periódicos, encontra-se o processo de levante e enraizamento da burguesia.

---

vinham até então ajudando a manter as sociedades coesas. A teoria da sociedade de massa atingiu seu ponto mais baixo quando aplicado aos novos movimentos sociais das décadas de 60 e 70, pois no caso de tais movimentos havia abundância de provas de que não se tratava de indivíduos anômicos, socialmente pulverizados, pelo contrário, eram formados por pessoas que estavam bem integrados, no plano social, e mais do que usualmente motivados por seu compromisso com sólidos princípios morais.

unesp

Com a ascensão da burguesia, *ela* logo utilizou esse 'novo produto' para a difusão dos ideais de livre produção.

> [...] Logo também viriam as respostas do poder político autocrático a essa pregação subversiva, sob a forma de regulamentos de censura ou da edição de jornais oficiosos, vinculados aos interesses da aristocracia. A liberdade de expressão do pensamento somou-se, na luta contra a censura, às outras liberdades pretendidas no ideário burguês, e o jornal tornou-se instrumento de luta ideológica, como jamais deixaria de ser. [...]. (Barbero, 1997, p 12)

Assim, a idéia de liberdade de expressão acabará crescendo ao lado de outras liberdades dentro do programa da classe em ascensão, a burguesia.

Na França, pouco antes da tomada da bastilha, escreveu Jaucort (in Lage, 1979, p. 20): "Os inconvenientes dessa liberdade de imprensa são tão pouco consideráveis quando comparados às suas vantagens que esse deveria ser o direito comum do universo".

Quanto a isso logo depois da revolução francesa, Saint-Just (in Lage, 1979. p. 29), sempre repetia seu pensamento a respeito da liberdade. 'Se entendermos "liberdade" como "o direito que todos os homens têm de expressar o pensamento", por exemplo, veremos que "não podem ter o direito que todos os homens têm de expressar o pensamento os homens que são contra o direito que todos os homens têm de expressar o pensamento". Logo, nem todos os homens têm o direito de expressar o pensamento, o que contradiz a definição. Não é preciso ser mestre de ironia para

unesp

concluir que a frase será historicamente consagrada de outra forma: "Não pode haver liberdade para quem é contra o que entendo por liberdade", ou "não pode haver liberdade para quem é contra mim".

Já na segunda metade do século XIX, com a consolidação da concepção liberal na Inglaterra - e com a abolição de vários impostos, juntamente com a queda da censura, e com o advento da publicidade em jornais e revistas, um dos fatores que mais contribuíram para a queda da censura - os meios de comunicação começaram uma nova fase de seu avanço.

É claro que o mais importante fator para essa nova fase dos meios de comunicação residia na revolução industrial, uma conseqüência imediata dessa revolução foi a mecanização do processo de produção de jornais, aumentando consideravelmente as tiragens, e colocando o padrão de circulação desses periódicos bem acima do que acontecia até então. Juntamente, os meios de comunicação de massa passaram a pedir um investimento inicial maior por parte do empresário.

A publicidade atuou de duas formas. Primeiramente, possibilitou a diminuição dos preços dos exemplares, permitindo que uma maior fatia da população tivesse acesso a esse produto, principalmente os recém-alfabetizados. Em segundo lugar, a publicidade fixou a empresa jornalística como um setor econômico, por conseqüência passou a ser seu sustentáculo, sua forma de sobrevivência como empresa.

Assim, está estabelecido o ciclo normal de qualquer mercadoria, ou seja, uma relação triangular, na qual a empresa de comunicação busca atrair o público para comprar seu produto, atraindo seu interesse, ou criando expectativas no comprador.

unesp

Esse, por sua vez, retribui consumindo produtos, quer sejam industriais, de serviços ou ideológicos; os produtores desses serviços que foram vendidos pelos meios de comunicação, pagam a empresa de informações com mais verbas publicitárias.

> [...] Esta funciona regularmente, desde que o produtor de mensagens seja capaz de obter um número considerável de leitores-consumidores de produtos e não se oponha aos princípios fundamentais para a sobrevivência do sistema. A primeira condição resultou numa disputa acirrada, com a acentuada tendência, tão logo suprido o mercado potencial, à redução dos títulos e aumento das tiragens – em outras palavras, à concentração empresarial. [...] (Carvalho e Martins, 1997, p. 34).

Nesse sentido, a hipótese de um jornal vir a criticar o sistema era e é quase nula, na medida em que isso afetaria diretamente a segurança do setor econômico. Os meios de comunicação são empresas resultantes de investimentos, ou seja, de capital, e sendo eles então beneficiários do bom curso dos negócios privados, não vão querer que estes corram riscos econômicos. Um resultado dessa situação foi a quase extinção de jornais de conteúdo contestatório[10].

> [...] Nos primeiros séculos de existência dos periódicos, houve o privilégio dos textos opinativos e interpretativos, em que cada episódio ou acontecimento era expressamente relacionado a uma linha de pensamento determinada e sempre reiterada. Ao redator de um jornal burguês na França do século XVIII, parecia perfeitamente cabível noticiar a falta de gêneros

[10] Ainda hoje os jornais de conteúdo contestatório existem, mas com horizontes limitadíssimos, primeiramente pela impossibilidade de concorrer em volume e qualidade gráfica, e pela necessidade de passar o valor quase integral ao consumidor, entre eles encontramos, Caros Amigos, Novos Rumos, Terra, entre outros.

unesp

> numa região, um motim camponês em outra, a pressão de um manifestante, a derrota numa batalha qualquer outro fato remetendo inevitavelmente aos impostos do governo aristocrático, à falta de liberdade de circulação de mercadorias e idéias, à perda de liderança da aristocracia dominante. [...] (Lage, 1979, p. 31)

Diferentemente do citado acima, quando a burguesia assume o poder e se consolida nele, o procedimento acima descrito torna-se difícil de repetir, com as mesmas proporções anteriores.

> [...] uma opinião emitida de cima para baixo perde rapidamente o grau de novidade (ou improbabilidade) mínimo necessário para que desperte algum interesse. A própria atitude do público mudaria: insatisfações novas que não era conveniente deixar prosperar; o desejo de acumular conhecimentos e, através deles, dominar um realidade que se modificava sem coerência visível. A reiteração ideológica teria que ser feita por outros meios, e estes foram supridos por novas formas de produção da informação [...] (Lage, 1979, p. 24)

Desse vácuo, dessa brecha, surge o sensacionalismo. Ele seria uma nova forma de preencher essa lacuna, pois ao mesmo tempo em que mantém elevado o interesse dos consumidores/leitores (isso é sem dúvida muito interessante do ponto de vista mercadológico, pois permite mais força na acirrada briga entre concorrentes por leitores) também contribui para a maximização publicitária.

Falando sobre o nascimento dos meios de comunicação na Europa, Habermas (1984) divide em etapas diferentes o processo de crescimento e o estabelecimento

unesp

desses meios. No desenvolvimento da imprensa Européia, Jürgen Habermas destaca três estágios:

Inicialmente, a empresa jornalística era organizada em forma de pequena empresa artesanal, os cálculos orientavam-se por princípios de uma maximização modesta dos lucros, mantida dentro dos limites tradicionais do capitalismo iniciante. Temos, então, a imprensa informativa, em que a atividade do editor limitava-se à organização de notícias e à própria coleta de informações.

Já em uma segunda fase, os jornais transformaram-se em portadores e condutores da opinião pública e, mais tarde, meios de luta da política partidária. Ainda aqui, o capital empresarial é investido secundariamente para uma utilização rentável. Tal fase é chamada de jornalismo literário, pois possuía um impulso pedagógico e mais tarde político, sendo que, em sua maioria, os jornais surgiram da iniciativa individual de eruditos, escritores e intelectuais. Esse tipo de jornalismo permanecerá até o século XIX quando se iniciou a última fase.

Finalmente, com o estabelecimento do Estado de Direito burguês e com a legalização da difusão pública, a imprensa opinativa passou a considerar as oportunidades de venda como uma empresa comercial. Inicia-se aqui a fase da imprensa de negócios ou, jornalismo empresarial, que tem início na Europa durante os anos 30 do século XIX. O jornal assume o caráter de uma empresa que produz espaço de anúncios como mercadoria que é vendável pela parte redacional. Isso institui o jornal no caráter de empresa capitalista lucrativa e privada. O desenvolvimento ocorreu junto com o aumento e o aperfeiçoamento dos aparelhos técnicos,

unesp

principalmente o telégrafo. Além disso, desenvolveu-se a publicidade e fixaram comportamentos de consumo. Os jornais que não se adequaram a esse caráter empresarial, ainda segundo Habermas (1984), estavam economicamente liquidados. Portanto, os produtos da imprensa passam a ser comercializados como mercadorias e seus conteúdos assumem tais formas, ou seja, é um conteúdo capitalista que estabiliza o sistema.

2.1 Formação da Imprensa no Brasil

A imprensa chega ao Brasil juntamente com a corte de D. João VI. Antes desse advento, era vetada qualquer espécie de produção gráfica, assim como o ensino superior. O Correio Brasiliense é costumeiramente apontado como primeiro periódico brasileiro; teve seu primeiro número circulando em 1° de Junho de 1808, mas ele tem uma peculiaridade, foi editado na Inglaterra por Hipólito José da Costa. Logo após, foi inaugurada a Gazeta, periódico oficial do Governo, editada no Rio de Janeiro e comandada pelo Frei Tibúrcio Jose da Rocha.

> [...] Na primeira fase da Imprensa brasileira, que culminou com a franca atividade política do período da Regência, predominou um panfletarismo surpreendentemente virulento [...] (Lage 1979, p. 30).

A medida do acirramento entre os panfletos pode ser tirada de uma frase do jornal governista que Nelson Werneck Sodré (1998) reproduz em seu livro, a *História da Imprensa no Brasil*. No jornal governista O Espelho, em 10 de janeiro de 1832,

criticando o jornalista de A Malagueta, Luis Augusto May, um articulista que possivelmente era o próprio imperador, começava...

> [...] esturdíssimo, esturradíssimo, politiquíssimo, cachorríssimo senhor autor de um periódico cujo nome é o de uma pimenta que se chama aqui malagueta ou, por outra, puta que pariu (a ele) [...] (apud Sodré, 1998, p.22)

Entre os jornalistas que se destacavam nessa primeira fase estão: Líbero Badaró, Gonçalves Ledo, Frei Caneca e o combativo Cipriano José Barata.

Já a segunda fase do desenvolvimento da imprensa no Brasil se dá com a fundação de alguns jornais duráveis, dentre eles estavam o Jornal do Comércio, de 1827, A Gazeta de Notícias de 1874, esse último do Rio de Janeiro, O Estado de São Paulo de 1875 e o Jornal do Brasil, criado em 1891, esse último culminou com o início da República. Os 'redatores e jornalistas' de maior expressão dessa época foram: Machado de Assis, José de Alencar, Raul Pompéia, Rui Barbosa e Artur Azevedo, e os primeiros correspondentes estrangeiros: Eça de Queiros e Ramalho Ortigão.

Já na sua terceira fase, no período que vai da República Velha até o Estado Novo, é que foi descoberto o potencial mercadológico dos meios de comunicação, através da veiculação de publicidade. Nessa época, os jornalistas começam a se distanciar dos literatos[11] e passam a construir uma categoria própria. Irineu Marinho e

[11] Movimento contrário percorreu Euclides da Cunha, que cobrindo a revolta de Canudos, deu origem ao seu célebre livro *'Os sertões'*, *fazendo o caminho inverso, saindo do jornalismo comercial, e ingressando na literatura.*

unesp

Gustavo Lacerda idealizaram a Associação Brasileira de Imprensa. São dessa época Graciliano Ramos, que era revisor de textos do Correio da Manhã, e Monteiro Lobato, que escrevia sobre o Jeca Tatu, no Estado de São Paulo.

Já na era Vargas os rumos do jornalismo tomariam outros caminhos.

> [...] Os oito anos da ditadura Vargas trouxeram, além da liquidação do jornalismo político e da perda de qualidade da caricatura, uma intensa corrupção de jornais e jornalistas, com a Imprensa submetida ao controle do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). [...] (Sodré, 1998, p.22).

Após esse período, teve início uma transformação regida pela influência norte-americana sobre a sociedade brasileira em geral, e também na imprensa. Com maior ou menor disfarce, capitais do exterior passaram a influir na vida dos jornais.

2.2 O processo de Formação da Indústria Cultural brasileira

> [...] As grandes transformações operadas no Brasil, desde os fins do século XIX, marcadas inclusive por alterações institucionais importantes – o fim do escravismo, o advento da República principalmente – corresponderam ao avanço das relações capitalistas em nosso país e, consequentemente, à progressiva ascensão da burguesia. No amplo quadro daquelas transformações é que se deve situar, aqui a passagem da imprensa artesanal à imprensa industrial, da pequena à grande imprensa. Essa passagem está plenamente realizada ao aproximar-se do fim a primeira metade do século.

unesp

> [...] As transformações, que aceleram extraordinariamente na segunda metade do século XX, são de alcance e profundidade muito maiores do que aquelas iniciadas nos fins do século XIX [...] Em todas as áreas regidas pelas relações capitalistas, a imprensa atingiu a etapa de empresa, a etapa industrial. A indústria do jornal ou da revista – como, de resto, a da radiodifusão e a da televisão – por todas aquelas áreas atingiu dimensões muito grandes, gigantescas em alguns casos. [...] (Sodré, 1998, p. 391-392)

Segundo Gisela Taschner (1992), começou aí a se tornar perceptível a formação de uma indústria cultural no Brasil, isto é, um sistema de complexos empresariais ligados ao setor da chamada comunicação de massa. Para Taschner, dois fatores facilitaram esse desenvolvimento:

O ingresso do Brasil na etapa monopolista do capitalismo que se fez apoiado não só no capital privado nacional, mas *também* no estrangeiro e no Estado. O re-ordenamento político do país, após o Golpe de 64, aos poucos desembocou em um período de autoritarismo, com a conseqüente construção de um novo pacto de poder baseado em uma aliança entre a burguesia, classes médias e militares, que excluía as classes populares.

Entre os aspectos favoráveis ao desenvolvimento da indústria cultural podemos destacar a industrialização, o desenvolvimento do comércio e serviços e o crescimento do setor produtivo estatal que forneceram quadros para os novos setores médios da sociedade. A redistribuição da renda em favor dos estratos médios mais altos e da população de alta renda formou o grande mercado para a indústria cultural. Além disso, devido ao aumento do número de trabalhadores em cada família, parcelas das

unesp

camadas mais baixas tiveram acesso a este mercado, embora ele excluísse grande parte da população brasileira. Os governos pós-64 realizaram a reforma do ensino entre 1968 e 1971 e, com isso, o ensino do terceiro grau passou a crescer promovido pela iniciativa privada para atender à demanda das novas ocupações abertas pela grande indústria. Os ensinos do primeiro e segundo graus também foram reformulados dentro da ideologia do "Brasil Grande": o ensino era uma área importante para que o regime autoritário pudesse impor seus valores sobre a população. Assim, houve algum progresso nessa área, que veio a aumentar o número de leitores dos produtos da indústria cultural. Concomitantemente com o aumento de leitores, houve o desenvolvimento da publicidade, enquanto técnica privilegiada de competição entre as grandes empresas. Destacava-se, na publicidade, a presença da indústria automobilística e de suas concessionárias, dos bancos de sociedades imobiliárias, de lojas de departamentos, de agências de viagens, de lojas de material de construção e de outros órgãos da mídia, como a televisão e o rádio.

O crescimento da publicidade teve um personagem importante: o Estado, que foi um grande anunciante. Os anúncios promoviam as estatais, as obras do governo, e o governo propriamente dito, federal, estatal e local. Foi a época do "*Brasil, ame-o ou deixe-o*" e "*Ninguém segura este país*". Além disso, o aumento da publicidade é vital para o desenvolvimento da indústria cultural, pois ela financia, em parte ou no todo, a maioria dos meios de comunicação. Entre 1970 e 1974, por exemplo, os investimentos em publicidade no Brasil passaram de 370 para 900 milhões de dólares, além de ela ter se organizado empresarialmente.

unesp

O desenvolvimento da infra-estrutura das telecomunicações beneficiou a indústria cultural. Um exemplo foi o desenvolvimento da indústria gráfica e editorial, com incentivo para importação de equipamentos.

> [...] Transformações urbanas criavam uma nova classe de leitores 'avançados', 'modernos', cosmopolitas que propunham liberais, da qual a nova forma do Jornal do Brasil tornou-se uma espécie de símbolo, como certos hábitos e certa música. Por todo o país, as inovações foram sendo imitadas, como signo do desejável, do hegemônico; longe de serem postas de lado, as reformas gráficas e editoriais se amiudaram a partir de 1964, quando a repressão do conteúdo estimulou a busca de apresentação atraente, moderna; e o regime autoritário ergueu a bandeira da eficiência, da etenocracia, do cosmopolitismo. No Brasil, projetou-se então na ideologia a distinção de classes de uma sociedade industrial antes mais ou menos ocultada pela presença populista: os jornais já não eram feitos para todos, mas para camadas do público. A coluna social ganhou seriedade empresarial, as colunas sindicais desapareceram dos jornais de classe média, as páginas de economia abriram espaço para os press realeses das multinacionais, dos lobbies e do Governo. Apesar de as tiragens não serem muito significativas, a publicidade, sobretudo institucional, tornou-se farta nos jornais sobreviventes à forte concentração empresarial, os quais compraram novas máquinas, construíram grandes prédios (agora suburbanos, industriais), agigantaram-se e armaram o pano de fundo sobre o qual todos os conceitos – de verdade, liberdade – deverão hoje ser repensados.[...] (Lage 1979, p. 32).

Assim, o Estado foi fundamental para o desenvolvimento da indústria cultural. Nessa época, ele gastou em publicidade, investiu nas telecomunicações, cuidou da área de educação, forneceu subsídios para a renovação e ampliação de equipamentos das empresas, deu sustentação a um modelo econômico apoiado no setor de bens duráveis.

unesp

Mas, em compensação, calou vozes, o que incluiu a intervenção em sindicatos, cassações, extinção dos partidos, prisões arbitrárias, torturas, "desaparecimentos", restrições à liberdade de expressão etc.

Nesse período, no Brasil, assim como em outras partes do mundo, ocorreu a passagem do jornalismo literário para o jornalismo empresarial. Os jornais que não se adequaram a essa transformação não sobreviveram ou foram comprados por organizações empresariais. Um exemplo disso é analisado por Gisela Taschner (1992), que mostrou a formação do conglomerado do grupo Folha, o qual comprou importantes jornais como Última Hora e o Notícias Populares (que não se adequaram à lógica industrial que passou a mover a imprensa brasileira), além de editar a Folha da Tarde e a Folha de S. Paulo. O grupo Folha se ajustou à lógica empresarial para a produção de seus meios de comunicação, nos quadros de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de apoio estatal à indústria cultural.

Com efeito, no período ditatorial, a grande imprensa sofreu grandes transformações. De modo sucinto, pode-se dizer que entre os anos de 1964 a 1985 o governo militar incentivou o desaparecimento dos órgãos de propriedade familiar e relativamente independentes, fazendo surgir jornais e revistas cada vez menos "ideológicos" e mais voltados para o mercado.

2.3 A Mídia nos dias de Hoje

Como vimos, até mesmo as mais arcaicas formas de sociedade possuíam um sistema de comunicação, um sistema de circulação de informação baseado num

unesp

código comum. Entendemos comunicação aqui como a troca de informações através de estímulos, mensagens, símbolos e imagens. Esses sistemas de comunicação cresceram dentro das sociedades e tomaram um papel de destaque dentro das relações sociais.

Já nos anos 90, a mídia[12] tomou uma dimensão ainda maior, de maneira que é impossível pensarmos a sociedade moderna sem levarmos em conta seus meios de comunicação e a influência exercida por eles. Essa mídia "cumpre" o papel que há tempos era ocupado por outras instituições, na elaboração da opinião pública e na definição de condições que decidiam os caminhos/acontecimentos. Assim como a religião em outros tempos, a mídia surge como um Deus, capaz de julgar e direcionar atitudes.

> [...] Todos nós dependemos dos produtos da comunicação de massa para a grande maioria das informações e diversão que recebemos em nossa vida. É particularmente evidente que o que sabemos sobre números e assuntos de interesse público depende enormemente do que nos dizem os veículos de comunicação. Somos sempre influenciados pelo jornalismo e incapazes de evitar esse fenômeno. [...] Pouco podemos ver por nós mesmos. Os dias são muito curtos, e o mundo é enorme e muito complexo para podermos cientificar-nos de tudo que se passa nos meandros dos governos. O que pensamos saber representa experiência e observação. [...] (Rivers e Schramm, 1970, p.27).

12- A palavra mais usada atualmente para designar esse conjunto de meios de comunicação de massa, é Mídia. Ela deriva do plural de *medium*, que em latim significa meio. Media, o plural, significa meios. Os americanos, que usam muitas expressões latinas, adotaram a palavra media para se referir ao conjunto dos meios de comunicação. E escrevem assim mesmo: media. Só que na pronúncia a media, se torna mídia, e foi com essa pronúncia americana e com esse jeito de escrever que a palavra se incorporou ao nosso vocabulário.
CARVALHO, MARTINS (1997).

unesp

Para alguns autores, como Shaw e Chomsky (apud. Ghon, 2000), que estudam a mídia como campo de força, poder e sociabilidade, a mídia dos anos noventa tomou dimensões que no passado eram atribuídas aos partidos, sindicatos e até mesmo a movimentos sociais, vindo a se tornar um quarto poder. Em nossa sociedade, as matérias e notícias veiculadas pela mídia aparecem como uma verdade incontestável. Mas esse poder tem peculiaridades e regras próprias, podendo dessa forma tanto democratizar a informação, como distorcê-la.

> [...] Trata-se de um poder que possui certas características que estão semi-ocultas, com regras próprias, podendo estabelecer articulações não visíveis, que poderá tanto democratizar a informação como poderá escamoteá-la, ou distorcê-la. [...] (Ghon, 2000, p. 11).

A temática que envolve as discussões acerca dos meios de comunicação nos dias de hoje abrange muitas questões, como a questão do monopólio. O problema que se coloca é como uma empresa privada pode querer exercer um papel público de julgar e denunciar, sendo cada vez mais monopolizada? Como a imprensa poderá dar outras leituras de um acontecimento, senão a que interessa a determinada classe? Não podemos esquecer que os produtos dos meios de comunicação são vendidos duplamente. Primeiramente, são vendidos espaços nos jornais, nas revistas e nos comercias televisivos para grandes empresas e corporações e, depois, são vendidos novamente para o público consumidor.

unesp

A mídia desempenha uma função pretensamente pública, mas é, uma empresa privada. No limite, torna-se incompatível a busca da rentabilidade por parte da empresa jornalística com a função de informar e ser um espaço minimamente democrático de debate. Sua lucratividade faz com que ela perca a independência conforme busca maior lucro através de patrocinadores; e buscando participar de outros ramos econômicos, passa a ter a sua isenção ainda mais abalada.

De fato, a informação tornou-se efetivamente um produto, suscetível de ser comprado e vendido, rentável ou dispendioso, e condenado logo que deixa de ser vendável.

Podemos afirmar que quando se estabelece o nascimento de um novo meio de comunicação, quer seja ele jornal, revista, rede de TV ou de rádio, estão sendo divulgados de forma eloqüente os interesses do grupo que o cria. Segundo Ciro Marcondes Filho (1989), um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho; ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade e imparcialidade.

> [...] Se a imprensa é livre, se é objetiva, se representa todos os setores da sociedade, essas são questões colocadas, antes de mais nada, não pelos grupos dominados, mas pelos próprios detentores do poder[...] (Marcondes Filho, 19,1989).

2.4 A Construção da Notícia

unesp

Como nos afirma Halimi (1998), a transmissão, pela imprensa, dos acontecimentos que ocorrem na sociedade não é neutra, nem imparcial, pois esta constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Assim, é importante captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais e revistas, não deixando de lado o contexto histórico no qual estavam inseridos, além dos interesses econômicos que regiam estes órgãos de imprensa.

> [...] A imprensa, tal como a produz a classe dominante, já constitui um discurso específico. Pode-se dizer que o discurso jornalístico assenta-se em técnicas de composição, montagem, texto e ilustração que asseguram um estatuto de verdade - objetiva e imparcial - ao fato relatado. Esse estatuto entretanto se define por um escamotear do 'como se relata', em favor da ilusão de uma exposição transparente do fato. Ou seja: mover a ilusão de uma acessibilidade imediata ao real. Se a função econômica do jornal é trazer ao público os fatos a que esse público não tem acesso, sua função política é configurá-los segundo determinações ideológicas e de mercado. Esse mecanismo nos lembra o do mito que não pretende ocultar, mas provocar uma distorção, evocar uma significação. Uma fala que despolitiza e naturaliza. [...] (Marcondes Filho, 1989, p. 47)

Nesse sentido, nos interessa saber como um fato salta do cotidiano para se tornar notícia, como esta é feita e com que critérios é recortado da realidade um fato, até este mutantemente se tornar uma notícia. As respostas para essas questões estão diretamente imbricadas nas questões antes colocadas, ou seja, do jornalismo como

unesp

expoente máximo da ideologia[13] de uma determinada classe. Então, de imediato, podemos dizer que a notícia não é somente o extraordinário, mas sim o extraordinário que interessa a determinadas correntes políticas. Uma traição irá se tornar notícia na medida em que seus personagens sejam adversários que representem outra corrente ideológica. Para ficarmos em um exemplo familiar ao nosso trabalho, as várias mídias que cobriam a marcha a Brasília no ano de 1997 se apressaram em denunciar casos de embriaguez e de adultério entre os integrantes do MST que aconteceram durante a Marcha. No entanto, o mesmo tratamento não é dado a casos similares. Nem toda embriaguez e adultério têm o mesmo apelo para ser publicado. Dessa forma, os meios de comunicação adaptam os acontecimentos do cotidiano de acordo com seus interesses, isso é, de acordo com imagem que querem divulgar – neste caso – do MST.

O acontecimento vai se tornar notícia ou não na medida em que é útil como instrumento de produção de uma determinada imagem e, em última instância, da

---

[13] O conceito de ideologia que norteia nosso trabalho encontra-se no trabalho de István Mészáro, "O Poder da Ideologia" (1996). Para Mészáros, a ideologia não é uma idéia supersticiosa, nem tampouco, uma ilusão que será prontamente dissipada pela "objetividade científica", ou através de procedimentos intelectuais "neutros". Para ele, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas sim, uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Dessa forma, se torna intransponível nas sociedades de classes, sendo então, consciência prática inevitável dessas sociedades. A formação da ideologia está vinculada com a articulação de uma série de valores e estratégias rivais que visam o controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. 'Os interesses sociais que se revelam ao longo da história e se entrelaçam de modo conflituoso manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos Ideológicos relativamente autônomos (mas de forma nenhuma independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social'. As principais ideologias têm a definitiva influência das formas de produção dominantes, e essas formas são adotadas em última instância como quadro de referência. Sua orientação conflita com as várias formas de consciência social prática, sendo a forma dominante enquanto as sociedades forem divididas em classes. Essa orientação conflitante aparece como a característica predominante dessas formas de consciência. 'A realidade dessa orientação conflitante da ideologia, que é estruturalmente determinada, não é absolutamente eliminada pelo discurso pacificador da ideologia dominante. Pois esta última deve apelar para a "unidade" e para "moderação" – a partir do ponto de vista das relações de poder estabelecidas, e no interesse dessas mesmas relações – precisamente para legitimar suas reivindicações hegemônicas em nome do "interesse comum" da sociedade como um todo'.

unesp

manutenção do *status quo*. Outra deformação na apresentação dos fatos é a necessidade a que teve de se adequar a notícia jornalística. Sendo os meios de comunicação jornalísticos uma empresa, eles têm na notícia sua mercadoria. Sendo a notícia a mercadoria dessas empresas, a ela se teve que agregar valores estéticos, emocionais e sensacionais como a um produto qualquer. Dessa forma, a notícia passou por uma adequação às normas mercadológicas que inclui a generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo.

> [...] Qualquer jornalista sabe, por outro lado, estabelecer a distinção entre o que é notícia e o que não interessa, dentro daquela malícia de Charles Dana que, para ensinar a alguém, essa diferença elementar, contou: se um homem vai andando pela rua e um cão o morde, isso não é notícia, a não ser que esse homem tenha projeção política , social, financeira, notoriedade por qualquer motivo; mas se um homem morde um cão isso sim vira notícia [...] (Sodré, 1998, p. 234).

Segundo Ciro Marcondes Filho (1989), a notícia na sociedade capitalista atende a três demandas simultâneas: ela é a fonte de sustentação econômica do veículo de comunicação, é também veiculadora de uma ideologia, e, ainda, funciona como apaziguador político. Veremos o desdobramento dessa afirmação no próximo capítulo.

2.5 A Notícia Como Mercadoria

Como já abordamos de forma rápida anteriormente, a notícia se constitui como produto da empresa de comunicação. Portanto, sua venda está diretamente ligada à

unesp

existência do jornal; sem ela, ou melhor, sem a venda dela, o noticiário acaba por se extinguir. Ela tem que conter todos os apelos estéticos de uma mercadoria, se necessário tem que ser recriada, tomar um novo formato, tudo para conseguir atingir seu intuito: a venda. Um assunto muito abordado torna-se pouco atraente. Reside aí um dos fatos da inconstância do aparecimento do MST nas páginas dos noticiários. A novidade, o escândalo, o choque, devem ser reinventados todos os dias; o velho tem que vestir uma nova roupagem, tem que ser reaquecido, para que o produto notícia não encalhe.

Dessa forma, a notícia se compara a uma camisa exposta em uma butique, também pode ser comprada. Para colocarmos isso à prova é só notarmos que ela traz consigo a dupla dimensão dada por Marx às mercadorias, ou seja, o valor de uso e o valor de troca. Da mesma forma com o que um produto nos atrai na vitrine, os periódicos tentam nos seduzir com a promessa da satisfação da curiosidade ou dos interesses que os periódicos possam vir a conter no seu interior. A notícia é produzida para venda, assim como os calçados, roupas, carros etc. Como vimos, um simples fato não se torna notícia. Os meios de comunicação transformam a informação, nesse caso a matéria-prima, na mercadoria notícia, expondo-a em sua vitrine. No caso dos periódicos, as manchetes que figuram na capa da revista ou na primeira página do jornal são as vitrines que tentam expor o produto de forma atraente. Sem esses procedimentos, a mercadoria notícia não vende e o seu valor de troca não se completa.

Por outro lado, para o leitor que adquire o periódico, justamente na compra desse se realiza o valor de uso. Ele busca na compra realizada a satisfação do desejo

unesp

aguçado pela capa da revista. A notícia é uma mercadoria perecível; tendo sido lido, o material impresso (revistas e jornais) não mais interessa ao leitor.

Esse processo que mostramos tem dois lados diferentes: para o dono do periódico o valor de sua mercadoria (a notícia) se realiza no momento da troca. Isso vai garantir a sobrevivência econômica de sua empresa. Mas é claro que, além da venda dos periódicos e de outros interesses puramente mercadológicos, a ele interessa também a ampliação de suas idéias políticas e ideológicas a um grau elevadíssimo.

> [...] Temos assim, em primeiro lugar, que no capitalismo o valor de troca realiza-se com a obtenção do dinheiro: o valor de uso da mercadoria notícia é para o editor – em última instância – somente o meio para a realização do seu valor de troca [...] (Marcondes Filho, 1989, p. 26)

As empresas de comunicação escrita, caso dos jornais e das revistas no Brasil, brigam pela mesma fatia de mercado; eles não disputam novos leitores. Como se sabe, somente uma parcela reduzida dos brasileiros tem condições econômicas de adquirir um semanário ou um diário. Dessa forma, os meios de comunicação escritos estão em constante briga pelo mesmo filão. Esse filão é resultado da mais desigual distribuição de renda do mundo. Assim, para atrair o comprador da revista ou do jornal, os meios de comunicação impressos têm que apresentar atrativos diferenciados em relação aos seus concorrentes. Além disso, é preciso que fiquemos atentos para um fato sobre o qual já alertamos anteriormente e que, invariavelmente, passa-nos despercebido. É que os produtos dos meios de comunicação são vendidos duas vezes. Senão vejamos:

unesp

Antes mesmo de chegar às bancas de jornal ou às casas dos assinantes, o periódico já foi vendido uma vez, vendido para os anunciantes que expõem seus produtos dentro dos periódicos. Assim, mesmo antes de comprarmos um jornal ou uma revista, eles já foram vendidos.

Nesse sentido, os meios de comunicação tentam se diferenciar uns dos outros para alcançar uma maior fatia do mercado, tanto de leitores compradores, como também de anunciantes. Quanto mais uma revista vende, ou seja, quanto maior o número de leitores de uma revista, maior será a procura por espaços para produtos serem anunciados dentro dela, e maior poderá ser o preço cobrado para a veiculação de tal anúncio. Para isso, há jornais e revistas que prometem 'a verdade dos fatos' e os que dizem ter 'o rabo preso com o leitor'. Existem também os que prometem dar a 'solução para a falta de assunto' e outros se dizem 'indispensáveis'. Dentro da linha editorial existem os mais tradicionais, ditos de direita, há os que se rotulam de esquerda e os sensacionalistas.

Na verdade, os meios de comunicação em geral podem discordar em vários pontos de vista e métodos de exposição em suas páginas; podem atacar setores e partidos diferentes; indignarem-se constantemente com a pobreza, com a falta de emprego e com as crueldades das guerras. Na busca pela venda, podem criticar um ou outro ponto de vista do concorrente, quer porque seja reacionário, quer porque seja liberal em demasia. Todavia, nunca poderão criticar a verdadeira origem dos problemas sociais, o modelo excludente e desigual do capitalismo, pois, se fizerem isso, estarão se condenando a autodestruição.

unesp

A busca interminável pelo furo, pela matéria inédita, por escândalos, fez com que os meios de comunicação não se preocupassem em investigar a fundo os casos e nem em contextualizá-los. Uma imensidão de informações nos inunda a partir dos periódicos sem que tenhamos condições de entendê-las ou assimilá-las. As notícias são muitas e os dias cada vez mais "curtos" para nos inteirarmos de um assunto mais a fundo, ou de nos certificarmos da verdade de alguma acusação. A enxurrada de informações - e cabe colocar que informação não é o mesmo que conhecimento - deixa-nos cada vez mais dependentes dos meios de comunicação de massa. Com isso, não sabemos de nada a fundo, nos tornamos diletantes; sabemos um pouco de tudo, mas não temos uma opinião verdadeiramente embasada em leituras e discussões mais profundas.

2.6 O Jornalista

> [...] Os Jornalistas desejam ficar em evidência diante dos homens de poder, manter relações de amizade com eles sob pretexto de obter informações. Mas isso torna-os cortesãos, de modo que deixam de fazer seu trabalho. Aproximam-se do poder e ficam contentes com isso porque se sentem importantes. Quando o ministro abre alas no meio da multidão e vem aperta-lhes a mão, tal gesto dá-lhes um verdadeiro prazer. [...] (Halimi, 1998, p. 21)

Quanto aos jornalistas, que durante uma época no nosso país foram considerados paladinos da justiça e do enfrentamento, principalmente durante a

unesp

ditadura militar, como podem hoje se curvar diante de tudo isso? O sociólogo francês Alan Accardo (2000) coloca de forma muito clara essa aparente ambigüidade.

Segundo ele, em nenhum momento os donos dos meios de comunicação pediriam a seus repórteres que distorcessem a realidade ou defendessem a causa de uma classe. Isso, sem dúvida, atingiria toda a integridade moral da classe de jornalistas; eles provavelmente se sentiriam atingidos em sua honra. Mas Accardo explica usando a metáfora da garça branca que bota um ovo branquinho do qual nasce uma garça igualmente branquinha. O que ele quer dizer é que não é necessário infringir a ética do jornalista, pois ele já tem consigo a conduta defendida pelos donos dos jornais, ou seja, os parâmetros da sociedade capitalista, e defende os valores do *status quo*, os referenciais de legalidade, de propriedade particular e de justiça, os quais são forjados segundo o pensamento dominante, quer através do ensino nas faculdades ou de manuais de redações, não precisando dessa forma, o dono do jornal, colocar seu empregado em uma situação constrangedora, pois esse já defenderá as mesmas posições ideológicas do dono do mesmo.

> [...] Ora, Eles proclamam-se 'contrapoder' [...] vigorosos, desrespeitadores, porta-vozes dos obscuros e dos sem voz, fórum da democracia viva. Um sacerdócio que os americanos resumiram nesta fórmula: "confortar os que vivem na aflição e afligir os que vivem no conforto". O contrapoder entorpeceu-se. Ele voltou-se contra os que deveria servir. Para ficar ao serviço dos que deveriam manter sob vigilância [...] (Halimi, 1998, p. 13 - 14).

unesp

CAPÍTULO 3

VEJA E O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA

Quando Veja surgiu, em setembro de 1968, já havia um processo de consolidação da indústria cultural no Brasil, que existia desde os anos 50, como nos diz Tachner (1992) e Sodré (1998). A imprensa passou, a partir de então, a se organizar enquanto empresa e deixou de produzir textos mais literários para privilegiar a informação mais "objetiva" e "precisa". De tal modo, a 'objetividade jornalística' tornou-se critério definidor não só da qualidade como também da própria especificidade do texto jornalístico, ocupando paulatinamente o lugar do texto rebuscado, ou mais 'literário'.

Como podemos perceber as mudanças na sociedade também se refletiam no conteúdo dos jornais. Sem dúvida, a imprensa brasileira, na década de 50, foi abandonando uma de suas tradições: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião. Essa forma de jornalismo convivia com o jornal popular, que tinha como característica o grande espaço para a crônica e para a publicação de folhetins. A política da atualidade não estava ausente, mas era apresentada com uma linguagem pouco objetiva.

Esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa, que era dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60 e foi gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da

unesp

informação. Dessa maneira, como nos afirma Tachner, a inserção da empresa jornalística no mundo dos grandes negócios levou os jornais a um rápido processo de despolitização, contrariando a tradição da imprensa brasileira que foi, até pelo menos meados da década de 60, essencialmente engajada.

No governo do Presidente Juscelino Kubitschek havia uma grande expectativa por parte da sociedade de um novo tempo de progresso para o país. Ocorreram, nessa fase, a aceleração do processo de industrialização e a exaltação dos valores nacionais. Os meios de comunicação desenvolveram-se e "uniram" o país, pois as diferentes regiões recebiam as mesmas informações, inclusive internacionais. Nos anos 50, começaram os investimentos no setor publicitário e teve início a implantação no país de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade; os anúncios nos jornais se diversificaram. Com isso, a imprensa também sofreu um processo de industrialização e, dessa maneira, passou a refletir as condições econômicas pelas quais passava o país, acompanhando as mudanças e fazendo parte do processo de transformação da sociedade brasileira.

A imprensa aumentou e diversificou as informações ao público, mantendo-o "bem-informado" (quantitativa e superficialmente).

> [...] Assim, ao aumentar o número de notícias e ao diversificar as temáticas do noticiário, a imprensa ao mesmo tempo estaria fazendo uma concessão ao ritmo cada vez mais vertiginoso de produção simbólica instaurado pela então nascente indústria cultural e, com isso, reproduzindo-o. [...] (Duarte, 1983, p. 14).

unesp

Ainda nos anos 50, adquiriu maior importância a profissão de jornalista, que passou a ter melhor remuneração e a ter cursos em faculdades que davam reconhecimento a esta profissão. Além disso,

> [...] outro indicador do desenvolvimento da imprensa, num quadro de acirramentos das concorrências interna e externa, seria o aumento do peso proporcional de recursos editoriais como títulos, manchetes, fotos e ilustrações. O uso amplo de recursos visuais (fotos, ilustrações) e gráfico-visuais (manchetes, títulos, logotipos, cores, fundos, etc.) apontaria para a crescente concorrência pela atenção do público. [...] (Carvalho e Martins, 1997, p. 23).

Com efeito, no pós-64, ocorreu um desenvolvimento econômico promovido pelos militares no poder. Como afirmou Fernando Henrique Cardoso (1979), o governo assumiu funções repressivas, no plano social, e modernizadoras, no plano administrativo. Por essa razão, o governo detinha o controle do desenvolvimento econômico, o que colocava as empresas jornalísticas em uma certa situação de dependência em relação ao Estado. Dessa maneira, o regime militar caracterizava-se por um:

> [...] conservantismo moderno, que, no plano ideológico quer manter socialmente aberta uma sociedade politicamente fechada que se baseia no dinamismo da empresa capitalista, pública ou privada. [...] É neste sentido limitado de uma 'revolução econômica burguesa' que se pode pensar nas conseqüências revolucionárias do movimento politicamente reacionário de 1964. Ele pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do

unesp

> capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica. Neste sentido modernizou a máquina estatal e lançou as bases para a implementação de um setor público da economia, que passou a integrar-se no contexto do capitalismo internacional [...] (Capelatto e Prado, 1988, p. 23).

Do ponto de vista da análise da indústria cultural, é importante destacar que, no plano econômico, o regime militar era modernizador e dinâmico (ao mesmo tempo em que marginalizava uma parte da população, pois concentrava renda e aumentava a miséria). As empresas jornalísticas, que se beneficiavam do desenvolvimento econômico em geral, foram favorecidas, pois puderam se modernizar (inclusive com o acesso a maquinários importados e com as formas de fazer jornalismo características de outros países) e, com isso, atingir um número cada vez maior de leitores. De tal modo, a ideologia desenvolvimentista do regime militar possibilitou também o desenvolvimento da indústria cultural dentro dos ditames do governo. Como este desenvolvimento estava atrelado ao governo, este possuía formas econômicas de controle, além da própria censura.

Como nos diz Tachner (1992), o Golpe Militar tentou enquadrar os meios de comunicação aos seus ditames. Alguns sobreviveram fazendo muitas concessões e outros foram extintos devido a pressões governamentais. A revista *Veja* passou por esse período incorporando, desde o início, os critérios essenciais para sobreviver num contexto que, além da censura imposta pelo governo, contava com a indústria cultural

unesp

em sua fase de consolidação. Ainda segundo Tachner (1992), por trás dos sonhos de uma revista semanal de informação, *Veja* pontificava a segurança de uma sólida estrutura empresarial e do maior parque gráfico da América Latina. Dessa maneira, *Veja* já surgiu organizada enquanto empresa, levando em consideração um texto mais preciso do que rebuscado para informar, ressaltando a importância de títulos, manchetes, fotos e ilustrações, evidenciando a preocupação com a escolha de jornalistas qualificados, que se encaixassem dentro de seus objetivos; e a dependência dos leitores e anunciantes para a sua sobrevivência, introduzindo a diversidade de temas em seu conteúdo.

De início, foi necessário semear interesse do público por uma forma de jornalismo até então não experimentada no Brasil: mais sucinta e analítica do que a imprensa diária, menos ilustrada do que as revistas de variedades e menos instantânea do que o rádio e a televisão. Além disso, como objetivo, a nova revista se propunha a fornecer aos leitores uma seleção breve e ordenada dos principais acontecimentos da semana em todas as áreas do conhecimento, mais do que simplesmente discorrer sobre fatos, costurá-los interpretativamente, procurando explicar sua significação com o mundo.

Mesmo com todos os avanços conseguidos nessa época com a modernização das empresas de comunicação do Brasil, essas empresas tiveram uma tiragem relativamente baixa, se comparada com outros países.

unesp

> [...] Aponta-se comumente, como razões para as baixas tiragens, o contingente de analfabetos e o baixo poder aquisitivo da população. No entanto ainda que contássemos no índice máximo de analfabetismo, teríamos seguramente mais leitores em potencial do que a França, por exemplo [...] por outro lado, a má distribuição da renda não impede que o Brasil, seja um mercado apreciável para refrigerantes ou cigarros. Outra ordem de motivos pode ser sugerida: o processo de industrialização, aqui, coincidiu com o surto dos veículos eletrônicos (o rádio e, depois, a televisão) que, como acontece em outras nações do terceiro mundo, ocuparam o lugar dos jornais como elemento de sociabilização, ou adaptação dos contingentes proletarizados à contingência urbano-industrial; faltaria tradição de leitura. Podemos também considerar que, no último meio século, a censura policial interferiu por perto da metade desse tempo na feitura dos jornais e, nos intervalos de liberalização, os sistemas de dependência econômica operaram intensamente sobre a indústria jornalística [...] (Lage, 1979, p.28).

O que Lage afirma é que, embora excelente graficamente, os meios impressos de comunicação brasileiros ainda se encontravam bastante deficientes do ponto de vista editorial; distantes do leitor, eles estavam muito ocupados – preocupados – em servir à complexa ordem do poder.

3.1 Modernização nos Meios de Comunicação Brasileiros. A Revista Veja

A revista *Veja* foi criada em setembro de 1968 como uma ramificação da Editora Abril, que tinha em seu comando o jornalista Mino Carta, um dos principais idealizadores e concretizadores da modernização da imprensa com base em veículos

unesp

formalmente avançados e voltados para uma nova classe média. Dessa forma, *Veja*[14] enquadra-se no que Habermas (1984) chamou de "jornalismo empresarial".

Segundo Habermas, a certa altura do desenvolvimento da imprensa, a atividade redacional passa de atividade literária para jornalística, onde a escolha dos dados torna-se mais importante que o artigo de fundo; o tratamento e o julgamento das notícias, sua revisão e diagramação são mais urgentes do que a busca literariamente efetiva de uma 'linha'.

A revista Veja é aqui analisada de acordo com a definição de Habermas, ou seja, como resultado da indústria cultural enquanto um sistema que se desenvolveu juntamente com o capitalismo no Brasil, no período que vai de sua criação (1968) até os dias de hoje. Fica evidenciado que um fator é essencialmente importante na produção do semanário *Veja* desde o seu surgimento: a constante busca de lucratividade e ampliação da tiragem.

A revista *Veja* testemunhou e foi parte do processo que gerou grandes oligopólios na imprensa brasileira. Dessa forma organizados, passaram a controlar os meios de difusão de idéias e informações no Brasil.

> [...] O resultado desta concentração dos meios de comunicação em poucas e silenciosas mãos - de resto incentivada pelo próprio governo, pois assim lhe é mais fácil controlar a opinião pública - leva a uma opressora uniformização das informações, colocando em risco o pluralismo das opiniões, condição

[14] Assim como a grande maioria das outras empresas de comunicação.

unesp

> essencial para uma verdadeira liberdade de informação. [...] (Alves de Souza, 1988, p. 75).

Esses oligopólios são constituídos pela grande imprensa, que corresponde aos órgãos de divulgação com veiculação diária, semanal, ou mesmo em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência.

> [...] Ao contrário da "imprensa alternativa" (jornais como Pasquim, Opinião, Movimento, Em Tempo, etc), estes grupos possuíam uma grande infra-estrutura para a confecção e divulgação de seus produtos [...] Em contraste com os jornais da imprensa alternativa, feitos de forma artesanal e sem muitos recursos editoriais e industriais, a grande imprensa possuía, em sua maioria, facilidades oferecidas pelo governo para a importação de equipamentos que permitiam uma maior produção e uma melhor qualidade gráfica de seus jornais e revistas. [...] (JORGE, 1989, p.32).

Já nos anos 50, a Editora Abril se constituía enquanto um conglomerado, diversificando cada vez mais os produtos que editava. É necessário esclarecer que, nessa época, o jornalismo já possuía um caráter empresarial, além de ser um dos produtos da Editora Abril com maior ênfase mercadológica.

Veja nasceu como um representante exemplar da modernização pela qual passava a imprensa do país. Cresceu baseada nos elementos visuais importados de exemplos americanos, principalmente a revista TIME, Life e a inglesa Newsweek. No seu início,

unesp

ela foi dirigida pelo jornalista Mino Carta, sendo seu idealizador Roberto Civita, filho de Victor Civita (proprietário da Editora Abril).

As características dos semanários que inspiraram o seu surgimento foram a grande quantidade de anúncios e propaganda, responsáveis pela receita da revista e uma variedade de informações para abarcar um número amplo de leitores, ou seja, um ecletismo destinado a atingir um público heterogêneo.

Segundo Alves de Souza (1988), o lançamento de *Veja* se deu em duas frentes: de um lado, uma campanha publicitária; de outro, uma campanha de promoção. Após grande preparação, o seu primeiro número vendeu cerca de 650 mil exemplares, segundo Victor Civita. Já no segundo número, as vendas caíram para 250 mil exemplares. Os leitores desapareceram e, a partir do quarto número, o único anunciante fixo da revista era a Souza Cruz, que havia comprado 52 capas e manteve o contrato. As vendas continuaram a cair e chegaram abaixo dos 40 mil exemplares, com um prejuízo potencial estimado em um milhão de dólares por ano.

Somente após seu aniversário de dois anos foi que a revista *Veja* conseguiu "sair do vermelho", ou seja, deixou de dar prejuízos. Nos seus primeiros anos de vida, a revista *Veja* causou muitos prejuízos. O desfalque financeiro foi sentido, mesmo sendo a Abril uma grande empresa, devido ao grande investimento feito na revista, e acarretou muitas demissões e remanejamentos dentro da equipe de redação da revista. Mas, devido a reportagens bem elaboradas, as vendagens começaram a aumentar.

unesp

Além disso, a partir de 1971, começou a venda de *Veja* por assinaturas. Quando a revista passou a dar lucro, ela se transformou em um dos maiores produtos da Editora.

Como *Veja* atingiu uma grande vendagem, destacando-se no mercado de revistas, passou a ter um lugar especial na Editora Abril e, com isso, a necessidade de que o semanário permanecesse vendendo centenas de milhares de exemplares tornou-se maior. Essa preocupação esteve sempre presente para os proprietários e editores de *Veja*. Observa-se, pois, seu caráter mercadológico desde o seu surgimento.

3.2 A Construção do Semanário

A forma de disposição das notícias em um semanário é parte de um esquema que é quase passado de forma despercebida, embora toda revista ou jornal sejam diagramados de forma minimamente pensada.

No caso de *Veja* especificamente, ela sempre se inicia com a carta ao leitor; logo, passa para as cartas enviadas por leitores; depois existem duas páginas chamadas "Radar", que divulgam pequenas notas sobre os meandros do poder. Ainda há um quadro de "sobe e desce", mostrando quem está em alta e em baixa no cenário político e social, de acordo com o critério da revista. A sessão "holofote" sempre coloca em evidência personalidades que estiveram em destaque na semana. Seguindo a revista, aparece o primeiro "formador de opinião", ou seja, o colunista especialista da revista. Logo depois, são tratados os assuntos ditos mais "ácidos", como as questões políticas que estão em evidência, desavenças partidárias, fracasso de políticas implementadas

unesp

pelo governo, denúncias de irregularidades, entre outros. As reportagens sobre o MST, em 90% dos casos, situam-se nestas páginas. Em seguida, vêm colunas com questões menos conflitantes, como um novo remédio de emagrecimento, novas tendências de cabelos, roupas e carros. Na seqüência, encontramos a reportagem de capa, onde é abordado de forma mais intensa o conteúdo destacado na capa da revista. Há ainda a coluna "Gente", que mostra o cotidiano de celebridades da TV e do cinema e suas excentricidades. Folheando a revista em direção ao fim, encontramos resenhas de livros, filmes e CDs e ainda o ranking de livros.

Fizemos esse caminho todo para mostrar que não é à toa a forma como os temas são distribuídos dentro da revista. Os meios de comunicação de massa (e Veja não foge à regra) trabalham com um esquema conhecido como processo de atemorização e tranqüilização. Como afirma Marcondes Filho (1984), esse sistema traz consigo de um lado a promessa de felicidade, de prosperidade, de tranqüilidade, aqui representados pelas matérias de cunho estético, consumista e de desejos. Representa a possibilidade do mergulho no mundo da liberdade consumista, inacessível por vias normais e pelos caminhos convencionais do capitalismo. Como bem coloca Adorno, a Indústria cultural acena com a possibilidade de satisfação, sem, no entanto, concretizá-la de fato. Do outro lado, a pobreza e a desgraça humana são mostradas como a realidade "nua e crua", como resultados decorrentes da eficácia (ou da falta dela) e desempenho (ou falta dele), mas nunca são mostrados como resultado de uma estrutura irracional da produção capitalista.

unesp

A maneira como é concretizada a produção da notícia faz com que ela contenha um caráter apaziguador, pois, logo após nos indignar com notícias revoltantes, nos tranqüiliza com a vida de uma grande estrela, ou nos acena com a possibilidade de um corpo perfeito, um carro perfeito e uma vida perfeita, reproduzindo esse jogo de atemorização e tranqüilização.

O tratamento dedicado aos fatos noticiados nos leva à despolitização das causas noticiadas, a despolitização do real. Os fatos são apresentados como unívocos, fechados, sem contradições; não se encontram ambivalências, mas sim adaptação e disciplina. Dessa forma, a discussão do real, do contraditório, é esvaziada, legitimando e/ou reforçando o *status quo,* num processo já descrito por Marx. Como em um passe de mágica, o que há de polêmico e questionador nas pautas desaparece.

> [...] O incentivo a acomodação manifesta-se pelo caráter de 'paralisação' que ela incentiva nas pessoas e pela não permissão de manifestação de grupos sociais [...] (Marcondes Filho, 1989 p. 77).

Assim como o sistema ideológico é verticalizante, as notícias também apresentam o mesmo caráter. A participação dos leitores não é permitida nem procurada; eles devem se satisfazer com o que lhes é oferecido, e, como sabemos, a oferta de notícias por parte da grande imprensa no Brasil é uníssona. O que o público quer, na verdade, é o que lhe foi sugerido.

unesp

> [...] Ao comparar os editoriais que abordam temas relativos à reforma agrária e ao MST, nos quatro maiores jornais do país (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo), contata-se que, no que diz respeito à questão agrária, não faz sentido a distinção entre jornais [...] (Comparato, 2000, p. 120).

Chegamos assim ao segundo papel desempenhado pela notícia nos meios de comunicação capitalista: o de disseminador da ideologia dominante.

Respondendo a um estudante americano que lhe perguntou como a elite consegue controlar a mídia, Noam Chomsky respondeu diretamente: "Assim como controla a General Motors? A pergunta não tem razão de ser. A elite não precisa controlar a GM uma vez que ela é sua proprietária" (in BUCCI, 2000, p.56). Para Chomsky, o controle midiático nos países ocidentais não precisa de nenhuma mirabolante teoria da conspiração, pois ninguém precisa persuadir ou comprar aquilo que já é seu.

Esse outro papel cumprido pelos meios de comunicação, o da disseminação da ideologia, se dá pela difusão das preocupações da burguesia na sociedade, como preocupações de todas as classes. Dessa forma, não só o grande latifundiário deve se preocupar com as ocupações realizadas pelo MST, mas também o pequeno agricultor, o trabalhador urbano e o desempregado. Segundo Marcondes Filho (1989), esse processo se dá na medida em que os meios de comunicação de massa produzem a coletivização do temor que tem como alvo movimentos sociais e qualquer espécie de movimentos populares. Esses meios de comunicação transferem para o leitor, de forma

unesp

confusa, sem procurar evidenciar os reais determinantes sociais para ação de determinado movimento, usando a fragmentação da notícia e o reducionismo como forma de disseminar o temor. Esse processo leva o leitor a temer em vez de questionar as condições históricas que resultaram em tal fato. Dessa maneira, a preocupação da opinião pública se torna a opinião da classe política e econômica que produz a notícia. Para isso, os meios de comunicação lançam mão de vários métodos, como a adoção de estereótipos, e, na quebra do real, enfocam apenas o fato que lhes interessa e da maneira que lhes convém. Segundo Arbex Jr. (2000), isso leva a romper possíveis laços de solidariedade que poderiam ser mobilizados contra o Estado.

Paralelo a esse montante de preocupações que apresentam, os meios de comunicação se equilibram através de matérias que levam o leitor para o lado bom da vida e de prazeres institucionalizados. Dessa forma, se algumas matérias incomodam o leitor, outras o reconfortam, como acontece na revista Veja. Ao mesmo tempo em que a revista dissemina o pânico (da classe dominante) a respeito de atos de movimentos sociais, como saques, interdição de rodovias, ocupações e greves, ou seja, atos de indisciplina civil e de desobediência ao estado de direito, ocupa o mesmo espaço com notícias sobre incursões amorosas de celebridades da TV, sobre novas tendências da moda e como se deve portar o novo homem e a nova mulher. Esta aparente irracionalidade, na verdade, é muito racional, pois a empresa capitalista trabalha exatamente com os fatos desconexos, desorganizando a estrutura racional da realidade.

> [...] O sentimento de "saber das coisas", a aparência do estar inconformado, e de ter realmente uma ação no mundo não de todo conformista corresponde à necessidade, no que se refere à informação de participar, mesmo que de forma aparente, da resolução das questões sociais. É necessário que o leitor acredite que está rompendo com a aceitação passiva de tudo, com a mera submissão aos homens e às instituições [...] (Marcondes Filho, 1989, p. 20).

Tendo em vista que a ideologia constrói-se dia a dia, podemos imputar aos produtos dos meios de comunicação uma grande influência nessa permanente reconstrução do imaginário popular, sendo que a notícia constitui um dos melhores artífices nesse processo de elaboração e reelaboração da consciência do leitor.

CAPÍTULO 4

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E O SURGIMENTO DO MST

Nos anos 50, em várias regiões do Brasil, trabalhadores rurais rebelaram-se contra desmandos a que eram submetidos. Essas revoltas se davam isoladamente, mas em vários pontos do país ao mesmo tempo. Segundo Fernandes (2000), essa movimentação demonstrava uma deliberada inclinação política própria das condições desse povo. A união desses vários esforços isolados levou à formação de ligas e

sindicatos, que por sua vez pressionavam o Estado a adotar uma política definida de reforma agrária. É a partir desse momento que começa a luta pela Reforma Agrária.

É importante demarcarmos a diferença entre luta pela terra e luta pela reforma agrária. A primeira vem desde as capitanias hereditárias, sendo marcadas pelas lutas contra o cativeiro, contra a exploração e contra as expulsões da terra, que marcam a luta dos trabalhadores pela terra no Brasil. Já na segunda metade do século XIX, inicia-se a luta pela reforma agrária. Como alavanca para o desenvolvimento do sistema capitalista, foi criada no Brasil a propriedade da terra, tornando os escravos trabalhadores livres. Nessa nova condição, os ex-escravos vendiam sua força de trabalho para os ex-escravocratas, agora convertidos em fazendeiros-capitalistas. Os escravos libertos andaram pelas estradas onde só encontraram terras cercadas; quando tentavam se estabelecer em algum pedaço de chão eram expulsos pelos coronéis e pela polícia. O mesmo aconteceu com os trabalhadores rurais que continuaram a caminhada em busca da terra. Muitos dos filhos desses personagens ainda continuam em busca do que procuravam seus pais e avós (terra), e formam o que atualmente é conhecido como 'sem-terra' é nesse período que nasce a luta pela reforma agrária.

Essa trajetória da busca pela terra e, conseqüentemente, pela liberdade vai marcar a trajetória dos movimentos sociais rurais na história do nosso país.

Apesar de isoladas, as formas de organização dos movimentos do campo, desde os messiânicos até o cangaço, passando pelas ligas camponesas, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) são marcos políticos da revolta desses trabalhadores.

unesp

Essas lutas separadas representaram e representam, de qualquer maneira, uma força política que coloca à vista os contrastes do país, desafiando o poder do Estado. Podemos perceber que as lutas camponesas sempre enfrentaram o latifúndio e sempre se colocaram contra a classe que pretendia manter o *status quo*.

Dentro dessa dinâmica dos movimentos sociais rurais que modificam a história e a si mesmos, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - o MST - foi fruto desse agito no cenário rural brasileiro, que vem se arrastando juntamente com a história do Brasil. A união de várias lutas de trabalhadores rurais de todo o Brasil culminou na criação do MST em 1984, em um encontro realizado na cidade de Cascavel, no Paraná. Na verdade, desde 1979, várias organizações de sem-terra de todo o Brasil vinham se encontrando com a intenção de criar um movimento nacional.

Assim, o MST cresceu, sendo atualmente o maior movimento social popular organizado do Brasil e, muito possivelmente, o maior da América Latina. A base de sua atuação é no meio rural, junto a trabalhadores rurais de origens diversas...

> [...] muitos já foram pequenos proprietários, outros eram assalariados segundo várias modalidades de relação de trabalho (usualmente via relações diretas, sem contrato social), e outros, ainda, são de origem urbana, viviam nas periferias das cidades de diferentes regiões do Brasil [...] (Ghon, 2000, p. 105).

No entanto, é bom lembramos que a base organizativa do MST situa-se no meio urbano, pois suas estruturas de coordenação e a produção de material, como também

unesp

as grandes mobilizações, se dão nas grandes cidades como São Paulo e outras tantas do interior. A atuação do movimento no meio rural se dá na organização de ocupações rurais em acampamentos[15] e na assistência a assentamentos[16].

Segundo dados do MST (www.mst.org.br), entre 2001 e 2003 havia 1.490 assentamentos e 603 acampamentos em todo país. Ainda segundo o MST, em vinte anos de existência, o movimento já assentou aproximadamente 250 mil famílias, e ainda haveria no Brasil cerca de quatro milhões de sem-terra no campo, esperando por um pedaço de chão.

No nosso entender, nesse processo de luta pela terra, o MST torna-se um ator social no cenário político nacional, conferindo a suas fileiras qualidades que vão além da luta pela terra, pois batalham também pela democracia e contra as desigualdades e a exclusão.

Inicialmente, seus integrantes se formam em torno de uma identidade – ser sem-terra e lutar para alterar essa condição. Mas, ao buscar essa reversão, atinge-se o eixo central das relações capitalistas, que é a propriedade. Segundo Netto (1998), o integrante do movimento quer ser um "com terra", sem passar pelo funil divisório que é a compra. Ele quer acesso à terra pela posse com direitos iguais aos de quem detém a sua propriedade e, com isso, perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na

---

[15] Acampamentos são as construções de madeira e lona preta que servem de moradia para os integrantes do MST, enquanto não conseguem o acesso a terra.

[16] Assentamentos é o nome dado ao conjunto de lotes que são conquistados pelos trabalhadores rurais após permanecerem nos acampamentos nas beiras de estradas, se tornando assim não mas sem-terra, mas agora assentados. E formado com a intenção de fixar o trabalhador rural no campo. São geralmente realizadas em terras devolutas ou desapropriadas.

unesp

sociedade capitalista. Por isso, ele tem uma face inovadora e perturbadora à ordem dominante.

Com esse dinamismo, o MST coloca na agenda tradicional dos trabalhadores rurais (de acesso à terra para nela morar e produzir) três novas reivindicações: acesso ao crédito numa política de democratização da propriedade, apoio técnico aos assentamentos e organização do trabalho em cooperativas de produção. As duas reivindicações iniciais (terra e moradia) já são clássicas na luta das camadas populares. Agora, as três últimas são atuais e modernas, pois buscam uma saída para o emprego no meio rural, na produção de gêneros de primeira necessidade, que podem minorar o problema da fome no país com baixo custo econômico, e perspectiva de melhoria na produtividade a médio e longo prazo. Esses aspectos contrariam grande parte das vozes reacionárias, entre elas a da revista Veja, que diz que a reforma agrária é inviável, pois não produz e não gera frutos, e ainda que ela seria um fator de atraso para o campo brasileiro, uma vez que não existe mais latifúndio improdutivo. Essas mesmas vozes dizem também que o Brasil é o maior produtor mundial de grãos, o que vem a provar a eficiência desse sistema agrário que o país possui. Só não mencionam que existem sim muitas terras improdutivas no Brasil, que a maioria dos grãos produzidos trata-se de soja, a qual é exportada para tornar-se ração de porcos na Europa e Estados Unidos, e que a maioria dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos pelas pequenas e médias propriedades[17].

[17] Segundos Dados do próprio INCRA, 1% de toda a população proprietária de terra é dona de 46% das terras brasileiras e apenas 60 milhões de hectares se destinam à lavoura, dos 360 milhões aptos para a agricultura no país.

unesp

Outro fator que demonstra a vitalidade da proposta do MST é que a tecnologia está avançando cada vez mais nas áreas de grande produção, gerando o desemprego em massa no campo, e, com isso, aumentando a potencialidade de crescimento do movimento. Ao contrário do que afirmam muitos, o cooperativismo significaria uma possibilidade de trabalho e também a construção de um espaço de autonomia ao trabalhador do campo, que poderia decidir como produzir, o que, e como, coisas que haviam sido perdidas com o assalariamento capitalista.

Do ponto de vista político-ideológico, o MST surgiu de combinações de idéias da esquerda católica guiada pelos princípios da teologia da libertação[18] e da esquerda marxista. Até hoje, o movimento carrega traços de seus idealizadores, como acontece na chamada "mística", que trabalha com simbologia, usando imagens de revolucionários e santos da Igreja Católica, e também o vínculo com as bases populares, herdado das CEBs.

Nos anos 90, o MST fez algumas revisões em seus fundamentos ideológicos, ou seja, uma reorientação nos seus cursos de formação de quadros (lideranças) e cartilhas. Essas mudanças acarretaram uma amenização no discurso do Movimento. Nesse novo discurso, o socialismo passou a ser tratado como mera questão de justiça social; o movimento reivindica não um novo modo de produção, mas um modo capitalista diferenciado, onde as relações de mercado, a propriedade privada e as relações de trabalho não sejam mais abolidas, mas revistas segundo os princípios de uma

[18] A teologia da libertação é formada por conceitos formulados por autores da ciências sociais, como Karl Marx, associados a preceitos biblicos e teológicos. Tem seu ápice na década de 60, colocando questões sociais, como opressão e pobreza, no rol de discussões da igreja católica.

unesp

democracia para a justiça social, situação em que o lucro passa a ser chamado de excedente.

Como vimos, o MST traz consigo aspectos de seus antecessores, como a ocupação da terra, a resistência no campo, o enfrentamento direto de jagunços e o combate direto ao latifúndio, mas agora ele tem também que se adequar a um novo campo de luta. Esse novo cenário de embate dos movimentos sociais se dá não mais apenas no campo, entre sem-terra e latifundiários, agora o campo de luta é difundido entre a sociedade e grande parte da população pode acompanhar esse enfrentamento diariamente. Esse novo espaço de luta pela reforma agrária é o campo dos meios de comunicação social.

4.1 O novo campo de embate social

É dentro desse espaço tão controverso e cheio de interesses que se dá o novo campo de batalha dos movimentos sociais. Nossa hipótese principal é de que apesar de no passado existirem a imprensa e os movimentos sociais, só a partir dos anos noventa o papel da mídia para a divulgação das bandeiras de lutas dos movimentos sociais, tanto quanto a caracterização dos movimentos sociais junto à população, tomou uma dimensão importantíssima. A imprensa passa a ser a grande responsável pela idéias que as pessoas fazem desses movimentos, já que a grande maioria da população não tem contato direto com esses movimentos. A forma como o movimento dos sem-terra é mostrado e se faz mostrar nos meios de comunicação de massa é decisiva na criação

unesp

do imaginário da população e no desenvolvimento de uma cultura política a respeito do movimento.

Nesse novo contexto, a força e expressividade do movimento são dadas muito mais pelas imagens e representações que eles conseguem transmitir pelos meios de comunicação de massa, do que pelas vitórias no campo propriamente dito. Sendo assim, a forma como se apresenta o movimento social é fundamental, dentro de sua estratégia nesse novo campo de luta. No caso do MST, o movimento aprendeu muito rápido a lidar com esse novo campo. O fato de usar signos (símbolos, camisetas e bonés vermelhos), a forma como se organizam nas caminhadas e a tomada de espaços públicos urbanos trazem à tona o fato de que o movimento teve que se modificar e sair do campo para poder dar luz às suas reivindicações.

Outra mudança notória são as diferenças das declarações dadas por líderes do MST a órgãos da grande imprensa e das entrevistas concedidas a mídias alternativas, como revistas de esquerda. Eles sabem mudar, amenizar ou endurecer o discurso de acordo com o público para o qual estão falando.

Assim como nos outros campos de enfrentamento dos movimentos sociais, a luta se dá de maneira desigual. Apesar do esforço para se mostrar de determinada forma ou maneira, quem controla a edição da notícia, quem determina o que vai ser notícia ou não, são os donos dos meios de comunicação de massa, que são membros justamente da classe dominante e têm interesses na manutenção do *status quo*. Eles podem recortar e noticiar apenas o que lhes convém.

unesp

Notamos, durante os anos em que estudamos essa temática, que a mídia ignorou ou citou os movimentos sociais de acordo com certas estratégias de mercado, políticas e de controle social. A rede de relações dos meios de comunicação de massa é decisiva na maneira como o movimento vai ser reportado. Esses interesses vão definir a forma como a notícia a respeito do movimento vai ser veiculada, de maneira a formar a opinião das pessoas sobre o movimento.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DAS MATÉRIAS

As matérias analisadas foram retiradas dos exemplares de Veja veiculados nos anos de 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004. Nesse período, foram publicadas pela revista Veja 126 matérias a respeito do MST. Durante esses sete anos analisados, o discurso da revista mudou de acordo com determinados fatores, a saber: opinião pública a respeito do movimento, conjuntura política nacional (eleições, mandato de FHC, mandato de Lula) e ações realizadas pelo movimento (marchas, ocupações de terra e prédios públicos).

O que pode confundir, em alguns momentos, aqueles que procuram nessas matérias um ataque explícito ao MST, é justamente o fato de a revista adequar o seu discurso aos fatores que influenciam o cenário nacional naquele determinado momento. A mesma revista que lançou uma capa com metade do rosto de Stedile em

vermelho, intitulada 'A esquerda com raiva', também produziu algumas reportagens 'neutras' e, em certos momentos, principalmente no ano de 1997, ressaltou alguns aspectos positivos do movimento.

Procuramos, então, através deste trabalho, entender as nuances da representação do MST apresentadas por Veja. Como já adiantamos no começo deste trabalho, a mudança desse discurso exigiu que nos esforçássemos no sentido de sistematizar os diferentes momentos e maneiras pelas quais o MST foi abordado por Veja.

Para tanto, dividimos nossa análise em quatro etapas. A primeira chamamos de "**Legitimação**". Ela se dá após os massacres de Corumbiara e Eldorado de Carajás, nos anos de 1995 e 1996, e vai ter sua efetivação durante a marcha dos sem-terra, encerrando-se com a sua chegada a Brasília, em abril de 1997. Apesar de os anos de 1995 e 1996 não estarem inseridos no período analisado neste trabalho, é interessante observar que o tratamento dado ao MST no ano de 1997 muito se deve aos assassinatos ocorridos nos anos anteriores.

A segunda fase, que chamamos de "**Contradição**", vai da pós-marcha até o ano de 1998, e traz a manchete da capa "A esquerda com raiva". A terceira é a que chamamos de "**Desqualificação**". Essa fase é inaugurada com a revista "A esquerda com raiva" e se estende até os dia de hoje, juntamente com a quarta fase, que chamamos de "**Obsolescência**".

unesp

5.1 Legitimação

O que convencionamos chamar de período de 'Legitimação', se dá nas edições que acompanhavam a marcha dos trabalhadores rurais sem-terra a Brasília. A manifestação era realizada por cerca de 1.500 pessoas e durou cerca de dois meses. O propósito da marcha era reivindicar maior rapidez no processo de reforma agrária, e também pedir agilidade no julgamento dos acusados das chacinas de Eldorado e de Corumbiara.

Durante a marcha a Brasília, o MST, em pesquisa realizada pelo IBOPE, contava com o apoio de 89% da população brasileira. Devido à conquista da simpatia popular para sua causa, e também devido aos dois crimes cometidos contra membros do MST, adotou-se um discurso de legitimidade da luta dos sem-terra junto aos meios de comunicação, e Veja não foi indiferente a isso.

Nossa hipótese principal para compreender o discurso adotado por Veja nesse momento histórico é que a marcha a Brasília teve grande legitimidade popular, o que, sem dúvida alguma, fez com que a mídia apoiasse a manifestação. Realmente as reivindicações do MST eram vistas como legitimas, causadas por uma real necessidade social. Eles estariam buscando condições para sobreviver e, ainda por cima, criavam alternativas de emprego e geração de renda, sendo até um fator de diminuição da violência e do inchaço urbano.

Como veremos nos trechos de reportagens que serão transcritas ao final, o governo também "entra na onda" e fala em parceria com o MST, ou seja, o governo também queria acabar com brutais diferenças econômicas. Essa aproximação naquele

unesp

momento também se fez estratégica, e, sem dúvida, rendeu frutos para o governo. Em primeiro lugar, porque o movimento desfrutava de um grande apoio popular e o mesmo não acontecia naquele momento com o governo FHC. O outro e principal motivo é que, conseguindo o governo 'trazer' o movimento para o seu 'lado', isso, sem dúvida nenhuma, acalmaria, senão acabaria com o afã contestatório do movimento. Para isso, o governo estava disposto a dar certos benefícios pontuais aos sem-terra, o que, no entanto, não mexeria na estrutura rural de forma definitiva ou radical. Dessa forma, o governo aparentaria ter uma grande preocupação com os milhões de 'miseráveis' sem-terra, e, ainda por cima, não teria o empecilho de um movimento barulhento ante o seu projeto de governo.

Na edição de 1996, em uma reportagem intitulada '*Sangue em Eldorado*' (24/04/1996), Veja parece querer despertar compaixão pela situação enfrentada pelos sem-terra. É o início do que culmina, em abril de 1997, na matéria '*A marcha dos radicais*'(16/04/1997).

Na primeira matéria de capa, ainda em 1996, é assim descrita a situação dos sem-terra:

> [...] Os homens e as mulheres atacados na floresta, que deixaram sangue e pedaços de cérebro espalhados pelo chão e pela relva, são esses brasileiros chamados sem-terra, cidadãos que andam descalços, têm as roupas sujas de barro e só costumam ser notícia sob forma de cadáver. [...] (Veja, 24 abr. 1996, p. 33).

unesp

A matéria de capa "*A marcha dos Radicais*", apesar de referir-se à chegada do MST a Brasília, é aberta com uma outra matéria contando o dia-dia dos sem-terra e o processo de uma 'invasão[19]' (termo usado pela revista durante toda nossa pesquisa, independentemente da fase).

> [...] Chove sem parar na madrugada de domingo dia 02 de março, quando 1200 famílias de sem-terra invadem a fazenda Pastorisa, um colosso de 10.000 hectares no Pará. [...] A lama espalha-se por todo lado. Para percorrer-se a pé os poucos quilômetros gastam-se mais de quatro horas [...] Marcham mães, uma delas com um bebê de cinco meses no colo. Marcham velhos de mais de 60 anos e também crianças com panelas e trouxas de roupas nas costas [...] É uma visão de filme de Glauber Rocha. Em plena Amazônia, uma multidão com roupas encardidas, rasgadas, ensopadas, ergue suas foices e enxadas [...] (Veja, 16 abr. 1997, p. 36).

Vemos claramente nessas passagens a intenção de Veja de passar a imagem de pessoas humildes, brasileiros, cidadãos dignos de compaixão. A cena da mãe com a criancinha no colo é capaz de comover qualquer um, em detrimento do ódio que sentimos ao saber do tamanho colossal da fazenda que as famílias invadiram.

O restante dessa matéria, como pode ser constatado nos anexos, só faz enaltecer a coragem e a tenacidade dos quase heróis do MST.

---

[19] A revista trabalha sempre com o termo 'invasão', optamos por usar em nosso trabalho o termo ocupação.Segundo definição do dicionário Houaiss, o termo Invasão é o ato de penetrar (em local, espaço etc.) ocupando-o pela força, acompanhada de violência e devastações; crime que consiste na entrada, sem autorização, em estabelecimento de trabalho com o objetivo de prejudicar as atividades normais ou danificar o próprio estabelecimento; desrespeito, desconsideração, especialmente em relação à vida pessoal de outrem; usurpação. Por entender que esse termo não se encaixa para descrever as ações do movimento, preterimos ela em pelo termo Ocupação, que ainda segundo o mesmo dicionário refere-se: modo de aquisição da propriedade de coisa móvel sem dono ou abandonada; apropriação; ato de apoderar-se de algo ou uma propriedade; posse.

unesp

É interessante ressaltar que uma das estratégias para desqualificar o MST na terceira fase da revista é pouco mencionada aqui. É a alusão à bandeira do MST. Nessa etapa de harmonia da mídia com o movimento, a expressão 'bandeira vermelha' aparece apenas duas vezes e de forma literal, ou seja, sem nenhuma conotação pejorativa.

> [...] ensopados erguem suas foices e enxadas. Dá gritos de guerra. Hasteia a bandeira Vermelha do MST. [...] (Veja, 24 abr. 1996, p.36).

Como veremos mais adiante, a expressão 'bandeira vermelha' vai sempre ser atrelada a regimes como o comunismo e o socialismo, regimes tidos como autoritários, que não deram certo; são antiquados os que pensam neles como forma de gerir o Estado.

A marca histórica da bandeira vermelha, que sempre esteve ligada às lutas populares, à contestação de regimes capitalistas, é deixada de lado, isso em nome da boa convivência com o MST, que nessa fase não é visto como um movimento de baderneiros, caracterizando-se como um movimento social 'civilizado' ou, se preferir, 'cidadão'. É interessante notar que, na capa da edição "A marcha dos radicais", as bandeiras do MST misturam-se a uma bandeira maior, do Brasil, demonstrando a harmonia entre as duas.

unesp

Outros aspectos são interessantes de serem observados, para contrapor mais à frente, com o intuito de verificarmos como as opiniões sobre as mesmas questões se alteram radicalmente.

Ainda na reportagem '*A marcha dos radicais*', para esclarecer a todos que o MST é um movimento sério, é mostrada a organização dos acampamentos e a rigorosidade com que qualquer contravenção é punida.

> [...] A disciplina nos acampamentos é exigência da sobrevivência. Quem exagerar na pinga, assediar uma "companheira" com grosseria ou sair da linha por qualquer outro motivo pode ser punido. [...] (Veja, 24 abr. 1996, p.39).

Outra observação importante é a forma como a revista se refere às pretensões dos participantes do MST, ou seja, o '*pedacinho de terra*', ou '*pedaço de chão*', a luta pelo '*pedacinho de chão*', termos que aparecem com freqüência nessa fase. Mais à frente essas mesmas expressões não terão sentido tão terno como nesse período.

Também nessa fase, não raro, a revista faz menções à situação rudimentar dos participantes da marcha. A 'estética da fome' é pintada em cores fortes pela revista. Ela enaltece os calos dos participantes, a falta de calçados e as roupas esfarrapadas, além de considera-los mártires.

> [...] é a visão de que homens pobres, sem sapatos e mãos calosas, só conseguem ser ouvidos quando formam um coro de cadáveres [...] uma multidão com roupas encardidas, rasgadas, ensopadas [...] muitos caminham

> descalços [...] com suas foices, e suas lonas pretas, os sem-terra morrem como mártires, com as roupas ensangüentadas, os corpos machucados [...] (Veja, 24, abr. 1996, p.39)

Quando do encontro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, Veja diz:

> [...] no horário combinado, apareceram os sem-terra, de camisa empoeirada e bonezinho vermelho. Nenhum usava sandálias Havaianas, uns poucos calçavam sandálias de couro, a maioria estava de tênis. [...] (Veja, 23 abr. 1997, p.28).

Vemos que os integrantes do MST, apesar de pobres, sabem reconhecer o ambiente em que se encontram e tentam vestir-se adequadamente. Por isso, embora pobres, tentam ficar o melhor possível para a ocasião.

Essas caracterizações dadas aos sem-terra nos parece uma tentativa de localizar o leitor classe média de Veja do que 'estamos falando', pois essa estética e as dificuldades enfrentadas por esses personagens são totalmente estranhas aos seus leitores. E mais que isso, essas caracterizações vêm carregadas de benevolência e misericórdia; são um apelo piegas à situação desses cidadãos brasileiros.

Outra passagem interessante é a relação entre o moderno e o arcaico, que vai ser bem explorada de forma negativa no ano de 2004, como veremos adiante.

Ainda em 1996, o então Presidente Fernando Henrique creditou as mortes ocorridas em Eldorado dos Carajás a dois representantes do Brasil Arcaico: a polícia e os sem-terra. Veja corre logo em direção a defesa dos sem-terra.

unesp

> [...] Como um sociólogo debruçado sobre personagens de uma tese acadêmica, e não pessoas de carne e osso, com sonhos de um futuro melhor, filhos para criar e uma vida para tocar. Fernando Henrique classificou os sem-terra e a PM de representantes do 'Brasil Arcaico', em oposição ao 'moderno' do qual se considera representante, talvez condutor. [...] (Veja, 24 abr. 1996, p. 39)

E continua:

> [...] O presidente só mudou de atitude depois que outros 'modernos' se mostraram sinceramente chocados com o que ocorrera com os 'arcaicos'. Quando o assunto se tornou manchete em todas as emissoras de rádio e TV, inclusive internacionais. Fernando Henrique desceu de seu gabinete no Planalto para dizer que considerava o episódio 'inaceitável, injustificável, e que constrange o país e o presidente da república. [...] (Veja, 24 abr. 1996, p. 39).

Essa discussão torna-se muito interessante na medida em que vemos como Veja coloca o perfil de Stedile em confronto com o do presidente.

> [...] "Foi com os padres que eu (Stedile) aprendi a ter disciplina, gosto pelos estudos, amor ao próximo e não ligar para questões materiais", conta ele. Ou seja, num Brasil onde se discute o choque entre o arcaico e o moderno, globalização e exclusão, Stedile está ao lado da tradição, do regional, do pequeno. [...] (Veja, 28 de maio, 1997 p. 46).

unesp

Claramente, a revista considera as características '*arcaicas*' de Stedile virtudes, uma vez que a modernidade leva à exclusão; se Stedile é pouco moderno, isso se deve à sua compaixão ao próximo, aos valores que adquiriu com a religião e à sua criação repleta de valores. Stedile e o MST não são vistos como defensores do atraso e do conservadorismo, mas sim como defensores ferrenhos dos valores justos.

Dessa maneira, vemos como Veja caracteriza os sem-terra durante essa etapa. Na matéria de 23/04/1997, Veja faz uma questão e dá a resposta:

> [...] Passada a marcha, a manifestação, a festa e a audiência, resta a pergunta: o que fazer? O quer fazer com eles, o sem-terra, os pobres, os sem nada? Responder a essa pergunta é dizer que Brasil se quer construir. [...] (Veja, 23 abr. 1997, p.26).

Que rumo tomará a revista, diante desse cenário que ela mesma pinta? A resposta não demora a vir.

5.2 Contradição

Essa fase se caracteriza como uma fase de transição relativamente rápida. Ela pode ser encontrada ainda no final de nossa primeira etapa, a *Legitimação*, e é encontrada também dentro da antepenúltima fase, a *Desqualificação*.

Quanto às perguntas feitas por Veja (O que fazer pós-marcha? O que fazer com os sem-terra?), elas foram respondidas pelo MST com o aumento do número de

unesp

ocupações e com a ocupação cada vez maior de espaços urbanos, como prédios públicos e praças de pedágio.

Como aparentemente o movimento não aceitou ser um movimento 'civilizado' e esperar o resultado de seus pedidos levados ao governo, ele continuou a protestar e a exigir. A revista começou, então, a questionar as atitudes do movimento.

É nesse momento que a revista usa posições contrárias de aliados e até mesmo de líderes do MST para tentar evidenciar a falta de coerência do movimento e demonstrar como, na verdade, caracterizam-se como '*um bando de descontentes*'.

No cenário político, isso é facilitado pela tentativa do PT, um aliado histórico do MST, em desvencilhar sua imagem da do MST. Estávamos no ano de 1998, e o então candidato a Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha que lidar com perguntas do tipo: '*Se o senhor for eleito é verdade que vai tomar a terra de todo mundo, e dar para os sem-terra?*', e até 'É verdade que teremos que dividir nossas casas e nossos quartos com os sem-teto?'.

Dentro do partido, grande parte de seus membros queria afastar a imagem do MST da do PT. Isso ajudou a revista a recolher opiniões de aliados históricos, desfavoráveis ao MST.

Outra situação que colaborou nesse momento foi o confronto dentro da Igreja Católica, outra aliada declarada do MST. A revista coloca a opinião da ala conservadora da CNBB, já sob uma relativa influência do movimento carismático, movimento conhecidamente apolítico. Para contrastar com as atitudes do movimento,

unesp

a Renovação Carismática havia ganhado muita força e adeptos graças ao padre/cantor Marcelo Rossi.

Também contribuiu para essa discussão o fato de aparecerem várias lideranças no cenário nacional, como os já conhecidos José Rainha, Stedile e Gilmar Mauro, pois isso serviu como pretexto para a revista dar dimensões gigantescas a uma disputa interna pelo poder no MST. A disputa pelo poder dentro do movimento torna-se muito mais importante do que a reivindicação do movimento, graças ao destaque dado a ela.

Ao mostrar as contradições e divisões existentes dentro do MST e também entre aqueles que o apóiam, a revista usa a tática do confronto indireto de opiniões. São colocadas opiniões divergentes sobre o mesmo assunto. Essas opiniões são obtidas de pessoas como padres, políticos e até mesmo líderes do MST.

A primeira e mais notória parte dessa fase se dá com a criação de diferentes graus de poder entre as lideranças, contrapondo com a personalidade dos líderes. Os mais usados para isso foram Stedile e Rainha.

Na reportagem 'A esquerda com raiva', o perfil do dirigente José Rainha é diferenciado do perfil de Stedile. Segundo Veja, Rainha é o que se pode chamar de 'sem-terra de resultados', enquanto Stedile se inclina mais para a política.

Essa divisão entre perfis e funções e a diferenciação de poderes entre Rainha e Stedile dentro do MST é constante, mesmo que em alguns momentos a revista tenha que reinterpretar a opinião de um deles para dar o contorno desejado por ela. No trecho a seguir, vemos um exemplo disso:

unesp

> [...] Stedile gosta de negar sua condição de número 1, diz que o MST não prática o culto à personalidade e afirma que todas as decisões são tomadas coletivamente. Balela. Tanto ele é o chefe que até suas piadas fazem mais sucesso que as dos outros. [...] (Veja, 03 jun. 1998, p. 71).

De acordo com o Estatuto do MST, não há um líder geral, mas sim membros da executiva nacional que decidem de forma conjunta. Se o estatuto do MST não diz a verdade, ou se ele não é praticado de fato, caberia a *Veja* contestar os personagens. Mas, ao invés disso, a revista baseia-se no fato de alguns rirem mais das piadas de Stedile (o que não tem nada de objetividade jornalística), para negar o que ele realmente falou e o que diz um artigo do Estatuto do MST.

Nesse momento, *Veja* dá uma dimensão ao confronto indireto dos líderes do movimento, de tal forma que, aos olhos dos leitores, parece haver uma guerra interna pelo poder.

A indisposição com aliados políticos, como o PT, aparece na matéria de 13 de outubro de 1999, sob o título *'A quarta tentativa'*, que versa sobre a possibilidade de Lula voltar à disputa eleitoral em 2002.

É interessante observar que, apesar de a reportagem falar de possíveis substitutos de Lula como candidatos do PT, destaca-se na reportagem uma foto de membros do MST marchando e, ao lado desta, aparece outra foto menor, de Lula. Durante esse ano, sempre que se fala do MST ou do PT, o outro é inserido de forma indireta no texto.

unesp

> [...] O líder no MST e aliado de Lula, João Pedro Stédile, também pôs fogo. 'Vamos quebrar os pedágios', disse [...] O eleitorado tem dado seguidas demonstrações de que não compactua com este estilo baderneiro de alguns setores do PT e da esquerda. Mas a bravata parece ser um impulso incontrolável entre alguns representantes da bandeira vermelha. [...] (Veja, 13 de out. 1999, p. 49).

Essa reportagem é sobre o PT, mas traz o MST inserido em um de seus parágrafos. Em 20 de outubro de 1999, uma semana depois, na matéria intitulada *'Marchando para trás'*, as coisas se invertem. A reportagem agora é sobre o MST e é feita uma referência ao PT no final da matéria.

> [...] Hoje, alguns setores mais moderados do partido já estão querendo mostrar que as bandeiras vermelhas do PT são diferentes da do MST. O raciocínio é simples, baderna não traz votos. [...] (Veja, 13 out. 1999, p. 51).

Ou seja, a bandeira vermelha do MST é a da baderna e a do PT, da moderação, e essa sim pode gerar frutos (votos), desde que dissociada da bandeira vermelha radical. Mais do que mostrar para o PT os caminhos para o sucesso nas urnas, essa matéria visa separar e enfraquecer as relações entre essas duas instituições. Essa estratégia vai ser adotada pelo PT, desde então, até as eleições ganhas pelo partido em 2002, quando o partido se colocou a favor da reforma agrária, mas condenava o modo como o MST a reivindicava, evitando assim ser criticado por Veja por uma possível parceria com o MST, o que viabilizou a eleição de Lula. E mais, Lula se dizia o único

unesp

candidato capaz de fazer uma reforma agrária sem invasões e sem conflitos, ou seja, seria o único a voltar a dar um caráter cidadão ao movimento.

Desde a matéria de 25 de abril de 1998, intitulada 'Mudança de Tática', essa disputa é mais uma vez incitada pela revista.

> [...] resta saber se o movimento que tem opositores até dentro do PT, conseguirá manter sua popularidade mesmo invadindo prédios públicos. [...] (Veja, 25, abr. 1998, p. 33).

Na matéria '*Caso de Política*' de agosto do mesmo ano, diz a revista:

> [...] O MST, além de conquistar mais glebas de terra, tem interesse em fazer barulho por uma questão partidária. Quer ganhar influência no PT, partido em que existem alas que defendem e alas que condenam o comportamento do MST. [...] (Veja, 08 abr. 1998, p. 28).

Essa matéria, muito embora trate do conflito com os fazendeiros, coloca como causa das invasões a vontade de ganhar '*influência política*' no PT, ou seja, os interesses para se fazer a invasão não encontram seus motivos na luta pelo pedaço de chão, mas sim na disputa interna por espaço dentro do Partido dos Trabalhadores.

Na matéria '*O Movimento dos sem causa*' de 26 do abril de 2000, a revista afirma:

> [...] A ação do MST é tão radical que gerou protesto entre seus aliados tradicionais. O PT divulgou uma nota à imprensa condenando a arruaça em Belém. 'Nós do PT não nos pautamos por invasões em prédios públicos', diz

unesp

> a nota assinada pela executiva regional do partido no Pará. [...] O MST não se intimidou com a reação dos amigos. [...] (Veja, 26 abr. 2000, p. 36).

Na reportagem '*O MST fatura a fome*', de 13 de maio de 1998, a revista reafirma a crescente dicotomia com o PT e mais ainda com a esquerda em geral:

> [...] Movimento que corre à margem dos partidos políticos e da vida institucional brasileira. O MST é acolhido ideologicamente pela esquerda, mas costuma ser visto com desconfiança até por correntes do PT. [...] (Veja, 13 de maio, 1998, p. 34).

A próxima etapa dessa fase é a separação entre base e liderança. Depois de colocar os líderes do movimento em '*colisão*' e o movimento em choque com seus tradicionais aliados, a revista evidencia a diferença entre as pessoas que formam as fileiras do MST e os líderes que as representam.

> [...] A maioria dos brasileiros já viu uma imagem do sem-terra comum, aquele de aspecto desamparado, roupa suja e pés descalços que se avista em fotografias com foice na mão. No país inteiro as chacinas de Corumbiara e de Eldorado de Carajás, em que 31 sem-terra morreram massacrados, provocaram clamor nacional. Até agora, apesar da importância da organização, pouco se sabe sobre seus principais dirigentes, que não pegam na enxada nem trabalham na terra. [...] (Veja, 1999, p. 70).

Aparece aqui a nova estratégia de dividir o movimento: agora são colocados em contraste os sem-terra, desamparados e de pés descalços, que têm legitimidade para

unesp

pedir um pedaço de chão, com seus dirigentes, que, ao contrário dos esfarrapados que encontramos nas fotos, sequer pegam na enxada, quiçá trabalham na terra. E essa tática será adotada outras vezes, como veremos.

5.3 Desqualificação

Essa nova fase, não isolada, mas em decorrência da mudança do discurso que a revista já vinha adotando, se dá, em nossa opinião, ainda em 1998, na reportagem '*A esquerda com raiva*', quando da publicação da avaliação do então ministro da Reforma Agrária, Raul Jugmann. Diz ele à revista:

> [...] Ele [o MST], é o produto do ódio que o colonato do Rio Grande do Sul, imigrante e religioso, tem contra a modernidade, a tecnologia e a incerteza do capitalismo. [...] (Veja, 03 jun. 1998, p. 46).

O ministro credita a formatação do MST a uma série de fatores, do colonato gaúcho, principalmente, à religiosidade católica contrária à modernidade. O ministro descarta totalmente os estudos a respeito do assunto nos quais vários autores, entre eles José de Souza Martins (1989), mostram que na configuração religiosa dos sem-terra encontramos, em grande número, luteranos, metodistas, presbiterianos, entre outros.

O interessante é nos remetermos à discussão anteriormente feita sobre o arcaico e o moderno. O arcaico de Stedile era preferível ao moderno de FHC, na fase de *Legitimação*, como já vimos. Já nessa etapa a revista incorpora o discurso do governo com tremenda facilidade. Tanto é verdade que, na semana seguinte, na reportagem

unesp

'*Fé, enxada e chimarrão*', de 28 de outubro de 1998, a revista explica a origem do pensamento atrasado do MST e por que eles odeiam a modernidade:

> [...] A concentração de padres sulistas no movimento pela reforma agrária não é só um dado estatístico e a análise sobre sua origem não é apenas uma curiosidade sociológica. O interesse dos padres da Região Sul pelo Movimento dos Sem Terra e outros movimentos ligados à reforma agrária é um fenômeno que explica em parte a lógica e a maneira de pensar do próprio MST. O fato de os padres que apóiam o movimento ser (sic) originários de famílias de imigrantes, conservadoras e profundamente religiosas, estabelecidas em pequenas propriedades, cria a base para que seus descendentes de batina sejam refratários a modernizações em relação aos mecanismos capitalistas de produção.[...] (Veja, 28 out. 1998, p. 109).

O discurso proferido pelo ministro uma semana antes, passa a ser referência para Veja desqualificar o movimento na semana seguinte.

Esse confronto entre o moderno, representado pelo capitalismo e pelos grandes produtores rurais do Brasil, e o atraso, representado pelo MST e por sua ideologia refratária à modernidade, vai dar o tom dessa fase, que se estende até hoje.

Gohn (2000) observa que as principais empresas de comunicação mudaram a tônica do discurso. Desta vez, passaram a dar destaque a todo e qualquer aspecto negativo das atividades do MST.

> [...] Resulta que, a partir de 97, a mídia das grandes empresas, ávidas por manchetes acirradas, voltou à posição anterior, de combate às ações do MST. As representações e as imagens boas foram se alterando segundo a

> conjuntura das relações do MST com o governo, e de problemas internos do próprio MST, que passaram a ser noticiados sistematicamente [...] Com isso a posição dos principais órgãos da mídia deixou a 'simpatia' dos dias da marcha para o combate sistemático das ações do MST, divulgando apenas os problemas. Nunca as conquistas e os bons resultados dos assentamentos agrícolas já consolidados foram divulgados como manchetes. Todos os destaques passaram a ser para os acampados (sic) dos 'recém invasores'. [...] (Gohn, 2000, p. 147).

Verificamos essa hipótese levantada por Gohn, mas notamos algumas diferenças quanto ao andamento desse processo de ataque sistêmico. Nessa fase, o MST só é noticiado pelos problemas internos e sempre de forma pejorativa.

A matéria '*O movimento dos sem causa*', de 26 de abril de 2000, diz que os sem-terra não têm porque protestar, uma vez que já '*ganharam*' o equivalente ao território de quatro países europeus, coadunando com a opinião que o Ministro Raul Jugmann explicitou nas páginas de Veja, dizendo que a reforma agrária estava sendo implementada a contento.

Em relação ao título da reportagem, '*O Movimento dos sem causa*', essa vai ser uma máxima adotada pela revista em suas próximas reportagens.

Em contraposição com as questões '*o que fazer com os sem-terra, os pobres, os sem nada?*' levantadas na reportagem "Eles chegaram lá", de 1997, agora as qualificações e derivações do movimento dos sem-terra ganha novas expressões, como: '*Os sem causa*', '*sem-terra e sem lei*', '*sem chance*', '*sem juízo*', '*os sem-limites*', entre outras derivações encontradas nas páginas da revista para classificar o

unesp

movimento dos sem-terra. Essas formas de denominar o movimento, além de ironizar e de acusar diretamente o movimento, o enfraquece e vulgariza suas ações.

Esses expedientes têm início na matéria '*A esquerda com raiva*', onde a revista usa uma série de adjetivos pejorativos para identificar o movimento e seus integrantes.

> [...] Sua principal bandeira, a reforma agrária, é um assunto do século passado, fora de moda, embora ainda insepulto [...] Entre seus 100.000 seguidores, há de tudo: desempregados, analfabetos, agricultores arruinados, comerciários sem eira nem beira, gente que foi bóia fria ou veio das favelas nas grandes cidades. Formam [...] o chamado lúmpen, a expressão que Karl Marx usou para designar 'o lixo de todas as classes'. Sua estrutura tem um quê da velha concepção de partido criado por Lênin, o revolucionário russo, com hierarquia rígida e comando centralizado. Pois não é que uma bandeira tão arcaica, uma massa de pés descalços e uma estrutura tão antiquada agiram o Brasil [...]. (Veja, 03 jun. 1998, p. 42).

Nesse trecho, vemos que a revista, diferentemente do que fazia durante a época da marcha, trata a reforma agrária como coisa ultrapassada, insepulta, ou seja, que já deveria estar enterrada. Em seguida, classifica os participantes de acordo com seus critérios. De uma maneira geral, tenta designar pessoas de classes inferiores, de nível econômico-social muito baixo. Veja ainda reforça essa idéia com o uso um tanto duvidoso de uma categorização utilizada por Marx - lúmpen -, dizendo que os membros do MST são "*o lixo de todas as classes*".

A partir daí, a revista usa de sarcasmo para desqualificar as falas das lideranças do MST, oferecendo conotação antiquada às opiniões dadas por essas lideranças; por

outro lado, os críticos têm em suas opiniões verdades absolutas e falas responsáveis e respaldadas.

Quando Stedile faz uma menção positiva ao movimento zapatista do México, essa menção se transforma na seguinte frase na revista:

> [...] O grupo é uma tropa mambembe que controla militarmente cidadezinhas e prega um modo de produção coletivista. 'Os zapatistas representam a queda do muro de neoliberal', afirma o líder do MST, João Pedro Stedile. [...] (Veja, 03 jun.1998, p. 48).

Antes mesmo de mencionar a frase da liderança, a revista já a desqualifica. O contrário acontece quando algum fazendeiro ou ministro dá depoimentos desfavoráveis, acusando os integrantes do MST de extorsões, chantagens, espancamentos e vandalismo que teriam sido praticados pelos sem-terra durante as invasões de terras produtivas, que são, na verdade, a minoria das terras reivindicadas pelo MST.

Até mesmo a regra do jornalismo ético de se ouvir os dois lados da questão (principalmente quando a questão envolve acusações) é quebrada nessa fase de desqualificação. E, quando aparece a frase de algum integrante do movimento, ela vem para ratificar a idéia lançada pelo fazendeiro:

unesp

> [...] 'Falar só em produtividade não nos interessa mais, queremos todas as terras que não estão cumprindo sua função social', diz um dos lideres do movimento no Paraná.' [...] (idem, p. 50).

Dar-se-á nessa fase o uso indiscriminado da palavra 'baderna', que será utilizada tanto pela revista, como também pelos entrevistados.

No ano de 1997, a palavra aparece na declaração de dois políticos, o Presidente FHC e o Governador do Paraná, Jaime Lerner, ambos criticando o MST. Diz FHC: *"A sociedade brasileira exige um basta a esse clima de baderna"*. E o Governador do Paraná diz: O *episódio evidencia o descontrole do MST, e não vamos tolerar a baderna* (p.35).

1833

Há duas curiosidades sobre essas frases. A primeira, dita por FHC, encontra-se na matéria de 28 de maio de 1997, chamada "*A voz rouca da ordem*", oportunidade em que a revista critica o governo e a forma como ele trata o sem-terra. A crítica ao governo vai desaparecer na fase de desqualificação, quando a revista assume o discurso do presidente e categoriza o movimento como um bando de baderneiros.

A outra curiosidade encontra-se na declaração do Governador Jaime Lerner, apesar de a revista explicar que quem provocou a confusão foram pessoas ligadas ao MTRST (Movimento Trabalhista Rural Sem Terra), o governador critica mesmo assim o MST.

Daí em diante, as matérias tiveram essa palavra como constante, entre outras palavras similares. Na matéria "*Assalto ao Cofre*" (25/08/99), Veja usa expressões

unesp

como '*bagunça*', '*quebra-quebra*' e '*inferno*' para designar as ações do movimento, que se organizava para fazer uma marcha até Brasília.

Nessa matéria também aparece o temor do governo de que a manifestação termine em violência: "*Com medo da Baderna*", que os integrantes do MST podem instaurar.

Também na reportagem já citada por nós neste trabalho, "*A quarta tentativa*", a revista usa novamente a expressão 'baderna' como forma de classificar as ações do Movimento:

> [...] O eleitorado tem dado seguidas demonstrações de que não compactua com esse estilo baderneiro de alguns setores do PT e da Esquerda. [...] (Veja, 13 out. 1998, p. 49).

Na reportagem "Marchando para trás" (20/10/99), a tendência é confirmada:

> [...] Integrantes de uma passeata enfeitada com bandeiras vermelhas do movimento provocaram um a grande baderna [...] (Veja 20 out. 1999, p. 51).

"*O raciocínio é simples: Baderna não traz votos*". Essa afirmação aparece na reportagem que fala da necessidade do PT distanciar-se do MST, que aparece ainda na fase que chamamos de Contradição. A reportagem "*O movimento dos sem causa*" (26/04/2000) classifica os manifestantes de Belém de baderneiros.

unesp

O ápice dessa tendência se concretiza com a matéria de capa "*A tática da baderna*" (10/05/2000). Aqui se nota que a palavra baderna toma um caráter mais amplo. Essa baderna não só preocupa por bagunçar praças e causar tumultos, mas também por colocar em xeque a estabilidade das instituições democráticas brasileiras, como a lei, a ordem e a justiça.

Como já havíamos adiantado, aqui a opinião de FHC é usada novamente, só que dessa vez para enfatizar a idéia exposta pela matéria:

> [...] "O Brasil cansou de falta de respeito à liberdade, da transformação da liberdade de uns no constrangimento de outros. O Brasil e o presidente não vão mais admitir que funcionários públicos sejam reféns de gente que faz baderna em nome de uma causa que em si é justa", disse o presidente durante solenidade no Planalto. [...] (Veja 10 de maio, 2000, p. 40).

Veja, mais que prontamente, também faz uso de palavras com o mesmo significado de baderna para corroborar a idéia de FHC. A revista usa palavras como '*arruaceiros*' e '*desordem*' para designar os integrantes do MST e suas ações.

> [...] O secretário da Presidência Aloysio Nunes Ferreira, apresentou com clareza as razões pelas quais as desordens dos sem-terra deveriam ser enfrentadas com o vigor necessário. Segundo Nunes, os membros do MST estão atuando de modo criminoso contra a democracia vigente no país. [...] (Veja, 10 de maio de 2000, p. 46).

unesp

A palavra baderna não é usada somente pelos membros do governo e pela revista. Os políticos de centro e de direita também se valem dessa expressão na tentativa de associar seus adversários políticos ao MST, ou seja, aos princípios antidemocráticos e às idéias arcaicas:

> [...] É esse tipo de disciplina (a do MST) que se quer neste país? Se a maioria da população quiser votar no caos, na baderna, na anarquia, eu democraticamente não posso fazer nada. [...] (Paulo Maluf, FSP, 26/10/2000).

Essa associação também foi usada em outras disputas eleitorais, com os candidatos à prefeitura de Curitiba, de Recife e de São Paulo, como vemos na citação acima, sempre na tentativa de associar a imagem de baderna do MST aos candidatos do PT.

A revista Veja dissemina o medo baseada em uma visão catastrófica da participação popular na política, e reproduz esse pensamento comum entre todos os setores da sociedade que defendem o *status quo* e estabelece limites para a participação popular. Esse discurso, além de encontrar ecos nos políticos de centro e direita, reverbera nas instâncias do Judiciário:

> [...] Os membros do MST, de modo criminoso, realizaram baderna em nome de uma causa, e como criminosos comuns devem ser responsabilizados por seus atos. [...] (Os sem-terra) cruzaram os limites ideológicos, assumindo

> posições pré-revolucionárias para prática da desordem pública, desafiando as instituições. [...] (Caros Amigos, 10/2000).

O texto acima reproduzido, da coluna de José Arbex Jr., da revista Caros Amigos, é um trecho da sentença proferida no dia três de julho pela Juíza Ana Cristina Paz Néri, da Comarca de Boituva. A desqualificação do Movimento também é usada na sentença, onde são usadas as mesmas palavras que marcam o discurso de Veja nessa fase.

Substituindo Rainha por Antônio Conselheiro, a ameaça que Canudos representava à República pela ameaça que o MST representa à democracia, e a 'massa fanatizada' de Canudos pela 'massa manipulada' do MST, veremos que os fundamentos contidos nos jornais da época de Canudos e os fundamentos de Veja são os mesmos, mesmo passados mais de 100 anos. Como podemos observar na matéria do jornal A Gazeta de Notícias, de 1974, os revoltosos de Canudos eram denominados "os relapsos da lei e da ordem, os desagregados da sociedade". E a vitória das tropas federais contra Canudos foi assim comemorada:

> [...] Vitória que veio consolidar a República com uma lição tremenda aos perturbadores da ordem. [...] (Galvão, 1974, p. 211).

Essa comparação mostra que os setores interessados em manter o *status quo* sempre utilizaram termos difamatórios para designar qualquer luta ou manifestação de massa que venha a contestar os valores políticos predominantes. Preferem usar de

unesp

forma preventiva a palavra baderna como advertência ao papel das massas nas democracias modernas. Dessa forma, qualquer um pode definir claramente os limites da democracia, usando-se de chavões como: *'liberdade, mas sem libertinagem', 'e a democracia não combina com baderna'.*

Outra forma utilizada para desqualificar o movimento se deu através do ataque sistêmico aos seus líderes, através de comparações e chacotas.

Em 1998, na reportagem "*Caso de política*", de 04 de agosto, a revista chama os líderes do MST de 'caciques' e de 'turma do barulho'. O termo cacique volta a ser usado na reportagem de 05 de maio de 1999.

> [...] Depois do fracasso do socialismo real que hoje só se mantém como fachada nos regimes patéticos da Coréia do Norte e de Cuba, os caciques do MST continuam carregando o andor da revolução como se tivessem passado as últimas décadas em como na UTI de um hospital [...] (Veja, 05 maio 1999, p. 51).

Na reportagem "*Suspiro no Campo*" (17/05/2000), Stedile é citado como o "*radical João Pedro Stedile*", enquanto na matéria intitulada "*Teatro agrário*" (12/07/2000), Stedile é chamado de "*o Grande Mestre*" e José Rainha de "*Braço direito de Stedile*" (é válido lembrar que na fase "Contradição", Rainha é mostrado como o avesso de Stedile, e que os dois viviam brigando pelo poder). Nessa mesma reportagem, Rainha é também chamado de "general de um exército".

unesp

No afã de dar um rosto às ações do movimento, a revista destaca os líderes Stedile e Rainha. Isso já havia acontecido na época em que Veja dividiu o MST em duas partes: os camponeses[20], que realmente precisam da terra, e seus líderes.

Esse caráter é reforçado na matéria "*Eles passaram dos limites*" de 05 de maio de 1999, em que Veja novamente divide o MST em dois: em um dos lados coloca os dirigentes com pretensões políticas, e do outro, os camponeses bem intencionados, porém manipulados, que seguem o MST.

> [...] Os pobres que seguem a bandeira vermelha do MST querem de fato seu pedaço de chão, mas as lideranças do movimento têm na luta pela terra apenas um instrumento político. [...] (Veja, 05 maio 1999, p.50).

Essa idéia é acampada pela revista como verdade absoluta, tanto que repete o texto quase que identicamente na matéria "*A tática da baderna*" de outubro de 2000:

> [...] Os pobres que seguem a bandeira do MST querem de fato um pedaço de chão, mas as lideranças do movimento têm na luta pela terra apenas um instrumento político [...] (Veja 10 outubro, 2000, p.49).

> [...] O MST empunha uma bandeira justa, a reforma agrária. Nessa trajetória, muitas vezes seus membros são vitimas de agressões. [...] Mas seu principal argumento de atuação perde força na medida em que o movimento já

[20] Em alguns momentos a revista trabalha com o termo camponês sem se preocupar com discussões acerca do uso desse termo. Da mesma forma que usa camponês, usa o termo sem terra e trabalhador rural, ou seja, para revista não existe diferenças aparentes. Por isso quando se lê camponês é mais correto analisar sem nenhuma conotação mais científica da palavra, e sim mais como um uso em largos tratos do termo.

unesp

> recebeu do governo 22 milhões de hectares de terra, área equivalente a cinco dinamarcas. [...] (Veja, 10 maio 2000, p.51).

Assim, a revista declara que, embora justa, a questão da reforma agrária não necessita mais de mobilização popular, uma vez que o governo está realizando uma grande reforma agrária.

Diferentemente da capa "*A marcha dos radicais*", em que as bandeiras vermelhas se misturavam com uma bandeira maior do Brasil, na capa "*A tática da baderna*", a bandeira do movimento aparece sozinha. Assim como perdem o sentido, as manifestações perdem também o apoio popular. Agora essa bandeira não faz mais sentido; por isso, ela aparece sozinha, tendo como companheira a palavra baderna.

Nesse processo de desqualificação do movimento, Veja deixa claro que há dois objetivos e dois ideais, e, por isso, duas bandeiras distintas. A primeira bandeira (a da reforma agrária), a revista julga correta e necessária, mas é claro que desde que respeite os limites da ordem vigente, sem manifestações públicas ou objetivos políticos. A outra é a bandeira vermelha da baderna e do oportunismo. Para a revista, ela é defendida por uma esquerda ultrapassada que não tem como objetivo a reforma agrária, mas sim fazer propaganda de suas convicções políticas antidemocráticas.

Os dirigentes carregam a bandeira vermelha da militância política, bandeira essa dissociada da reforma agrária, que, embora arcaica, é seguida pelos excluídos que realmente precisam de terra para viver, pessoas que Veja considera ignorantes demais para perceber que são manipuladas pelo MST.

unesp

A única coisa que a revista permite, ou seja, o único anseio permitido é o de conquistar o '*pedacinho de chão*'.

A revista leva a cabo a discussão da reforma agrária, limitando-se a permitir um pedacinho de chão. Ignora a complexidade do processo de reforma agrária, que envolve crédito, fixação do agricultor, condições de saneamento e de escoamento da produção. Notamos essa tendência na matéria já citada "*Caso de Polícia*" (08/04/98):

> [...] Irritado com a participação nas invasões de gente que já tem um pedaço de chão para plantar, o ministro da política fundiária, Raul Jungmann, denunciou na semana passada que existem pelo menos 47 líderes do MST que já ganharam terra, mas continuam invadindo propriedade alheia. [...] (Veja, 08 abr. 1998, p. 29).

Veja não aceita em nenhum momento que o MST organize qualquer outra atividade que não se limite à tomada de posse de áreas que possibilitem a subsistência do trabalhador rural, justamente como pensa a maioria da elite do país. Pedaço de chão é a reivindicação cabível, humilde e esperada, qualquer outra coisa que fuja disso é considerada uma ameaça.

> [...] Os sem-terra, liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, prometem colocar 100.000 manifestantes na Esplanada dos Ministérios para pedir tudo um pouco – de um pedaço de terra à renúncia do presidente. [...] (Veja, 26 abr. 2000, p.40).

unesp

Novamente verificamos que o pedido de pedaço de chão é tido como aceitável. Já o pedido de renúncia do então presidente da república, praticado pelos membros de outros setores sociais, é visto como um ultraje, como se a maneira de governar não estivesse visceralmente ligada ao modelo econômico aplicado ao campo e, conseqüentemente, ao destino dos que trabalham na terra. Veja não aceita como legítima qualquer reivindicação que extrapole o desejo de um pouco de terra para sobreviver. Qualquer inserção na superestrutura política parece ser intromissão indevida de camponeses em assuntos que não lhes dizem respeito.

Historicamente a reforma agrária nunca foi concretizada de fato, graças a intervenções políticas. Durante a República não se fez reforma agrária, pois ela, a elite agrária, tinha ligação visceral com o governo. Getúlio assumiu o poder derrubando essa elite agrária, mas, logo ao assumir une-se a ela para governar, também não realizando a reforma agrária. No governo Jango, quando se pretendia colocar a reforma agrária em prática, ela não se realiza graças ao golpe de 64. Durante o governo Sarney houve uma grande expectativa que acabou por frustrar-se; ele prometia assentar 1,4 milhão de famílias em seu PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), criado pelo MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário), contudo, ao final do seu governo, apenas 6,4%[21] do que era previsto no PNRA se concretizou, ou seja, foram assentadas apenas 80 mil famílias.

[21] In "Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária", Silva, José Graziano, 1985.

unesp

A reforma agrária tem um impulso com a ação do movimento pressionando o governo Fernando Henrique através da luta política, o que prova que a atuação política se faz necessária, ao contrário do pregado pela revista.

Essa fase de desqualificação é reafirmada na carta ao leitor de 10 de maio de 2000, intitulada "Veja avisou", em que Veja resume a idéia que faz do movimento e que pretendeu passar para seu público.

> [...] Quase dois anos atrás ainda havia uma enorme tolerância do governo com os abusos do movimento dos sem-terra. Ao mesmo tempo, seus militantes despertavam simpatia em diversos segmentos da opinião pública brasileira. O MST era visto como porta-voz legítimo dos anseios da categoria mais despossuída da sociedade brasileira, a dos lavradores sem acesso ao mais básico item de sobrevivência, um pedaço de terra para cultivar. Numa reportagem de capa publicada em junho de 1998, VEJA pintou um retrato bem mais realista dos sem-terra. Estampou na capa seu líder, João Pedro Stedile, com uma expressão nada amigável ao lado do título "A esquerda com raiva". No texto, a revista chamava a atenção para o fato de que os objetivos do MST iam muito além de conseguir terra para quem não tinha onde plantar. Usando como argumentação as próprias palestras dos líderes do movimento, manuais e cartilhas de treinamento dos militantes, a revista mostrou que o MST se tornara um movimento político que visava derrubar o regime democrático e promover uma revolução marxista no Brasil. O Tempo se encarregou de mostrar que VEJA, tinha razão de sobra ao descrever o MST como uma organização pouco interessada na reforma fundiária. Hoje, com 600.000 famílias de sem-terra assentadas em um território que equivaleria a cinco Dinamarcas, o MST deixa cada vez mais claras suas intenções de perturbar a ordem por todos os meios que estiverem a seu alcance e, no processo, desestabilizar um governo que considera ilegítimo. Na semana passada, integrantes do MST promoveram invasões, fizeram reféns e ocuparam edifícios públicos em mais

unesp

> uma dezena de capitais. O governo deu uma mostra de ter perdido a paciência e o presidente constatou que o MST "ultrapassou o limite da legalidade". A violência chegou a tal ponto que o movimento perdeu o apoio de seus aliados mais fiéis, como o PT a CUT, e até abalou a convicção de parte da hierarquia da Igreja Católica, que sempre o amparou. Veja foi premonitória. [...] (Veja 10 maio, 2000, p. 03).

Nos anos de 2002, 2003 e 20004, essa tendência de desqualificar o movimento continua; a diferença é que juntamente com a fase de *"Desqualificação"*, aparece uma outra característica dentro dela, e que mereceu uma atenção especial por nossa parte, chamada fase *"Obsolescência"*.

5.4 Obsolescência

Durante os anos que se seguem, um dos únicos pilares de sustentação do MST, que até mesmo a revista Veja considerava justo, começa a ruir, pelo menos para Veja. Nos anos anteriores, a revista criticava a maneira como o MST usava uma questão legítima, ou seja, a reforma agrária, para promover 'atos de vandalismo'. Apesar de criticar os atos do movimento e insistir na dicotomia entre lideranças e liderados, os primeiros querendo poder político e os segundos querendo o '*pedacinho de chão*', a revista sempre viu a reforma agrária como algo justo e legítimo, apesar de considerá-la uma reivindicação arcaica.

O que passa a acontecer, gradualmente, é que a revista acaba com uma das últimas, senão a última questão que ainda permanecia legítima dentro do movimento, a reforma agrária. Sem mais dar chamadas de capa ao MST (isso só volta a acontecer em

2004, quatro anos depois da última capa dedicada ao movimento), a revista começa novamente a remodelar seu discurso.

Colabora para essa mudança a crescente rentabilidade do chamado 'Agrobusiness'. Tanto é assim que a revista passa a dedicar uma edição especial anualmente ao tema. Também passam a ser recorrentes na revista matérias mostrando o crescimento do agronegócio no país e a importância que ele tem na produção e exportação de grãos, sendo o responsável direto pelo superávit gerado na balança comercial brasileira.

A agricultura não é mais terreno para pequenos agricultores, nem para agricultura familiar; ela é espaço de grandes negócios, mecanização intensiva e larga escala de produção. Sendo assim, a revista começa a mostrar que a reforma agrária no Brasil perdeu o '*time*', ou seja, se não foi feita quando deveria ter sido feita, não se deve fazer mais, pois o modelo da pequena propriedade em nada colabora para o crescimento do campo nacional. Tanto a reforma agrária, quanto a luta por ela e conseqüentemente a existência do MST passam a ser desnecessárias, no país do agrobusiness.

As reportagens passam a mostrar o '*way of life*' desses novos ricos. Fruto da implementação tecnológica e de gestões modernas do campo, esses '*agroboys*' que na sua maioria, são plantadores de soja, passam a ser retratados por Veja como o "*Brasil que dá certo*", em contraste com o Brasil desejado pelo MST, esse mostrado como o "*Brasil que não dá certo*". Vemos ainda, na revista o agronegócio representando o "*Brasil da solução*" e o MST representando o "*Brasil do Problema*". O interesse da revista por esses novos personagens vai desde a música country/sertaneja que escutam,

até os carros importados que adquiriram através dos dólares conseguidos com a exportação de grãos. Ela mostra ainda como as maiores diversões deles - o rodeio e as exposições agropecuárias - geram lucros, empregos e dividendos para as cidades que abrigam esse tipo de evento.

Diante desse esplendoroso campo, a reforma agrária nem mesmo é necessária, pois ela representaria um retrocesso no processo de avanço do campo, sem falar que o medo da sua implementação faz com que investidores internacionais deixem de investir no Brasil, juntamente com o medo das ações do MST.

A partir de então, a única fibra que restava para sustentar as ações do MST foi rompida. De agora em diante, a desqualificação do movimento pode ser feita em todos os sentidos, inclusive, contestando a necessidade de se realizar a reforma agrária.

Na reportagem "*Mais do que sem terra. Sem chance*" de 20/09/2000, a revista afirma que o modelo de distribuição que o MST advoga tem tudo para falhar, pois ele corre contra a história.

> [...] Eles reapareceram na segunda-feira da semana passada tomando prédios públicos em seis capitais, fazendo manifestações [...] e denunciando o governo por não cumprir o cronograma de desapropriações, assentamentos e liberações de verbas [...] Depois de chamar a atenção para sua causa de sempre, foram saindo do noticiário. [...] O movimento dos trabalhadores sem terra diz que há 70.000 famílias acampadas Brasil afora sob sua liderança, esperando por um lote com área média de 20 hectares. Mais de 30.000 famílias aguardam lotes em outros acampamentos e, pelo cálculo do economista José Graziano, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), outras 900.000 se encaixam nos critérios de beneficiáveis pelo

trabalho do Incra. Matematicamente, portanto, considerando o ritmo de assentamentos promovidos pelo governo Fernando Henrique, seria de se esperar que os sem-terra estivessem desaparecendo lentamente da paisagem, integrando-se à economia, como aconteceu em todos os países que adotaram a reforma agrária em algum momento de sua história para reorganizar a propriedade no campo. Mas sobram indícios de que o processo de assentamentos veio tarde demais no Brasil e não atende exatamente que tem competência para se beneficiar dele. [...] Por fim, 91% dos assentados pesquisados declararam ter sido, anteriormente, arrendatários, donos, meeiros ou parceiros na exploração de atividade agrícola. Ou seja, com altíssima probabilidade de terem fracassado antes na condução de empreendimentos rurais. [...] 'Apenas um quinto dos que recebem terra consegue gerar renda suficiente para se manter no campo', informa o pesquisador Eliseu Roberto Alves, ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. [...] Na campanha da fraternidade do ano passado, por exemplo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil produziu um documento sugerindo que o Estado procure criar empregos evitando os recursos tecnológicos que excluam mão-de-obra e aumentem a produtividade. Em outras palavras, a CNBB sugere que se evite a modernização do campo em nome da manutenção de postos de trabalho. [...] esse caminho anacrônico nunca produziu resultados esperados. Sempre que surgem inovações tecnológicas, muitos empregos desaparecem, outros tantos são criados e o padrão salarial inevitavelmente cresce. [...] Se há vantagem no modelo atual, ela é do MST, que continua vendo crescer o número de cabeças disponíveis para seguir discursos inflamados como os do líder José Rainha. [...] existem no Brasil o sucesso do modelo de cooperativas de pequenos proprietários. Em alguns casos as cooperativas respondem por mais de 30% da produção nacional de determinada cultura [...] O problema é que, para ligar uma coisa com a outra, se depende da familiaridade e da aptidão do assentado para o trabalho na terra, habilidades pouco comuns entre os integrantes das fileiras do MST. [...] (Veja, 2000, p.48).

unesp

Nessa matéria, o MST ressurge nas páginas de Veja devido ao seu reaparecimento em atos públicos e ocupações de prédios públicos. Na matéria, a revista afirma que, logo após chamarem a atenção para sua causa, os sem-terra saíram do noticiário. A revista, no entanto, não diz que na prática a atuação do movimento continuou a mesma; o fato do refluxo do aparecimento do movimento do noticiário é perfeitamente explicável, do ponto de vista mercadológico assumido pela notícia. Ou seja, uma notícia batida e repetida várias vezes perde seu apelo, não vende mais, é preciso deixá-la de lado e ressuscitá-la de acordo com estratégias de mercado, ou quando o movimento altera a rotina dos meios urbanos de forma tal que o destaque é inevitável. O refluxo anterior a esse período se deve também ao fato de a revista considerar o movimento obsoleto e, por isso, não ser mais digno de matérias em suas páginas, não porque o movimento tenha deixado de se manifestar.

Embasando-se em afirmações de José Graziano e de um pesquisador ligado à desconhecida Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a revista começa o processo de deslegitimação não só do movimento, mas da reforma agrária em si.

Desqualifica os assentados, classificando-os como pré-fracassados, uma vez que, na sua grande maioria, já fracassaram em empreitadas anteriores, sendo inevitável que o fracasso se repita novamente.

Usando novamente de dados fornecidos pelo citado pesquisador e instituto e com estatísticas que servem na medida em que seu depoimento se encaixa com o discurso adotado por Veja, a revista coloca em xeque a reforma agrária no Brasil.

Esse processo de desqualificação da reforma agrária atropela conceitos, faz uso de dados, no mínimo, duvidosos e ainda afirma realidades não observáveis, como acontece quando a revista afirma que o avanço tecnológico acaba com alguns empregos, mas outros tantos são gerados e o padrão salarial inevitavelmente cresce.

É verdade que o avanço tecnológico some com alguns postos de trabalho e cria outros, mas sabemos que essa relação não é proporcional como sugere a revista, muito menos se observa esse acréscimo no nível salarial, em que pese observarmos nossos grandes centros industrializados e seus elevadíssimos níveis de desemprego, a perda gradual do poder de compra real dos trabalhadores, o aumento de serviços terceirizados e o crescimento da economia informal.

Ao terminar essa matéria, a revista aponta para uma possível forma de se viabilizar a reforma agrária que perdeu o bonde da história: as cooperativas de pequenos agricultores, que são responsáveis por grandes índices de produção no Brasil. Mas as cooperativas estão longe de se realizarem com o MST uma vez que, para isso, é exigido do trabalhador familiaridade e aptidão com a terra, coisa incomum entre os integrantes do MST, segundo Veja. A revista nunca mostrou em suas reportagens uma cooperativa do MST, ou qualquer projeto implementado pelo MST em seus acampamentos que seja digno de elogios, ao contrário da UNESCO e de outras instituições internacionais[22] que já outorgaram vários prêmios a iniciativas no

---

[22] Entre elas está o Prêmio de Direitos humanos, concedido pelo conselho de Siera-Espanha; Prêmio Internacional Alfonson Comim, cedido pela destacada luta do movimento em defesa aos direitos humanos; Prêmio Internacional à inovação Tecnológica, concedido pela Associação de Engenheiros da Catalunha-

campo da educação e da produção ao MST. Sem falar que muitas cooperativas do MST comercializam seus produtos em escala nacional e até já exportam.

A revista, nesse momento, só parece aceitar que ganhem terra as pessoas que tenham aptidão para trabalhar nela; pessoas que habitavam o cenário urbano nada têm para fazer no meio rural. Parece-nos que a revista quer que as pessoas que saíram do campo nos anos 60 e 70, em decorrência da mecanização e da compra de suas terras por latifundiários, voltem a ele, mas somente elas. Os filhos e netos dessas pessoas não podem almejar isso, pois não têm capacidade para gerir um lote de terra.

Para realizar esse sonho aparente da revista teríamos que ressuscitar milhões de pessoas, pois esses sem-terra ideais do ponto de vista de Veja, já estão, na sua grande maioria, mortos.

Ora, se essa for a condição para poder reivindicar terra, somente os que já têm ou já trabalham nela poderão reivindicar esse direito, ou seja, a reforma agrária não atingirá os que realmente dela necessitam.

Muitas das matérias veiculadas nesse período repetiram o mesmo esquema já mostrado por nós neste trabalho: o de desqualificação do movimento. Interessa-nos especificar, nesse momento, as matérias que vão dar o tom dessa última fase adotada pela revista, na qual irá assumir o discurso dos '*farmes*', alegando que a reforma agrária é desnecessária, uma vez que o Brasil já atinge graus elevadíssimos de

---

Espanha, pelo *projeto de secagem de frutas por energia solar*; Prêmio Paulo Freire de Compromisso social; Prêmio Educação/RS em 2000, devido ao projeto de educação ITERRA.

produção, e também devido à sua estrutura totalmente obsoleta para um país que é exemplo nos agronegócios.

A partir desse momento, a revista vai usar uma série de reportagens e argumentos para justificar seu novo posicionamento, ou seja, que não se faz mais necessária a reforma agrária no Brasil e, mais do que isso, vai mostrar sua inviabilidade. Nessa nova fase, criticar o agronegócio virou 'crime lesa-pátria'. Agora, alçado à categoria do sagrado, esse setor é apontado pela revista como a locomotiva do país.

Antes de chegar a afirmar que a reforma agrária não é mais uma bandeira necessária, a revista usa de reportagens de transição, na sua maioria, mostrando assentamentos que ficam caros demais e que dão pouco ou nenhum lucro, como é mostrado na reportagem: "*Pobres, mas custam milhões. Assentamento modelo do PT é caro e ameaça áreas de preservação*", de 17 de setembro de 2003. Novamente baseada nas opiniões de Xico Graziano, a revista usa das observações do ex-presidente do Incra para atacar o movimento. Mais uma vez, é válido ressaltar que, como observa Gohn (2000), nenhum aspecto positivo do movimento é mostrado, nem mesmo se comenta sobre um outro assentamento onde as coisas dão certo para que se possa tirar lições e consertar os erros que ocorrem no assentamento mostrado pela reportagem. A crítica e a desqualificação da reforma agrária e o seus moldes têm agora âncora no modelo '*farmer*,' usado em contraposição à idéia ultrapassada de reforma agrária.

> [...] "Trata-se de uma insanidade", diz o agrônomo Xico Graziano , ex-presidente do Incra. "Seria muito mais adequado separar entre os acampados

> quem realmente quer trabalho e ocupar essa gente em frentes articuladas com empresas locais do que gastar um dinheirão para construir mais um fracasso." Grazino é autor de oito livros que tratam de problemas no campo. [...] (Veja, 2003, p78).

O agrônomo Xico Graziano alega ser mais interessante empregar os acampados em frentes de trabalho em empresas do que o gastar-se muito dinheiro com um projeto que já nasce falido. Essa e outras opiniões do especialista vão dar o tom das reportagens que buscam desqualificar a necessidade de se fazer a reforma agrária no país. Como afirma Graziano, é muito melhor encaixá-los em alguma empresa e também muito mais barato.

Nessa fase, o uso de um respaldo 'técnico' é usado por Veja para ratificar as idéias apresentadas em suas páginas. Os entendidos do assunto que dão suas impressões sobre o tema são sempre contrários à reforma agrária, e a revista enfatiza a opinião desses estudiosos, ressaltando dados como o currículo de '*ex-presidente do Incra*' e sua experiência no tema: '*Graziano é autor de mais de oito livros que tratam de problemas no campo*', ou seja, é uma opinião abalizada que não dá para se contestar, trata-se de uma pessoa que sabe o que está falando.

Nessa última fase, a revista nem mais se presta a ouvir uma opinião dissonante da sua e de seus analistas. A verdade está dada e pronta. É o final de um processo que caminha lentamente e que segue rumo a total anulação de qualquer valor que possa ter um movimento social e, mais ainda, a reforma agrária.

unesp

Na reportagem "*O Brasil que funciona*", "*O Brasil que não funciona*", de 24 de dezembro de 2003, a revista apresenta o cenário brasileiro de duas maneiras. Primeiramente, é mostrado o Brasil que funciona:

> [...] A economia brasileira já foi salva de várias formas diferentes. Houve a febre do capital estrangeiro, que ajudou o país a fechar as contas. Depois surgiram as privatizações. No ano que termina, o equilíbrio das contas externas foi produzido com ajuda da agricultura. Responsável por 30% do PIB, o agronegócio cresce a um ritmo seis vezes maior que a média da economia. [...] (Veja, 2003, p. 64).

Logo depois, a revista mostra o Brasil que não funciona:

> [...] O Brasil mudou em 2003, mas o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra continua o mesmo. Patrocinando invasões de terra e acuando o governo petista, os seguidores de João Pedro Stedile, manda-chuva do MST, não dão sinais de trégua. "Não vamos dormir até acabar com eles", disse Stedile, referindo-se aos latifundiários, num discurso a simpatizantes de sua causa. [...] (Veja, 2003, p.64).

Continuando nessa linha editorial que divide o Brasil entre o que dá certo e o do atraso, a revista ainda traz mais algumas matérias durante os anos de 2003 e 2004. A reportagem de 21 de abril de 2004, intitulada "*Como na guerra*", traz o depoimento de um fazendeiro sobrevivente (segunda a revista) de uma ação do movimento e que agora monta barricadas em sua fazenda para se defender.

unesp

> [...] Faz sentido sua preocupação. Em abril, os sem-terra, sempre organizam manifestações [...] porém desta vez o MST está fazendo uma das maiores operações de invasão de terra de seus vinte anos de existência [...] Um dos melhores combustíveis para as explosões do MST é o comportamento vacilante do governo em Brasília.[...] (Veja, 2004, p.48).

Na reportagem "*MST ataca o Brasil que dá certo*", de 02 de julho de 2004, a revista afirma que as invasões de fazendas produtivas assustam investidores e atrapalham a geração de novos empregos no campo. Essa reportagem merece destaque por alguns motivos. O primeiro já é conhecido, o de colocar em destaque o lado negativo e o *sui generis*. Segundo dados do próprio Incra, a grande maioria das fazendas ocupadas pelo MST é improdutiva ou está em processo de venda ou, ainda, são terras devolutas. A revista insiste em mostrar o anormal e extraordinário, ou seja, a invasão de uma fazenda produtiva. Dentro de mais de 80 fazendas invadidas nesse período, a que mereceu atenção foi a invasão da fazenda produtiva.

> [...] As invasões de terras produtivas começaram a provocar danos concretos no "Brasil que dá certo" – o agronegócio. Na semana passada, a empresa canadense Brascan anunciou a intenção de cortar 50 milhões de dólares em seus investimentos no Brasil. O motivo: no dia 29 de abril, integrantes de duas facções de sem-terra – o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg)- invadiram a Fazenda Pirapitinga, em Canápolis (MG), pertencente à empresa. [...] O governo federal tem sua parcela de culpa no fenômeno. Em tese, ele condena as invasões. Alguns de seus integrantes, no entanto, como o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto,

unesp

> defendem o modelo agrícola preconizado pelo MST, da substituição do agronegócio pela agricultura familiar. [...] (Veja, 2004, p.44).

A segunda observação importante é uma prática do padrão Veja de jornalismo e, uma vez que ela já se repetiu por várias vezes, não podemos mais creditá-la a erro ou engano. Na chamada da reportagem acima transcrita, a revista diz que o MST ataca o Brasil que dá certo; já no corpo do texto a revista afirma que os responsáveis pela invasão da terra são dois grupos que não têm ligação com o MST, que são o MLT e a Fetaemg. Não acreditamos que seja um mero engano, pois, como já dissemos anteriormente, isso é uma prática comum dentro do padrão jornalístico da revista.

Outra questão a ser observada nessa matéria é justamente a tônica dessa fase em condenar o modelo agrícola que a reforma agrária traz consigo, a agricultura familiar. A revista coloca de forma maniqueísta a impossibilidade de haver a agricultura familiar no país do agronegócio. Outra tendência observada, a qual se dá após a eleição de Lula, é a de colocar parte da culpa das ações do MST na condução vacilante que o governo dá à questão agrária.

Reforçando essa idéia entre o moderno e o arcaico, o bom e o mau, a reportagem "*O Brasil da solução e o Brasil do problema. Enquanto o agronegócio distribui riqueza, o MST defende a distribuição da miséria*", de 06 de agosto de 2003, novamente contrapõe o Brasil do agronegócio com o modelo arcaico que a reforma agrária traz no seu bojo. É também nessa reportagem, que Veja prepara o terreno para

unesp

a capa "A esquerda delirante", ao falar no projeto de reforma agrária utópico, socialista e igualitário pregado pelo MST. Diz a matéria:

> [...] Nos últimos dez anos o Brasil se habituou a quebrar recordes de produção agrícola. Na semana passada, o IBGE informou que a próxima safra deve atingir 120 milhões de toneladas, 23% maior que a do ano passado. [...] O agronegócio e o retrato do país da solução: já representa 30% do PIB e gera quase 40% dos empregos, somando-se todas as oportunidades de trabalho relacionadas, da lavoura à industria de alimentos. O campo produtivo vive com os nervos à flor da pele por obra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, agrupamento que prega uma sociedade utópica, "socialista e igualitária", mas adota atitudes menos poéticas, baseadas no terror. Invade propriedades, saqueia, mata animais, destrói patrimônio alheio e rouba. A violência do MST deveria ser reprimida pelas autoridades, mas, para espanto de quem produz, não é o que se vê. O órgão do governo encarregado da reforma agrária dentro da lei e da ordem foi entregue a simpatizantes do movimento. Na semana passada, em vez de se reunir com as secretarias de segurança nos Estados para estudar meios de conter os exageros do MST, o ministro Miguel Rossetto procurou o presidente Lula em busca de mais verbas para apaziguar líderes rurais que não querem a paz. Parece incrível, mas o MST se posiciona contra o nivelamento por cima dos dois brasis existentes no campo. O exército de João Pedro Stedile condena o atual modelo do agronegócio, que emprega, gera receitas e movimenta a economia, e não demonstra nenhuma preocupação com o lucro nem com a produtividade. O MST quer (e tem conseguido) cada vez mais verbas para sustentar um modelo duvidoso de reforma agrária. Considerando-se despesas diretas e indiretas no assentamento de 500.000 famílias, o governo Fernando Henrique Cardoso gastou em oito anos perto de 25 bilhões de reais, segundo cálculo do ex-presidente do Incra Francisco Graziano. Isso dá 50.000 reais por família – valor suficiente para comprar dois táxis. E quanto retiram da terra as famílias assentadas a um preço tão elevado? Não tanto quanto os taxistas. Apenas os

unesp

> donos de lotes mais bem-sucedidos atingem o patamar de um salário mínimo mensal. Como a quantia é irrisória, surgiu o "reenfileiramento". O governo dá terra a uma família, os filhos pequenos dos assentados crescem, casam-se e voltam às fileiras do MST para conseguir o próprio lote. Quanto mais terra o governo dá, mais terra precisará dar. É uma equação que não se fecha e só serve mesmo como bandeira revolucionária. E há ainda dois problemas adicionais, o primeiro deles de ordem prática. Os latifúndios improdutivos são cada vez mais raros no Brasil. Os que sobraram se localizam na região amazônica ou em áreas de terra imprópria para o cultivo. Neste ano, a diretoria do Incra no Paraná realizou vistorias em setenta fazendas à procura de imóveis improdutivos para desapropriar. Até agora, nenhuma foi declarada improdutiva. Em Pernambuco, das 28 fazendas vistoriadas, apenas seis foram consideradas improdutivas. [...] Segundo muitos especialistas, a reforma agrária não faz mais sentido econômico. Fazia quando o cultivo do campo era apenas uma atividade braçal e o plantio de grandes propriedades era difícil. Parte da cúpula do governo federal já percebeu isso, mas não sabe como tratar o assunto com o PT e com os seguidores de Stedile. [...] (Veja, 20003, p.48).

Novamente a revista usa do confronto entre o moderno e o arcaico para justificar a obsolescência da reforma agrária. Assumindo de vez o discurso de inviabilidade da reforma agrária, a revista (novamente embasada nos estudos de Xico Graziano) mostra que cada família recebeu cerca de 50 mil reais, o que daria para comprar dois táxis. Trata-se de um cálculo simplista. O que Graziano fez foi calcular juntamente o dinheiro que o governo emprega na desapropriação e o custo dos técnicos do Incra, dividindo-o entre as famílias que foram assentadas nesse período. Durante esse período, o valor recebido pelos assentados para construir uma casa ou um barracão e

unesp

para começar a produzir era de R$7.000,00 (sete mil reais). Esse montante era cedido pelo PROCERA (Programa de Crédito para a Reforma Agrária).

A revista aponta como responsável pelo "*Brasil que dá certo*", a figura do Ministro Miguel Rosseto, que coaduna com as táticas do MST. O Movimento, por sua vez, é acusado de usar de "*Terrorismo*", termo que ficou muito usual após os atentados de 11 de setembro e que remete a táticas extremas, principalmente mortes de civis em larga escala, o que não se encaixa nas práticas usadas pelo movimento dos sem-terra.

O temor de que o governo apóie em algum momento o movimento se evidencia na reportagem de 09 de julho de 2003, intitulada "*O boné é apenas um detalhe*", em que a revista afirma que o importante é o governo Lula tirar da cabeça a idéia de que se pode negociar com os líderes do MST.

A última reportagem por nós analisada - "*Novos Mártires. O MST e o presidente do INCRA usam de tragédia para fazer proselitismo contra o progresso*" - de 01 de dezembro de 2004, fecha o ciclo do nosso trabalho. Se anteriormente o MST se tornou notícia devido às duas chacinas ocorridas entre 1995 e 1996, ocasião em que a revista mostrou toda a estética da pobreza que cerca esses atores e suas dificuldades, agora, a morte dos sem-terra é encarada como um ultraje a um país que pretende ter uma democracia consolidada. Nessa etapa em que concluímos nossa análise, a morte dos sem-terra, a morte de cinco trabalhadores rurais é encarada pela revista não mais como resultado de injustiças sociais e de falta de ação dos governantes, ela é vista pela revista como estratégia de marketing do movimento:

unesp

> [...] Para alcançar seus objetivos revolucionários, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra adota a estratégia das invasões, dos conflitos e das provocações. Quando suas ações atingem um fazendeiro desequilibrado e metido em ilegalidades [...] está armado o palco para que a organização consiga o tipo de matéria-prima de que precisa para prosperar: mártires. [...] (Veja, 01 dezembro 2004, p.44).

Para a revista, a morte não é evitada, ela é até desejada pelo MST a fim de usá-la como estratégia de marketing; as vidas pouco importam. O conflito agrário é reduzido a um distúrbio psicológico do fazendeiro e não da má distribuição de terras e da falta de políticas que a privilegiem.

> [...] O MST aproveitou o episódio de bandidagem para reforçar sua pregação por mudanças no modelo agrário, mas, antes que o chefe máximo João Pedro Stedile se manifestasse oficialmente, uma autoridade do governo Lula tomou a frente para acirrar ânimos contra o mais próspero setor da economia. "O fazendeiro que matou os trabalhadores em Minas Gerais está sob a etiqueta do agrobusiness", afirmou o presidente do Incra, Rolf Hackbart. [...] É também uma provocação absurda e oportunista de um funcionário subalterno. Desafia a compreensão o fato de que Hackbart tenha sido mantido no cargo mesmo depois da provocação que fez na semana passada. [...] (Veja 01 dezembro 2004, p.44).

Nesse trecho da matéria, a revista reafirma o uso que o MST faz de seus mortos, dizendo que o movimento usa as mortes para reforçar sua "pregação" (palavra usada muitas vezes para desqualificar o discurso do movimento). Enquanto as vozes

unesp

contrárias à reforma agrária emitem opiniões embasadas, o movimento usa a pregação, como fazia Antônio Conselheiro, em Canudos.

Um fato notório é negado pela revista. Ora, se há tantas mortes[23] no campo, algo está errado, então a tentativa de se mudar o modelo agrário não é tão absurda como a revista diz ser. Outro detalhe interessante é que o cargo que antes dava legitimidade ao discurso de Xico Grazino (ex-presidente do Incra), agora é tratado como um cargo subalterno, totalmente desqualificado para emitir algum parecer sobre o ocorrido, devendo sim ser demitido de imediato por dar tal opinião.

Essa análise que fizemos das matérias publicadas por Veja começa e acaba com matérias sobre chacinas, mas que são reportadas de maneiras totalmente diferentes, o que, de certa forma, evidencia nossa tese da mudança drástica de discurso ocorrida no período em que estudamos esse periódico. Se compararmos a matéria de capa de 1996 sobre a chacina de Eldorado e a meia página sobre a morte dos sem-terra na Fazenda Nova Alegria, localizada no estado de Minas Gerais, poderemos ver claramente as pontas desse processo que ora tentamos expor através deste trabalho.

***

É notório que o aumento da veiculação de notícias ligadas a ações do MST tenha seu fluxo reduzido ou aumentado conforme o momento político nacional, o

[23] De 1985 até o ano de 2003, 1.674 mortos nos conflitos gerados pela posse da terra, todos são de militantes do MST ou de outros movimentos ligados a luta pela terra, mortos por jagunços e milícias armadas e policiais, ao contrário não temos registro da morte de grandes fazendeiros nesses conflitos, apenas de grileiros. (CPT, 2005). Segundo a revista Veja, de 1985 à 2003 o número de mortos no campo foi de 840 pessoas (Veja, Reforma Agrária a fundo: www.veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/estatisticas.html.

unesp

apoio conquistado pelo movimento junto à população e as estratégias de se aliar ou de calar o movimento. No período de fevereiro a abril de 1997, em que, através de nosso primeiro trabalho[24], analisamos as matérias a respeito do MST, o movimento ocupou grande parte da imprensa devido à marcha que promoveu a Brasília[25]. Como percebemos nesse primeiro trabalho, o movimento foi tratado como um movimento legítimo, que reivindicava um direito legítimo; eram pessoas buscando seus direitos de cidadãos. A marcha teve um grande apelo popular, sensibilizando grande parte da opinião pública. Tanto é verdade que se remetermos aos índices de aprovação do movimento pela população, verificaremos que naquele ano aproximou-se de 80%. A imprensa acabou por também assumir o discurso mais ameno a respeito do MST, noticiando o movimento sem maior juízo de valor. As reportagens se restringiam a caracterizar quem eram os participantes da marcha, dizendo que tipo de músicas ouviam, qual a faixa etária, a localização e a distância que estavam de Brasília, a relação e a recepção da marcha pelas cidades por onde passavam.

Como aponta nosso primeiro trabalho, apesar de essas notícias não desprestigiarem o movimento, também não informam, pois, em nenhum momento, nesse ano de efervescência das ações do movimento, os órgãos da grande imprensa preocuparam-se em fazer uma análise mais profunda sobre o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Era como se tivessem surgido do nada, sem uma contextualização das raízes históricas que geraram esse fenômeno que tomava as

[24] Monografia de conclusão de curso. O poder da Imprensa: Um estudo de caso do jornal Folha de S. Paulo, concluída no ano de 2000, sob orientação da Drª. Fátima Cabral.

unesp

praças e ruas das cidades. Dessa forma, a mídia, apesar de não atacar o movimento diretamente, acabava por prestar um desserviço à população.

O tratamento de questões secundárias, como citamos, acaba por escamotear o verdadeiro pano de fundo de toda essa agitação social, ou seja, a crescente desigualdade social, o aumento da pobreza e a concentração da riqueza no nosso país. É redundante talvez, mas sempre necessário lembrarmos que os meios de comunicação são antes de tudo uma concessão pública e, como tal, devem prestar serviços à população. Como já discutimos, o papel de informar com imparcialidade e o de lucrar, como é o objetivo de uma empresa capitalista, são incongruentes.

Logo após esse período, ou seja, no primeiro semestre do ano de 1997, notamos uma mudança no discurso usado pela grande imprensa para noticiar ações do MST. É sempre válido notarmos que nos aproximávamos mais e mais das eleições de 1998 e o movimento, antes democrático e legítimo, agora começa a ganhar contornos de guerrilha e baderna, sem legitimidade e sem coerência. Usando discursos de diferentes lideranças, os meios de comunicação tentam mostrar a incompatibilidade entre lideranças do movimento e a falta de um projeto comum. Outro aspecto muito explorado pelos meios de comunicação foi a constante troca de insultos entre líderes do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e representantes do governo federal. As ocupações de prédios públicos e propriedades rurais são vistas como uma afronta ao Estado democrático de direito. É interessante observamos que antes das ocupações

[25] Nos anos subseqüentes há uma diminuição progressiva do número de matérias sobre o movimento. No entanto mantém-se, um número significativo de aparições do movimento na imprensa.

unesp

de espaços públicos, de praças e de terras improdutivas pelo MST, a questão agrária quase não se fazia presente dentro do debate político nacional. Não há como negar que, através da pressão exercida por esse movimento social, a reforma agrária voltou à pauta das políticas do governo federal e também, graças à ação do MST, o número de assentamentos aumentou muito em relação a outros governos que não tinham a pressão de um movimento social durante sua gestão.

O movimento toma o lugar outrora atribuído aos sindicatos, principalmente à CUT, o de inimigo número um do Estado. Essa evidência nos permite algumas observações preliminares. Primeiramente, apesar de a CUT ser numericamente maior do que o MST, as estratégias do movimento se demonstraram mais eficientes; as ocupações de terra, de prédios públicos e as passeatas chamaram mais atenção da mídia e da sociedade do que as greves. Essas, por sua vez, tiveram uma redução significativa. Devido às crises econômicas, o potencial de mobilização de greves foi afetado em muito. Outro fator relevante é que a reivindicação pela reforma agrária entra em confronto direto com o sistema de propriedade privada, enquanto as greves para a melhoria de salários, de condições de trabalho e pela manutenção do emprego afetam apenas indiretamente o conjunto da população nacional. Além disso, as greves, há muito tempo, deixaram de ser consideradas atos subversivos, redirecionando os olhos reacionários para as ações do movimento, e elegendo esse movimento como o novo mal a ser combatido.

Uma observação interessante a ser feita é em relação ao senso de estratégia adquirido pelo movimento durante os anos em que se destacou na imprensa. A

unesp

habilidade em realizar manifestações que conseguem mobilizar a imprensa nacional constitui um fator importante para o movimento se fazer notícia nos meios de comunicação de massa. Os passos dados pelo movimento sempre levam em conta o apelo jornalístico do ato, pois, parafraseando Pierre Bourdieu (1997), as manifestações bem sucedidas não são necessariamente as que mobilizam o maior número de pessoas, mas as que mobilizam o maior número de jornalistas.

Fica evidente que, apesar das estratégias utilizadas pelo movimento para se fazer notícia, isso não é suficiente para que ele seja mostrado na imprensa da maneira como deseja. As manifestações do movimento passam pelo filtro ideológico dos meios de comunicação que o noticiam. Por isso, afirmamos que apesar de o movimento se fazer aparecer e se tornar notícia, em última instância, o modo como ele vai ser apresentado para os leitores e espectadores vai depender da intenção dos meios de comunicação.

Assim, a tão falada 'tensão social criada pelas ações do movimento' nos parece ser fabricada de acordo com conveniências dos meios de comunicação. Durante esses anos em que estudamos a questão agrária, as ocupações continuaram a ocorrer, mas só foram noticiadas, de forma intensa, quando interessava a classe detentora dos meios de comunicação, deixando parecer, dessa forma, que somente em determinadas épocas o MST age.

É deixada de lado pela revista a questão da função social que, segundo nossa Constituição, a terra deve cumprir. A função da terra, no ponto de vista de Veja, é somente colaborar para a expansão do agronegócio. Assim, a reforma agrária como

fator de justiça social é ignorada[26]. A revista alega constantemente que o movimento atenta contra nossa justiça e nossas leis, mas se esquece que quem infringe primeiramente nossa Constituição é próprio Estado, que não cumpre vários artigos da Constituição Federal, como a garantia de moradia, educação, alimentação e trabalho para todos.

O MST, entretanto, é tido como o grande perigo a ser combatido. Ora, senão na democracia, em que outra situação política os conflitos têm condições de se explicitar? E talvez esteja justamente aí a grande contribuição da democracia.

A democracia não reside nas restrições impostas pelas leis, a democracia deve rompê-las, criando assim, através da ação de forças sociais, novas leis e direitos. Esses grupos sociais devem romper as amarras da lei em defesa de conquistas necessárias à sua existência. São nesses movimentos que poderemos encontrar o futuro histórico da nossa sociedade. No entanto, na visão dos meios de comunicação de massa, o problema social novamente se converte num problema de polícia. Não mais é possível aceitar 'a baderna' afrontar o Estado e toda a população. A população sim, pois como diria Marx, a ideologia dominante de uma época é a ideologia da classe dominante. Concretizando o que já dizia Marx, o medo e a repulsa pelas ações do movimento tomaram a grande maioria dos brasileiros. Se a grande maioria dos brasileiros vivem em condições de pobreza e miséria, não possuem grandes quantidades de terra, o que temiam afinal? O medo da burguesia latifundiária se torna o medo de toda a

[26] Segundos dados da CPT, cerca de 150 milhões[26] de hectares de terra no Brasil são inexploradas.

unesp

população. Que outro meio, senão através dos meios de comunicação, a burguesia teria para disseminar esse ódio e medo por um movimento social?

Resta notarmos como os meios de comunicação de massa concretizam essa estratégia. O uso de certas palavras pejorativas que passaram a adjetivar as ações do MST, como baderneiros, invasões, delirantes, entre outras, e a não discussão do verdadeiro problema que permeia a questão agrária, o escamoteamento de questões centrais para o entendimento do problema, são com certeza o expediente usado para isso.

Afinal, todos nós sabemos como deslegitimar um movimento: é só darmos uma cara de mal para ele e pintá-lo de vermelho, está revelada a face do terror, do medo, algo a se temer e a odiar.

> [...] Não carrego ilusões de uma modificação do jornalismo através de um processo reflexivo da própria imprensa. Estamos em tempos de monopólios, não de empresas democráticas. O jornalismo se pode mudar e assumir uma outra feição, mais democrática, capaz de expressar de modo mais expressivo os diferentes e complexos interesses e idéias da sociedade, só poderá fazê-lo graças a avanços políticos, culturais e sociais das classes hoje dominadas. São elas, no caso brasileiro, que forçam a entrada em cena de atores pouco queridos na nossa mídia. [...] (Emiliano, 1998, p.17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre que nos propomos a analisar criticamente algum objeto, tendemos a fazer com que nossas críticas se tornem justamente o que foi criticado no objeto pesquisado, ou seja, cometemos o mesmo erro de pasteurizar a crítica, de não

unesp

apresentar a pluralidade de opiniões que um trabalho acadêmico necessita. Foi justamente isso que tentei evitar neste trabalho, na medida em que analisei a revista Veja e detectei a linha jornalística com que ela abordava e aborda a questão agrária.

Minhas críticas, muitas vezes podem ter sido interpretadas como uma defesa do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. É claro que minha influência acadêmica e o meu prévio contato com esse movimento influíram na redação final deste texto. Na verdade, a rigidez e o ponto de vista totalmente tendencioso da revista fizeram com que grande parte de minha crítica fosse também radical, em contraponto à postura apresentada pelo semanário. Para tentar fugir desse problema, nas considerações finais, me dedicarei a fazer um contraponto necessário e ainda não feito entre a questão da indústria cultural e o padrão editorial escolhido pela revista Veja para mostrar e apresentar o MST em suas páginas.

De acordo com o que observamos no capítulo que trata da Indústria Cultural, o entendimento da natureza industrial do jornalismo contemporâneo se torna claro e compreensível e nos ajuda a acabar com a visão simplista do processo de manipulação exercido pelos meios de comunicação.

> [...] Que existe manipulação existe. Ela nada mais é que a distorção deliberada da informação. Movidos por interesses escusos, há donos de meios de comunicação e funcionários da cúpula das empresas que patrocinam mentiras para atingir objetivos particulares. A manipulação agride o cidadão e deve ser combatida, como é obvio. Mas a prática da manipulação não é o problema central, nem o maior, por mais estranho que pareça à maioria dos críticos da imprensa. Se a manipulação fosse realmente

unesp

> o fantasma poderoso que dizem ser, a sociedade seria apenas uma espécie de curral dominado por capatazes maquiavélicos. Se o mundo fosse mesmo assim, seria mais fácil entendê-lo. Mas não é: nem é assim, nem é tão fácil de entendê-lo [...] (Bucci, 2000, p.177).

O poder de manipulação vem sendo colocado de maneira tão exagerada que alguns chegam ao ponto de acreditar que existam acordos secretos de cúpula para dominar as mentes das pessoas, sem que essas tenham consciência do que acontece à sua volta, e assumem a missão quase profética de acordar seus semelhantes da dominação da qual são submetidos; essas pessoas viveriam em uma espécie de 'matrix', achando que comandam seus destinos, mas, na verdade, são comandadas totalmente. Já outros querem tirar proveito da possibilidade de manipulação; acreditam que podem impor aos cidadãos suas visões de mundo, visando interesses políticos e econômicos de sua classe.

Há exemplos mais do que claros que desmentem os primeiros, os quais se dizem salvadores do povo adormecido. Se o que eles acreditam fosse verdade, o movimento pelas 'diretas', em 1984, não teria adquirido as proporções que adquiriu. Apesar das omissões da grande maioria dos órgãos de imprensa, esse movimento conseguiu ganhar corpo. Em 1989, o então candidato Luis Inácio Lula da Silva quase se elegeu, apesar da rajada de denúncias e falsificações que apareceram contra ele. Isso significa que grande parte da população não se dobrou aos manipuladores – o que nos mostra que a sociedade não é um curral cheio de marionetes.

unesp

> [...] Os donos dos meios de comunicação, sobretudo no Brasil, comandam um poder praticamente sem controle, mas não podem tudo. Há outros processos, além das televisões, rádios, dos jornais e da revistas, pelos quais os cidadãos se articulam nas teias sociais, formando convencimentos e atuando no mundo. [...] (Bucci, 2000, p. 178).

Para a maioria dos críticos, não apenas a manipulação promovida diretamente pelos dirigentes dos meios de comunicação em prejuízo ao público em geral é o maior problema dos meios de comunicação, mas também a manipulação de uma classe (dominante) contra outra classe (dominada). Esse entendimento ronda todos os trabalhos sobre os meios de comunicação. O nosso trabalho não foi diferente nesse sentido e, para podermos tecer nossas considerações finais de forma clara, é necessário recorrer mais uma vez aos pais do conceito de 'indústria cultural', Adorno e Horkheimer.

Como vimos, para esses autores, a dominação de classes já não se dá apenas pelos instrumentos de repressão do Estado, mas pelo controle da ideologia. Numa passagem do Livro "A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas", eles dizem:

> [...] Os padrões (da indústria cultural) teria resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o

unesp

> poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade [...] (Adorno e Horkheimer, 1969, p.117).

Dessa forma, Adorno e Horkheimer descrevem os processos através dos quais a indústria cultural passou a produzir uma estética segundo normas próprias, na qual a arte não mais está destinada a revelar o que a realidade esconde, mas está a esconder o modo como uma classe oprime a outra. Sendo assim, ao contrário da arte que antes sublimava, a indústria cultural agora reprime. A indústria cultural acaba por colocar a imitação como algo absoluto, como afirmam os autores. O consumidor apenas imagina que é soberano, que é ele quem decide, e a indústria cultural vive de alimentar essa ilusão. Na verdade, porém, o consumidor não é o sujeito da indústria cultural, é sim somente o seu objeto. Se, para Marx, o modo de produção transforma o homem em mercadoria (a força de trabalho), para Adorno e Horkheimer, a indústria cultural reduz o indivíduo a objeto de uma lógica de dominação que ele não seria capaz de entender espontaneamente.

Na verdade, através de algumas leituras, essa teoria acabou sendo empobrecida. Em seu entendimento mecânico, o mundo é governado pela permanente conspiração dos dominadores contra os dominados. A teoria da Escola de Frankfurt é muito mais rica e complexa do que essa definição mecanicista.

A grande descoberta da Escola de Frankfurt é justamente o caráter industrial da cultura, colocando-a no campo da economia e das relações de produção. O que vale

unesp

dizer é que os conceitos por ela gerados não nascem da idéia fixa de dominar mentes, mas sim, como mercadorias que são, nascem da idéia de se estabelecer comercialmente e de gerar lucros. Os conteúdos existem para serem vendidos; não compõem uma escola de pensamento, mas sim um filão do mercado, um mercado suscetível a crises de toda sorte e não passível de controles premeditados, seguros e absolutos. A própria mudança na maneira como o MST foi mostrado por Veja é um exemplo disso: quando era interessante comercialmente ver o MST como um movimento legítimo, a revista o fez, isso devido aos grandes índices de popularidade que o movimento desfrutava no começo do ano de 1997, inclusive entre os assinantes de Veja. A tática se altera de acordo com a mudança de estratégia do governo e das elites fundiárias. O governo, grande investidor da revista (através da compra semanal de espaço para anúncios institucionais), e os latifundiários que contam com lobby dos industriais (quando essas duas figuras não se concentram na mesma pessoa) são também responsáveis por grandes fontes de receita da revista, até mais do que as próprias assinaturas feitas pelo leitor. Eles têm o poder de indiretamente ditar as novas formas de mostrar o movimento.

Sem dúvida alguma, é o que se lê na Dialética do Esclarecimento (1985), onde os autores afirmam que para os "capitães da indústria", "sua ideologia é o negócio". Dessa forma, eles deixam claro que a ideologia não é um sistema unidirecional, ou seja, não é um complô que vai diretamente do dominador para o dominado, mas é uma relação que incorpora as demandas dos dominados.

unesp

O problema principal para eles é que essas demandas não realizam mais o ideal de emancipação, mas aprofundam a dominação. Dizem Adorno e Horkheirmer (1969) que "o consumidor torna-se a ideologia da indústria da diversão". Dessa forma, podemos supor que a sua ideologia não é o conjunto de ideários das 'classes dominantes', nem mesmo seus valores ou suas regras de etiqueta, mas a condição de consumidor na qual a indústria cultural reveste o homem comum.

O problema todo, enfim, é que o consumidor convertido em nova ideologia é a negação reiterada da antiga ideologia de emancipação pela ideologia popular. Antes, a crença iluminista fazia crer que o povo soberano construiria o caminho de liberdade sepultando as tiranias. Com a teoria de Adorno e Horkheimer, percebe-se que o consumidor da indústria cultural não tem a mínima perspectiva de emancipação.

A trilha percorrida neste trabalho nos indica que o fator econômico é o direcionador das ações dos meios de comunicação, mas isso nos levou a entrar em um 'loop' sem fim, pois, na medida em que os meios de comunicação são a expressão do seu tempo e do modo de vida da sociedade, ou seja, capitalista/consumista, ele acaba por realimentar esse processo. Ele reforça e reproduz esse sistema desigual, causando, como já vimos, acomodação e aceitação das desigualdades.

Nesse sentido, Veja nada mais faz do que reforçar a idéia que seus leitores – formados, em sua maioria, pela classe média alta brasileira - têm a respeito do movimento dos sem-terra. O discurso da revista agrada seu público e também reforça a idéia e os preconceitos que esses têm a respeito do movimento. Fazendo com que a

unesp

idéia soe melhor aos ouvidos de seus leitores, a revista Veja, ao mesmo tempo em que confirma preconceitos, vende mais ao agradar ouvidos e olhos de seus consumidores.

Dessa forma, a analogia da garça branca, usada por Allan Accardo, serve para os meios de comunicação; eles não precisam se unir em um complô contra os pobres e oprimidos, pois a lógica capitalista do lucro, da acumulação é a própria lógica de sobrevivência desses meios de comunicação e, nessa lógica, não cabem reivindicações de movimentos sociais.

Como nosso trabalho mostra, a manipulação existe. Ela se revela através de manchetes maliciosas, enfoques tendenciosos, além de omissões deliberadas. Mas, como podemos perceber, além da manipulação, existe um processo comum, ou seja, o processo industrial que promove a identificação entre editores e consumidores sob a égide de mecanismos de mercado que automatizam os efeitos ideológicos da imprensa. Isso ocorre sem precisar, necessariamente, da interferência direta de supostos agentes do patronato, pois a lógica do mercado se encarrega disso; basta que sejam então agentes do mercado. Como diriam Adorno e Horkheimer, a ideologia é a ideologia do negócio e, hoje, o negócio produz a nova ideologia.

unesp

REFERÊNCIA

ACCARDO, Alain. A liberdade de fazer. Caros amigos, São Paulo, nº39, p.20 jun/2000.

ADORNO, T. & HORKHEIMER, "A indústria cultural - o iluminismo como mistificação das massas". In: Luiz Costa Lima (org.). Teoria da cultura de massa. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max; - Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodore W. Dialética Negativa. Madrid: Taurus Edicione, 1975.

ADORNO, T. W. HORKHEIMER, M. A dialéitica do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. W. Prismas: La critica de la cultura y la sociedad. Barcelona: Ediciones Ariel, 1962.

ADORNO, T. W. MARCUSE, Hebert; HORKHEIMER, Max. Cultura e sociedade. Lisboa: Presença, 1976.

ALTHUSSER, LOUIS. Os Aspectos Ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ALVES DE ABREU, Alzira. "Os anjos e os demônios da revista Veja. Um discurso contra a censura." Texto apresentado no VII Encontro Regional de História - ANPUH, Rio de Janeiro, 07 a 11 de outubro de 1996.

ALVES DE ABREU, Alzira. "Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: A Imprensa em Transição - o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALVES DE SOUZA, Ulysses. "A História Secreta de Veja". São Paulo: Imprensa setembro de 1988.

AQUINO, Maria Aparecida. Caminhos cruzados - Imprensa e Estado Autoritário no Brasil. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, 1995.

ARBEX, Jr. José. Mídia, mentira e ditadura. Caros Amigos. São Paulo, nº39, 18-19, jun/2000.

ARBEX, Jr. José. Showrnalismo: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 1975.

BARBERO, Jesus Martín. Dos meios as mediações. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BELTRÃO, Luiz. Sociedade de massa: comunicação e literatura. Petrópolis: Vozes, 1972.

BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton de Oliveira. Subsidios para uma teoria da comunicação de massa. São Paulo: Summuns, 1986.

BEZERRA NETO, Luiz. Sem Terra aprende e ensina: um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST-1979/1998. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 1998. (Dissertação de Mestrado)

BOSI, Éclea. Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense.

BUCCI, Eugênio. Brasil em tempo de TV. São Paulo: Boitempo, 1996.

BUCCI, Eugênio. Sobre Ética e Imprensa, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Educação em movimento: formação de educadores e educadoras no MST. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPARELLI, Sergio. Comunicação de massa sem massa. São Paulo: Cortez, 1980.

CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. Bravo Matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1988.

CARDOSO, Fernando H. O modelo político brasileiro. São Paulo: Difel, 1979.

CARVALHO, André, MARTINS, Sebastião. O Poder da Mídia. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1997.

CHINEM, Rivaldo. Imprensa alternativa - jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Ática, 1995.

COHN, Gabriel, Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia. São Paulo: Pioneira, 1973.

COHN, Gabriel. Comunicação e Indústria Cultural, São Paulo: Editora Nacional EDUSP, 1971.

COLE, R. R. Comunicação na América Latina, São Paulo: Jaguar Books, 1996.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação Política do MST. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

COSTA, B. C. Guimarães da. Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos. Campinas, SP: Autores Associados, Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2002.

COSTELA, Antônio F. O controle da informação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1970.

CURVO, Plácido Flaviano. Informação e documentação agrícola na comunicação rural. Ciência da Informação, Brasília, v.8, n.1, p.37-46, 1979.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. Site Nacional. www.cpt.org.br.

DE FLEUR, Melvin L. Teorias da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto. As armadilhas do poder - bastidores da imprensa. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

DUARTE, Celina Rabello. "Imprensa e Redemocratização no Brasil." In: Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Editora Campus, 26(2): 181-195, 1983.

ECO, H. Apocalípticos e integrados. São Paulo: Perspectiva, 1976.

unesp

EMILIANO, José. Imprensa e poder. Salvador: UFBA, 1998.

FACCIOLI, Valentin. Palavra e Massa, Le monde Diplomatique, abril/2000, www.diplo.com.br.

FERNANDES, B. Mançano. MST: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1966.

FERNANDES, B. Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERREIRA, Eduardo de Mello. Empresa de comunicação e condições de produção de mensagens. Comunicarte nº 11, São Paulo, 1997.

FREIRE, Paulo e S. Guimarães. Diálogos sobre educação. V.2. Educação e Comunicação. SP: Cortez, 1985.

FRONTANA, I. C. Ribeiro da Cunha. Crianças e Adolescentes nas ruas de São Paulo. São Paulo: Loyola, 1999.

GALVÃO, Walnice Nogueira. No calor da hora: A guerra de Canudos nos jornais. São Paulo, Ática, 1994.

GOMES, Severo. No meio do caminho: matérias escolhidas do Jornal Folha de S. Paulo, de 10-85 a 06-88. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

GOHN, Maria da Glória. Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho A. Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa na América Latina, 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

HABERMAS, Jünger. "Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa." In: Imprensa e Capitalismo. São Paulo, Kairós Editora, 1984.

HALIMI, Serge. Os novos cães de guarda. Petrópolis: Vozes, 1998.

ITESP. Retrato da terra: perfil sócio-econômico dos assentamentos do Estado de São Paulo - 96/97. São Paulo: ITESP, 1998. (Cadernos ITESP)

JORGE, Fernando. Cale a boca, jornalista. São Paulo, Editora Vozes, 1989.

JÚNIOR, Araré Carvalho. Poder da Imprensa: um estudo de caso do jornal Folha de São Paulo. *Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais*. Unesp Marília 2000.

LAGE, Nelson. Ideologia e Tecnica da Notícia. Ed. Vozes, Petropólis, RJ, 1979.

LANG, Beatriz da Silva Gordo. Documentos e Depoimentos Na Pesquisa Histórico-Sociológica, in Cadernos CERU: Reflexões Sobre A Pesquisa Sociológica - São Paulo: CERU/USP, 1992.

LEITE, Mirian L. Moreira. Desafios da Imagem, Fotografia, Iconografia e Video nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Editora Papirus, 1994.

LOPES, Fábio Jr. A Reinvenção política do MST. Uma análise do Programa de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao Longo da sua história. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Marília, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. Capital da notícia (O): jornalismo como produção de segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARCONDES FILHO, Ciro. (org). Imprensa e capitalismo. São Paulo: Kairós Editora, 1984.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Tradução, José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984.

MATTELART, Armand. A globalização da comunicação. Bauru: Edusc, 2000. p 120.

MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucite, 1989.

MÉSZÁROS, István. O Poder da Ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996.

MÍDIA E VIOLÊNCIA URBANA, Seminário realizado no Hotel Glória, RJ 1º e 2 de julho de 1993. Coordenação FAPERJ, Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

MIRANDA, Orlando. Tio Patinhas e os mitos da comunicação 2ª ed. São Paulo: Summus, 1978.

MCLUHAN, M., Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem, São Paulo: Cultrix, 1964.

MORAES FERREIRA, Marieta. "A reforma do Jornal do Brasil." In: A Imprensa em Transição - o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MORIN, E. Cultura de massas no século XX. V. I e II. R.J.: Forense Universitária.

MORIN, Edgar. Cultura de Massa no Século XX: o espírito do tempo II: necrose; Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1977.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Programa de Reforma Agrária. São Paulo: MST, 2ª ed., 1996.

MST, Site Nacional. www.mst.org.br

NETTO, Accioly. O império de papel - os bastidores de O Cruzeiro. Porto Alegre, Sulina, 1998.

NICHOLS, Bill. Ideology and the image: Social Representation in the Cinema and Other Media. Bloomington, Indiana, Indiana University Press, 1981, pp.XVIII-334

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira - cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo, Brasiliense, 1988.

OS Pensadores: Theodor W. Adorno. Textos escolhidos. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PACHECO, Elza Dias. O Pica-pau: herói ou vilão? Representação social da criança e reprodução da ideologia dominante. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

PASQUALI, Antonio. Sociologia e Comunicação. Petrópolis: Vozes, 1973.

PELLEGRINI, Tânia. "Aspectos da produção cultural brasileira contemporânea." In: Crítica Marxista, vol.1, n.2, Brasiliense, 1995.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

PFROMM NETO, Samuel. Comunicação de Massa: natureza – modelos – imagens. São Paulo: Pioneira, 1972.

PRADO, Heloísa de Almeida. A técnica de arquivar. São Paulo: Polígono, 1970.

PROSS, Harry. La violencia de simbolos sociales. Barcelona, 1988.

RIBEIRO, Jorge Claúdio. Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico. São Paulo; Brasiliense, 1994.

RIVERS, Willian L., SCHARMM, Wilbur. Responsabilidade na comunicação de massa. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

RÜDIGER, Francisco. "Indústria cultural e ideologia moderna: pressupostos da discussão sobre o receptor ativo na Escola de Frankfurt." Reunião Anual INTERCOM - 1997.

SILVA, José Graziano da. Para Ententer o Plano Nacional de Reforma Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Lyndolpho. O camponês e a história: a construção da Ultab e a fundação da contag nas memórias de Lyndolpho Silva. Paulo Ribeiro da Cunha, organizador. – São Paulo: *IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.*

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SCHARMM, Wilbur. Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1970.

SFEZ, Lucien. Critica da Comunicação. São Paulo: Loyola, 1994.

SHMIDT, Benício Vieno, et al. Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SODRÉ, Muniz. Comunicação do Grotesco (A): Introdução a cultura de massa brasileira. Petrópolis: Vozes, 1971.

SODRÉ, Nelson Werneck. A História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

STAM, Robert. "O telejornal e seu espectador." In: Novos Estudos Cebrap, n.13, outubro de 1985.

STAM, Robert. "O telejornal e seu espectador." In: Novos Estudos Cebrap, n.13, outubro de 1985.

STEINBERG, Carlos. Meios de Comunicação de Massa. São Paulo, Cultrix, 1972.

unesp

STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1997. (Espaço e Debate)

STROZAKE, José (org.). A Questão agrária e a justiça. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

TACHNER, Gisela. Folhas ao Vento - análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. Os documentos e a memória social, Diário, Marília/SP, 19/01/1999.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

WRIGHT, Charles R. Comunicação de Massa: uma perspectiva sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bloch. 1973.

XIFRA-HERAS, J. A informação: analise de uma liberdade frustrada. Rio de Janeiro: Lux: São Paulo; Universidade de São Paulo. 1975.

ANEXOS

Anexos: Para conseguir identificar a data das reportagens no anexo, basta olhar no rodapé da página lá estará assim: http://veja.abril.com.br/011204/p_044.html. Os números **/011204/** é a data da matéria, ou seja, **dia 01 do mês 12 de 2004**, e **p_044** é a página que a matéria se encontra, ou seja, **página 44**. As matérias foram colocadas em ordem cronológica, o que facilita a busca delas, uma vez, que elas são citadas também em ordem cronológica na dissertação.

unesp

veja
Eldorado dos Carajás,
BRASIL
17 de abril de 1996

Sangue em Eldorado

O governador Almir Gabriel, do Pará, mandou a PM desocupar uma estrada no sul de seu Estado. Saldo da operação de trânsito rodoviário: uma carnificina com duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos

Monica Bergamo e Gerson Camarotti, de Eldorado dos Carajás

Recolhidos num posto do Instituto Médico-Legal de Marabá, os corpos de Eldorado dos Carajás trazem as marcas de um massacre. Manchas roxas informam que tomaram chutes e pontapés, enormes buracos de bala e manchas de pólvora comprovam que foram dados tiros à queima-roupa, membros mutilados e cabeças arrebentadas denunciam uma selvageria além de qualquer razão ou limite. Os homens e as mulheres atacados na floresta, que deixaram sangue e pedaços de cérebro espalhados pelo chão e pela relva, são esses brasileiros chamados de sem-terra, cidadãos que andam descalços, têm as roupas sujas de barro e só costumam ser notícia sob a forma de cadáver.

Na terça-feira passada, 1 500 deles ocupavam uma rodovia no Pará para protestar contra a demora do governo federal em assentar suas famílias. Na tarde daquele dia, o governador Almir Gabriel tomou uma decisão que mudou sua biografia e envergonhou o Brasil. Tucano com um respeitável passado de democrata, Ga-briel deu a ordem que o transformou no promotor do "Carandiru da Amazônia". "Desobstruam a estrada", determinou o governador, em conversa com dois auxiliares. No dia seguinte, os policiais chegaram a Eldorado dos Carajás. Vinham de dois pontos diferentes e puderam cercar os sem-terra pela frente e por trás. Atiraram primeiro para o alto, para assustar. Depois para baixo, para ferir. Não se contabilizou o número de assustados. Mas, até o fim de semana, já haviam sido contabilizados dezenove mortos e 51 feridos.

Uma perícia realizada pelo legista Nelson Massini, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, informa que nem todos os dezenove mortos perderam a vida no confronto. Em sua análise, pelo menos dez deles – mais da metade das vítimas – foram chacinados. Três morreram com balas na cabeça, em tiros a curta distância: um na nuca, um no olho direito, o outro na cabeça. É a prova clara de que houve execução. "Execução sumária", explica o professor Massini. "Tiros de precisão. Houve excessos e foi brutal." Outros sete tiveram seus corpos retalhados a golpes de foice e estavam estraçalhados. O perito anotou: esmagamento de crânio, costas abertas, braços quebrados, mutilações. Pelos ferimentos, é possível reconstituir como algumas mortes ocorreram. As vítimas já estavam dominadas, sem condições para se defender ou reagir, desarmadas, quando foram atacadas com "golpes cortantes".

TIRO NO ROSTO – O primeiro a morrer era conhecido apenas pelo

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Sangue em Eldorado

O governador Almir Gabriel, do Pará, mandou a PM desocupar uma estrada no sul de seu Estado. Saldo da operação de trânsito rodoviário: uma carnificina com duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos

Monica Bergamo e Gerson Camarotti, de Eldorado dos Carajás

Recolhidos num posto do Instituto Médico-Legal de Marabá, os corpos de Eldorado dos Carajás trazem as marcas de um massacre. Manchas roxas informam que tomaram chutes e pontapés, enormes buracos de bala e manchas de pólvora comprovam que foram dados tiros à queima-roupa, membros mutilados e cabeças arrebentadas denunciam uma selvageria além de qualquer razão ou limite. Os homens e as mulheres atacados na floresta, que deixaram sangue e pedaços de cérebro espalhados pelo chão e pela relva, são esses brasileiros chamados de sem-terra, cidadãos que andam descalços, têm as roupas sujas de barro e só costumam ser notícia sob a forma de cadáver.

Na terça-feira passada, 1 500 deles ocupavam uma rodovia no Pará para protestar contra a demora do governo federal em assentar suas famílias. Na tarde daquele dia, o governador Almir Gabriel tomou uma decisão que mudou sua biografia e envergonhou o Brasil. Tucano com um respeitável passado de democrata, Ga-briel deu a ordem que o transformou no promotor do "Carandiru da Amazônia". "Desobstruam a estrada", determinou o governador, em conversa com dois auxiliares. No dia seguinte, os policiais chegaram a Eldorado dos Carajás. Vinham de dois pontos diferentes e puderam cercar os sem-terra pela frente e por trás. Atiraram primeiro para o alto, para assustar. Depois para baixo, para ferir. Não se contabilizou o número de assustados. Mas, até o fim de semana, já haviam sido contabilizados dezenove mortos e 51 feridos.

Uma perícia realizada pelo legista Nelson Massini, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, informa que nem todos os dezenove mortos perderam a vida no confronto. Em sua análise, pelo menos dez deles – mais da metade das vítimas – foram chacinados. Três morreram com balas na cabeça, em tiros a curta distância: um na nuca, um no olho direito, o outro na cabeça. É a prova clara de que houve execução. "Execução sumária", explica o professor Massini. "Tiros de precisão. Houve excessos e foi brutal." Outros sete tiveram seus corpos retalhados a golpes de foice e estavam estraçalhados. O perito anotou: esmagamento de crânio, costas abertas, braços quebrados, mutilações. Pelos ferimentos, é possível reconstituir como algumas mortes ocorreram. As vítimas já estavam dominadas, sem condições para se defender ou reagir, desarmadas, quando foram atacadas com "golpes cortantes".

TIRO NO ROSTO – O primeiro a morrer era conhecido apenas pelo

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

primeiro nome, Amâncio, e um apelido, "O Surdo". Amâncio era realmente surdo e morreu desnorteado. Percebia o corre-corre, mas, sem ouvir os disparos, demorou para saber o que ocorria e tentar fugir. O primeiro tiro acertou seu pé direito. "A gente gritava para ele correr, mas não adiantava. Os soldados chegaram perto e atiraram na cabeça", diz Francisco Clemente de Oliveira, 20 anos, agricultor em Serra Pelada, que testemunhou a morte. Outro que morreu no início também era conhecido apenas pelo primeiro nome, Lourival. Alvejado, desabou aos pés de Raimundo Gouveia, que o conheceu no acampamento: "Ele caiu de bruços. Quando o virei, estava com a boca aberta, sangrando".

Casado e pai de uma menina de 4 anos, Robson Vitor Sobrinho, de 25 anos, tinha os cabelos um pouco compridos e isso fez diferença ao tentar escapar dos policiais. "Ele foi agarrado pelos cabelos e jogado no chão. Levou um tiro no braço e outro na cabeça", diz Elka de Fátima, 35 anos, amiga de Robson. A mulher de Robson, Francinete dos Santos, empregada doméstica, foi reconhecê-lo no hospital de Curionópolis e constatou os dois tiros. Antes de sair, aos prantos, arrancou do pescoço do marido um cordão preto com dentes de porco selvagem que Robson carregava há anos. "Ele não tinha família, como eu, e me convidou para montar uma", lembra a mulher.

O lavrador José Nunes da Silva correu quando levou um tiro de raspão. A mulher e os filhos, de 6 e 8 anos, já se haviam embrenhado no mato. "Não olhei para trás e saí correndo também. Corri mais de cinco horas. Entrei num riacho e só parei quando estava com água pela cintura", contou ele à repórter Andrea Barros, de VEJA. Maria Abadia Barbosa, de 57 anos, estava escondida numa cabana de madeira quando viu o filho Júlio César, de 23 anos, correndo dos tiros. Ela deixou o abrigo para buscar o rapaz. No meio da fuzilaria, abraçaram-se. Maria levou dois tiros na perna e Júlio César teve o rosto ferido a bala.

Muitos dos depoimentos sobre o massacre, colhidos junto aos sobreviventes em locais e momentos diferentes, coincidem até em detalhes. A agressividade policial aumentava à medida que os sem-terra fugiam. Líder dos sem-terra, apesar da pouca idade, 17 anos, o adolescente Oziel Pereira foi arrancado da casa onde se escondia e, algemado, começou a apanhar de um grupo de policiais. Um deles puxou o cabelo do rapaz e outro atirou. A cena é relatada por Maria e confirmada por Josimar Pereira Freitas, outro sobrevivente. Um advogado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST, reconheceu Oziel sexta-feira entre os corpos enfileirados no Instituto Médico Legal Renato Chaves, em Marabá. "Ele tinha dois buracos de bala nos olhos e outro na testa. Só o identifiquei pela roupa. Via-se uma massa de carne disforme no lugar onde havia sido seu rosto", relata Carlos Amaral Júnior, o advogado.

POR ÔNIBUS E COMIDA – Levando mudas de roupa em sacos plásticos, lonas pretas para abrigos noturnos e um pouco de comida, no dia 8 de abril um grupo de 1 500 sem-terra acampados na Fazenda Macaxeira, em Curionópolis, resolveu deixar o lugar para ir em passeata até Belém. Na capital paraense, o grupo, que incluía

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

mulheres e crianças, pretendia cobrar desapropriações no sul do Estado. Batizada de "Marcha para Belém", a caminhada era mais uma daquelas passeatas em que o importante não é a chegada, mas o trajeto. Por onde passaram, os sem-terra deram mostras de organização, chamaram a atenção da população e também provocaram cenas de baderna. Três dias depois da partida, por exemplo, saquearam um caminhão com 16 toneladas de frutas. "Foi um ato simbólico", tenta justificar Jorge Néri, da direção estadual do MST, que acompanhava a marcha. "Queríamos laranjas para as crianças, que estavam com fome."

Na noite de segunda-feira da semana passada, sete dias e 40 quilômetros após a partida, os sem-terra resolveram montar acampamento no local que, 48 horas depois, seria o cenário da tragédia. Estavam a 5 quilômetros de Eldorado dos Carajás, próximo ao trevo das rodovias PA 150 e 275, a principal artéria do Estado, e também tinham mudado de idéia. Cansados de caminhar com toda a tralha nas costas, e apenas à noite, pois não queriam cansar as crianças, em vez de seguir a pé até a capital, a uma distância de 650 quilômetros, resolveram pedir ônibus ou pelo menos caminhões ao governo. Para apressar o pedido, bloquearam a PA 150 por quinze horas. Foi quando apareceu o major José Maria de Oliveira, comandante de um quartel da PM na região. O major estava com boa vontade. Disse que faria o possível para arrumar cinqüenta ônibus e 10 toneladas de alimentos – quantidade suficiente para alimentar aquela multidão por uma semana. Os sem-terra pagaram na mesma moeda. Saíram do asfalto e montaram acampamento fora da estrada. O tráfico na PA 150 até se normalizou, por algumas horas.

LICENÇA PARA MATAR – No dia seguinte, o governo endureceu. De manhã, um tenente foi ao acampamento para informar que o acordo estava desfeito e nada mais seria entregue. Nem ônibus nem comida. Os sem-terra voltaram para o asfalto. Às 15 horas, alguns ônibus se aproximaram. Mas, em vez de cinqüenta, eram dois, mais uma caminhonete. E, em lugar de alimentos, traziam sob o comando do major Oliveira 68 homens, armados com duas escopetas, quatro metralhadoras, cinqüenta fuzis e revólveres. O comboio da PM estacionou a 500 metros do acampamento. Pelo sentido oposto da estrada, uma hora e meia depois, chegaram mais três ônibus e uma caminhonete, saídos de Marabá. Sob a chefia do coronel Mário Collares de Pantoja, comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar da cidade, chegavam mais 200 homens. Chamavam a atenção pelo que portavam – revólveres e metralhadoras – e também pelo que haviam deixado nos alojamentos. Os policiais haviam arrancado do bolso da camisa a tira de pano costurada sobre velcro que os identifica, isto é, estavam com licença para matar sem que pudessem ser reconhecidos mais tarde.

Numa primeira tentativa de negociar, o major Oliveira se aproximou dos manifestantes, mas foi recebido a pau e pedra. "A gente só fez isso porque nunca imaginou que eles fossem atirar", diz o sem-terra Gouveia. Do lado contrário, apareceram os policiais comandados por Pantoja. "A tropa de Marabá chegou jogando bombas de gás lacrimogêneo. Eles não foram para negociar, chegaram atirando", diz

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

a jornalista Marisa Romão, da TV Liberal, que cobriu o episódio e, num ato de coragem, em pleno tiroteio, tentou convencer a PM a manter a cabeça fria.

Quando estudantes ou funcionários públicos em greve saem em passeata na Avenida Presidente Vargas, no centro de Belém, a polícia também é chamada para garantir a circulação de automóveis, ônibus e caminhões. Seus homens, que portam escudos, coletes e capacetes da tropa de choque, trazem bombas que fazem barulho, bombas que soltam a fumaça que provoca ardência nos olhos. Nada de revólver na mão. Muito menos metralhadora. Com os sem-terra, foi e era para ter sido diferente. "Se encontrassem resistência, eles estavam autorizados a reagir e inclusive atirar se isso fosse necessário", declarou ao Jornal do Brasil o secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara.

CULPANDO O MORDOMO – "Quando começamos a reagir, jogando pedras, foi para acertar mesmo. A gente disse que não ia sair e aí piorou tudo", diz José Nunes da Silva, de 39 anos, que levou um tiro de raspão na perna direita e acabou internado no hospital municipal de Curionópolis. Os sem-terra bateram em retirada quando começaram a tombar as primeiras vítimas. Eram 18 horas de quarta-feira quando a polícia parou de atirar. Foram duas horas de confronto. Os que estavam caídos – mortos ou feridos – começaram a ser levados pelos policiais para o acostamento, onde se formou uma pilha de corpos. Na pista, só sangue, vísceras e massa encefálica. Os que estavam de pé foram levados para os ônibus. Alguns corpos – entre os quais o de um lavrador que, prendendo a respiração, se fez passar por morto e sobreviveu – foram transportados do acostamento para a carroceria de um caminhão. Cerca de cinqüenta pessoas aprisionadas pelos policiais foram colocadas de bruços sobre o asfalto e algumas levaram chutes e tapas. Os policiais gritavam palavrões, espancavam e humilhavam.

Às 19 horas, a rodovia PA-150 já estava liberada, como pedira o governador Almir Gabriel, mas havia muito sangue e muita massa encefálica sobre o asfalto para se fazer uma festa. Para dar a impressão de que se cometera violência de parte a parte, a PM e o próprio governador fizeram circular a versão de que pelo menos um policial havia morrido no conflito. Mentira. Mais uma vez, o que se produziu, no Pará, foi aquela troca de tiros em que só há mortos de um lado. Como um grã-fino que sempre coloca a culpa no mordomo quando alguma coisa sai errada durante um banquete, Almir Gabriel decidiu responsabilizar um coronel da PM pela violência e pelas mortes. Na noite de quinta-feira, correligionários do governador, como o senador pernambucano Carlos Wilson, divulgaram a versão, muito comovente, de que Gabriel chorou na noite de quarta-feira ao fazer um relato do ocorrido ao presidente do PSDB, Artur da Távola. Muitas pessoas até soluçaram de pena.

CORO DE CADÁVERES – Com suas foices e suas lonas pretas, os sem-terra morrem como mártires, com as roupas ensangüentadas, os corpos machucados, mas suas almas têm revelado um estranho poder para encantar as autoridades tucanas que aparecem em seu caminho. Na manhã de quinta-feira passada, o presidente Fernando Henrique

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Cardoso estava em viagem de propaganda do Comunidade Solidária quando pediram que falasse sobre o massacre. Como um sociólogo debruçado sobre personagens de uma tese acadêmica, e não pessoas de carne e osso, com sonhos de um futuro melhor, filhos para criar e uma vida para tocar, Fernando Henrique classificou os sem-terra e a PM de representantes do "Brasil arcaico", em oposição ao "moderno", do qual se considera representante, talvez condutor. O presidente só mudou de atitude depois que outros "modernos" se mostraram sinceramente chocados com o que ocorrera com os "arcaicos". Quando o assunto se tornou manchete em todas as emissoras de rádio e TV, inclusive internacionais, Fernando Henrique desceu de seu gabinete no Planalto para dizer que considerava o episódio "inaceitável, injustificável, e que constrange o país e o presidente da República".

O massacre dos sem-terra foi mesmo inaceitável, injustificável, envergonhou o país e, descobriu-se com quase 24 horas de atraso, também constrangeu Fernando Henrique. Na sexta-feira passada, num reconhecimento de culpa, o governador do Pará anunciou um projeto para pagar pensão vitalícia às famílias das vítimas. A Fazenda Macaxeira, origem de todo o conflito, será finalmente desapropriada e, em Curionópolis, haverá túmulo de graça para a família que quiser enterrar o marido ou o filho por ali. O doloroso, na rapidez dessas medidas, na facilidade com que são anunciadas, é a visão de que homens pobres, sem sapatos e mãos calosas, só conseguem ser ouvidos quando formam um coro de cadáveres massacrados.

Sindicato-partido do MST

Como um partido de feição bolchevique, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem estrutura, disciplina, organização e até aparelhos clandestinos. Não fosse assim, não teria como manter seu líder José Rainha, diversas vezes condenado à prisão preventiva, longe da polícia – até que seus advogados conseguissem um habeas-corpus para evitar que fosse colocado atrás das grades. Como um sindicato, o MST tem uma plataforma de um ponto só – reforma agrária. Criado há doze anos, numa química em que se uniram antigos militantes comunistas com católicos radicais e petistas, o movimento mostra números que impressionam. De lá para cá, conquistou o assentamento de 139 000 famílias – é um total superior ao de qualquer presidente da República, em qualquer época. O MST usa armas e tem uma tradição de enfrentar a polícia.

A direção nacional é composta de quinze militantes. Mas, convencido de que o atual regime de liberdades é inseguro para organizações de esquerda, o movimento alega razões de segurança para só divulgar o nome de cinco deles – João Pedro Stedile, Gilmar Mauro, Walter Assunção, Enio Bonemberger e, é claro, José Rainha. Como é quem mais aparece, Rainha acabou se tornando a cara dos sem-terra. Na sede nacional, em São Paulo, no entanto, o comandante-em-chefe é o economista gaúcho João Pedro Stedile. Barbudo, fala mansa, pequenos olhos azuis, ele é o pulso do MST. Sua orientação é manter a autonomia e livrar-se de pechas como o

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

boato, espalhado pelo governo, de que haveria infiltração de terroristas do Sendero Luminoso, do Peru, ou zapatistas mexicanos em seus flancos.

O MST é capaz de mandar militantes para fazer curso em Cuba e, ao mesmo tempo, enviar emissários para abraçar o ex-presidente José Sarney. Suas cartilhas são recheadas de textos de revolucionários da América Central, especialmente sandinistas, mas, mesmo quando se trata do PFL, o MST faz e desfaz acordos em função, única e exclusivamente, da partilha da terra. Em algumas invasões, como a da Fazenda Macaxeira, foco do conflito que deu origem à matança da semana passada, usaram lenços para esconder o rosto. Nove entre dez de seus integrantes são eleitores do PT, mas Lula tem menos influência ali do que em qualquer outra corrente do PT. Com orçamento declarado de 800 000 reais por ano, sessenta funcionários e sede em 22 Estados, o MST recebe alguma ajuda externa e muito auxílio interno. Cada família assentada entrega à organização o equivalente a 1% de sua produção – pode ser em dinheiro, em sacos de feijão ou até em galinhas.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

veja
A MARCHA DOS RADICAIS
Quem são e o que querem os sem-terra

CONDENADOS À

No chão seco ou na lama, os sem-terra acampam sua esperança em todo lugar

EGBERTO NOGUEIRA

João Sorima Neto

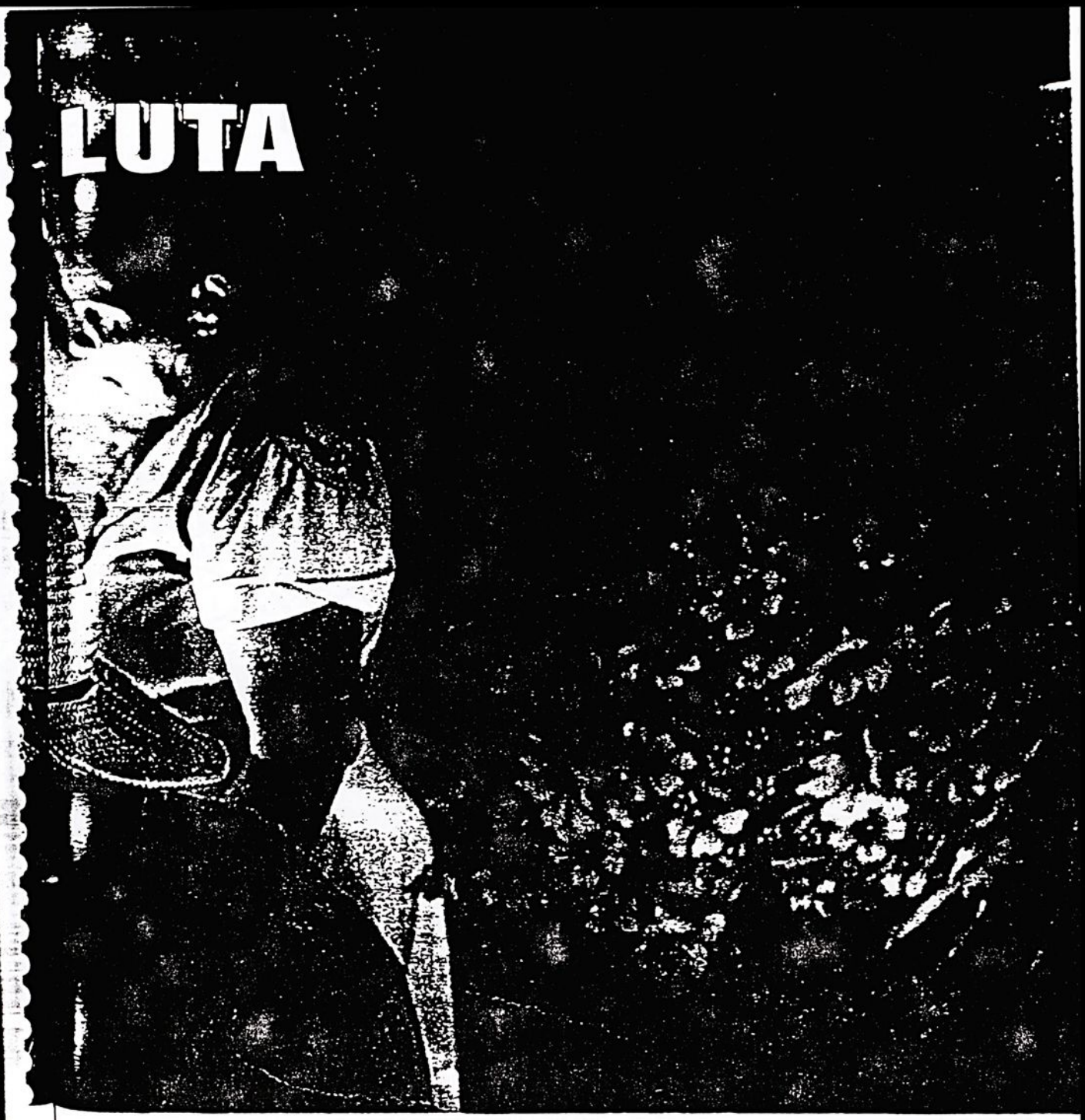
Chove sem parar na madrugada de domingo 2 de março, quando 1 200 famílias de sem-terra invadem a fazenda Pastorisa, um colosso de 10 000 hectares no Pará, perto da fronteira com o Maranhão. A decisão de ocupar a terra foi tomada às 6 horas da tarde do sábado, numa assembléia, a 6 quilômetros da fazenda. Não é longe, mas na Floresta Amazônica, onde qualquer passeio tem ares de odisséia, a invasão se assemelha à tomada das Termópilas. Os batedores vão à frente com lanternas e machados. Derrubam árvores e marcam a trilha. A lama espalha-se por todo lado. Para percorrer a pé os poucos quilômetros, gastam-se mais de quatro horas. Há troncos de castanheira caídos, barulheira dos bichos, riachos e barrancos que precisam ser cruzados. O matagal esconde onças, ouriços, macacos. Marcham mães, uma delas com um bebê de 5 meses no colo. Marcham velhos de mais de 60 anos e também crianças com panelas e trouxas de roupa nas costas. A floresta, que já é escura durante o dia, com galhos entrelaçados a esconder o sol, de noite é breu. Muitos caminham descalços. Mesmo no inverno, a estação das chuvas, o calor é de 30 graus.

As famílias chegam ao local designado para o acampamento. Cortam-se árvores, colhe-se palha para os barracos. Das 4h30 às 6 da manhã ninguém pode aproximar-se do rio. Há risco do mosquito transmissor da malária. Um em cada cinco sem-terra do Norte já padeceu com a doença. De manhãzinha, já se notam os contornos dos primeiros barracos e fogões de barro junto ao chão. Tudo é úmido e escorregadio. A chuva enfim pára, mas já se sabe que voltará pelas 2 da tarde. Um grupo mata um ouriço amarelado que dorme num tronco. Os líderes convocam a primeira assembléia na terra nova: hora de decidir os próximos passos e ouvir os informes de pessoas que vêm de fora. É uma visão de filme de Glauber Rocha. Em plena Amazônia, uma multidão com as roupas encardidas, rasgadas, ensopadas, ergue suas foices e enxadas. Dá gritos de guerra. Hasteia a bandeira vermelha do MST.

A CAIRE

Os 32 acampamentos mantidos em dezesseis Estados, onde estão abrigadas 100 000 pessoas segundo o MST (apenas 40 000, segundo o governo), são construções precárias em cima de um terreno pantanoso: o da estrutura de terras do Brasil. No segundo semestre do ano passado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, montou um minucioso mapa da situação das terras. Os dados são assombrosos: englobando 35 083 propriedades, que formam apenas 1% do total de imóveis cadastrados, os latifúndios ocupam 153 milhões de hectares, quase a metade da área de todas as propriedades rurais somadas. Supondo que cada uma dessas propriedades tenha um dono dife-

LUTA



rente, o que está longe de ser verdade, é como se apenas 35 083 pessoas ocupassem uma área igual à soma dos territórios da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Áustria. É sobre esse mapa da insensatez que os sem-terra marcham.

Nenhum país continental possui uma terra tão concentrada e tão desperdiçada. Em 14% da área agricultável, planta-se. Em 48%, cria-se gado. O resto é ocioso. No Norte, a região mais atrasada, 79% da área total cultivável é ocupada por imóveis improdutivos. Mesmo no Sul, porção considerada a mais avançada, onde a terra é boa, esse índice chega a 42%. Os 4,5 milhões de agricultores familiares do país, donos de um quarto das terras utilizadas para a agricultura, garantem o sustento direto de 18 milhões de pessoas, ou quase 12% da população do país. É dali que sai metade de toda a produção agropecuária nacional, com destaque para o feijão, a carne de porco, o milho, os ovos e as frutas que irão para a mesa do brasileiro. Sem recursos nem tecnologia, um belo punhado dos pequenos proprietários rurais, contudo, sobrevive numa economia de subsistência, colhendo pouco mais do que o necessário para que a família não morra de inanição.

Leodoro e Francisca na terra estéril que receberam: "Reforma agrária? Falar a verdade, precisa"

A Anoni, uma das fazendas do MST: escola e médico para crianças, soja, milho e trigo onde treze anos atrás só havia barracos de lona e brigas com a polícia

Querendo colocar seus integrantes nesse degrau um pouco superior ao da pobreza nua e crua, o MST dispõe até de uma ou duas fazendas-utopia, lugares tão bonitos que basta uma visita rápida para perceber que não será possível repetir tanta felicidade pelo Brasil inteiro. A mais celebrada dessas fazendas é a Anoni, ocupada há treze anos, berço de uma das primeiras invasões, e que hoje parece mais a Suíça do que o Brasil. Ali, todo fim de tarde, o gaúcho José Cé, 42 anos, esparrama seu 1,92 metro de altura em uma cadeira na varanda de casa, põe a água quente no chimarrão e aprecia o que conquistou com a mulher, Beatriz, 37 anos. Com três filhos, a família Cé leva uma vida confortável. Construíram uma casa de quatro quartos com direito a porão e estufa para plantas, têm todos os eletrodomésticos e, no ano passado, compraram um Fusquinha 90 por 1 500 reais. José ganha seis salários mínimos por mês, e sua despesa é pequena. No jardim, ele abastece a despensa de casa colhendo de cebola e alho a pêssegos e maçãs. Nos 20 hectares de terra restantes de sua gleba, a família enche sacas de soja e de milho em duas safras por ano. No pasto, eles têm vacas, porcos e galinhas.

Os três filhos não vão nem de longe passar pela briga de foice que seus pais enfrentaram em meados da década de 80. Com apenas um facão, uma muda de roupa e alguma comida na sacola, José saiu do sítio da mãe, dona Onilde, em Ronda Alta, cidadezinha a 350 quilômetros de Porto Alegre, e subiu em um caminhão junto com outros sem-terra. Como tinha três irmãos, ele viu que os 8 hectares da família não seriam suficientes para sustentar e alimentar a todos. O caminhão dos sem-terra só parou 20 quilômetros depois, já na Anoni, um conjunto de 8 652 hectares de terra improdutiva. Montaram barracões cobertos de lona preta, e, ali, 1 500 famílias moraram por dois anos. "Eu apanhei da polícia, sofri, mas valeu a pena", diz Cé. Na mesma terra que engoliu o sangue jorrado nos confrontos entre a polícia e os sem-terra, estende-se hoje um tapete verde onde brotam milhares de pés de soja, milho e trigo. Cada hectare é plantado e aproveitado. As crianças têm escola, assistência médica e

No sétimo mês de gravidez, Tânia escapou por pouco do massacre de Eldorado dos Carajás. Agora espera um lote: saudade das aulas de musculação e "fé no movimento"

dentista. Um professor de educação física aparece de vez em quando para ensinar ginástica e as crianças têm escolas limpas e arejadas, que até lembrariam um estabelecimento privado, típico para classe média nas cidades, não fosse por um detalhe — a bandeira do MST ao fundo.

Os pés-descalços não querem subir tanto, mas também não se conformam com o tão pouco que recebem hoje. O mundo dos sem-terra produz um drama em dois tempos. Primeiro, a espera, a invasão e a legalização dos terrenos. Isso leva meses, anos, às vezes vários anos. Depois, torná-los produtivos. É muito esforço, por um tempo largo, mas eles vão em frente. "Na minha idade, o futuro é pouco. Eu só estou aqui esperando o tempo, como se diz. E aqui fico, empatado, até quando Deus quiser." Numa fala que parece extraída de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, José Leodoro da Silva, 68 anos, casado há 42 anos com dona Francisca, sete filhos, vinte netos e um bisneto, já conquistou a sua terra. Ainda é de pouca valia. Dono de um lote de 8 alqueires na Fazenda São Bento, a primeira do Pontal do Paranapanema, no interior de São Paulo, a ser desapropriada para fins de reforma agrária, em 1993, Leodoro mal tira do chão, três anos depois de receber o título de propriedade, a ração diária. Precisa de incentivos, implementos e crédito, o que a tortuosa política agrária brasileira ainda não provê.

No mês passado, VEJA fez um levantamento sobre os sem-terra com base num questionário aplicado em acampamentos de Pernambuco, Pará, São Paulo e Rio Grande do Sul. Dado fundamental: mais de 90% têm tradição na agricultura, são filhos de lavradores e nunca foram donos de terra. Uma parcela é constituída de agricultores que, pendurados nos bancos, perderam a terra nos anos 70 — época de extraordinária concentração fundiária. E uma porção menor ainda é formada de desempregados e ex-trabalhadores de áreas urbanas. De modo geral, trata-se de uma massa de desvalidos cujas mãos são calejadas e os dentes estragados. Quase ninguém usa óculos, até porque oftalmologista não é um tipo de profissional comum em acampamentos. Há mais homens (65%) que mulheres, e a maioria está na faixa dos 20 aos 40 anos. Mais de 30% são analfabetos. Dos que começaram o 1º grau, 49% não o completaram. Apenas 3% têm o 2º grau completo. Quase 80% são casados ou amigados, e desses núcleos resultam proles numerosas, de quatro a cinco filhos. Não parecem doentes, mas envelhecidos precocemente. Quando cumprimentam um forasteiro, estendem uma mão mole, inerme ao aperto. São tímidos e desconfiados, mas recebem o visitante educadamente.

Na paráfrase de Euclides da Cunha, são gente que cedo encarou a existência pela sua face tormentosa. Antes da invasão, todos amargam um angustiante período de acampamentos à beira de estradas ou nas brenhas. A norma é a espera prolongar-se por três ou quatro meses. Em casos extremos, chega a anos, como aconteceu na fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul. É de enlouquecer, mas os homens e mulheres são mais rijos. A disciplina nos acampamentos é exigência da sobrevivência. Quem exagerar na pinga, assediar uma "companheira" com grosseria ou sair da linha por qualquer outro motivo pode ser punido — voltando para o fim da fila no cadastro dos candidatos a

ORLANDO BRITO

Jorge Neri, líder do MST no Pará, ensina a disciplina para suportar a espera: quem exagera na pinga ou paquera demais vai para o fim da fila no cadastro

PAULO JAIR S.

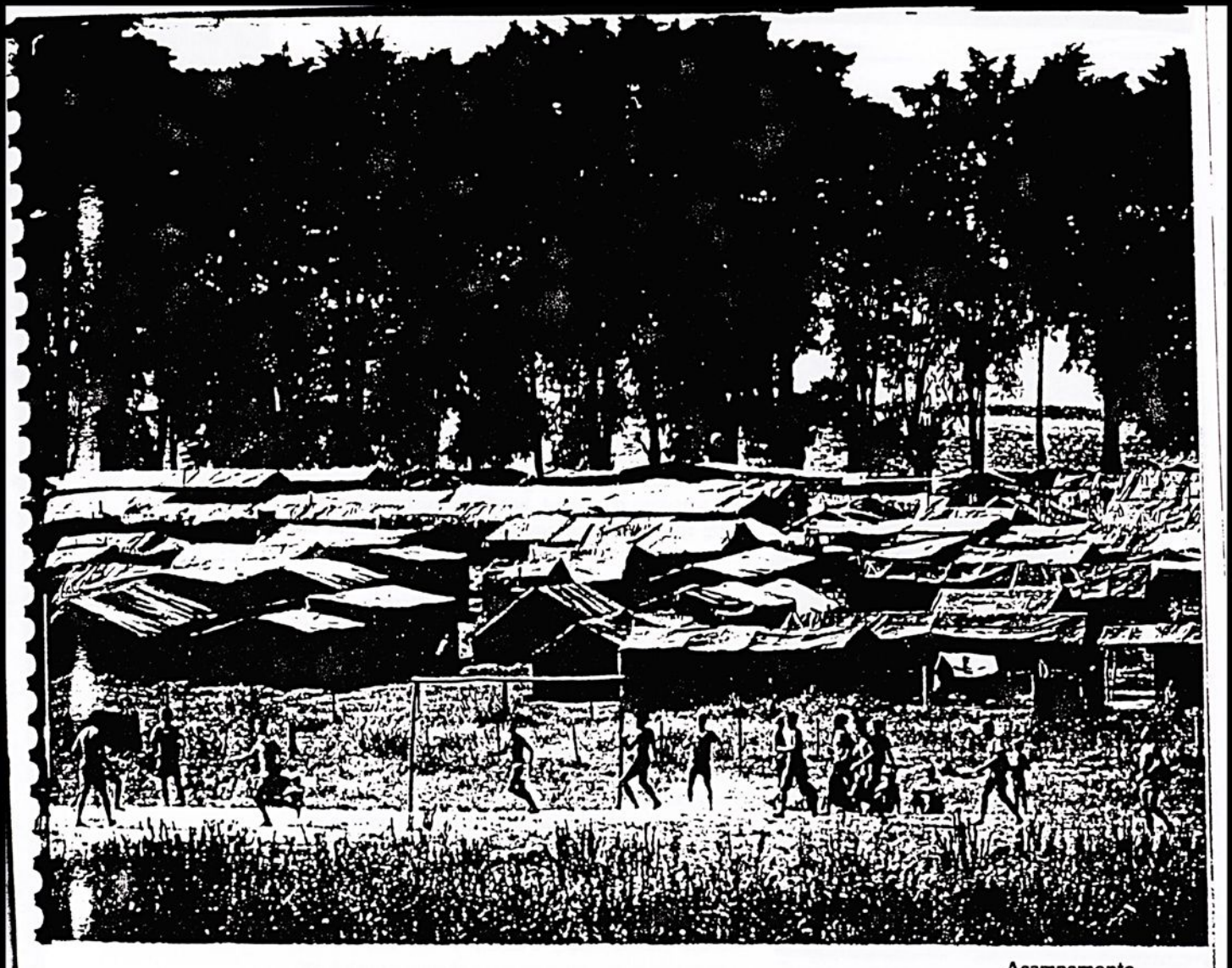
um pedaço de chão — e até expulso. "Sem disciplina não se chega a nada", ensina Jorge Neri, 31 anos, membro da direção nacional do MST e admirador de Fidel Castro e Mao Tsé-tung. "Lidamos com a polícia e o Exército, que têm disciplina, por isso também precisamos ser disciplinados."

É assim em todos os acampamentos. Na fazenda Alvorada, no Rio Grande do Sul, onde 1 612 famílias aguardam um lote de terra, o líder do MST Nelson de Luci Klinick, o "Bozó", explica que os sem-terra são instruídos a não pegar trabalho fora do acampamento "para não perder o poder de mobilização". Quase diariamente há "exercícios de conscientização", atividade que consiste em entoar canções e hinos ligados à luta pela terra e em gritar palavras de ordem.

Os donos das vozes que ressoam nos matos cerrados, selvas e campos têm a cara do Brasil. Eles são loiros no Sul, morenos no Norte e Nordeste. Lêem Mao, alguns, e votam no PT. Outros preferem até o candidato do PPB, Esperidião Amin, e, em vez de leituras esquerdistas, assistem à TV, dançam, cultivam os músculos. Tânia Maria da Silva, de 26 anos, apareceu em todos os jornais no massacre em Eldorado dos Carajás. Estava grávida de sete meses. Ela diz que os PMs lhe chutaram a cabeça. Só não atiraram porque perceberam que estava esperando bebê. Um ano depois, a criança de nome Vanessa foi dada a um casal do Rio de Janeiro para ser criada. Tânia passou a infância no Maranhão, onde os pais tinham lavoura. A família tentou a sorte num Estado novo e migrou para Tocantins. Aos 16 anos, Tânia foi para Goiânia, em busca de trabalho — segurança de boate, "saladeira" num restaurante, doméstica. Começou a fazer musculação numa academia. Chegou a vice-campeã estadual e hoje, no acampamento dos sem-terra no Pará, lamenta: "Aqui não tenho como fazer musculação. Às vezes tenho vontade de largar tudo. Continuo por causa da fé no movimento".

Como todos, Tânia mora em barracos ou casas de pau-a-pique, chão de terra batida, quase sempre divididos em dois cômodos. Os banheiros, ou fossas, são coletivos nos acampamentos (masculinos e femininos). Cadeiras e mesas são peças raras. Sofás, mais ainda. Os pertences pessoais resumem-se a algumas roupas velhas, um par de botinas ou sandálias havaianas e panelas. O único eletrodoméstico existente em quase todos os barracos é o fogão ou o fogareiro a gás. Alguns aquinhoados com televisão só conseguem ligar o aparelho se dispõem de uma bateria de trator ou de caminhonete. São tão raros quanto os donos de automóvel, geralmente caindo aos pedaços. No Pará, as barracas são diferentes das que aparecem na televisão, em que se misturam plástico preto, lona e madeira compensada. No Norte, o plástico é um luxo, e as barracas, sustentadas por toras de imbaúba, árvore da região, são cobertas com palha de uma palmeira, o babaçu.

Para o sustento diário, os sem-terra acampados dependem tanto da roça de subsistência quanto das cestas básicas oferecidas pela Igreja, governo e MST, além da ajuda em dinheiro ou comida dos parentes. Quem declara ter renda costuma ficar na



Acampamento no Rio Grande do Sul, sempre a mesma paisagem: cidades de lona preta, campos de futebol e bandeiras do MST na entrada

ganha um pedinte, vagueando pelas ruas das principais cidades do país. De modo geral eles se alimentam de milho, mandioca e um pouco de arroz ou feijão. Carne, é raro. O Incra doa a muitos acampamentos sacas de arroz, feijão e farinha.

Às vezes, é um horror. Os panelões de arroz exalam um odor azedo que contamina a roupa. O feijão é um emaranhado de carunchos, insetos em fase larval. Brancos, chegam a atingir quase 2 centímetros de comprimento antes de virar pupa. Há sacas de feijão repugnantes. São deixadas de lado. Outras, menos infestadas, requerem os cuidados das mulheres. O Incra também fornece uma sopa e uma mistura de chocolate em pó. Com um pouco de sorte, pode-se comer carne de caça. Os sem-terra do Norte caçam com espingardas calibre 32, as famosas "por fora", carregadas pelo cano. Servem como defesa contra onças que rondam o acampamento. A caça é o tatu, a capivara ou, mais raramente, o veado. Há mais um prato incomum e específico da Amazônia — o ensopado de capelão, macaco comum naquelas paragens, e uma delícia segundo se diz. A farmácia resume-se a pacotes de soro, esparadrapo, mertiolate. Panacéia quase universal na cultura sem-terra é um xarope feito com casca de banana e açúcar. Diz-se que cura asma, azia e gripe.

Uma parte dos sem-terra pode-se dizer que é, literalmente, desterrada. É o tipo que predomina na Região Norte, onde quase todo mundo é recém-chegado — veio depois dos anos 70, época em que "ocupar o vazio da Amazônia" era divisa governamental. Antonio Galdino Queiroz, de 57 anos, é desses que engrossaram a romaria ao nada. Expulso da terra de origem, o Maranhão, pela seca de 1984, foi atrás do ouro do Pará. A maioria dos companheiros de Galdino na Pastorisa também viu evanescer a miragem do Eldorado em meio à floresta. Com orgulho, o maranhense ainda exibe a carteira de garimpeiro de Serra Pelada, seu único emprego. "Mas foram só 33 gramas em seis meses de trabalho nos barrancos. Além disso, tinha de pagar 2% do que achava ao dono do barranco. Saí." Terra própria nunca teve. Casado, pai de três filhos naturais e um adotivo, o analfabeto Galdino já não sabe quantas vezes pegou malária. Junto à "companheirada" miserável, agora ele ergue a foice e grita, já do lado de dentro das cercas da fazenda: "Terra que boi come, os hômi passa fome".

Com reportagem de Izaico Sardenberg *e* Roberta Paixão

LONGE DA CARIC

O patrimônio é até bom, mas a maioria dos com-terra vive como a classe média

Izalco Sardenberg

novela *O Rei do Gado* e o imaginário popular, ambos na trilha da literatura regional, fabricaram a idéia de que fazendeiro no Brasil, sobretudo pecuarista, é um sujeito de maus bofes, que veste roupas de grife, não se separa do celular e trata mal os pobres. Esse pecuarista minuciosamente rico e caricatural, no entanto, inexiste. No Brasil, o tipo mais comum de fazendeiro tem uma casa razoável, uma picape já meio gasta e passa a maior parte de seu dia sentado num trator ou montado num cavalo, trabalhando. Seu uniforme é calça jeans e camisa quadriculada. O calçado é a botina caipira ou a bota de bico fino no estilo texano. Levanta cedo, dorme cedo e tem pouco tempo para o lazer. Não se comporta como milionário, embora tenha patrimônio. O dos pecuaristas é um patrimônio andante, o boi no pasto, com uma vantagem em relação ao do agricultor: a liquidez. A maioria dos fazendeiros vive como se sua renda mensal fosse equivalente a da classe média urbana, algo entre 4 000 e 6 000 reais. É gente que na hora das compras não dispensa o crediário ou o cheque pré-datado e quando viaja de avião vai de classe econômica. As casas onde moram, os carros que usam e as roupas que vestem correspondem aos de pessoas que vivem nessa faixa de renda. Fazendeiro pode até ter muito mais — mas acha feio ostentar.

Gastar pouco, em termos de consumo, faz parte da cultura do fazendeiro. Ele nunca vai esbanjar como o sujeito do mercado financeiro que acerta uma tacada. Essa cultura está entranhada na cabeça de Newton Teixeira, um pecuarista de 45 anos nascido em Aracaju e que sempre morou no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. Com sua fala mansa e articulada, Teixeira administra, juntamente com o pai, João Teixeira, seis fazendas, totalizando mais de 5 000 hectares e 12 000 cabeças de gado. Quatro ficam no Pontal e duas, no Paraná. Numa avaliação modesta do mercado, a manada vale algo entre 3 milhões e 4 milhões de dólares. Com toda essa liquidez sobre patas, Teixeira vive sem nenhuma ostentação e quebra a cabeça o tempo todo tentando encontrar novos meios de cortar custos.

O escritório que controla as fazendas, no centro de Presidente Prudente, parece uma repartição pública, decorado com móveis de mais de vinte anos de uso e uma estante com troféus ganhos em exposições de gado. Teixeira senta-se numa mesa ao lado de dois funcionários, numa sala sem ar refrigerado e sem computador. Passa o dia no escritório ou visitando as fazendas e à noite volta para casa em Prudente, onde mora com a mulher e três filhos. Teixeira é a segunda geração de sua família a se ocupar dos negócios da fazenda. Médico formado em Santos, ele abandonou a carreira em 1978 para ajudar o pai, que é de origem humilde e só estudou o primário. Veio tentar a sorte no interior de São Paulo em 1945 e prosperou como comerciante de algodão, chegando a produzir 5 000 toneladas do produto em caroço. Só mais tarde virou fazendeiro e pecuarista. "Meu pai diz que nunca imaginou que um dia fosse ter esse patrimônio", afirma Teixeira.

O gaúcho Nelson Onofrio Leal, um agropecuarista de 72 anos, filho e genro de pecuaristas, também é da segunda geração. Dono de 5 000 hectares a perder de vista no município de Júlio de Castilhos, Rio Grande

O pecuarista Newton Teixeira *(sentado)*, com o pai, em uma de suas fazendas, no Pontal: escritório sem ar refrigerado e sem computador

FILIPE NOGUEIRA

do Sul, planta soja, milho e mantém seus pastos cheios de bois e ovelhas. Até foi campeão de produtividade nos anos 80, e orgulha-se de não estar devendo um único tostão aos bancos. Seu cotidiano, porém, não tem luxo. Leal mora numa casa confortável na cidade e dirige um Santana 89. Geraldo Capota, um mineiro que chegou ao sul do Pará há 25 anos, recebendo subsídios do governo federal para expandir as fronteiras agrícolas do país, possui 3 000 hectares de terra no município de Paraupebas. Produz 800 litros de leite por dia, embalados e vendidos na própria região, faz queijos e planta milho. Com uma propriedade que em sua opinião vale 1 milhão de dólares, Capota mora numa casa de madeira com apenas dois objetos de valor — um telefone e um aparelho de ar condicionado, indispensável numa região onde o calor de mais de 30 graus, com umidade amazônica, faz as pessoas se desmilingüirem.

A mesma relação — muita terra e boi, de um lado, e padrão de vida simples, de outro — pode ser detectada na história de Carlos Chamiê, dono da fazenda São Tomé, também no sul do Pará. Ele administra quase 10 000 hectares e mais de 3 000 bois, mas está pendurado numa dívida com o Banco Real de 169 000 reais. O empréstimo que gerou a dívida, contraído em 1993, era de 25 000 reais. Por conta dos juros, a dívida explodiu. Protestada na Justiça pelo banco, a fazenda foi a leilão, o que atraiu a atenção do Movimento dos Sem-Terra. O leilão foi sustado em liminar, mas assim mesmo a São Tomé acabou invadida há um mês e meio. Terceira geração de uma família de libaneses, Chamiê, de 50 anos, chegou ao Pará no início dos anos 70. Seu pai, antes de se tornar pecuarista, exportava castanha. Com aquele monte de hectares e bois, agora está às voltas com uma pendenga bancária sobre a qual não fornece detalhes. Seu padrão de vida, de qualquer modo, é modesto. Mora em Belém, está no segundo casamento e tem cinco filhos. Para inspecionar a São Tomé, dirige um Fiat Uno. Nas férias, a família desloca-se para a fazenda. A sede é simples, com seis cômodos e uma piscina de fibra de vidro, dessas de fundo de quintal. O fazendeiro tem um sentimento de propriedade arraigado. Considera justo armar-se para defender suas terras de uma eventual invasão. Não gosta dos sem-terra, mas admite que há

O dono da fazenda São Tomé, Carlos Chamiê, no sul do Pará: 3 000 bois, dívida de 169 000 reais com um banco e um Fiat Uno para andar pela propriedade

um problema social no campo e até aceita a reforma agrária, desde que, logicamente, não ocorra em suas terras. A solução com mais ibope entre os fazendeiros é a que propõe o assentamento dos sem-terra em áreas da União. Outros gostam tanto da terra que possuem que acham, sinceramente, que a reforma agrária, entendida como distribuição de terras, já é feita a cada vez que um proprietário reparte suas fazendas entre os herdeiros. Com raríssimas exceções, ninguém admite que sua fazenda é improdutiva, portanto passível de desapropriação. Quem admite na verdade quer desembaraçar-se da propriedade e pegar a indenização com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — é a história da advogada pernambucana Maria Socorro Bezerra Chaves, 62 anos, dona de 480 hectares em Caruaru, Pernambuco, que não produzem nem uma galinha.

No ano passado, quando suas terras foram ocupadas pelo MST, ela agradeceu a Deus. A improdutividade somada à ocupação apressou o processo de desapropriação pelo Incra, que deverá pagar a Maria Socorro o equivalente a 105 000 reais em títulos da dívida agrária. Enquanto os TDAs não chegam, ela já elegeu um bode expiatório para seu fracasso na terra, e nesse ponto não destoa do restante dos fazendeiros: o governo. Além do governo, os outros culpados preferenciais da turma do campo são os juros, os bancos, os impostos, os sem-terra — não necessariamente nessa ordem. Para os fazendeiros do sul do Pará e do Pontal, o inimigo número 1 é o sem-terra. Eles têm outro ponto em comum — nos dois casos há um passado nebuloso sobre a origem das propriedades. No Pará, a história da posse da terra sempre teve um fundo de faroeste. No Pontal, grande parte das terras é área devoluta. Não admira que pecuaristas como Chamiê sempre carreguem uma pastinha cheia de papéis com títulos de propriedade passados em cartório. Todos contestam ou minimizam qualquer referência a um título dúbio de propriedade e juram em uníssono que seus antepassados compraram a terra de boa-fé. Detestam ser chamados de posseiros. "O pai ou o avô desse fazendeiro comprou a terra de boa-fé, abriu a mata a facão, escapou da maleita, e agora seus descendentes são acusados de posseiros. Isso é um desaforo", diz Luiz Haffers, presidente da Sociedade Rural Brasileira.

A riqueza construída metro a metro está presente na voltagem emocional de todos os discursos. "Morro mas não perco minhas terras para esses vagabundos", diz Guilherme Prata, referindo-se às 300 famílias de sem-terra que tentaram ocupar sua propriedade, a fazenda Concórdia, no Pontal, em janeiro. Os invasores foram repelidos a bala. A família de Prata está no Pontal desde os anos 30. Seu avô Isidoro, um pecuarista de Goiás, precisou de oito anos para desmatar os 5 000 hectares que tinha comprado. A paixão pelos bois passou do avô ao neto, que herdou um quarto das terras da família. Ali ele cria 2 000 bois e dedica 10% da área ao plantio de milho e sorgo. Prata mora com a mulher e duas filhas em Prudente, numa casa confortável, pagando 1 200 reais de aluguel. Tem uma picape e sua mulher, uma perua Quantum.

Alguns fazendeiros admitem que contrataram uma milícia armada para repelir eventuais invasores. No Pontal, eles se cotizaram para montar uma equipe de seguranças, com ex-PMs contratados por 1 000 reais mensais. Eles patrulham as fazendas à noite, armados com espingardas calibre 12 e revólveres 38. Os fazendeiros comparam a ação dos sem-terra a um assalto comum. "Se invadissem a sua casa para roubar e atacar sua família, o senhor não reagiria, inclusive a bala?", indagam. Geraldo Capota: "Se entrarem na minha fazenda, não vou atirar para assustar. Atiro para acertar". Carivaldo Ribeiro, médico nascido em São Paulo, dono de 2 000 cabeças de gado de corte no sul do Pará e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais da região: "Quem faz invasão é bandido, e bandido merece prisão ou bala". Até Newton Teixeira, que pertence a uma família de católicos praticantes (seu padrinho, um tio, e monsenhor) e detesta violência, engoliu a pílula amarga por força das circunstâncias e pagou a milícia.

Para além desse problema imediato, os fazendeiros têm outro abacaxi a descascar. A estabilidade econômica aumentou a competitividade no campo e provocou uma queda acentuada da rentabilidade. "Há dez anos um pecuarista com 1 000 cabeças de gado levava vida de classe média alta", diz o engenheiro agrônomo André Pessôa, um dos melhores especialistas do país em agricultura, da MD Consultoria. "Hoje, para manter o mesmo padrão, ele precisa de 10 000 cabeças." Os sinais do aperto são visíveis no estilo de vida. Oswaldo Paes, 65 anos, dono da fazenda São Domingos, no Pontal, que sofreu uma tentativa de invasão em fevereiro passado na qual oito sem-terra ficaram feridos, mora numa casa própria em Prudente cuja decoração data da época de seu casamento, nos anos 70. Outro sinal dos tempos: o filho caçula de Paes estuda na escola pública.

O RADICAL DA TRA

No Brasil da globalização, Stedile acredita em família, Deus e pequena propriedade

Manoel Francisco Brito

Numa das quatro salas da acanhada sede da direção nacional do MST em São Paulo, João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do governo do general Ernesto Geisel e hoje professor da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, tenta convencer João Pedro Stedile a participar de um seminário sobre reforma agrária num fórum econômico em maio. "O Jungmann vai estar lá. Só não pode correr sangue", alerta ele, em tom de brincadeira, sobre o principal alvo das críticas do MST no governo Fernando Henrique Cardoso. "Fique tranqüilo, professor", responde Stedile. "Ao contrário do que dizem, o que eu gosto é de debater idéias." Foi graças às idéias, mais do que ao cargo que ocupa desde 1985 na direção nacional do MST, que Stedile ganhou estatura dentro do movimento. Cada aspecto seu — dos métodos de luta às teses, passando pela organização — tem as marcas de seus neurônios. "Ninguém aqui tem tanta capacidade de articulação e raciocínio quanto ele", diz Elias Araújo, da direção estadual do Maranhão.

Stedile admite que suas idéias são radicais e de esquerda. O que ele odeia é a tentativa de rotulá-las, e ao MST, como produto da experiência do marxismo-leninismo de estirpe européia. "A esquerda clássica é dogmática, racionalista e arrogante", fuzila. A crítica pode soar estranha, mas não é inteiramente fora de propósito se for levado em conta que o esquerdismo de Stedile, mais do que nos manuais comunistas, foi fermentado a partir de dois outros ingredientes que deixariam orgulhoso qualquer conservador: a família e a religião. Casado, pai de quatro filhos, temente a Deus, Stedile cresceu numa família de pequenos agricultores que vieram da Itália, no princípio do século, para cultivar uvas na serra gaúcha. Nesse passado familiar, aprendeu a prezar a terra e tirar o sustento da sua lavoura. "Essa é uma marca de todos os fundadores do movimento", lembra. Não é à toa que Stedile, que raramente freqüenta cinemas, fez questão de assistir a *O Quatrilho* na companhia da mãe. Identificou no enredo a saga de sua família. "Foi uma choradeira danada na saída do filme."

Da Igreja Católica, mais do que a fé, Stedile herdou uma maneira de encarar a vida. "Foi com os padres que eu aprendi a ter disciplina, gosto pelos estudos, amor ao próximo e a não ligar para questões materiais", conta ele. Ou seja, num Brasil onde se discute o choque entre o arcaico e o moderno, globalização e exclusão, Stedile está do lado da tradição, do regional e do pequeno. Mesmo que esse pequeno não tenha nada a ver com o MST. Há dois anos, irritado com a falta de instalações adequadas na rodoviária do Tietê, em São Paulo, disparou para sua direção uma carta com 45 recomendações para melhorar o serviço. "No Brasil, a qualidade do tratamento que uma pessoa recebe é proporcional à sua conta bancária", afirma. A carta não surtiu nenhum efeito. Mas pelo menos não deixou o assunto passar em branco. A defesa dos pobres, para Stedile, é uma questão de consciência que ele encara com fervor missionário.

Esse fervor foi temperado com idéias de esquerda durante os quase três anos que passou na Universidade Autônoma do México, em meados da década de 70. Desembarcou em 1975 no país de Emiliano Zapata, um ano depois de se formar em economia em Porto Alegre, para fazer pós-graduação e disposto a mergulhar nos estudos. Assistia a todo e qualquer seminário oferecido na universidade. "Vi palestra até do Fernando Henrique", conta Stedile.

ADIÇÃO

O intelectual do MST visita a lavoura devastada do assentamento Kalifornia: "Quem ganha um pedaço de terra e planta só para comer não progride. Tem de investir em máquinas. Tem de plantar para vender"

dizendo-se um admirador das teses do sociólogo sobre capitalismo e dependência. "Acho que elas ainda são atualíssimas", afirma. No México, leu de tudo, inclusive *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, um dos fundadores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. "Nesse livro, aprendi que a atividade econômica no campo era capitalista", diz Stedile. E foi com grupos de esquerda, principalmente nicaragüenses e velhos líderes camponeses brasileiros, como Francisco Julião, que aprendeu a organizar o povo do campo.

Stedile voltou ao Brasil em 1978 com o compromisso de escrever sua tese de doutorado, que nunca cumpriu, e a intenção de organizar os sem-terra gaúchos. Foi morar na região de Ronda Alta, onde havia o básico, camponeses e padres de esquerda. Lá ficou até 1984, formando o que o padre Arnildo Fritzen, seu companheiro de primeira hora e ainda pároco do município, chama de "o embrião do MST". Muito da teoria e prática do MST no campo foi desenvolvido em ações naquela região. Vem desses anos toda uma série de procedimentos que Stedile espalhou pelo Brasil: as manifestações de massa para chamar a atenção, a disciplina de ferro nos assentamentos e a fórmula de organização, tomada emprestada das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja — liderança colegiada, dividida em núcleos e coordenações. O discurso que Stedile fez numa úmida manhã de março para um grupo de recém-assentados na fazenda Kalifórnia, em Açailândia, no Maranhão, foi cheio de surpresas. Parecia uma reunião do Sebrae para instruir pequenos empresários. No barracão que serve de igreja e escola, os assentados ouviram João Pedro, como ele é conhecido entre a militância, exortá-los a formar cooperativas e manter um olho no mercado. "Quem ganha um pedaço de terra e planta só para comer não progride", afirmou. "Tem de plantar para vender." Não, Stedile não está virando a casaca, mas apenas sendo pragmático, uma de suas maiores características políticas. Desde que o pragmatismo não implique ser cooptado pelo governo e desistir de ocupações de terra, Stedile topa conversar com qualquer um — até com tripulações de discos voadores, nos quais ele acredita. "Quem garante que estamos sozinhos no universo?", pergunta, depois de contar em detalhes a história de um agricultor gaúcho seqüestrado por alienígenas.

Junto com a liderança do movimento, Stedile está, atualmente, ocupado em vender à massa um capitalismo com ressalvas, onde empresa se chama cooperativa e lucro é excedente para ser fraternalmente repartido entre todos. É por aí que Stedile tenta garantir uma sobrevida para o MST. "Nossos críticos têm razão quando dizem que o impacto econômico da nossa proposta de reforma agrária é insignificante", concede. A curto prazo, insiste, a redistribuição de

Nadir ... PUC/SP

Stedile, há dezessete anos, ensinando a pequenos agricultores gaúchos como se organizar para a luta: "A militância acabou criando em mim algumas deformações, como a opção preferencial pela palavra engajada"

terra tem um valor social que pode ser medido pelo fato de que os assentados não passam mais fome. Mas, num campo dominado pelo uso intensivo da tecnologia em vastas extensões de terra, ele acha que o lote familiar e a agricultura de subsistência não têm futuro. Stedile jura que o MST começou a prestar atenção ao problema, e às suas soluções, muito antes de seus críticos, graças a Fernando Collor de Mello. Tão logo assumiu a Presidência, Collor rompeu o tênue diálogo que o MST mantinha com o governo Sarney e mandou a Polícia Federal baixar o sarrafo no movimento.

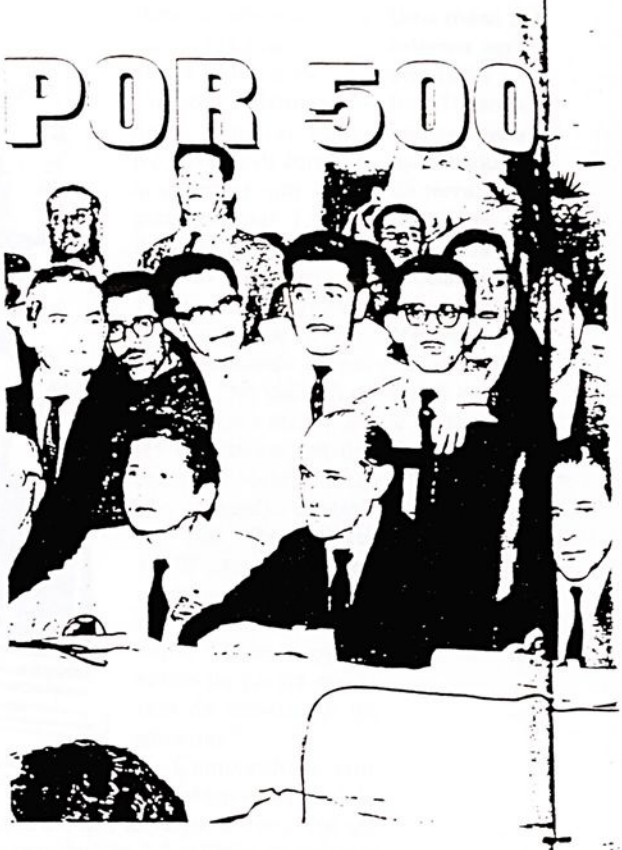
Impedida de desenvolver sua militância no campo, a liderança do MST decidiu examinar o que já tinha conseguido e pensar sobre o futuro. Foi quando os líderes do movimento, Stedile à frente, intensificaram suas habituais viagens ao exterior para trocar experiências com outras organizações de pequenos agricultores. Chegaram a ir a Israel e às Filipinas. Nesses países, aprenderam que não se deveria temer a mecanização intensiva da lavoura. "A médio prazo, o assentado tem de abandonar a subsistência, tem de se associar a outros agricultores para implantar a agroindústria e fazer parte do mercado", sentencia. O problema é que as mesmas tradições que tanto o ajudaram a construir o MST, neste momento, conspiram contra ele. No Sul, apesar de habituados a participar de associações, poucos sem-terra têm a sofisticação econômica necessária para criar uma cooperativa em moldes modernos.

No Norte, onde sempre imperou entre os sem-terra uma cultura extrativista, com pouca agricultura, a questão parece ser pior ainda. Além disso, há o problema do dinheiro curto. Mesmo que tudo isso seja resolvido, Stedile acha que não tem nas mãos tudo o que precisa para fazer a reforma agrária preconizada pelo MST. "Para que ela aconteça, a gente precisa criar uma sociedade diferente", diz ele. E isso implica ter uma utopia. O Brasil imaginado por Stedile tem de ser igualitário, sua economia deve estar voltada para o mercado interno e o modelo de desenvolvimento precisa privilegiar quem é pequeno. "O MST, sozinho, não tem força para construir essa sociedade", afirma. Nem se ele se transformasse num partido? Ele garante que essa possibilidade não existe. Bate na mesma tecla quando confrontado com o significado dos símbolos — a bandeira vermelha, os cartazes de Che Guevara, os cânticos de cunho socialista — do movimento. Diz que na verdade eles são parte de uma mística para consumo interno, que une as pessoas em torno de uma bandeira, e que tirou a idéia da Igreja. "É como os símbolos de um clube de futebol: a torcida se identifica com eles", desconversa. Os fazendeiros não se convencem. "O MST é um projeto de poder político", acusa Luiz Haffers, o presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Aos 44 anos de idade, Stedile, apesar de estar realizado com sua ação política e achar razoável o salário de 960 reais que recebe mensalmente do MST, dá sinais de que tem algumas frustrações. Além da distância dos filhos, que geralmente só vê aos domingos, em decorrência das incessantes viagens de ônibus pelo interior do Brasil, reclama que sua militância causou deformações naquilo que mais gosta de fazer: ler. "Por causa do que faço, acabo abrindo livros que têm conteúdo social e político", diz ele, que adora poesia engajada — acabou de ler a biografia de Nelson Mandela e se prepara para encarar a história do barão de Mauá. "Acho que perco muito com isso. A força da palavra independe da política", lamenta. No seu caso específico, isso está longe de ser verdade.

PARADO POR 500

Entre os países continentais, o Brasil é o único que nunca mexeu na propriedade da terra



André Petry

Em 500 anos de História, o Brasil nunca dividiu a terra. É o único país de extensão continental, em todo o mundo, com estrutura fundiária semelhante à da sua fundação. O primeiro regime de propriedade, o das sesmarias, durou três séculos e dividia as doze capitanias hereditárias em extensões maiores que Fortaleza e Belo Horizonte juntas. Em 1822, às vésperas da Independência, foi revogada a legislação das sesmarias, e o Brasil ficou quase trinta anos sem nenhuma lei sobre a propriedade rural. De 1850 para cá, pouco se mexeu na estrutura da terra no país — apesar do fim do tráfico de escravos, da abolição, da proclamação da República, da Revolução de 30, do golpe de 64 e da Nova República. Em toda a História do Brasil houve agitações no campo, luta pela divisão das fazendas e até zonas liberadas, como os quilombos. Mas, só neste século, nos anos 20, o movimento tenentista agitou a bandeira da reforma agrária, tal como é concebida hoje. A agitação voltou nos anos 60, com o movimento pelas reformas de base do presidente João Goulart, foi derrotada pelos militares em 1964 e ressurgiu com as ocupações de fazendas pelos sem-terra. É, grosso modo, em termos de propriedade rural, o Brasil continuou o país do latifúndio, das vastas extensões de terra pouco produtiva e do minifúndio nordestino pobre e tacanho.

Gabinetes liberais e conservadores, no Império e na República, fosse o presidente Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Figueiredo ou José Sarney — os governos brasileiros primaram por deixar a terra dormindo em berço esplêndido. Com as caravelas de Pedro Álvares Cabral, desembarcou no Brasil uma política de terras — a lei de sesmarias — que não tinha nenhum parentesco com a realidade da colônia. Criada em 1375 por dom Fernando, então rei de Portugal, a lei foi pensada para povoar o interior de Portugal. Lá, as sesmarias funcionaram, tanto que conseguiram alimentar o país. Mas, aqui, numa terra dezenas de vezes maior, o mesmo regime dificilmente poderia dar certo. Com território tão vasto, as sesmarias produziram grande balbúrdia. Pela lei escrita, recebia-se um latifúndio junto com o compromisso de cultivá-lo. Quem não o fizesse dentro de cinco anos, no máximo, deveria devolver a terra à Coroa. Imagine-se, só por ironia, como era a fiscalização da produtividade da terra naquele tempo — nunca se devolveu nada.

As sesmarias eram enormes. Uma delas foi a Ilha de Itaparica inteira. Brás Cubas recebeu uma fatia de terra que tomava boa parte da área que, hoje, forma os municípios de Santos, Cubatão e São Bernardo. Havia, já, os espertalhões que recebiam sesmaria para revendê-la retalhada. Havia quem levasse uma sesmaria para si, outra para a mulher, outra para o filho. Os limites eram imprecisos. Em documentos históricos, existem terras que terminam "onde mataram o Varela". Há outra fazenda que ia até "a casa onde estão uns cajus grandes". Às vezes, para medir a terra, acendia-se um cachimbo, montava-se no cavalo e ia-se em frente. Quando o cachimbo apagasse, acabado o fumo, marcava-se 1 légua. "A origem do latifúndio é a lei de sesmarias", afirma a professora Ligia Osorio Silva, da Universidade de Campinas. "Mas elas não são a razão de o latifúndio durar até hoje, pois a lei foi revogada há mais de 170 anos."

Com o fim das sesmarias, em 1822, o país ficou sem nenhuma lei sobre a propriedade da terra. Quase trinta anos depois, com a Lei de Terras, quando a pressão britânica pelo fim da escravidão estava no auge, definiu-se que só se poderia ter terra pagando por ela, e pagando caro. Como se pretendia manter os negros libertos como mão-de-obra disponível e barata nas fazendas, não se queria transformá-los em pequenos proprietários. No Sul, as terras valiam menos. Em função do clima temperado, eram imprestáveis para a grande agricultura de exportação, como açúcar e café. Em função disso, ali foi possível iniciar a partilha da terra e criar uma estrutura agrária mais eqüitativa.

"DA ESQUERDA PARA A DIREITA: FRANCISCO JULIÃO, TANCREDO NEVES, JOÃO GOULART, HERVANI MAIA E JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO

Uma mesa pela reforma agrária em 1963*: há 170 anos não se mexe na estrutura da terra, apesar do fim da escravidão, da proclamação da República, da Revolução de 30, do golpe de 64 e da Nova República

Em 1945, a reforma agrária preconizada pelos tenentes foi sepultada por meio de uma legislação que dizia que as desapropriações tinham de ser feitas mediante pagamento à vista e em dinheiro. De lá para cá, o único presidente civil que tentou enfrentar o assunto de verdade foi João Goulart, que acabou deposto em 1964 — ele só pretendia desapropriar terras próximas de ferrovias, estradas e açudes da União. Castello Branco, o primeiro presidente do ciclo militar, vinha do interior do Ceará, conhecia algo da miséria rural e tinha apreço especial pela questão agrária. Com as Ligas Camponesas de Francisco Julião derrotadas, Castello fez o Estatuto da Terra. Até hoje, ele é considerado um bom instrumento jurídico para fazer reforma agrária. Mas o Estatuto tinha uma parte sobre reforma agrária e outra sobre política agrícola — e só esta segunda saiu do papel. "Na prática, o Estatuto só foi usado para reduzir as tensões sociais no campo, e não para fazer a reforma agrária", diz o professor José de Souza Martins, da USP. "Nas emergências, permitia que se fizesse uma desapropriação aqui, outra ali."

Nos anos 60 e 70, o governo seguiu estimulando a exportação, também distribuiu crédito subsidiado para que as terras pudessem ser adquiridas por grandes grupos econômicos. "O regime se definiu por uma modernização que excluiu pequenos agricultores", afirma o professor José Tavares dos Santos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na prática, as grandes lavouras produtivas, como o café, a soja e a cana, cresceram, mas a esmagadora maioria do campo brasileiro continuou a marcar passo. No governo de José Sarney, fez-se um plano para assentar 1,4 milhão de famílias até o fim do mandato, em 1990. Mas também não saiu do papel. Acabou assentando apenas 90 000. "No início, Sarney contava até 10 antes de assinar um decreto de desapropriação. Depois, contava até 100. Depois, até 1 000", relembra o seu ex-ministro da Reforma Agrária Nelson Ribeiro. "Quando os decretos na gaveta passaram de oitenta, saí do governo."

Comparado a seus antecessores, Fernando Henrique Cardoso até que fez alguma coisa. No seu governo, foram distribuídos 3,5 milhões de hectares de terra, assentaram 100 000 famílias e está previsto um investimento de 7 bilhões de reais no campo até o fim do mandato. VEJA teve acesso a um documento oficial em que o governo fala dos seus programas na área rural. Até agora, são sete, dos quais três já funcionam e quatro ainda estão em fase de implantação. São projetos destinados a assentar, ou a emancipar quem está assentado ou a viabilizar a compra da terra. Ou seja, são iniciativas que se destinam a acalmar os ânimos dos sem-terra. Não têm nada a ver com política rural ou reforma agrária.

No programa de governo de Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária entrava sem destaque, de maneira retórica. Ela só entrou na agenda do governo por força e pressão do MST. Apanhado de surpresa, Fernando Henrique, que escalou como primeiro-ministro da área o ex-banqueiro e fazendeiro José Eduardo Andrade Vieira, no ano passado indicou para cuidar de política fundiária um egresso do PCB, Raul Jungmann. No início do ano pediu prioridade para o programa de reforma agrária. A proposta deve ficar pronta neste mês. Um plano, exequível a curto prazo, para mexer em interesses consolidados há séculos é impossível. Mas é possível começar a tratar da questão.

Uma hidrovia ameaça o Pantanal

veja

ELES CHEGARAM LÁ

O que fazer agora?

LIÇÕES DA LONGA

Depois da caminhada, do protesto e da festa, chegou a hora da política

A rebeldia é a marca do MST. Os sem-terra não aguardam quietinhos as decisões da Justiça. Não fazem lobby para modificar as leis no Congresso. Não, nada disso. Eles tomam as terras primeiro, conversam depois. São gente brava, que invade o terreno onde se funda a ordem capitalista: a propriedade privada. Mas o final da marcha deles, na quinta-feira, em Brasília, foi uma maravilha. Pela primeira vez desde as manifestações pela saída de Fernando Collor, a capital serviu de palco para uma manifestação, de 40 000 pessoas, que contava com simpatias generalizadas.

Maiores que eles mesmos, os sem-terra servem de símbolo para o Brasil pobre e atrasado. A sua marcha, que lentamente foi chamando a atenção de todo o país, teve um quê de épico, ecoou as manifestações de Mahatma Gandhi pela independência da Índia. É difícil ficar contra eles, mesmo sabendo que seus métodos políticos têm um cerne antidemocrático. Afinal, são gente honesta, que quer trabalhar a terra, educar os filhos. E, com tanta terra sobrando, eles vagam, como assombrações, desde o tempo de Antonio Conselheiro. Como antipatizar com uma organização que leva, para o encontro com o presidente da República, uma sambista, um cacique com borduna e um bispo de bigode?

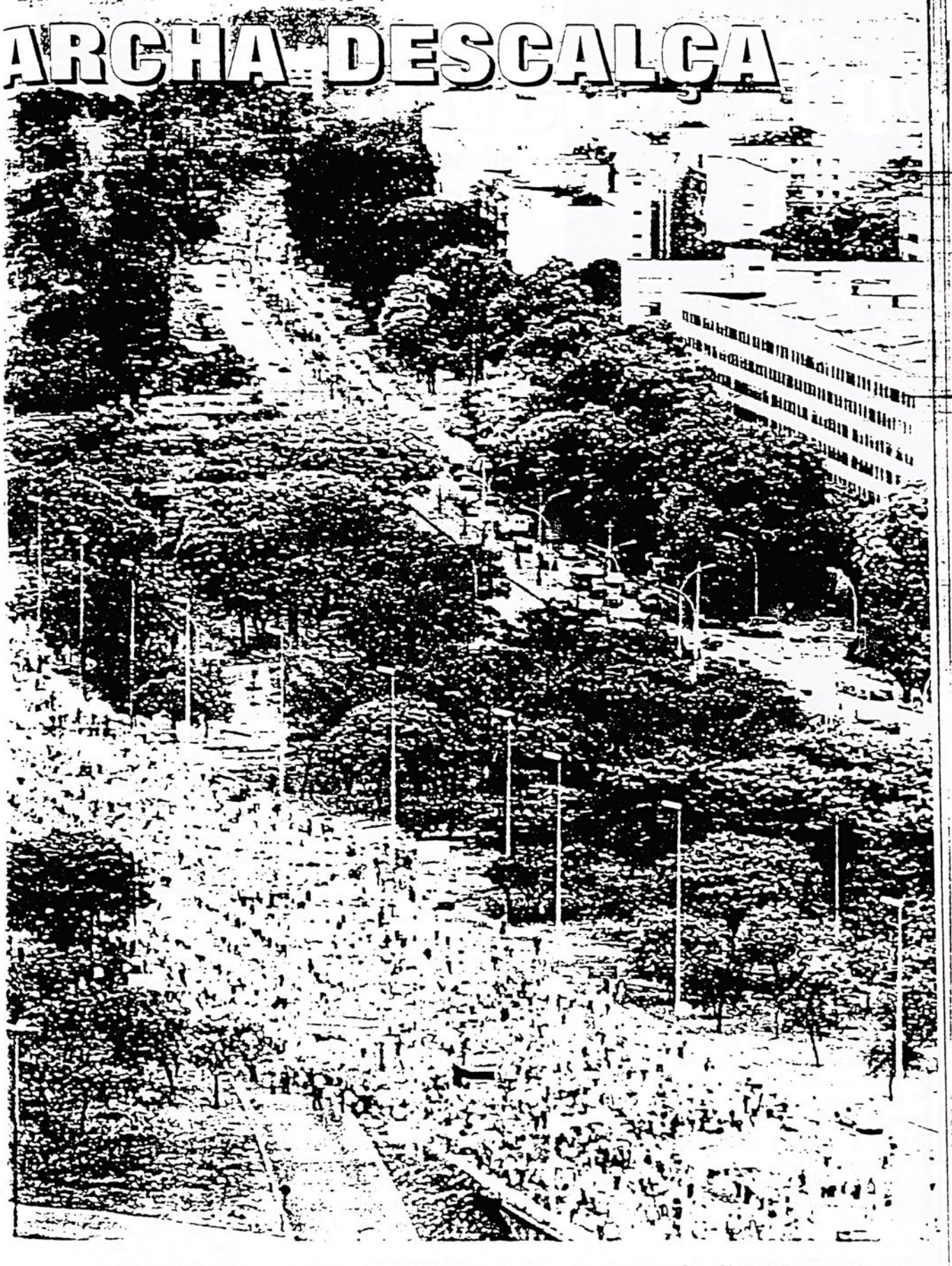
Depois de um clamoroso erro de cálculo e de educação política, de desprezar o poder de mobilização dos sem-terra, de falar de "primitivismo" e de "utopia regressiva" mesmo quando as pesquisas de opinião informavam que 80% da população quer a reforma agrária, o governo sentou-se à mesa para conversar. Teria sido melhor se, nesse momento, em vez de oratória, já tivesse medidas concretas para anunciar. Mas é um passo. Toda vez que colocam os pés em palácio, os sem-terra ficam longe das pancadas e dos tiros da polícia. E é bom que, nem que seja de vez em quando, as realidades do Brasil pobre e atrasado possam ter vez e voz nos palácios.

O que fazer com os sem-terra, os sem-nada? Responder à pergunta é dizer que Brasil se quer construir

Passada a marcha, a manifestação, a festa e a audiência, resta a pergunta: o que fazer? O que fazer com eles, os sem-terra, os pobres, os sem-nada? Responder à pergunta é dizer que Brasil se quer construir. Agora que foi dado o primeiro passo, está mais fácil seguir adiante na marcha que realmente interessa: a da resolução política do problema dos pobres que querem trabalhar e não têm condições.

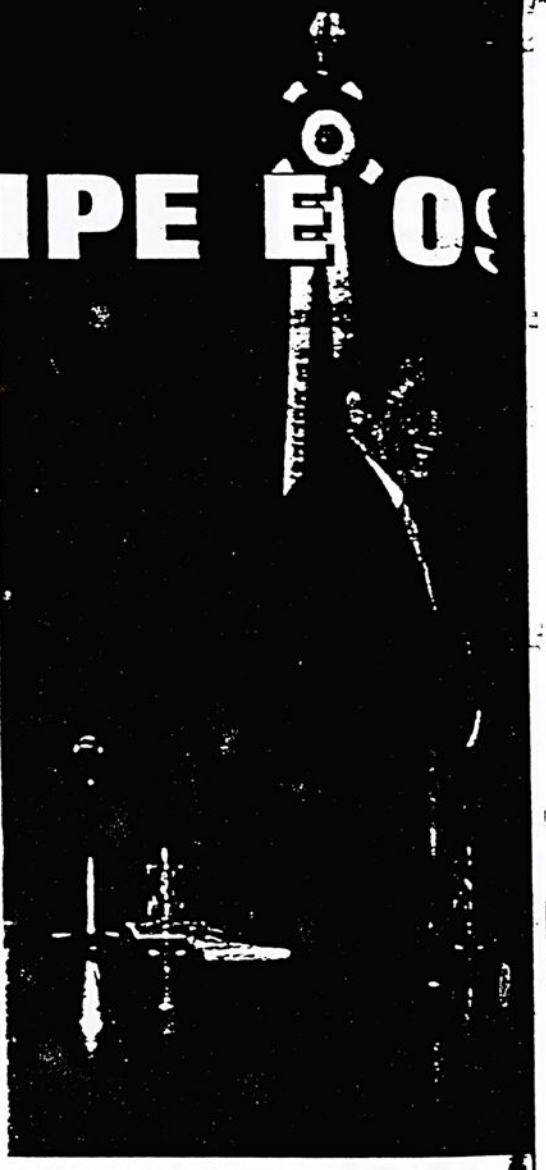
SEBASTIÃO MARQUES/AGÊNCIA O GLOBO

ARCHA DESCALÇA



O PRÍNCIPE E OS

Fernando Henrique recebe os sem-terra, mas não promete reforma agrária



O Palácio do Planalto nunca promoveu uma audiência como a de sexta-feira à tarde. É provável que muita água role debaixo da ponte até que ocorra outra parecida. Estavam presentes uma sambista e um índio, mas um bispo de bigode foi barrado na última hora. No 3º andar, em torno da mesa oval de seu gabinete, o presidente Fernando Henrique reuniu-se com cinco ministros. No térreo, no horário combinado, apareceram os sem-terra, de camisa empoeirada e bonezinho vermelho. Nenhum usava sandálias Havaianas, uns poucos calçavam sapatos de couro, a maioria estava de tênis. Ninguém vestia paletó e gravata, mas o representante dos índios, o cacique Gerson de Souza Melo, dos pataxós — tribo que vive na região onde Pedro Álvares Cabral desembarcou, no sul da Bahia —, portava cocar de penas azuis e uma borduna.

Expedito Filho

O pessoal de cima queria receber 23 sem-terra. O de baixo queria entrar no gabinete com 26. Quando os do térreo concordaram em reduzir a comitiva, puderam tomar o elevador. Mas, lá em cima, queriam, de novo, entrar com os 26. A poucos metros da porta da sala do presidente, João Pedro Stedile, o principal dirigente do MST, ouviu um apelo de Milton Seligman, secretário executivo do Ministério da Justiça. "Assim não dá", disse Seligman. "Vocês vão ter de ceder pelo menos em um." Ao que Stedile respondeu: "Cá entre nós, qual a diferença de um a mais ou um a menos?" Seligman insistiu, e o bigodudo bispo dom Luiz Bassegio, num gesto de caridade cristã, abriu mão de sua vaga e o cacique pataxó pôde entrar — sem a borduna.

Pacto da elite

"É necessário mexer na estrutura da propriedade rural, tão anacrônica quanto a escravidão no século passado. É preciso fazer um pacto para mudar a Constituição no capítulo da reforma agrária, facilitando o acesso à terra. Precisamos de um pacto semelhante ao que se fez para acabar com o trabalho escravo, que envolveu a elite e os fazendeiros."

José de Souza Martins, professor de sociologia da USP, com quinze livros publicados sobre a questão da terra e a reforma agrária

No gabinete, depois de rápida saudação e cumprimentos, Stedile disse que não estavam ali para uma troca de gentilezas. "Somos de um movimento de oposição ao governo", disse. "Então é bom que fique claro que as críticas partem de um movimento de oposição", rebateu Fernando Henrique, dando início a um tipo de diálogo que marcou todo o encontro — o que um falava, o outro rebatia. Foi assim durante uma hora e vinte minutos dessa audiência, como se estivessem vivendo uma fábula da His-

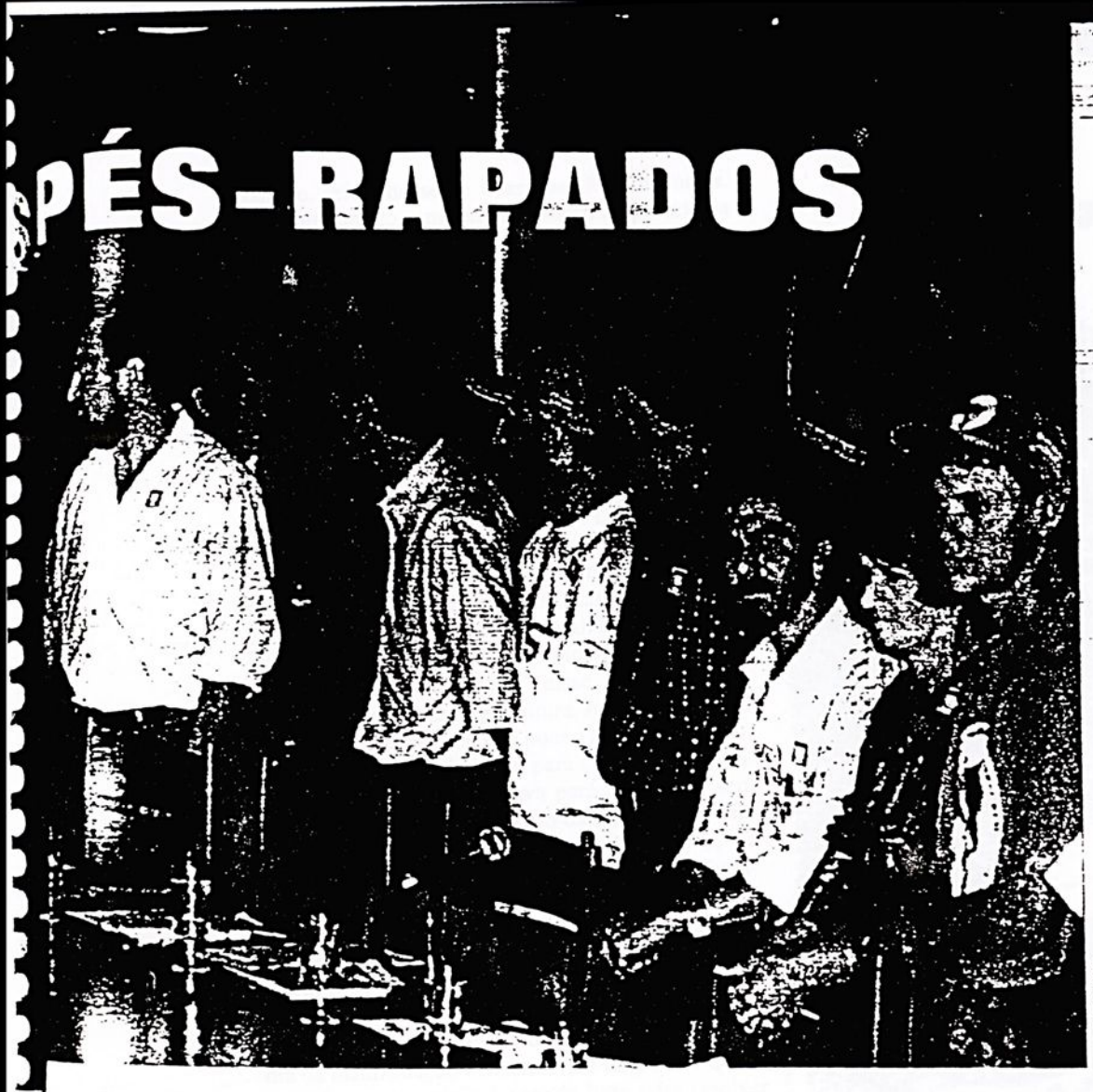
nhava. Stedile fez questão de apontar para Antoni Carlos Spis, o presidente da Federação Única do Petroleiros, que o governo enfrentou com tanque no ano passado. "O senhor e o seu governo maltr taram muito o Spis e os petroleiros", disse Stedil Em seguida, apresentou a sambista Beth Carvalh e houve um diálogo memorável:

— É uma artista e intelectual, e o senhor, com intelectual, sabe que são importantes. Pena que senhor deixou de escrever — provocou Stedile.

— Eu não deixei de escrever. Você é que parou de ler — respondeu FHC.

Depois disso, Ênio Bonemberg, um sem-ter gaúcho de 32 anos que agora vive em Minas Gera e andou 700 quilômetros a pé, leu um documen chamado Manifesto dos Caminhantes. Num to contundente, lá pelas tantas Ênio disse: "Passamo por mais de 150 povoados e cidades. E vimos qu eles também falaram mal do seu governo. Não iluda com as pesquisas de popularidade. Isso é igu a campanha de sabão em pó". Em seguida, falou u dos mais aplicados dirigentes do MST, Gilm Mauro, que é tão suave nas maneiras como fir nas propostas: "O Ministério da Reforma Agrária

PÉS-RAPADOS



RICARDO STUCKERT

O presidente e Stedile: — Pena que o senhor deixou de escrever — disse o líder do MST. — Você é que parou de ler — devolveu FHC

manifesto de artistas a favor da reforma agrária, dando a Fernando Henrique a chance de usar o seu truque retórico por excelência — o de incorporar o argumento do adversário. Ele disse que até assinaria o manifesto dos artistas, mas esclareceu que não estavam ali para discutir questões gerais da economia. "Aqui não é o foro adequado, e para discutir isso precisa-se de dados", afirmou. Em seguida, defendeu seu governo: "Não aceito dizerem que não estamos fazendo nada. Podemos até estar fazendo mal, mas estamos fazendo alguma coisa".

Em busca de um exemplo da atividade do governo, o presidente falou do Lumiar, que prevê equipes de assistência técnica aos assentados. Fernando Henrique disse que o Lumiar já recebeu 21 milhões de reais no ano passado e terá mais 60 milhões de reais neste ano. Lembrou que seu governo distribuía renda, que era pouco, mas pelo menos revertia a tendência de os ricos ficarem mais ricos e os pobres mais pobres. Depois, afirmou que concordava com tudo o que os sem-terra disseram sobre reforma agrária. "Até me alio, mas temos de ter propostas concretas dentro da realidade e do orçamento." Fernando Henrique propôs a formação de uma "comissão" entre governo e sem-terra para discutir a reforma agrária. Depois que ele terminou de falar, sempre fazendo questão de cobrar dados e números concretos, Stedile disse: "Presidente, o senhor está mal informado. Esse projeto Lumiar nem saiu do papel". Em seguida, o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, pediu a palavra para dizer que, de fato, o projeto Lumiar ainda estava em gestação.

A audiência de sexta-feira terminou assim, marcando o fim de uma jornada em que o governo pagou o preço de se fazer de morto diante de um movimento que tinha o apelo de falar a milhões de brasileiros. A semana mostrou o governo de Fernando Henrique numa situação poucas vezes vista — sofrendo uma derrota política, obrigado a abandonar posições, a se desdizer. "Não convém que um foragido da polícia, acusado de homicídio, seja recepcionado no Palácio do Planalto em audiência", vazou a assessoria de imprensa do

ANTONIO MILENA

Desmascarar o MST

"É preciso investigar a vida pregressa desses que se dizem líderes do MST e desmascará-los. Eles não querem resolver o problema da reforma agrária, senão ficam sem emprego. Querem é ficar hospedados em hotéis cinco estrelas, ganhar dinheiro à custa de quem precisa mesmo de terra. Falar em desapropriação é fácil. É muito fácil dividir o que é dos outros."

Abelardo Lupion, líder da bancada ruralista na Câmara

Planalto, referindo-se ao líder José Rainha Júnior. Ele foi um dos 25 sem-terra recebidos no palácio na sexta-feira. "Não permitiremos acampamentos na Esplanada dos Ministérios", disseram. As barracas de lona foram montadas, e ali 1 500 sem-terra irão dormir e cozinhar até 1º de maio. O governo também não queria foices nas manifestações — elas apareceram.

Na véspera da audiência, quando uma passeata de 40 000 pessoas — apenas 2 000 sem-terra — desfilou pela Praça dos Três Poderes, o presidente e seus ministros fizeram o possível para fingir que nada tinham a ver com o assunto. Durante toda a manifestação, Fernando Henrique ficou em seu gabinete, no Planalto. A fachada do prédio se debruça sobre a Praça dos Três Poderes, mas, como o gabinete presidencial fica numa lateral, Fernando Henrique pôde argumentar: "Não, não vi. Inclusive daqui não dá para ouvir nada", disse, depois, a fotógrafos. O ministro da Agricultura, Arlindo Porto, só despachou pela manhã. Um pouco antes do almoço, retirou-se do ministério. Foi para casa e não voltou. No final da tarde, embarcava para São Paulo sem ver a manifestação. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, despachou normalmente, mas, na hora do almoço, enquanto estudantes faziam barulho debaixo de sua janela, mudou-se para outra sala para não ser incomodado.

JUCA VARELLA/FOLHA IMAGEM

O ministro dos Transportes, Alcides Saldanha, até que penou no trânsito quando ia para casa almoçar. O trajeto, normalmente feito em quinze minutos, no dia da manifestação consumiu-lhe uma hora. Quando voltou, aproveitou a agenda livre para resolver pequenos problemas e ler documentos que estavam acumulados em sua mesa. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, limitou-se a um comentário exagerado: "Parece maio de 68, na França". Na terça-feira, porém, Malan protagonizou uma cena e tanto. Quando uma passeata de metalúrgicos estacionou em frente do ministério gritando palavras de ordem contra o desemprego, Malan almoçava com assessores e convidados. Pelas tantas, o barulho atrapalhava qualquer conversa. A reação do ministro foi uma surpresa: nenhuma. Malan continuou falando baixo, como sempre, embora fosse quase inaudível.

Em outubro do ano passado, a Embaixada do Brasil no México informou, via Itamaraty, que os sem-terra brasileiros tinham anunciado, num encontro internacional patrocinado por guerrilheiros zapatistas, que fariam uma marcha do interior do Brasil até Brasília. Várias colunas se mobilizariam de cada canto do país para um grande ato pela reforma agrária. O governo apostou que era bravata, até porque a decisão de patrocinar a aventura fora comunicada num congresso em plena floresta, com militantes, homens e mulheres, mascarados, à imagem do folclórico subcomandante Marcos e seu cachimbo. O máximo que o governo providenciou foi um monitoramento das atividades do MST, sob a responsabilidade do chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso. Militar de fala gentil, o general Cardoso tinha sido destacado pelo presidente Fernando Henrique para visitar Eldorado dos Carajás depois do massacre do ano passado. Ali, o general conversou com lideranças locais e, de lá para cá, fez visitas a sete acampamentos e áreas de conflito. Em paralelo, encomendou aos 900 homens que trabalham nas doze agências regionais da inteligência do governo uma atenção especial com os sem-terra. Todos os dias, às 6 horas da tarde, um relatório de trinta páginas aterrissava na Casa Militar, dando conta, entre outros assuntos, das atividades do MST. Dessas trinta páginas, o general operava a confecção de um resumo de seis a oito páginas, que enviava ao presidente, às 8 horas da noite.

Homem de confiança do presidente, o general Cardoso tinha um controle minucioso do que aconteceu nos dois meses que durou a marcha dos sem-

AFONSO FILHO

Dar títulos

"Uma medida simples é o governo assinar um decreto entregando título de propriedade a posseiros e arrendatários. Não custaria nada e seria o maior passo que se daria pela reforma agrária no país. A dificuldade é que seria preciso uma emenda constitucional e a bancada ruralista é forte no Congresso."

José Eli da Veiga, professor da Universidade de São Paulo, responsável pela reforma agrária no governo de Franco Montoro em São Paulo (1983-1987)

Na chegada a Brasília, o apoio da população: o governo apostou que era bravata, anunciada num encontro com zapatistas

terra. Sabia, por exemplo, que as colunas, que começaram infladas pelo entusiasmo, aos poucos, com a exaustão, os problemas de indisciplina e de saúde dos caminhantes, minguavam. A um mês da chegada dos sem-terra a Brasília, o general dizia: "Agora são apenas 2 000 sem-terra andando". Estava certo. As três colunas que chegaram a Brasília somavam pouco mais de 1 500 homens, mulheres e crianças sujos, maltratados e com os pés em frangalhos dentro de sandálias de borracha. As informações do general vinham do gabinete do coronel da reserva Ariel da Rocha De Cunto, chefe da Subsecretaria de Inteligência. Comandando uma rede de agentes, colaboradores, informantes, consultores e infiltrados, o coronel mantinha o Palácio do Planalto em dia com as andanças dos sem-terra. Recrutados nos acampamentos, os informantes do governo embolsam a quantia de 200 reais por mês. O MST sabe de sua existência e tem razão em protestar contra ela — já que os fazendeiros, que dispõem de armas bem mais poderosas, não são vigiados com a mesma atenção. Mas o que se fez com um estudante, um metalúrgico e uma professora, na semana passada, foi uma estupidez autoritária. Sem dar aos suspeitos a chance de se defender e se explicar, o MST submeteu os três a uma vexatória sessão de execração pública.

Mesmo confiando que a marcha dos sem-terra não contaria com a presença de mais de 10 000 pessoas, Brasília preparou uma bela recepção policial-militar: um esquema de segurança que envolveu 5 000 soldados do Exército aquartelados e 4 000 PMs da capital nas ruas. Foi há pouco mais de três meses que o governo começou a negociar a presença do MST em Brasília. Os próprios sem-terra tiveram a idéia de procurar a vice-governadora do Distrito Federal, Arlete Sampaio, para discutir como seria a manifestação. Cobrado pelo MST, que reivindicava um apoio claro do governo petista à marcha, o governador Cristovam Buarque disse que não podia: "Sou governador de Brasília, e a cidade tem gente de direita e de esquerda. Não posso".

Cobrado pelo governo federal, que queria saber o que sua PM iria

EDUARDO QUEIROGA

Grandes ocupações

"Precisamos fazer grandes ocupações, como nunca se viu até hoje. Vamos acender o estopim contra os latifundiários. Em Pernambuco, vamos invadir as áreas improdutivas da zona canavieira. Nossa pressão agora é no sentido de o Estado reconhecer as áreas improdutivas como zonas de emergência para o processo de desapropriação."

Jaime Amorim,
líder da marcha dos sem-terra em Pernambuco

fazer para impedir qualquer baderna. Cristovam lançou a teoria da segurança relativa: "Se eles vierem com paus, a gente vai com revólver. Se vierem com revólver, a gente vai com metralhadora. Se vierem de metralhadora, a gente vai de bazuca". O governador esqueceu que sem-terra gosta, mesmo, é de foice, e só para mostrar para fotógrafos. Seligman, que falava pelo governo nessa negociação, disse que o Planalto não queria as foices. Cristovam lembrou que não se podia proibir os sem-terra de ostentar uma ferramenta de trabalho que também é seu símbolo político. A discussão só se resolveu quando o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, interferiu, com uma raposice: "Deixa uns 200 sem-terra irem com foice. Eles se juntam, posam para fotos e está tudo bem". Assim foi.

Na segunda-feira passada, a apenas três dias da chegada da marcha, um encontro providencial aplacou as dúvidas restantes sobre as intenções dos manifestantes. Um jantar na casa do diretor da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, em homenagem à escritora sul-africana Nadine Gordimer, ativista dos direitos humanos e Nobel de Literatura, reuniu em uma mesma mesa o novo secretário de Direitos Humanos, José Gregori, Milton Seligman e João Pedro Stedile. "É preciso muita atenção com os provocadores. Vocês têm a perder, os radicais, não", advertiu Gregori. "Tudo será muito tranqüilo, na lei, com ordem", assegurou Stedile.

Até a semana passada, imaginava-se dentro do Palácio do Planalto que a questão da terra tinha sido artificialmente inflada pelo massacre de Eldorado dos Carajás, quando dezenove sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar paraense. Depois, quando em vez de refluir, a demanda pela reforma agrária recrudesceu, a culpa foi da novela *O Rei do Gado*, que colocou trabalhadores sem-terra glamourizados no horário nobre da Globo. O ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, era telespectador assíduo da novela de Benedito Ruy Barbosa. Até telefonemas foram trocados entre os dois. A preocupação do ministro era que o folhetim pudesse tornar atraente demais o MST. Ele queria que a novela retratasse um movimento pela terra bem-comportado, dentro das regras do jogo tucano. Ou seja, nada de invasão de sedes do Incra, bandeiras vermelhas e conflitos no campo.

Na quarta-feira, quando se fechavam os termos da reunião que ocorreu na sexta no Palácio do Pl

Personalista carismático

José Rainha Júnior, 36 anos, ganha de cinco a zero dos demais chefes do MST no quesito carisma. Depois de passar 45 dias fugindo da polícia, em função de um mandado de prisão por quebra de fiança, Rainha viajou para Brasília, deu autógrafos, foi paparicado por políticos, atacou o governo e esnobou sindicalistas. Fez, com competência, o que sabe fazer: gerar manchetes. Rainha sabe açular como ninguém sua audiência cativa, os sem-terra. "Com um microfone na mão ele faz misérias", reconhece um delegado do Pontal do Paranapanema, região do extremo-oeste de São Paulo onde Rainha atua.

Rainha, líder fugido: "Com um microfone na mão ele faz misérias"

Em cima do palanque, na semana passada em Brasília, xingou o ministro Raul Jungmann, da Política Fundiária, de "canalha". Depois se retratou. Em público, os chefões do MST tecem loas a Rainha. Em particular, percebe-se que têm restrições ao estilo personalista e impulsivo do dirigente. Dois exemplos: as alianças que Rainha fez com políticos do PFL, PTB e PPB, no Pontal, nas eleições do ano passado, contrariando as orientações [illegible] e a ordem de invadir uma fazenda, em fevereiro passado, que resultou em seis sem-terra feridos. Casado desde 1993 com Diolinda, que, por uma barbaridade nacional, chegou a ir para a cadeia no lugar do marido foragido, Rainha é filho de agricultores do Espírito Santo. Foi alfabetizado já adulto e esteve em Cuba no final dos anos 80 para conhecer as cooperativas rurais. O pai de Rainha, ao descobrir que o filho tinha interesse por política, disse-lhe que poderia tentar [illegible]

LULA MARQUES/FOLHA IMAGEM

O esquema de segurança: "Se eles vierem com revólver, a gente vai com metralhadora. Se vierem com metralhadora, a gente vai com bazuca"

nalto entre governo e sem-terra, os líderes do MST exigiam que Jungmann fosse colocado a escanteio. Fora da reunião, portanto. A amigos, Jungmann costuma dizer que anda no fio da navalha. Odiado pelo MST, ele também enfrenta resistências na área econômica do governo, que fecha a mão na hora em que a conversa é liberar mesmo poucas verbas para assentamentos. Seguindo a toada presidencial, Malan e o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, nunca fizeram segredo de suas convicções em relação à reforma agrária: é dinheiro perdido.

Em conversas privadas, Jungmann diz sofrer com a arrogância de partes do governo, que subestimam a reforma agrária. Há um mês, em encontro com o presidente Fernando Henrique, o ministro da Reforma Agrária reclamou de seu isolamento dentro do governo. Choramingou que nem nos episódios de violência contra o trabalhador rural tinha apoio de colegas de ministério. "Ninguém vem em meu auxílio. Nem o Jobim, que é ministro da Justiça. Eu fico me desgastando sozinho", reclamou. Fernando Henrique concordou, mas ponderou que Jobim estava deixando o governo e não poderia expor-se. No mesmo encontro, porém, apontava um cenário otimista, ao menos para FHC. Dizia que, com a perspectiva de reeleição, o quadro da reforma agrária mudara. A marcha dos sem-terra perderia visibilidade, depois cairia na passagem. Num almoço com o presidente no Alvorada, traçou esse quadro e sugeriu ao presidente que aceitasse receber a marcha, já que, com o tempo, ela se desmancharia no ar. Errou feio. A marcha não cresceu com os sem-terra. Não era deles a maioria das vozes que gritavam na Esplanada dos Ministérios. Era de metalúrgicos, desempregados, funcionários públicos, estudantes. Pouco importa. Nunca a reforma agrária chegou tão perto do poder.

Com reportagem de Daniela Pinheiro, Sandra Brasil e Vladimir Netto

Stalinista eclético

O ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, de 44 anos, tem uma carreira de carreirista eclético. Stalinista, licenciado da executiva nacional do PPS, o finado PCB, ele largou o curso de psicologia no último ano, já trabalhou como pesquisador do Cebrap, o instituto de pesquisa fundado por Fernando Henrique nos anos 70, e teve como guru o professor Francisco de Oliveira, hoje um crítico ácido do governo. Com Itamar Franco, Jungmann foi secretário executivo do ministro Alexis Stepanenko, do Planejamento. No início do governo de Fernando Henrique, migrou para o Ibama, o órgão que protege as florestas e os animais brasileiros, e acabou na Reforma Agrária depois do massacre de Eldorado dos Carajás. Foi sob a gestão de Jungmann que o Congresso aprovou o rito sumário para as desapropriações.

Os amigos dizem que Jungmann se adaptou a tantos cargos graças ao talento de autodidata, que o faz devorar livros, e a uma velha amizade com o ministro do Meio Ambiente, o pernambucano Gustavo Krause, seu conterrâneo. Há oito meses, o ministro rompeu o diálogo com os sem-terra, reagindo às constantes invasões de prédios do Incra. Apostou que a marcha pela reforma agrária terminaria com meia dúzia de gatos pingados. Na semana passada, esqueceu suas palavras. "Foi um esperado encontro com a democracia", desconversou. Quando pediu sua cabeça, o MST mostrou-se mais ingênuo do que astucioso. Habilidoso, Jungmann não é um ministro que manda — é um ministro que obedece.

SERGIO DUTTI

Jungmann: esquecido, depois da aposta no fracasso da marcha

RESULTADO

IDÉIAS COM O P

O passado recomenda cautela, mas medidas práticas ajudam a partilha da terra

CLAUDIO ROSSI

André Petry

Apesar do otimismo gerado pela marcha dos 40 000 de Brasília, os 500 anos de História do Brasil demonstram que é ilusão esperar soluções de curto prazo para o problema do campo. "O governo fará ações tópicas, um assentamento aqui e outro ali, mas nada vai mudar", diz o professor José Eli da Veiga, que coordenou a reforma agrária sob o governo tucano de Franco Montoro, em São Paulo. "O mais provável é uma situação como a do México: uma hora os camponeses de um Estado fazem uma marcha, o governo lhes dá uma pequena ajuda. Depois, a marcha é em outro lugar, o governo faz um pouquinho. E assim por diante." Outro especialista, o professor José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo, USP, também descrê das mudanças substanciais. "Não vejo nada sendo feito para mudar a estrutura da propriedade da terra no país. Só assentamento não resolve o problema central", afirma Martins. "O governo pode assentar todos os sem-terra de hoje, mas, daqui a poucos anos, um número maior estará na mesma situação." Ou seja, dado que o governo é conservador, e a agitação, apesar de ter crescido, ainda é controlável, mudanças profundas estão fora do horizonte do provável.

Mas, de imediato, é possível tomar medidas práticas no varejo, como aumentar os assentamento Estima-se que, todos os anos, 30 000 famílias agricultores percam suas terras. Na agroindústr que contrata parte dos trabalhadores rurais que pe dem a terra, os empregos vêm diminuindo, em fu ção da tecnologia e da abertura para importaçõe São, calcula-se, 100 000 postos de trabalho a meno A intenção do governo de assentar 80 000 por ano portanto, não dá nem para a manutenção da situaç atual. E nos assentamentos é possível ganhar a vid No ano passado, por exemplo, agricultores familia res exportaram 1 bilhão de reais em fumo, 850 m

Paraíso gaúcho

A Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, é o xodó do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Primeiro, por um motivo sentimental. Encravada no município de Sarandi, ela é um dos primeiros assentamentos conseguidos pelo MST. Depois, por uma razão prática. Bem organizada e próspera, a Anoni serve de cartão-postal para o movimento, prova concreta de que a reforma agrária dá certo. Até 1987, a fazenda era um mato de 8 652 hectares de terras improdutivas. Hoje abriga 600 famílias, que a transformaram num cinturão verde com onze linhas de produção. Ali se plantam soja, milho, trigo, feijão, frutas, criam-se porcos, aves, gado. Há laticínio e agroindústria. Limpinhas, as escolas acolhem crianças rechonchudas em suas salas de aula bem equipadas. As casas têm telefones. Os quintais, antenas parabólicas. As garagens, carros.

Segundo o MST, o segredo do sucesso da Anoni é o trabalho comunitário, em equipe. Logo que deixaram os barracos de lona dos acampamentos, eles organizaram mutirões e reformaram o galpão da fazenda. Usaram o crédito inicial garantido pelo Incra, o Procera, para cuidar da terra e, com os primeiros lucros, construíram casas e fundaram a Cooperativa Agrícola Novo Sarandi, a Coanol. Foi um trabalho duro, mas ajudado pelos ventos da sorte. A Anoni é uma faixa de terra privilegiada. Está no coração de um dos mais ricos centros de produção agrícola do país e fica ao lado da BR-386, que liga o noroeste do Rio Grande do Sul a Porto Alegre. Esco e vender tudo o que se pro duz, então, não é problem para a cooperativa. Os c minhões da Parmalat, po exemplo, estacionam seu armazém todos os di às 10 horas, e são abaste dos com 13 000 litros leite. A Perdigão, outra guesa da Coanol, ab 12 500 frangos a cad dias e sessenta porcos a da dois meses. No ano sado, a cooperativa fa 3 milhões de reais, co venda de grãos. Distri os lucros em janeiro, 100 000 reais em cai

NO CHÃO

Agroindústria: tecnologia e importações a mais, empregos a menos

lhões de reais em aves e 200 milhões em suínos. "Cerca de 30% dos assentamentos são um sucesso absoluto", diz o professor Ricardo Abramovay, da USP. As pesquisas sobre taxa de abandono e desempenho mostram que, em geral, 30% dos assentados viram pequenos empresários rurais. Outros 30% conseguem apenas garantir a sobrevivência da família. Os 40% restantes tendem a vender a terra e abandonar o campo. "Ainda assim, tem-se 60% de agricultores onde antes havia só um fazendeiro improdutivo", contabiliza o professor Abramovay.

Outra iniciativa possível é descobrir meios para reduzir custos da reforma agrária. Quando o governo informa que para assentar 1 milhão de famílias teria de arcar com um custo de 40 bilhões de reais, uma primeira providência é tornar a partilha da terra mais barata. É possível? "É, desde que se mude a Constituição", afirma a engenheira agrônoma Tânia Andrade, que coordena o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, lembrando que o Congresso no momento está reescrevendo a Carta Magna. O enrosco maior está no artigo 184, que diz que a desapropriação tem de ser feita com pagamento "justo e prévio". Como ninguém sabe ao certo o que é o preço "justo", e a única referência é o próprio mercado, os donos de terra costumam contestar o que receberam na Justiça. Em geral, ganham rios de dinheiro, já que a sentença leva anos a fio para sair e muitas indenizações são generosas. Em 1987, por exemplo, a Fazenda Reunidas, no interior de São Paulo, foi desapropriada por 25 milhões de reais. Na Justiça, os donos arrancaram indenização de 300 milhões de reais. Depois de anos tramitando, a Justiça concedeu, além de juros compensatórios e dos ajustes em virtude de to-

Inferno amazônico

O assentamento Perseverança Pacutinga é o retrato da reforma agrária que não deu certo. No início da década, 87 famílias do MST que estavam acampadas em Bagé, no Rio Grande do Sul, ocuparam 17 700 hectares perdidos na selva amazônica. Horrorizada com o calor e os mosquitos, a maioria dos gaúchos fugiu. Só sobraram sete famílias, mas muitas outras, de diversos lugares, foram para lá. Hoje, vivem 350 famílias no assentamento. Têm o seu pedaço de terra. Mas é só. Perseverança fica bem no meio do nada, a 1 400 quilômetros de Cuiabá. Não tem luz elétrica, água encanada, esgoto ou estradas capazes de escoar a produção. Os moradores do vilarejo vivem isolados. Pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso constataram que 86% da população já teve malária ou hepatite A e B. O serviço médico mais próximo fica num bairro a 10 quilômetros, onde só trabalham dois enfermeiros.

Sem organização e donas de lotes com acesso difícil — a estrada de terra que liga o lugar a Cuiabá, o centro industrial mais próximo, está sempre alagada —, as famílias plantam para sobreviver. Movimentam, também, uma pequena economia de escambo. Trocam grãos por material de limpeza, óleo de cozinha ou querosene. Até mesmo o Incra, que o criou, renega o assentamento de Perseverança. "Lá não tem como escoar a produção, e ainda não descobrimos qual é a cultura que dá bem naquele terreno", informa Joel Quintão Sampaio, funcionário do Incra responsável pela região. Como não se sabe como consertar o erro, o governo tenta remediá-lo. Há quatro anos, outros sem-terra estão proibidos de entrar em seus limites. Mesmo assim, cerca de trinta famílias aparecem na área todos os dias, em busca de terra. Como não há fiscalização, campeiam a revenda ilegal e a apropriação indevida de terras. Sem policiais por perto, as pendências são resolvidas a tiros. A reforma agrária gerou um faroeste de miseráveis.

Fazenda Anoni e a indústria das desapropriações: indenização de 30 milhões de reais pode virar uma bolada de 200 milhões

dos os planos econômicos, uma indenização por "lucros cessantes", como se a terra, improdutiva, estivesse rendendo lucro além do ganho meramente especulativo.

Há 24 anos se discute na Justiça a desapropriação de 8 600 hectares da Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, onde 600 famílias conseguiram fazer um assentamento de sucesso *(veja quadro na pág. 34)*. Na época, o Incra pagou 30 milhões de reais pela terra. A família pede na Justiça, contando as correções de duas décadas de pendenga, 200 milhões de reais. Se ganhar a causa, aquilo que é hoje considerado um caso-modelo de reforma agrária será um desastre milionário. Na prática, ao definir preço "justo e prévio", a Constituição impôs um retrocesso. Antes, pelo Estatuto da Terra estabelecido pelos generais de 1964, pagava-se a indenização anos depois da desapropriação. Isso permitia que os próprios impostos recolhidos junto à nova propriedade servissem para cobrir uma parte dos custos do investimento. O governo não comprava a terra de um fazendeiro para dá-la aos agricultores — mas punia o proprietário que não produzia o que devia, pagando-lhe uma pequena quantia. "Agora, o que se fez foi criar um mercado de desapropriações, de compra e venda de terras", diz Tânia Andrade. "Os assentamentos viraram um negócio imobiliário qualquer", diz o professor Martins, da USP.

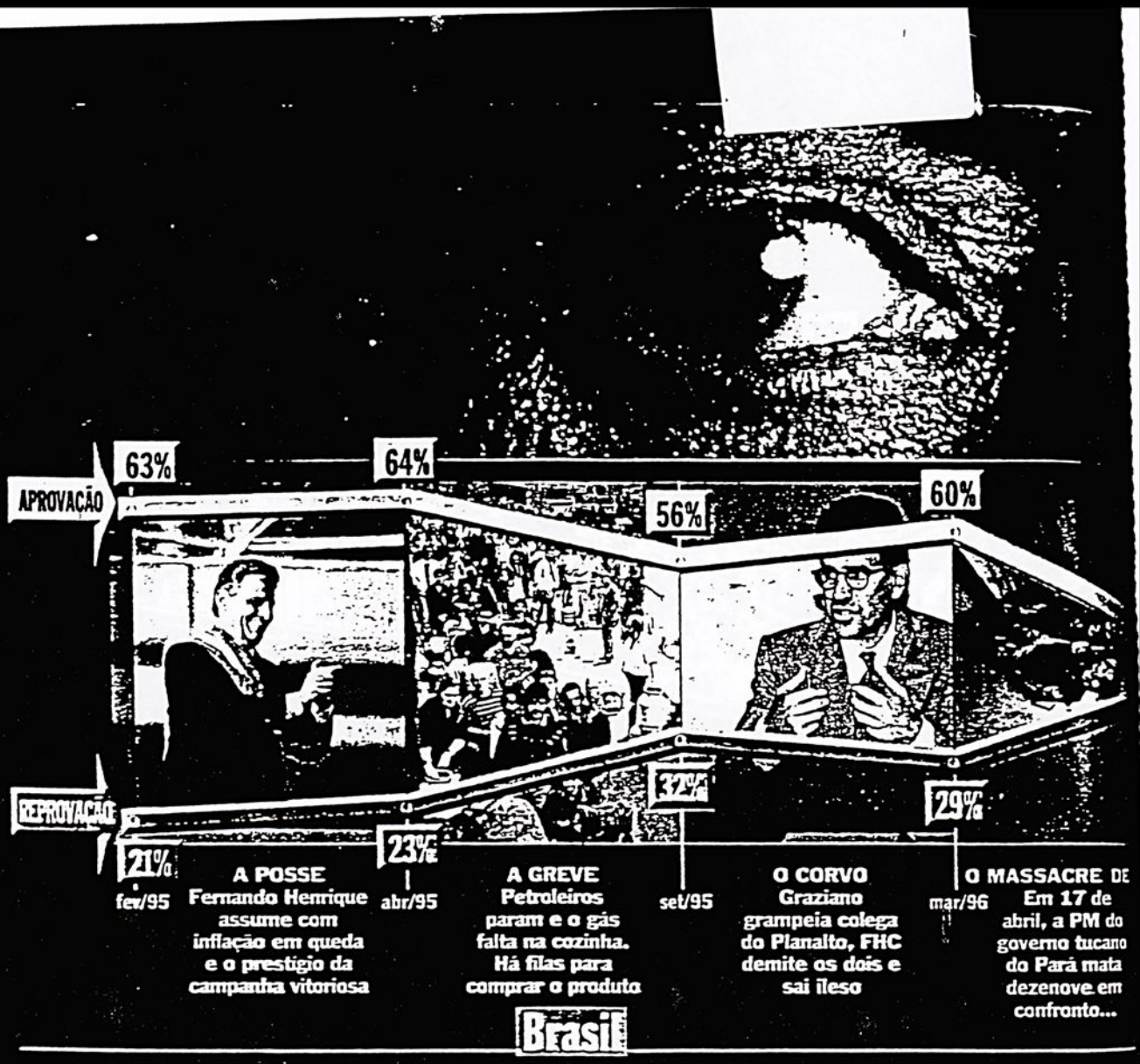
Nos últimos dois anos, a terra ficou mais barata. O preço do hectare caiu em todo o país, e, em função disso, a terra foi deixando de ser um grande negócio para especular ou para se proteger contra a inflação. Até sados em se desfazer de suas terras — na esperança de embolsar um dinheiro que não iriam conseguir nem que batessem recordes de produtividade. Em São Paulo, onde estão as terras mais caras, a queda foi de 35%. No Rio Grande do Sul, varia de 30% a 50%, dependendo da região. Mesmo assim, ainda mais quando vitaminada pela "indústria das desapropriações", a terra é o maior custo da reforma agrária, em geral mais da metade. Na matemática do governo, que adora números gordos quando lhe convém, o custo de uma família assentada é de 40 000 reais. É uma conta possivelmente exagerada. Segundo o último levantamento nacional disponível, feito em 1994, a média fica em torno de 16 000 reais por família. Mesmo assim, o custo da terra é tão alto que no governo de Franco Montoro, em São Paulo, quando foram feitos assentamentos em propriedades do Estado, o gasto caía para 3 000 reais por família. Isso num período em que a terra custava bem mais do que hoje. O governador Mário Covas também assentou em terras devolutas. Seus custos não vão passar de 15 000 reais por família, na pior das hipóteses.

No ano passado, o governo aprovou o rito sumário para a desapropriação e um novo imposto territorial rural, o ITR. Mas não tentou mexer no capítulo agrário da Constituição. Há, ali, outro artigo, o de número 185, que impede a desapropriação de terra produtiva, mas não define qual o nível de produtividade que uma terra deve ter. Não é uma discussão estratosférica, pois até hoje o Incra usa critérios do início dos anos 60 para avaliar a produtividade. No caso do cacau, no início da década de 60, media-se a sua produtividade pelo extrativismo – pois quase não existia plantio. Hoje, o plantio de cacau está disseminado e a produção é duas vezes maior. Mas o Incra ainda avalia a produção de cacau pelo extrativismo. "São critérios de 1964, anteriores à revolução que o Brasil promoveu no campo nos anos 70", lam-

Aumentar os assentamentos

"O MST está certo quando pede mais e mais assentamentos. Agora, passada a marcha, o governo teria de tomar uma primeira providência: aumentar sua meta de assentamentos para, pelo menos, 500 000 famílias ao ano. Afinal, o que significa assentar 280 000 num governo inteiro quando há 3,5 milhões de famílias no campo situadas abaixo da linha de pobreza?"

Plínio de Arruda Sampaio, ex-relator da Comissão Especial de Reforma Agrária na Câmara



A VOZ ROUCA DA

Altair Thury Filho e Laura Capriglione

1497

O teatro da política teve um momento de glória na quarta-feira passada, na posse de dois novos ministros, Iris Resende, da Justiça, e Eliseu Padilha, dos Transportes. Rompendo seu costume de falar de improviso em ocasiões semelhantes, o presidente Fernando Henrique Cardoso leu um discurso em que cada vírgula foi craniada. Na entonação e nos gestos, usou estilo grave, como se a pátria estivesse em perigo. Afinal, era o seu primeiro pronunciamento público desde que apareceram as fitas em que dois deputados do PFL, Ronivon Santiago e João Maia, confessavam candidamente ter embolsado 200 000 reais cada um para votar a favor da emenda da reeleição, dizendo que a fonte monetária da corrupção era o ministro Sergio Motta, tucano da gema. Mas, no seu discurso, o presidente falou apenas de passagem, e mesmo assim em tom de caso encerrado, da compra de votos, das fitas, da corrupção, da emenda constitucional feita sob medida para contemplar seu plano continuísta. O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu aquilo que o sociólogo Fernando Henrique chamava de "o discurso da ordem". Só faltou alertar para o perigo vermelho e para os comunistas que comem criancinhas.

"A sociedade brasileira exige um basta a esse clima de baderna", disse o presidente. Referindo-se a manifestações de sem-terra e à morte de três sem-teto em São Paulo, explicou que "pedras, paus e coquetéis Molotov são argumentos tão pouco válidos quanto as baionetas", deu uma paradinha à la Paulo Autran, para sublinhar o que vinha em seguida, e arrematou: "Só que menos poderosos". Quando a oposição gritava, o então presidente João Figueiredo ameaçava "chamar o Pires", insinuando que o seu ministro do Exército era mais troglodita que ele. José Sarney, em situações semelhantes, posava em palanques ao lado de ministros militares, talvez querendo demonstrar que a democracia era uma flor frágil. Fernando Henrique deixou os quepes de lado e re-

A ORDEM

Cai a popularidade e FHC reage com discurso astuto para esconder a reeleição

FOTOS ANTONIO MILENA · EGBERTO NOGUEIRA / ROBERTO JAYME / ANA ARAUJO / PAULO JARES / RICARDO STUCKERT · JEFFERSON RUDI/FOLHA IMAGEM

correu ao seu grande trunfo político: o gogó. Misturou na sua oratória a tomada do Ministério do Planejamento, com peru e tudo, pelos sem-terra, as manifestações contra a privatização da Vale do Rio Doce, pedradas de radicais contra sua comitiva durante viagem a Belo Horizonte, corrupção, insubordinação. Não falou, mas a queima do pataxó em Brasília e as torturas e assassinatos da PM na favela Naval e em Cidade de Deus pareciam integrar o seu raciocínio. Nas suas palavras, o Brasil parece estar-se desagregando.

Conversas com ACM — Falar em nome da ordem é menos fácil do que parece. Baderna por baderna, a PM dos governadores tucanos tem promovido as maiores. Quem levou um peru para a sala de Antonio Kandir não foi o PT nem o MST, mas um sindicalista do PSDB, Francisco Urbano, tucano histórico. O discurso alarmado e alarmista de Fernando Henrique Cardoso surgiu de suas conversas com o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, que também discutiu a suposta crise de autoridade com donos de jornais. Além do intento de diluir a lama da compra de votos pró-reeleição, o discurso presidencial foi uma tentativa de resposta à perda de popularidade do governo, segundo o último levantamento do Ibope *(veja gráfico acima)*. Nos últimos dois meses, a aprovação do governo de Fernando Henrique caiu 20 pontos, uma queda colossal — é como se a cada dia, no país inteiro, 350 000 eleitores passassem a falar mal do Planalto. Encerrada na segunda semana de maio, a pesquisa terminou antes que viesse a público a confissão dos dois deputados reelecionistas. Carlos Augusto Montenegro, diretor do Ibope, acha que a queda da popularidade seria maior se a compra de votos já tivesse sido divulgada.

A explicação para a diminuição é óbvia: nos últimos três meses o governo piorou. É sempre assim, aliás, quando os presidentes perdem popularidade. A pesquisa de junho do ano passado, por exemplo, captou dois fatos que abriram uma ferida na imagem presidencial: o

RICARDO STUCKERT

O novo ministro da Justiça, Iris Resende: estilo Mombaça no governo tucano

massacre de Eldorado dos Carajás, em que morreram dezenove sem-terra, e, pouco antes, a tragédia num centro de hemodiálise de Caruaru, que provocou a morte de mais de cinqüenta pessoas. Encarando o massacre dos sem-terra como fruto do descaso do governo pela reforma agrária e as mortes de Caruaru como falta de interesse pela saúde pública, a população deixou Fernando Henrique com seu mais baixo índice de aprovação desde a posse. Agora, avalia Montenegro, novamente foi a ferida social que arranhou a imagem presidencial. Ele lembra que, nos últimos três meses, Brasília foi ocupada pelo protesto dos sem-terra, também houve a privatização da estatal Vale do Rio Doce — medida com a qual a maioria da população não estava de acordo, segundo as pesquisas — e o reajuste do salário mínimo, de apenas 8 reais. "O povo estava satisfeito com a estabilidade do real, mas queria avançar mais e sofreu uma grande decepção", explica Montenegro. FHC segue popularíssimo entre as classes mais humildes e perde apoio entre os de maior escolaridade. Entre os com formação superior, seus críticos eram 27%, e agora somam 50%. "Essas pessoas consideram que o governo não está fazendo tudo o que seria possível para resolver o drama social do país", diz a pesquisadora de mercado Fátima Pacheco Jordão.

Enquanto FHC interpretava a peça da ordem, no mundo real da política o PFL e o PSDB matavam de maneira fulminante todas as tentativas de investigar quem comprou os votos de Ronivon e João Maia. Os deputados, ambos do PFL, renunciaram a seus mandatos com cartas em que cometem os mesmíssimos erros de português. Com isso, evitam a cassação e, já no próximo ano, poderão candidatar-se e ser eleitos de novo, com menos de 8 000 votos, num processo relâmpago. Os governadores do Acre, Orleir Cameli, e do Amazonas, Amazonino Mendes, também do PFL, apontados nas fitas como articuladores da compra dos votos, serão investigados pelas Assembléias de seus Estados — lendárias pelo servilismo. O ministro das Comunicações, Sergio Motta, que é citado nas fitas como possível pagador final das propinas, viajou para Portugal. No governo, no PFL e no PSDB ninguém quer investigar nada sobre os votos da reeleição. Por quê? Porque têm medo que uma eventual CPI coloque o governo na defensiva durante meses e também porque receiam o que poderia aparecer em matéria de corrupção reeleitoral. Essa política está mudando sensivelmente o perfil do governo de Fernando Henrique.

Tucanos brigados — A nomeação de Iris Resende e Eliseu Padilha é outro sintoma dessa mudança. Iris Resende introduziu o estilo Mombaça no governo tucano, organizando uma festa de milhares de pessoas, trazidas de Goiânia para festejar sua posse. Com aquele apetite de quem nem se importa com a etiqueta, os cabos eleitorais gritavam "Iris presidente". Não parecia cena de campanha. Era. Embora esteja assu-

FOTOS ORLANDO BRITO

Ronivon: renúncia para ajudar quem quer abafar a investigação

Maia: carta padrão com os mesmíssimos erros de português

mindo um ministério no qual terá de dialogar com juristas, comandar a Polícia Federal e será o responsável por atividades sérias como o combate ao tráfico de drogas e o controle de fronteiras, Iris assumiu a Pasta da Justiça para usá-la como trampolim na sua campanha pelo governo de Goiás, que quer disputar no próximo ano. Fernando Henrique torce o nariz para esse eleitoralismo, mas tapa-o porque precisa de Iris para acalmar o PMDB e ter os votos necessários na segunda rodada da votação da reeleição, na Câmara. Nem torce tanto o nariz, pois FHC não batalhou para que permanecesse na secretaria-geral do Ministério da Justiça Milton Seligman, um técnico identificado com os ideais do tucanismo.

A capacidade técnica diminui e impera a necessidade política do reeleitoralismo. Da velha guarda tucana ficaram dois nomes, Sergio Motta e Paulo Renato Souza. Para infelicidade do PSDB, Motta está queimado, e Paulo Renato vive se queixando nos cantos de seu colega das Comunicações. Paulo Renato levou dois dias para se solidarizar com Sergio Motta em função da denúncia dos deputados do Acre, e a solidariedade foi telefônica. Motta disse-lhe que preferia uma solidariedade pública, e não privada. Se os tucanos se desentendem, o PFL parece prestes a ocupar mais espaço no governo. Em duas conversas com FHC no início da semana, o deputado pefelista Luís Eduardo Magalhães saiu com a impressão de que estava sendo sondado para entrar no ministério, encarregando-se da coordenação política. Mas a dois interlocutores de sua confiança, o presidente garantiu não ter feito convite algum. Numa última conversa, na sexta-feira, Luís Eduardo saiu do gabinete presidencial achando que tinha sido convidado para ser líder do governo na Câmara. Viajou para a Alemanha em seguida, dizendo que ia pensar. ■

A voz estridente do bode expiatório

Na semana passada, depois de um debate sobre reforma agrária no Rio de Janeiro, o líder dos sem-terra, João Pedro Stedile, deu uma entrevista sobre a morte de três sem-teto em São Paulo e fez uma declaração radical, mas não muito diferente do que sempre repete *(veja íntegra abaixo)*. Radical e provocadora, pois, se um fazendeiro da UDR fizesse uma conclamação para que seus filiados ocupassem a sede do MST, Stedile se sentiria agredido. O presidente Fernando Henrique decidiu pedir providências à Procuradoria Geral da República para averiguar se cabe processo contra Stedile por "incitação ao crime" e também "apologia do crime". Pelo Código Penal, se for processado, julgado e condenado, o bode expiatório Stedile pode pegar pena de três a seis meses de prisão.

OSCAR CABRAL

"Pobres da cidade, façam como nós. Não esperem o governo, enfrentem seus problemas. Se vocês não têm casas, se organizem para pressionar o governo para resolver o problema habitacional, para ocupar os terrenos baldios. Se vocês não têm empregos, ocupem as fábricas que estão fechando e forcem a mudança na política industrial. Se têm fome, façam manifestações em frente dos supermercados"

João Pedro Stedile

"Vigília" — Menos de 24 horas depois, o procurador Geraldo Brindeiro sugeriu ao chefe do Ministério Público do Rio de Janeiro, Hamilton Caryalhido, onde Stedile fez a declaração, a abertura de um inquérito. Sua diligência é surpreendente. Quando tomou conhecimento de que os ex-deputados federais Ronivon Santiago e João Maia, do PFL do Acre, haviam confessado em fita gravada a prática do crime de corrupção, Brindeiro cruzou os braços. Ele dispunha da confissão dos acusados e tem poderes para mandar a Polícia Federal investigar os parlamentares, mas preferiu esperar. Também chegou às suas mãos o relatório da comissão de sindicância da Câmara, que recomenda inquérito. Mesmo assim, Brindeiro diz que é preciso ter "cautela" para investigar os réus confessos.

"O governo quer desviar a atenção do processo de CPI da reeleição", declara Stedile. Os advogados divergem sobre o valor da acusação contra Stedile. O criminalista Arnaldo Malheiros acha que ele não disse nada demais. "Não houve crime algum, apenas o exercício da liberdade de expressão", salienta. Para Malheiros, teria havido crime se Stedile tivesse sido específico, determinando quais as empresas e supermercados a ser invadidos.

Já Ives Gandra diz que Stedile cometeu um crime "porque toda invasão é um desrespeito à lei. Quando fala em protesto, é legítimo, mas invasão é um desrespeito ao direito de propriedade". O debate promete, caso o governo queira levar o inquérito adiante. No dia seguinte, como quem reconhece que avançou mais do que deveria, Stedile deu uma entrevista coletiva em que se referia a iniciativas como "ocupação" e "invasão" usando uma palavra diferente, "vigília". Em nenhum momento o líder do MST disse que se retratou — mas era o que estava fazendo. ■

Reforma agrária

Mudança de tática

O movimento dos sem-terra corre o risco de perder seu grande trunfo

Ernesto Bernardes

Foto: Ormuzd Alves/Folha Imagem

Manifestantes fazem discurso no Ministério da Fazenda em São Paulo: invasão coreografada

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o MST, pode estar começando a desmilingüir-se. Força da natureza, com uma bandeira de reivindicações difícil de ser igualada, além de uma sensibilidade incomum para o teatral, o MST mudou subitamente de tática na semana passada. Numa ação meticulosa e coordenada como mecanismo de relógio suíço, o MST desfraldou suas belas bandeiras vermelhas e tratou de invadir prédios públicos em dez capitais do país. Antes, o MST ocupava fazendas. Agora, ocupa salas nas regiões urbanas. Antes, exigia terras para semear. Agora, além de terras, quer discutir as condições dos financiamentos que o governo lhe proporciona. Não importa se a tática tem justificativa legal ou não, ou mesmo se ela pode ser explicada por problemas práticos enfrentados pelos sem-terra. A questão principal é outra.

Enquanto pediam terras para plantar e comer, os integrantes do MST criavam a mística de que o Brasil, país de dimensões continentais e de latifúndios improdutivos, negava a milhões de pessoas um lote para que pudessem matar a fome de suas famílias. Esse tipo de conflito foi superado há várias gerações em países que o enfrentaram — e os sem-terra brasileiros pareciam fantasmas saídos dos séculos passados para assombrar a vida de um Brasil que quer entrar no mundo da globalização. Nessas circunstâncias, o MST contava com a aprovação maciça da opinião pública nacional. Agora que o jogo mudou, as

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

coisas poderão ficar mais complicadas para o MST. Numa pesquisa divulgada pelo Ibope na semana passada, verificou-se que 80% dos habitantes concordam com a reforma agrária, mas 59% dos entrevistados desaprovam a tática das invasões.

Protesto de índios na Funai: pintura e bermudas jeans

Foto: Juca Varella/Folha Imagem

Os militantes da bandeira vermelha ocupam prédios e pedem melhores condições de financiamento porque sua reivindicação original — glebas — vem sendo atendida de uma forma muito razoável por Brasília. O governo federal já distribuiu cerca de 5 milhões de hectares a 187.000 famílias. Há ainda um estoque de 4 milhões de hectares a ser entregue — o equivalente à área da Suíça. Embora haja cada vez mais terras e o fundo de financiamento tenha dobrado em um ano, de 200 para 420 milhões de reais, os protestos ficam cada vez mais barulhentos. O MST pretende fazer, até o final de março, o mesmo número de ocupações que fez em todo o ano passado. "O MST não quer fazer reforma agrária, quer só fazer oposição em ano eleitoral", critica o ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, que na semana passada baixou uma série de medidas contra as invasões *(veja quadro abaixo)*. Logo que o governo deixou claro que agiria com rigor contra as invasões dos prédios, na quarta-feira, os militantes começaram a desocupá-los. Negociações foram acertadas para esta semana.

"Os sem-terra não seriam diferentes de nenhum das dezenas de movimentos rurais, desde Antonio Conselheiro, se não tivessem essa habilidade que demonstram na exploração das câmeras de televisão", diz o cientista político Bolívar Lamounier. A atuação no reino da representação política — e não meramente no campo das necessidades e ações práticas — é um recurso que até os índios brasileiros já dominam. Na semana passada, um grupo de xavantes armou um rebuliço na Funai, em Brasília, para pedir o afastamento de

Resposta imediata

Medidas anunciadas pelo governo para enfrentar as invasões:

- Não haverá negociação com invasores de prédios públicos. Quem negociar será demitido
- O invasor de terra não poderá ser assentado na mesma área que invadiu
- No caso de invasão de prédios, o Incra da região deve informar ao público que o atraso no programa de reforma é responsabilidade dos invasores
- As autoridades responsáveis pelo prédio invadido pedirão forças policiais para desalojar os invasores
- Os invasores serão processados por eventuais prejuízos causados durante a invasão

unesp

alguns diretores. Como havia câmeras de TV, os índios que iam à frente se apresentaram pintados para a guerra, enquanto os restantes continuavam metidos em calções e camisetas. "Noves fora, a atitude é a mesma", analisa Lamounier. Em ambos os casos, é eficaz. "O MST é tão anacrônico e distante da realidade das cidades que é fácil apoiá-los. Custa pouco e reforma agrária não incomoda quem mora no centro de São Paulo", teoriza o cientista político Carlos Alberto Marques Novaes, da Universidade de Campinas. Resta saber se o movimento, que tem opositores até dentro do PT, conseguirá manter sua popularidade mesmo invadindo prédios públicos. E deixando para trás aquela mística do lavrador espoliado de séculos passados que deseja apenas um pedacinho de chão para ter o que comer.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Caso de polícia

Com o aumento da violência no campo, o governo aciona a Polícia Federal e 500 homens do Exército

Vladimir Netto

Montagem sobre fotos de Paulo Jares e Antonio Milena

- O governo assentou 187.000 famílias nos últimos três anos
- Hoje, o MST tem 63.000 famílias acampadas em fazendas ou beira de estradas, esperando por assentamento
- Só na semana passada, o MST invadiu 26 fazendas. Este número pode chegar a 500 até o fim do ano
- O governo tem 4 milhões de hectares de terra para distribuir, área equivalente à da Suíça

De uns tempos para cá, a reforma agrária vem saindo dos limites em que deveria ficar, o de problema social, para invadir áreas estranhas à sua natureza. O debate está deixando de girar em torno do número de hectares desapropriados, da quantidade de assentados, do tamanho do latifúndio ou da produtividade dos assentamentos. Agora, quando o assunto é reforma agrária, fala-se de coisa muito diferente. Invasões de terras como arma de pressão política são uma delas. Mortos e feridos em conflitos rurais são outra. Os fazendeiros estão criando milícias para barrar invasores. Até os militares já desembarcaram no tema da reforma agrária. Na semana passada, depois do assassinato a tiros de dois líderes dos sem-terra no sul do Pará, a região mais explosiva de conflitos agrários do país, o governo federal convocou a Polícia Federal e o Exército, que deslocou 500 homens para controlar os ânimos na região. Em protesto contra as mortes, o Movimento dos Sem-Terra, MST, apelou mais uma vez para a ilegalidade. Mobilizou 25.000 famílias e invadiu 26 fazendas em cinco Estados. A tática agressiva do MST é antiga: só neste ano, seus militantes já fizeram mais de cinqüenta invasões e podem chegar a 500 até o fim do ano, o triplo do ano passado.

A novidade é que os fazendeiros, que já foram muito ativos quando a União Democrática Ruralista, UDR, estava no auge de sua mobilização, no fim da década de 80, estão também caindo na ilegalidade. Em São Paulo e no Paraná, fazendeiros montaram grupos

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

armados para enfrentar os sem-terra. No Nordeste e no Norte, os donos de terra têm contratado pistoleiros para matar os invasores. No sul do Pará, depois dos dois assassinatos da semana passada, a Justiça pediu a prisão preventiva de onze suspeitos de envolvimento no crime — todos fazendeiros que até o final da semana passada estavam foragidos. "Enquanto durar o clima de violência, saem de cena o Incra e o Ministério da Política Fundiária e entram a Polícia Federal e o Exército", diz o presidente do Incra, Milton Seligman. A situação é delicada porque os dois lados decidiram violar a lei. O mais desconcertante é que essa radicalização ocorre justamente no período em que mais se fez pela partilha da terra no país. O governo Fernando Henrique assentou 187.000 famílias em três anos, mais do que todos os governos anteriores somados. Uma conclusão possível: a própria oferta crescente de lotes estimula a expansão e a agressividade do MST.

Desfraldando bandeiras vermelhas e ocupando terras, o MST ganhou visibilidade no país. A classe média dos centros urbanos, que não perde nada com a desapropriação de fazendeiros, sempre viu a reforma agrária com simpatia, mas há muitos aspectos do movimento que o morador das cidades não conhece. Um deles: muitas invasões não são feitas por sem-terra. Os dois mortos no sul do Pará tinham terra e crédito do governo. Irritado com a participação nas invasões de gente que já tem um pedaço de chão para plantar, o ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, denunciou na semana passada que existem pelo menos 47 líderes do MST que já ganharam terra mas continuam invadindo a propriedade alheia. Entre eles, estão Gilmar Mauro, um dos caciques do movimento, e José Rainha Júnior, que fez fama promovendo invasões no Pontal do Paranapanema, no interior de São Paulo *(veja quadro)*.

Jungmann: irritado com invasões feitas por pessoas que já ganharam sua terra

Foto: Orlando Brito

Fazendo barulho — A agitação também se explica pelo calendário de 1998, um ano eleitoral. O MST, além de conquistar mais glebas de terra, tem interesse em fazer barulho por uma questão partidária. Quer ganhar influência no PT, partido em que existem alas que defendem e alas que condenam o comportamento do MST. O objetivo do movimento é ampliar seu espaço na legenda para lançar maior número de candidatos oriundos do meio rural. Na semana passada,

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

um militante petista, Manoel José dos Santos, ganhou o comando da maior entidade de pequenos agricultores do país, a Contag, antes comandada pelo tucano Francisco Urbano. A nova direção da entidade faz planos para entrar também para a turma do barulho. A Contag, embora já tenha conseguido assentar mais famílias do que o MST, tem muito menos fama. Para o novo comando da Contag, isso se explica porque a entidade vinha fazendo seu trabalho em silêncio. "O MST faz menos, mas chama mais atenção. A partir de agora, vamos fazer mais invasões", anuncia Santos.

O atual governo também tem sua parcela de culpa pela ousadia de sem-terra e fazendeiros. Sempre que pressionada, mesmo que por ações ilegais, Brasília acaba cedendo. Na terça-feira passada, depois da escalada de violência e invasões no Pará, o governo cancelou uma reunião com os sem-terra em Brasília. No dia seguinte, dez sem-terra escoltados por dez deputados petistas foram ao Incra e conseguiram arrancar do governo, na base da pressão, a reunião cancelada na véspera. Mais que isso. Saíram dali com boas notícias. Obtiveram do governo aumento do limite de crédito aos assentados de 7.500 reais para 9.500 por ano, ampliaram de sete para dez anos o prazo para os pequenos agricultores pagarem dívidas já vencidas e arrancaram mais 200 milhões de reais para o Procera, o programa de crédito da reforma agrária. Os líderes do MST saíram reclamando que receberam migalhas. Mas certamente se reforçou sua convicção de que o governo sempre cede quando pressionado.

Lenha na fogueira — A complacência com que as autoridades de Brasília tratam os sem-terra é antiga. Em junho do ano passado, o governo baixou um decreto proibindo a desapropriação de terras que tivessem sido invadidas. Queria desestimular as invasões. Proibiu, mas só da boca para fora. Já desapropriou, por exemplo, uma fazenda de 600 hectares em Promissão, no interior paulista, logo depois de ser invadida por 800 famílias. Há duas semanas, para enfrentar a nova onda de invasões, o ministro Jungmann baixou outra medida, desta vez proibindo o assentamento de invasores na área tomada a força. Pode até vir a assentá-los, mas não na terra invadida. Até a semana passada, a novidade não tinha causado nenhuma impressão mais forte nos sem-terra.

Num país de extensão continental, com muita terra na mão de poucos, a reforma agrária é um tema complexo e, ao longo da História, sempre gerou violência e mortes. A complacência do governo com sem-terra e fazendeiros se explica, em parte, pela necessidade de não jogar mais lenha na fogueira. O governo também acredita que, quanto mais o MST radicalizar, menos apoio terá na sociedade. Assim, vai deixando o movimento se enforcar na própria corda. Um fator que estimula as invasões é a forma adotada para escolher os que vão ganhar lotes. O Incra dá terra para quem se inscreve no programa de reforma agrária, mas, na prática, o candidato só consegue inscrever-se caso seja ligado a algum movimento organizado, como o MST. Para acabar com essa vinculação insensata, o Incra prepara um cadastro

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

geral dos sem-terra, com 100.000 famílias. Assim, sempre que tiver uma área para distribuir, fará um sorteio entre os nomes da lista. É uma tentativa de quebrar o monopólio dos grupos organizados e, quem sabe, pacificar o campo.

Enquanto isso, no Pontal...

Rainha, agora com-terra: mudança para o Nordeste

Foto: Antonio Milena

O fogo está se apagando no Pontal do Paranapanema, a região do extremo oeste de São Paulo que ganhou fama como praça de guerra da reforma agrária. Nos últimos anos, os sem-terra invadiram dezenas de propriedades do Pontal, incendiaram pastagens, derrubaram quilômetros de cercas, abateram centenas de cabeças de gado. Em 1995, houve momentos em que invadiram até dez fazendas num mesmo dia. De alguns meses para cá, a situação começou a mudar. Há menos gente acampada na beira das estradas da região e o ritmo das invasões diminuiu muito. No sinal mais evidente de que as coisas estão se acalmando, o líder dos sem-terra na região, José Rainha Júnior, anunciou que vai abandonar a área. Dono de um lote de 14 hectares em um dos assentamentos instalados no Pontal, Rainha planeja deixar os irmãos cuidando da terra e ir agitar em outro lugar. "Aqui as coisas estão resolvidas", diz ele. "Quero ir para o Nordeste, onde nossa luta está crescendo."

A situação mudou porque nos últimos dois anos houve farta distribuição de terras no Pontal. Com dinheiro do Incra, o governo paulista criou 48 assentamentos até agora, entregando 56 000 hectares de terra a 2 200 famílias. A confusa situação jurídica das fazendas do Pontal ajudou. Por causa de uma fraude ocorrida no império, há décadas o Estado e os fazendeiros disputam na Justiça a propriedade das terras da região. Como os juízes têm dado ganho de causa ao governo paulista em todos os casos, ficou fácil. Para tomar as terras, o Estado só teve de discutir com os fazendeiros o valor das indenizações pagas pelas benfeitorias existentes nas propriedades. Muitos fazendeiros desistiram de brigar com os sem-terra, entregaram suas terras ao governo e buscaram pastagens mais tranqüilas para tocar os negócios. "Minha fazenda já não dava lucro, invadiram meus vizinhos e achei melhor fazer um acordo",

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

conta o pecuarista Joel Mascarenhas, que recebeu 2 milhões de reais do governo e agora cria gado em Mato Grosso do Sul.

Com os acordos que ainda está negociando com os fazendeiros, o governo do Estado calcula que terá condições de assentar mais 3.000 famílias nos próximos meses. É mais gente do que existe hoje nos dezesseis acampamentos que restaram no Pontal. O maior desafio do Movimento dos Sem-Terra agora é demonstrar que não é só bom de agitação, mas também é capaz de produzir alguma coisa com a terra que conseguiu. Como a maioria dos assentamentos tem pouco mais de um ano de vida, ainda é cedo para tirar conclusões. Mas os primeiros números reunidos pelo governo paulista são surpreendentes. Numa região tradicionalmente dominada pela pecuária, a área plantada nos assentamentos aumentou 57% na última safra, em que eles produziram 6% do feijão colhido no Estado de São Paulo e 5% da mandioca. Dinheiro também não tem sido um problema. No início do ano, a cooperativa organizada pelo MST no Pontal conseguiu do governo federal um empréstimo de 3,7 milhões de reais para montar armazéns e silos de cereais, um laticínio e uma fábrica de polpa de fruta. Se o exemplo do Pontal frutificasse, o Brasil ficaria mais perto de ver o fim da violência no campo.

Ricardo Balthazar

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

A EMPRESA | NOSSOS SITES | PASSAPORTE | Abril | FALE CONOSCO | Buscar na Abril

O MST FATURA A FOME

Movimento usa a seca como pretexto para um espetáculo feito para a mídia

Ernesto Bernardes *e* Juliana De Mari

A imagem de multidões famintas avançando sobre prateleiras de comida é um forte argumento político. Nas últimas semanas, percebendo esse potencial na situação do Nordeste seco, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST, deixou de lado suas atividades regulares — invadir propriedades rurais e prédios públicos — para deixar o governo numa posição incômoda perante a opinião pública. O MST incitou saques a supermercados e seqüestros de caminhões de alimentos em dezenas de municípios. A operação de pilhagem, que não se destinava a alimentar os famintos, mas sim a atrair as câmeras de televisão, foi bem-sucedida. A opinião pública ficou chocada com o aparente desespero dos flagelados, o governo foi afrontado pelas manifestações que não conseguiu reprimir e o resultado transformou-se em propaganda para o movimento. O mais espantoso é que, em boa parte dos casos, não foi necessária sequer a presença de famintos para conduzir os saques e seqüestros.

A estratégia do MST no Nordeste foi bem detalhada. Organizou saques simultâneos em quatro Estados. Na terça-feira, uma das operações desenvolveu-se em Gravatá, 62.000 habitantes, uma estância climática a 80 quilômetros do Recife. Ao contrário da maioria das atrações turísticas do Nordeste, Gravatá tem seu trunfo não no sol, mas no frio. Situada no alto de uma serra, ela tem noites frescas que convidam a um fondue à beira da lareira. Longe dos rigores da seca, a cidade tem rios perenes, fica mais perto do litoral que do sertão e 70% de sua população é urbana. Para criar a aparência de revolta dos famintos, os militantes do MST tiveram de montar um teatro. Um dia antes do saque, percorreram a periferia da cidade

unesp

convocando os moradores para uma "distribuição de cestas básicas", que aconteceria no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Sugeriu-se que todos levassem sacolas e caixas de papelão para carregar os alimentos. Os moradores se prepararam para a festa.

Fernando Henrique no Nordeste: promessa de cestas básicas

Foto: Alan Marques/Folha Imagem

Quando chegaram ao sindicato, no dia seguinte, encontraram discurso no lugar de comida. Jaime Amorim, um dos diretores nacionais do MST, incitou os moradores a saquear um dos supermercados da rede Novo Dia, o maior da cidade. A sugestão foi votada e aprovada. Quinhentas pessoas marcharam então para o centro da cidade, já coalhado de fotógrafos e cinegrafistas. Eles haviam sido avisados com antecedência pelo próprio MST. "A idéia era fazer um ato para impressionar o governo", explicaria Amorim, mais tarde. Na multidão, trabalhadores rurais propriamente ditos eram apenas cinqüenta, trazidos em caminhonetes do MST. Quando a polícia chegou para acabar com a pilhagem, os líderes do movimento foram presos e os manifestantes fugiram. "O que eu mais dei por falta foi de xampu, sabonete e uísque", explicou Euclides Pereira Muniz, gerente do supermercado, ao examinar o estrago nas prateleiras.

Soltos sob fiança, os líderes do MST saíram do xadrez despachando recados ameaçadores. "A primeira vez foi só para dar uma idéia. Da próxima vez, vamos mostrar como se faz um saque de verdade", ameaçou Eugênio Silva, diretor estadual do movimento. Os saques acontecem no Nordeste há séculos, sempre que uma seca começa a tomar dimensões preocupantes. Na maioria das vezes, irrompem espontaneamente e são fruto do desespero dos famintos. Mas, nesses casos, costumam seguir uma ética peculiar que não é a mesma do MST. O sertanejo prefere saques a armazéns de prefeituras ou do governo, porque considera que se apossar da propriedade dos comerciantes é roubo.

É também o que diz a lei. Para justificar-se, os sem-terra invocam o *furto famélico,* situação em que, no estado de absoluta necessidade, se rouba para não morrer de fome. Nesse caso, não há infração. "Apoiamos o saque eu, a CNBB, o ministro Pertence e até o Sergio Motta, lá do inferno", disse João Pedro Stedile, ideólogo do MST, que nem ao menos respeito aos mortos demonstrou. Nem aos vivos. O

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Pertence que ele citou é o ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, que jamais deu apoio a saques como os organizados pelo MST. A figura jurídica do furto famélico aplica-se ao indivíduo que age num momento de desespero, e não à multidão que participa de um saque organizado. Nesse caso, há crime punível com até oito anos de cadeia. "A lei que perdoa o faminto, uma exceção, não se aplica a quem está fazendo política", explica o advogado Arnaldo Malheiros Filho, de São Paulo.

Surgido há treze anos sob a bandeira da reforma agrária, o MST acostumou-se a mudar de reivindicação de acordo com a conveniência. O apelo ao saque é apenas a arma mais recente do grupo em sua estratégia de expansão. Movimento que corre à margem dos partidos políticos e da vida institucional brasileira, o MST é acolhido ideologicamente pela esquerda, mas costuma ser visto com desconfiança até por correntes do PT. Como os líderes do movimento consideram ilegítima a forma como a sociedade democrática se organiza no Brasil, para eles nada mais legítimo do que cometer atos ilegais que fragilizem as instituições. Na semana passada, por exemplo, seqüestraram caminhões com alimentos e os levaram para acampamentos de sem-terra, onde a carga desses veículos foi depenada. A isso se dá o nome de assalto para roubar. O presidente Fernando Henrique, que na semana passada visitou o Ceará para ver a situação da seca, anunciou que distribuiria 1 milhão de cestas básicas por mês nas áreas atingidas. Quanto ao MST, o presidente afirmou que o governo processaria os responsáveis pela incitação aos saques.

Índice

Copyright © 1998, Abril S.A.

Abril On-Line

A EMPRESA | NOSSOS SITES | PASSAPORTE | Abril | FALE CONOSCO | Buscar na Abril

GUIA: Como escolher a melhor escola para os filhos
VIAGRA: Impotentes experimentam e contam tudo

veja

A ESQUERDA COM RAIVA

Inspirados por ideais zapatistas, leninistas, maoístas e cristãos, os líderes do MST pregam a implosão da "democracia burguesa" e sonham com um Brasil socialista

João Pedro Stedile, líder do Movimento dos Sem-Terra

unesp

O QUE ELES QUEREM

Os dirigentes do MST dizem que não querem só terra e falam em revolução e socialismo

André Petry *e* Eduardo Oinegue

Foto: Liane Neves

"Queremos uma sociedade socialista e igualitária. Este é um conceito doutrinário, não uma reivindicação. Junta duas utopias realizáveis. O socialismo é igualdade, é o ideal cristão. Vamos fazer isso mudando nossas elites, que precisam deixar de ser subservientes. Tudo o que vêem no exterior querem copiar. Não passam de lúmpen, que ficam pensando em como vão continuar mamando no Estado."
João Pedro Stedile, dirigente nacional do MST

"Estamos diante de uma organização absolutamente nova e diferente de tudo o que já se viu na História do Brasil. O Movimento dos Sem-Terra revelou ao país um tipo de organização de massa que nós não conhecíamos." Quem faz essa afirmação é o deputado Milton Temer, do PT do Rio de Janeiro, militante da ala radical do partido e habituado às lides de esquerda. Criado em 1984, entre agricultores do Rio Grande do Sul, o MST virou um fenômeno — político e social. Sua principal bandeira, a reforma agrária, é um assunto do século passado, fora de moda, embora ainda insepulto no Brasil dos latifúndios. Entre seus 100.000 seguidores, há de tudo: desempregados, analfabetos, agricultores arruinados, comerciários sem eira nem beira, gente que foi bóia-fria ou veio de favelas nas grandes cidades. Formam a massa que a esquerda tradicional sempre julgou ser impossível organizar e conduzir — o chamado lúmpen, a expressão que Karl Marx usou para designar "o lixo de todas as classes". Sua estrutura tem um quê da velha concepção de partido criada por Lenin, o revolucionário russo, com hierarquia rígida e comando centralizado. Pois não é que uma bandeira tão arcaica, uma massa de pés descalços e uma estrutura tão antiquada agitam o Brasil de norte a sul?

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Na semana passada, os militantes do MST fizeram saques em Pernambuco, invadiram delegacia de polícia na Bahia e ocuparam agências bancárias no Paraná, no mesmo momento em que o governo começava a distribuir cestas básicas nos 1.236 municípios afetados pela seca no Nordeste, mandava o Exército para a região e anunciava que irá gerar 1 milhão de empregos em frentes de trabalho. Na quarta-feira, numa entrevista de uma hora e meia nos jardins do Palácio da Alvorada, Fernando Henrique consumiu mais de um terço do tempo falando sobre seca, saques e sobre ele, o MST. Criticou a invasão de bancos no Paraná. "Quando o MST entra num banco é igualzinho, igualzinho, a alguém que entrou num banco como assaltante", disse. Explicou que não condenava saques de supermercados quando feitos por famintos: "O problema é quem não está com fome. Quem está usando a fome para assaltar".

Estudantes do Grupo Escolar Mao Tsé-tung, em acampamento na Bahia: aprendizado engajado

Fotos: Fernando Vivas

Mais cedo ou mais tarde, a seca deste ano vai acabar. O que não vai acabar é o MST, porque a seca é apenas seu palco atual. Ele tem outros. As fazendas que invade são um deles. Os prédios públicos que ocupa são outro. Como se viu na semana passada, agências bancárias também servem. Organizado em 22 Estados, o movimento está no seu momento de maior ebulição. Começou pedindo terra em 1984, passou a pedir crédito agrícola dois anos depois, reuniu 40.000 numa marcha a Brasília no ano passado e agora promove invasões e saques porque, no fundo, o MST quer muito mais do que se pensa. Distribuição de terras é apenas uma etapa do projeto global. As lideranças do MST querem transformar a sociedade e, se possível, abocanhar o poder para fazer do Brasil um país "socialista e igualitário", como dizem em seus documentos. Alguns de seus dirigentes chegam ao delírio. "Podemos tomar o poder um dia, fazer a revolução, mas não pensamos nisso agora. Quem vai determinar o próximo passo é a conjuntura", diz Jaime Amorim, líder do movimento em Pernambuco. No governo, essa retórica é acompanhada com lupa. A parte mais radical do MST preocupa as pessoas que precisam pensar em eventuais conseqüências nefastas de uma ação indesejável do exército descalço da bandeira vermelha. "Sinto tristeza que o MST tenha deixado de ser um movimento social pela reforma agrária para se tornar um movimento político e ideológico", diz o general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar do Palácio do Planalto. "Se eles

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

ameaçarem a democracia, o Estado vai reagir."

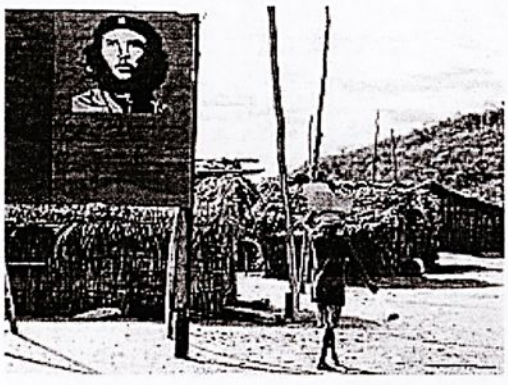


Imagem de Che Guevara em acampamento no Nordeste: sandinismo, maoísmo e Igreja

"Jogo duplo" — O MST não nasceu assim. Embora anacrônico, com os dois pés fincados num tempo que já passou — quando a oligarquia rural tinha o poder dos barões da indústria de hoje, quando a reforma agrária era uma solução moderna do capitalismo, quando as massas operárias miravam a revolução — , ele está em plena mutação e cada vez mais politizado. Está ocupando o vácuo do movimento sindical urbano que, diante da ameaça do desemprego, prefere fazer bingos em estádios de futebol em vez de se arriscar em greves mais ousadas. Já os sem-terra são tão pauperizados que não têm nada a perder — emprego, carro, casa e, em muitos casos, dignidade. Com uma disposição meio messiânica, permitem que a cúpula do MST transite da reforma da terra para a reforma da sociedade — pois acreditam que o que vier, seja lá o que for, será necessariamente melhor. O grande mentor desse novo perfil é um dos fundadores do movimento: João Pedro Stedile, gaúcho de 44 anos, casado, pai de quatro filhos e economista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É ele a alma mais radical do MST.

Stedile é um homem de determinação incomum. Ele colocou na cabeça um tipo de batalha pessoal, a luta em defesa dos humildes. Dia após dia, chova ou faça sol, lá está ele andando de ônibus pelo Brasil afora, conversando com políticos em Brasília ou mantendo contatos com ONGs no exterior. Sobretudo, pensando numa forma de ação que possa ajudar o movimento e apavorar Brasília. É fácil discordar das finalidades ideológicas de seu projeto arcaico, mas a prática diária é a defesa dos excluídos. Pela trajetória pessoal, o líder maior do MST guarda pouca semelhança com seus colegas dirigentes, a maioria oriunda de famílias de agricultores pobres que perderam a terra por causa de

"Zapatistas, Che Guevara, maoístas, marxistas, leninistas, gostamos um pouco de todos, mas não seguimos nenhum. Temos influência até de Jesus Cristo. Podemos tomar o poder um dia, fazer a revolução, mas não pensamos nisso agora. Quem vai determinar o próximo passo é a conjuntura. Por enquanto, nossa luta é para que possamos ser exemplo com nosso trabalhozinho pequeno. O povo tem de ocupar o seu lugar neste país. Seja pelo voto, eleição ou pela força dos movimentos."
Jaime Amorim, dirigente do MST em Pernambuco

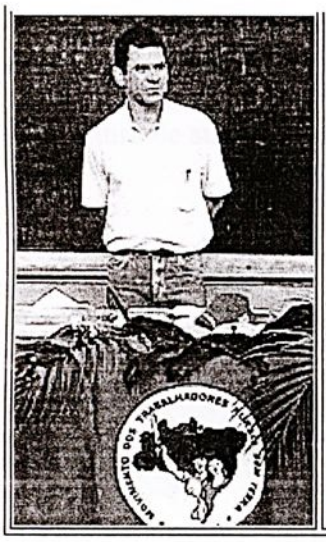
cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

dívida. Stedile estudou em seminário, trabalhou como funcionário público em Porto Alegre e estudou no exterior. Cursou pós-graduação em economia no México. Enquanto viveu na Cidade do México, andando de sandália de couro e calça cáqui, lia textos de faróis do comunismo como Lenin, Karl Marx, Mao Tsé-tung. Envolveu-se com os sem-terra na condição de funcionário público ao voltar para o Brasil.

O prefeito do município de Chapecó (SC), José Fritsch, do PT, lembra-se de quando tudo começou, em 1980. Havia uma área com 1.600 hectares num município chamado Ronda Alta, que pertencia ao Estado mas havia sido arrendada para particulares e acabou invadida. Fritsch, na época assessor da igreja junto aos movimentos rurais, e um padre, Arnildo Fritzen, foram ao acampamento, que estava cercado pela brigada militar do Estado. Dentro da fazenda, no prédio onde antes funcionava uma escola, encontraram os representantes da Secretaria de Agricultura do governo. Entre eles, João Pedro Stedile, que era funcionário do governo. Stedile os recebeu com um sermão. Ele dizia que não queria ver a igreja estimulando invasões. Fritsch e o padre foram embora. À noite, compareceram a uma reunião dos sem-terra e reencontraram Stedile, dessa vez organizando os acampados. "Ele fazia jogo duplo. De dia, fingia estar do lado do governo. À noite, incitava à mobilização", diz o prefeito. "Era um artista", lembra o padre. Político de bons recursos retóricos, Stedile sabe empregar as frases certas nos ambientes certos. Na semana passada, ao receber VEJA para uma conversa que durou duas horas, empregou um fraseado sereno.

Em ambientes mais reservados, normalmente ligados à esquerda, Stedile costuma ser mais agressivo. Leia-se o que disse no encerramento de uma palestra durante um seminário sobre socialismo promovido pelo Instituto Sedes Sapientae, em junho de 1991: 1) "A reforma agrária interessa a toda a classe trabalhadora e deixou de ser apenas uma questão econômica para resolver o problema dos sem-terra que estão passando fome. Ela passou a adquirir um caráter revolucionário". 2) "Nós imaginamos que vai ser impossível implantar o socialismo no Brasil se não se fizer a reforma agrária, ao mesmo tempo que não se consegue a reforma agrária sem implantar o socialismo". 3) "E para chegar a esse ponto, eu, pessoalmente, não acredito que vamos conseguir com eleição". 4) "Então eu acho que nós devemos ter a consciência de preparar a classe trabalhadora sabendo que essas mudanças, que são necessárias, não serão dadas de mão beijada, nem na base do voto, nem de uma maneira simplista e fácil, devagarinho".

Foto: Claudio Rossi



"O objetivo do MST é mudar o modelo de sociedade. Para isso estamos preparando o povo. Tem alguém que não gosta? Pois há 100 milhões que querem isso. O MST está oferecendo ao país um projeto novo para enfrentar o projeto burguês. Precisamos romper com a burguesia. Só não sei quando, nem como. Se eles vão sair correndo, se eles vão para outro país, se eles vão ficar numa boa, não sei."
Delveck Mateus, dirigente do MST em São Paulo

"Stedile puxa as cores ideológicas do MST e, com isso, freia conquistas", diz Gilmar Viana, diretor de Conflitos do Incra, o departamento mais movimentado do órgão. "Enquanto os seus liderados vão invadir porque querem terra, crédito, agroindústria, Stedile diz que têm de invadir para combater a política neoliberal." No governo, o ministro Raul Jungmann, da Política Fundiária, tem relações tumultuadas com Stedile. "Ele é o produto do ódio que o colonato do Rio Grande do Sul, imigrante e religioso, tem contra a modernidade, a tecnologia e a incerteza do capitalismo", declara o ministro. "Não dá para debater com ele. Ele é muito agressivo." Quem debate, então, é o presidente do Incra, Milton Seligman, gaúcho e torcedor do Grêmio, como Stedile. O presidente do Incra abomina o "absoluto desrespeito do MST às instituições democráticas", acha que Stedile é um "marxista típico dos anos 60 com um pensamento velho sobre o Brasil", mas é sensato o bastante para não cortar relações nem deixar de elogiar o movimento no terreno da produção. "Os assentamentos do MST são os que se tornam produtivos com maior rapidez. O pessoal do MST consegue, de fato, transformar a agricultura familiar em um fato econômico", afirma Seligman.

O MST não é partido político, nunca apresentou em público, formalmente, uma proposta de país ou de governo e não pode ser encarado como um movimento revolucionário. Ainda assim, a visão do poder assanha uma parte da sua cúpula. Os líderes jamais tocam nesse assunto muito claramente, mas o governo até já colocou as mãos em documentos internos do MST em que se fala na disposição de criar "zonas autônomas" — coisa que a guerrilha de esquerda, nos seus tempos mais férteis, chamava de "áreas liberadas". O MST gosta de elogiar pelo site que mantém na Internet (*www. mst.org.br*) a experiência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), criada em 1954. A entidade foi fundada pelo Partido Comunista do Brasil e suas principais bases de atuação estavam em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mas foi em Goiás que as Ultabs obtiveram o maior sucesso. Lá, trabalhadores rurais liderados

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

por um lavrador conhecido como "Zé Pureza" conseguiram dominar as cidades de Trombas e Formoso. A revolta começou como luta armada, e durante dez anos os rebeldes sobreviveram, praticando uma agricultura de subsistência, até ser desmantelada pelos militares em 1964.

José Rainha *(à direita)*, liderança que era contra o apoio a Lula: sem-terra de resultados

Fotos: Ricardo Stuckert

No campo ideológico, o MST é um liquidificador. Ali, existem os que se inspiram em Ernesto Che Guevara, simpatizantes do sandinismo nicaragüense, adeptos das táticas maoístas de começar a revolução pelo campo em direção às cidades, defensores de uma "pátria operária e socialista", tudo misturado com princípios da Teologia da Libertação, bênção das Comunidades Eclesiais de Base, de onde saiu boa parte de seus dirigentes, inclusive Stedile. Essa salada de nomes pode ser encontrada nos discursos e também na paisagem criada pelo MST. Um exemplo é o pitoresco *Grupo Escolar Mao Tsé-tung*, construído no acampamento Beira Rio, numa área do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, no interior da Bahia. É difícil saber o que resulta de tanta mistura, mas a comparação mais freqüente, e talvez mais fiel, é com os atuais zapatistas, seguidores de Emiliano Zapata, líder da revolução mexicana de 1911, que levantam a bandeira de libertação dos índios do sul do México *(veja quadro)*. "A diferença é que os zapatistas defendem os índios, enquanto o MST defende os sem-terra", diz o deputado Milton Temer. "Eu diria até que o MST tem algo parecido com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Farc. Nesse caso, a diferença é que as Farc já são um movimento armado, e o MST não." As Farc nunca chegaram perto de ganhar a bela Bogotá, e vivem sob a suspeita de manter relações íntimas demais com o narcotráfico.

Clandestinidade — Dentro desse caldeirão ideológico, há alguns traços marcantes. O MST, de alto a baixo, devota um desprezo solene pelo modelo de representação da sociedade, que considera "burguês". Daí a freqüência com que invade prédios de prefeituras pelo interior do país. Outra característica do movimento é jamais sentar

190 000
famílias foram assentadas desde o início do governo FHC

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

para discutir formas de descentralizar a reforma agrária, o que poderia agilizar o processo de distribuição de terra. Descentralizar a reforma agrária significa fazê-la diretamente com todos os que querem entrar no programa de distribuição, sem ter os líderes do MST como intermediários da doação. "Tocar no assunto de descentralização com o pessoal do MST é como mostrar crucifixo para vampiro", diz um diretor do Incra. Isso porque, com a reforma centralizada, tudo converge para a pressão sobre o governo em Brasília, e assim dá ao MST um papel de destaque no plano nacional. Além disso, o movimento respira pelos pulmões do Estado, à medida que cobra uma taxa dos assentados quando eles ganham crédito oficial. "Indiretamente, o governo financia o MST. Mas não podemos impedir isso. É como proibir um metalúrgico de pagar o sindicato", declara o diretor.

"A China garante emprego e alimentação para o seu povo. E isso não é pouca coisa já que o país tem 1,2 bilhão de pessoas. Com tanta gente, o sistema não iria durar se não fosse democrático. Democrático não no sentido capitalista da palavra, mas no sentido de dar igual tratamento a todos. Em nenhuma parte do mundo o capitalismo resolveu o problema dos trabalhadores."
Egídio Brunetto, dirigente do MST no Mato Grosso do Sul

Sua cúpula nacional, formada por 21 membros, jamais foi vista reunida numa fotografia. Com o ranço leninista da clandestinidade, seus dirigentes evitam a visibilidade e, com isso, passam a impressão de integrar um movimento monolítico. Não é. Todos ali querem reforma agrária, defendem as invasões e organizam saques. Mas existem as divergências. Uma delas: há os que estão preocupados mais com a produção agrícola dos assentamentos, como José Rainha, líder do Pontal do Paranapanema. "Ele agita as massas, é capaz de reunir 10.000 pessoas de um dia para o outro, mas, enquanto faz isso, também negocia inseticida, adubo e problemas concretos da produção", diz um assessor do Incra responsável pela área do Pontal. É o que se pode chamar de sem-terra de resultados. E há os que se inclinam mais para a política, como Stedile. Em fevereiro passado, o MST aprovou, publicamente, seu apoio à candidatura de Lula e, outra vez, houve divergências internas. Rainha é um dos que não gostam da vinculação direta com o candidato do PT. Roberto Baggio, líder do movimento no Paraná, é outro. Mas Stedile e Jaime Amorim, de Pernambuco, defendem o apoio ao petista. Quando o PT escolheu seu novo presidente entre o moderado José Dirceu e o radical Milton Temer, deu racha. Stedile votou em Temer, da ala radical. Rainha foi de José Dirceu, da facção moderada. Dirceu ganhou. Apesar das relações íntimas entre PT e MST, não existe um canal de

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

comunicação direta. Ao contrário. Entre os moderados do PT há até uma certa resistência contra os métodos do movimento. Lula, por exemplo, já disse publicamente que não apóia os saques organizados no Nordeste. Pode ter dito isso porque está em campanha eleitoral, mas na semana passada sua assessoria até evitou que visitasse um assentamento cujas famílias saquearam um mercado. São atitudes que provocam, no mínimo, estremecimento entre o partido e os sem-terra.

Da porteira à portaria — Com catorze anos de idade, o MST transformou-se na única força de oposição capaz de chacoalhar o governo. No Ministério da Política Fundiária, a cada dois meses é feita uma pesquisa de opinião sobre ações do movimento. Nessas pesquisas, o apoio à reforma agrária é constante e majoritário — fica em torno de 80%. Já os métodos do MST chegaram a ter também 80% de adesão popular, entretanto de março para cá, com saques misturados às invasões de sempre, o apoio caiu para 58%. Ainda é alto, mas o governo torce para que caia mais. "Há um processo de rejeição ao MST", afirma o ministro Jungmann. "O MST conquistou o país após o episódio de Eldorado dos Carajás", recorda ele, referindo-se ao massacre de sem-terra no sul do Pará em 1996. "Mas agora eles invadem prédios públicos, agências bancárias, organizam saques e fazem até reféns. O MST errou ao tirar o conflito da porteira e trazê-lo para a portaria. A opinião pública, sobretudo a classe média, está ficando assustada", afirma o ministro. "Se não entrássemos em bancos na semana passada, quem é que saberia que o governador do Paraná não havia liberado o dinheiro prometido para os sem-terra há seis meses?", retruca Stedile.

Há **58 000** famílias do MST morando em acampamentos e áreas invadidas

Em relação ao MST, o governo se comporta como uma enguia — ora vai para um lado, ora para outro. O governo já fez várias ameaças na tentativa de conter as invasões de terra, mas, na hora H, nem sempre cumpre a palavra. Tanto que as invasões seguem ao sabor do que os sem-terra querem fazer — sobem numa região, descem em outra e assim por diante. Em março, aconteceu o auge das invasões no Nordeste e no Sul. No Sudeste, o pico foi em abril. Entre as 29.250 famílias que ocuparam 155 fazendas em todo o país nos primeiros quatro meses deste ano, 70% levavam a bandeira vermelha do MST. O presidente Fernando Henrique já disse que o governo não pode apostar na repressão. "Se o Estado reagir com a força de que dispõe, com repressão, não vai resolver", disse, numa entrevista ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo, de VEJA, publicada no livro *O Presidente Segundo o Sociólogo*. "Por outro lado, não se pode não fazer nada. É claro que no MST tem gente que imagina estar fazendo a revolução socialista. Há quem pense até em revolução armada, sei que há. Mas eles não vão fazer a revolução, não têm condições para isso. Então, se não tivermos compreensão da situação, poremos em risco a democracia ou a mudança. Não se pode pôr em risco nem uma nem outra. É preciso manter um difícil equilíbrio."

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Há **106** áreas de conflito em 22 Estados

Não haveria MST se não houvesse miséria. O movimento também tem o mérito de ter reconduzido a reforma agrária à agenda nacional, como nos anos 30 e no início da década de 60. Sendo a reforma agrária uma questão meramente social e não agrícola, há uma multidão de pobres que prefere ir tentar a sorte no campo em vez de ficar inchando as favelas urbanas. O problema é a estratégia adotada por seus líderes. A cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida, da Universidade de São Paulo, analisou o texto *A Reforma Agrária Necessária*, uma das referências teóricas do MST. O texto traz uma proposta de reforma agrária e as medidas que o movimento considera fundamentais para a construção de uma nova sociedade. Na opinião da professora, os objetivos descritos no texto são absolutamente desejáveis: trabalho para todos, alimentação farta, justiça social, igualdade de direitos, entre outros. "É o reino dos céus na terra. Ninguém pode ser contra isso. O problema é a fórmula anacrônica que eles pregam para chegar aos objetivos", afirma. Para Maria Hermínia, o MST defende um socialismo revolucionário fora de época, deslocado, inviável. "Falam como se nada tivesse ocorrido no mundo nas últimas décadas. Fingem ignorar que esse modelo não deu certo em nenhum dos lugares em que foi implantado."

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

A EMPRESA | NOSSOS SITES | PASSAPORTE | Abril | FALE CONOSCO | Buscar na Abril

Religião

veja

Fé, enxada e chimarrão

Quem são os religiosos brasileiros que lutam ao lado do Movimento dos Sem-Terra pela reforma agrária

Maurício Lima

Estudantes de um seminário em Porto Alegre: tradição de simpatia por idéias à esquerda

Foto: Liane Neves

A roda de chimarrão faz parte da paisagem de todo acampamento de sem-terra, em qualquer lugar do país. É em torno do chá-mate que se comemora o sucesso de uma ocupação ou se discute o plantio do feijão e do milho. Entre uma bicada e outra, também é comum ouvir uma pregação. "Dividir o chimarrão é uma lição de como se deve dividir tudo na vida. A terra, o pão", diz o padre Círio Vandresen, 35 anos, num dos três acampamentos que visita por semana no interior de Santa Catarina. Não há grupo de sem-terra que não conte com a supervisão constante de um padre católico. Vandresen é o exemplar típico desse exército de religiosos. "Não sou padre só para rezar. Sou padre para me engajar na luta por justiça. E a coisa mais importante a ser feita pela Justiça no Brasil é a reforma agrária", apregoa. Vandresen é um padre sem paróquia nem residência fixa. Como coordenador da Comissão da Pastoral da Terra, CPT, em Santa Catarina, ele e três assessores percorrem o Estado, dormindo em tendas de lona ou pernoitando em uma paróquia aqui, noutra acolá. O padre já participou diretamente de

A origem explica a doutrina

A maioria dos padres que apóiam os sem-terra vem de famílias de agricultores, principalmente do Sul, onde há muitos problemas de terra

DE ONDE VEM OS PADRES	
Zona rural	64%
Zona urbana	36%
Sul	46%
Sudeste	36%
Nordeste	15%
Centro-Oeste	2,5%
Norte	0,5%

Fonte: Ceris

quinze invasões e, em suas andanças, passou por todos os 293 municípios do Estado.

Não se sabe exatamente quantos padres militam dessa maneira ao lado do MST. A única contabilidade sobre o assunto é a da Pastoral da Terra, à qual estão filiados 700 religiosos. É um grupo, por si só, mais numeroso no país do que ordens católicas tradicionais, como a dos dominicanos. Mas calcula-se que o dobro desse número divida seu tempo entre as atividades regulares nas paróquias e o apoio aos acampamentos do MST e de outros movimentos pela reforma agrária. Não é de se estranhar. O berço do movimento sem-terra e o de boa parte dos padres é o mesmo — as cidades mais pobres do interior dos Estados do Sul.

Segundo uma pesquisa feita neste ano pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, Ceris, quase a metade do clero brasileiro veio da Região Sul do país *(veja quadros)*. Dois terços pertencem a famílias de classe baixa ou média-baixa. Enquanto 78% da população brasileira vive nos centros urbanos, 64% do clero tem origem na zona rural. Três em cada quatro padres nasceram em cidades com menos de 20.000 habitantes. Na secretaria da entidade, dos quatro secretários executivos, dois vêm do Rio Grande do Sul, um do Paraná e o outro de Santa Catarina. "Padre gaúcho parece churrascaria. Tem em todo o lugar", diz dom Tomás Balduino, bispo responsável pela CPT, uma exceção na cúpula do movimento — ele é goiano.

Padre Círio Vandresen, 35 anos
Onde nasceu: Santa Catarina
Origem: Seu pai era agricultor. É o caçula de onze filhos
Por que apóia os sem-terra: "Achei que tinha obrigação de aliviar o sofrimento do meu povo"
Pregação: "O MST é fundamental para deter o avanço do neoliberalismo no campo"

Fotos: Suzete Sandin

Família no seminário — A concentração de padres sulistas no movimento pela reforma agrária não é só um dado estatístico e a análise sobre sua origem não é apenas uma curiosidade sociológica. O interesse dos padres da Região Sul pelo Movimento dos Sem-Terra e outros movimentos ligados à reforma agrária é um fenômeno que explica em parte a lógica e a maneira de pensar do próprio MST. O fato de os padres que apóiam o movimento ser originários de famílias de imigrantes, conservadoras e profundamente religiosas, estabelecidas em pequenas propriedades, cria a base para que seus descendentes de batina sejam refratários a modernizações e desconfiados em relação aos mecanismos capitalistas de produção.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Esses são alguns fatores que explicam por que estes religiosos defendem com tanto fervor o engajamento ideológico do MST.

No sul do país há padres demais porque persiste um hábito trazido pelos imigrantes europeus no início do século. "Como acontecia no sul da Itália e na Baviera católica, cada família costuma mandar pelo menos um dos filhos para o seminário", explica o filósofo Roberto Romano, da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, estudioso da história da Igreja no Brasil. É uma maneira barata de garantir educação e emprego a pelo menos um dos rebentos. Com padres demais sendo formados, todos num mesmo caldo de cultura, é natural que eles se associem aos sem-terra, com quem concordam em gênero, número e grau. A família de Vandresen, caçula de onze irmãos, exemplifica o fenômeno. Suas seis irmãs se tornaram freiras. Dos quatro irmãos, três cursaram o seminário (mas não se formaram). Essa contabilidade não surpreende na pequena cidade de Rio Fortuna, a 196 quilômetros de Florianópolis, onde ele nasceu. De lá, desde a II Guerra, saíram 36 padres. Bastante para um município que possui apenas 2.000 habitantes.

Bispo Itamar Vian, 58 anos
Onde nasceu: Rio Grande do Sul
Origem: Um dos nove filhos de uma família de agricultores
Por que apóia os sem-terra: "Estou do lado dos pequenos. Sou contra os grandes latifundiários"
Pregação: "Sem reforma agrária não é possível eliminar a miséria"

Fotos: Fernando Vivas

Foi a colonização dos imigrantes que fez com que ali, no mesmo caldeirão, se misturassem a religiosidade e os problemas fundiários. Quando chegaram ao Sul, a partir do final do século passado, os lavradores europeus receberam glebas de tamanho razoável. De uma geração para outra, porém, as famílias — muito numerosas — tiveram de dividir a terra em pedaços cada vez menores. Em algumas décadas, o campo ficou pequeno para tanta gente. Uma das conseqüências foi a diáspora de agricultores gaúchos, que partiram para desbravar as fronteiras agrícolas em todos os cantos do país. Outras foram o acirramento da luta pela terra e o aumento do desemprego no campo.

unesp

Foto: Ricardo Stuckert

Os coordenadores da Pastoral da Terra, em Goiânia: dois gaúchos, um catarinense e um paranaense

Seminários de esquerda — Na década de 60, depois dos ventos liberalizantes do Concílio Vaticano II, os seminários da região passaram a receber padres formados no Seminário para a América Latina, situado em Verona, norte da Itália. Sua influência foi imensa. Lá, os livros da Teologia da Libertação (que, no Brasil, eram proibidos pela ditadura) davam a tônica. "Para entender a situação agrária daqui, líamos Graciliano Ramos e Jorge Amado e assistíamos aos filmes de Glauber Rocha", explica o padre italiano Ermanno Allegri, 54 anos, hoje na CPT de Fortaleza. O modo de pensar desses padres formou toda uma geração de religiosos brasileiros, que por sua vez se espalharam pelo país. O bispo Itamar Vian, gaúcho de Roca Sales, decidiu há quinze anos mudar-se para o Nordeste. Nesse período, deu auxílio direto e indireto a 550 invasões na região de Feira de Santana, na Bahia."A terra prometida foi uma ocupação", teoriza o italiano Allegri.

Nos últimos anos, o papa João Paulo II bombardeou duramente a Teologia da Libertação, especialmente onde ela ameaçava corroer os dogmas mais importantes da Igreja. Mas deixou que a atividade política dos padres à esquerda subsistisse por um motivo simples. Para Roma, ela é uma maneira de garantir os fiéis da zona rural, onde a Igreja Católica ainda tem predominância tranqüila. "A Igreja sabe que, na cidade, é mais difícil garantir seus fiéis. Há outras religiões. E também os templos de consumo, os shopping centers", teoriza a historiadora Zilda Iokoi, da Universidade de São Paulo, especialista em movimentos sociais. Manter os fiéis longe desses "perigos" também interessa.

Com reportagem de Alexandre Secco

Índice

unesp

Reforma agrária

Eles passaram do limite

Os sem-terra são flagrados invadindo propriedade produtiva, pilhando e chantageando fazendeiros

Alexandre Secco

Ana Araújo

"Essa invasão é um absurdo. É muito duro ver o resultado do nosso trabalho cair nas mãos deles. Há quarenta anos meu pai começou a abrir estas pastagens usando machados e até o Incra já certificou que a terra é produtiva."
Túlio Alves Filho, *dono de Fazenda Austrália em Mato Grosso do Sul*

O homem que aparece na fotografia ao lado chama-se Túlio Alves Filho e é um fazendeiro clássico. É grande proprietário de terras do Centro-Oeste, dono de três fazendas que somam 10.000 hectares. Viaja no próprio avião, vive com conforto na cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, e só não usa mais sua caminhonete importada porque tem medo de ser assaltado. Aos 68 anos, vai pouco a suas propriedades. Já não faz o trabalho pesado dos velhos tempos, quando passava meses fora de casa negociando gado pelo interior. As tarefas foram entregues aos filhos. Túlio é tudo o que os sem-terra odeiam, um latifundiário rico. Há, porém, um detalhe. De acordo com um laudo expedido pelo Incra, o órgão do governo que cuida da reforma agrária, suas terras são totalmente produtivas. Isso quer dizer que, segundo a Constituição, as propriedades de Túlio são intocáveis, não podem entrar no programa de reforma agrária porque isso seria um contra-senso para a sociedade, que também precisa produzir grãos, leite e carne em escala crescente. Mas isso parece não fazer mais diferença no Brasil. Há um mês, uma das fazendas de Túlio foi invadida por 100 famílias de sem-terra. "Minha família dedicou os últimos quarenta anos à formação dessas fazendas. Meu pai fez essas pastagens roçando a área com machados. Na minha idade eu não agüento ver minhas terras entregues a esses aventureiros", diz o fazendeiro.

Exageros do De acordo com levantamento divulgado na

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

semana passada pelo ministro Raul Jungmann, da Política Fundiária, o número de invasões de terra nos primeiros quatro meses do ano bateu todos os recordes na História do país. Foram 244 nesse período, contra 170 no ano passado – um aumento superior a 40%. Nessa leva de invasões, o dado mais espantoso é outro. De acordo com levantamentos iniciais, cerca de um terço das fazendas ocupadas era produtivo na data da invasão. "Invadir terra produtiva era o que faltava", diz o ministro. VEJA ouviu duas dezenas de proprietários rurais que viveram esse drama e visitou alguns deles em Pernambuco, Paraná, Mato Grosso do Sul e Pará. Os relatos são impressionantes.

Antonio Milena

"Depois da invasão eu fui falar com eles e ouvi uma proposta ultrajante. Disseram que eu poderia colher o meu milho desde que pagasse 10% de tudo. Trabalhei por meses para fazer daquela fazenda um modelo de produtividade. Quando me preparava para colher, eles apareceram para tomar o que é meu."
Horácio Pagano, *da Fazenda Transvaal, no Paraná*

No começo de abril, dez famílias lideradas pelo Movimento dos Sem-Terra invadiram a fazenda de Horácio Pagano, no noroeste do Paraná. A área de 580 hectares estava totalmente cultivada com soja, feijão e milho. Dez dias atrás o fazendeiro entrou pela primeira vez na terra invadida. Ele encontrou um cenário desolador: a soja não foi tratada e acabou arrasada por um ataque de pulgões. O milharal começava a estragar. Os tratores estavam depenados, com peças faltando. A casa de madeira onde ele morava havia sido invadida. Uma família ocupou até o barracão usado para guardar venenos agrícolas, colocando a própria vida em risco. Para não perder todo o investimento feito, o fazendeiro pediu que os sem-terra o autorizassem a colher o milho. O líder do grupo invasor, chamado Alfredo, exigiu o pagamento de 10% sobre a colheita para liberar a entrada das colheitadeiras na fazenda. O diálogo foi testemunhado por VEJA: "Vocês querem cobrar pelo milho que eu plantei?", perguntou o fazendeiro. "Agora é assim. O senhor vai precisar ajudar a alimentar as famílias. Se não quiser pagar, o milho vai ficar no campo até estragar", respondeu o líder sem-terra. O fazendeiro não concordou. "Aceitar as condições dos invasores seria ultrajante."

No final, os sem-terra conseguiram salvar só umas poucas espigas porque não têm as máquinas para fazer a colheita e 25.000 sacas de milho e de soja apodreceram nos campos, sem ser colhidas. Pagano teme que seu destino seja o mesmo de outro fazendeiro vizinho, o

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

paranaense Marcos Prochet, que fez este relato a VEJA: "Não adiantou o laudo de produtividade do Incra nem a ordem de desocupação do juiz. Os sem-terra saíram da minha fazenda só dois anos depois da invasão e a deixaram arrasada.Vendi tudo que tinha para tentar recuperá-la e ainda não consegui. Eles estragaram a terra, as máquinas, mataram os animais. Minha mulher caiu em depressão profunda e eu virei um farrapo".

Bando de encapuzados – Outra característica das invasões recentes é o aumento da coerção por meio de recursos violentos. No mês passado, em pelo menos duas invasões patrocinadas pelo Movimento dos Sem-Terra foi detectada a presença de homens armados. Em uma delas, os sem-terra usavam capuzes para não ser identificados. "Eram mais de 1.500. Alguns chegaram armados de foices e facas, mas muitos traziam revólveres", conta Manoel da Costa Neto, arrendatário de uma usina de álcool em Pernambuco que há três semanas teve a propriedade ocupada. Durante a invasão, os homens do MST ameaçaram atear fogo a 8.000 litros de álcool combustível que estavam estocados, roubaram máquinas e computadores e destruíram os jardins que cercavam a propriedade. Caso semelhante ocorreu no Estado do Pará. "Na minha fazenda, um bando de encapuzados chegou armado com espingardas. Eles começaram a matar os animais com uma brutalidade que eu não conhecia, atirando primeiro nas patas dos bichos para deixá-los morrer devagar", relata Délio Mutran, que teve invadida uma das fazendas mais produtivas de seu Estado. "Só quem está no campo sabe a situação de grande violência que estamos vivendo", lamenta Carlos Rochelle Junior, que teve parte de sua fazenda de cana, em Mato Grosso do Sul, incendiada durante uma invasão no começo deste ano.

Todos os que acompanham a chamada questão fundiária no Brasil estão se perguntando aonde querem chegar os sem-terra com a invasão de terras produtivas. Existem algumas explicações. Primeiro, sua necessidade (e enorme capacidade) de criar fatos para chamar a atenção. Sob o argumento de que quer pressionar para acelerar a política de assentamento, o MST passou a ocupar prédios públicos, de delegacias de polícia a agências bancárias. Quando a seca despontou no Nordeste, o MST correu para organizar saques a caminhões e armazéns de comida. Agora, chegou a vez das fazendas produtivas. "Falar só em produtividade não nos interessa mais, queremos todas as terras que não estão cumprindo sua função social", diz um dos líderes do movimento no Paraná, Dirceu Boufler. A frase demonstra toda a boa vontade do movimento em ver o problema fundiário resolvido. Para o fazendeiro que teve sua terra invadida não há muito a fazer, a não ser entrar com uma ação na Justiça pedindo reintegração de posse, aguardar a sentença e torcer para que ela seja cumprida. Torcer é a palavra certa. A tolerância com os invasores é tão grande que no Paraná, em Mato Grosso do Sul e no Pará já há dezenas de ordens judiciais engavetadas mandando a polícia desocupar terras invadidas. Contra o governo de Mato Grosso do Sul já pesam três pedidos de intervenção federal porque o Estado governado pelo petista José

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Orcirio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, se nega a cumprir as ordens da Justiça nesse terreno.

Milícias para matar – A reforma agrária pode ser definida como a soma de um desastre econômico e um desafio social. Para começar um assentamento, o governo gasta cerca de 40.000 reais por família com desapropriação e organização dos lotes. Para assentar as 100.000 famílias que aguardam seu pedaço de chão, seriam necessários 4 bilhões de reais. Depois, para semear e colher, os assentados precisam de acesso a crédito e uma taxa de juros muito baixa para que possam honrar as prestações. Precisam ainda de dinheiro para alugar máquinas, contratar assistência técnica e ter garantida a infra-estrutura para escoar a produção. Sem falar de escola, posto de saúde etc. Ninguém arrisca uma conta final, mas quem já tentou parou quando a calculadora bateu em 6 bilhões de reais para extinguir a atual fila de espera por lotes no campo. Há formas muitíssimo mais baratas de dar emprego a essa gente toda. Do ponto de vista técnico, não há o que discutir. A reforma agrária jamais vai transformar os assentados em agricultores competitivos.

A fila só aumenta

A conta da reforma agrária não fecha nunca

1994
100 000 famílias esperavam assentamentos

De lá para cá, o governo assentou **287 000** famílias

Hoje
100 000 famílias seguem na fila por terra

Como instrumento de política social, a reforma agrária ganha outro rosto. O movimento dos sem-terra é formado por uma legião de pobres. É mais sensato manter essas famílias no campo do que deixá-las sem opção a não ser engrossar o número de habitantes das favelas urbanas. O assunto não é debatido com a devida seriedade e presteza porque os dois lados envolvidos – fazendeiros e sem-terra – sempre dão um jeito de contaminar a discussão. Quando interessa, muitos fazendeiros criam milícias para matar, se preciso, na defesa de suas terras. Em outras ocasiões, fazem acordos com os sem-terra para que suas propriedades sejam invadidas e compradas pelo governo para fins de reforma agrária. Segundo o ministro Raul Jungmann, em 65% das invasões os proprietários não entram na Justiça com pedido de reintegração de posse porque estão em conluio com os invasores. Os líderes do MST, por sua vez, também apresentam uma retórica hipócrita. Acusam o governo de não acelerar o programa de assentamento de agricultores, sugerindo que o que eles querem é terra. Não é verdade. Os pobres que seguem a bandeira vermelha do MST querem de fato seu pedaço de chão, mas as lideranças do movimento têm na luta pela terra apenas um instrumento político. O elemento que impulsiona a liderança do MST é a idéia da transformação geral da sociedade, de alto a baixo, segundo o modelo socialista. Depois do fracasso do socialismo real, que hoje só se mantém como fachada nos regimes patéticos da Coréia do Norte e de Cuba, os caciques do MST continuam carregando o andor da revolução como se tivessem passado as últimas décadas em coma na UTI de um hospital. Preferem agora invadir fazendas produtivas porque nessas operações o impacto político é maior. O

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

fato de que estão punindo latifundiários e praticando ato ilegal parece só aumentar sua atração por esse tipo de invasão.

"Bateram até eu desmaiar"

O fazendeiro Ney Mario Minardi, do Paraná, passou por uma experiência terrível durante uma invasão dos sem-terra à fazenda de um amigo seu, há dois anos. Ele foi mantido como refém, preso e espancado. Eis seu relato:

"Um amigo meu pediu para que eu o acompanhasse até a sua fazenda para conversar com os sem-terra que haviam ocupado a propriedade. A conversa ia bem até que alguém disparou um tiro e começou uma grande confusão. Tomei uma pancada na cabeça e, quando acordei, estava amarrado a uma árvore. Fui xingado e apanhei novamente. Usaram uma pedra para bater na minha cabeça de novo até eu desmaiar. Tive um traumatismo craniano. Lembro dos meus amigos sangrando, amarrados a carroças. Os sem-terra ficavam nos ameaçando com revólveres e diziam que seríamos degolados. Enquanto um grupo nos agredia, outro incendiou nossos carros. Esse pessoal gosta de baderna e violência. Eles não querem saber de trabalhar."

Mortes no conflito com a PM mineira

Foi preciso um fato lastimável em Minas Gerais para que se notasse a existência de uma versão urbana do MST, o chamado movimento dos sem-teto. Eles agem nas grandes cidades, ocupando terrenos e prédios públicos. Na última terça-feira, um grupo de aproximadamente 200 famílias de sem-teto recebeu ordem judicial para desocupar um terreno da prefeitura de Betim, na Grande Belo Horizonte. A Polícia Militar foi acionada para garantir o cumprimento da instrução legal e mandou 200 homens ao local. Os sem-teto receberam a PM com paus, pedras, foices e coquetéis Molotov. Os policiais tinham coletes à prova de bala, capacetes, cassetetes, revólveres e um helicóptero. Houve um tiroteio e o saldo foi a morte de dois manifestantes: Erionides Anastácio dos Santos, 28 anos, e Elder Gonçalves de Souza, 24 anos. Pelo menos sete pessoas saíram feridas, entre elas dois policiais.

Estima-se que haja no país 5 milhões de pessoas vivendo em condições precárias, quase todas nas capitais. São moradores das favelas não urbanizadas e dos cortiços. Desse total, uma minoria barulhenta (cerca de 100000 pessoas) faz parte de algum tipo de movimento organizado que utiliza as invasões como forma de luta

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

por uma moradia digna. Em São Paulo, quinze prédios públicos foram ocupados nos últimos dois anos. "Nós queremos evitar ao máximo o confronto, mas cada vez que o governo fechar a negociação vamos abrir a porta de um prédio vazio e ocupar", diz Ivanisa Rodrigues, coordenadora da União Nacional por Moradia Popular. Os sem-teto de Betim fazem parte de uma das centenas de facções do movimento, chamada Liga Operária e Camponesa. Eles dizem que a sua luta tem inspiração mista: marxista, leninista e maoísta. E têm como ídolo o líder do grupo terrorista peruano Sendero Luminoso, Abimael Guzman, responsável pelo assassinato de milhares de pessoas, inclusive camponeses, até ser preso em 1992.

Só as fazendas grandes dão lucro

Confira como é pequeno o rendimento mensal médio nas propriedades menores e como é alto o investimento para montar uma fazenda grande

	MICROPROPRIEDADE	ASSENTAMENTO DO INCRA	PEQUENA PROPRIEDADE
Investimento para montar a propriedade (em reais)	30 000	40 000 por família	200 000
Rendimento mensal (em reais)	100	150*	1 000 a 2 000
Área (em hectares)	5	16	10 a 50
Quantos trabalham nessas terras, em média**	3 membros da família	3 membros da família	o dono da propriedade, filhos e um empregado
Cultura mais comum	frutas e hortaliças	agricultura de subsistência	Frutas e hortaliças, animais de pequeno porte e pequenas lavouras de grãos

* Esse é o valor médio de renda nos assentamentos que ultrapassam o limite da subsistência, uma minoria ** Não inclui empregados temporários

	FAZENDA MÉDIA	FAZENDA GRANDE	MEGAFAZENDA
Investimento para montar a propriedade (em reais)	500 000	1 milhão	mais de 5 milhões
Rendimento mensal (em reais)	3 000	8 000	20 000
Área (em hectares)	200 a 400	mais de 500	mais de 1 000
Quantos trabalham nessas terras, em média**	o dono da propriedade, filhos e dois empregados	a família e cinco empregados	mais de dez empregados
Cultura mais comum	Frutas e hortaliças, pequenas lavouras de milho, feijão e soja	milho, feijão, soja, cana, algodão, café e pecuária	milho, soja, cana, café e pecuária

Fontes Ministério da Agricultura, Incra e depoimentos de produtores

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Partidos

A quarta tentativa

Lula libera cardeais do PT para disputar a eleição presidencial. Mas ele continua candidato

Expedito Filho *e* Maurício Lima

Edu Garcia

Lula esteve presente às marchas da oposição na semana passada: "Sem trégua ao governo"

O Partido dos Trabalhadores, PT, vai mesmo embarcar pela quarta eleição presidencial consecutiva na canoa de Luís Inácio Lula da Silva. A diferença é que, desta vez, o PT lança ao mar da sucessão um bote salva-vidas com outros cinco nomes para proteger o partido da ressaca chamada Ciro Gomes. Na semana passada, em Brasília, Lula acertou com a direção do PT que Cristovam Buarque, Tarso Genro, Eduardo Suplicy, José Genoíno e Olívio Dutra serão liberados para fazer campanha e admitir abertamente que são candidatos à Presidência. Mas, para chegar lá, terão uma tarefa bastante difícil pela frente: mostrar que podem superar a marca de 30 milhões de votos que Lula já alcançou em eleições. Os interessados já estão se articulando. Tarso Genro fundou uma nova corrente dentro do partido, o Movimento PT. Cristovam Buarque está viajando por todo o país. O deputado federal José Genoíno e o senador Eduardo Suplicy traçam estratégias para os próximos meses. E Olívio Dutra vai-se esmerar no governo do Rio Grande do Sul para dali tentar catapultar sua candidatura. Enquanto isso, o velho Lula fica livre para observar o movimento das ondas, certo de que mais uma vez estará na proa petista. A questão da sucessão será debatida de maneira extra-oficial na semana que vem no 2º Congresso Nacional do PT, que será realizado em Belo Horizonte. "É humanamente impossível uma pessoa com 30% do eleitorado não querer ser candidato, enquanto outros com apenas 1% são candidatíssimos", disse Lula a VEJA.

É a primeira vez que o PT vai passar por um processo seletivo para uma eleição presidencial. Depois de três indicações de Lula e três derrotas consecutivas, a ala moderada do PT acha que esta é a hora de lançar um candidato com perfil diferente. Os moderados sonham com um intelectual como o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, um administrador competente como o ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro ou até mesmo com uma novidade como Eduardo Suplicy. Seria uma opção clara para disputar o eleitorado insatisfeito

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

com o presidente Fernando Henrique Cardoso que hoje migra fortemente para Ciro Gomes. Lula sentiu que a pressão era grande e resolveu aceitar a disputa interna, ainda que no nível das aparências. Foi a uma reunião a portas fechadas em Brasília e na frente do presidente do PT, José Dirceu, garantiu que não será empecilho para os outros pretendentes. "Eu me contento em ser cabo eleitoral se aparecer alguém com capacidade de ganhar a eleição", afirma. Mas só aceitou essas condições porque sabe que seu desempenho eleitoral será muito difícil de ser batido.

Edu Garcia

José Genoíno: perfil mais moderado será seu trunfo

Lula é um velho conhecido do eleitorado. Um terço lhe tem sido fiel. Os outros dois terços desconfiam que Lula não serve para o país. Uma das razões é o medo das pessoas de embarcar numa aventura. Na semana passada, Lula esteve na Marcha pela Educação Nacional e na marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST, em Brasília. Era um candidato em campanha. "Não podemos dar trégua ao governo. Quem sabe se nós dermos um empurrãozinho ele não cai de maduro?", discursou Lula aos manifestantes. O líder do MST e aliado de Lula, João Pedro Stedile, também pôs fogo. "Vamos quebrar os pedágios", disse. Ele se referia aos pedágios das rodovias e sugeria aos 4.000 sem-terra que provocassem uma baderna nas praças de cobrança no próximo dia 10 de novembro, data em que está programada uma paralisação nacional das entidades de oposição. O eleitorado tem dado seguidas demonstrações de que não compactua com esse estilo baderneiro de alguns setores do PT e da esquerda. Mas a bravata parece ser um impulso incontrolável entre alguns representantes da bandeira vermelha.

Lula hoje é candidatíssimo. Mais até do que era no ano passado. Entre amigos, ele já vem construindo os possíveis cenários da sucessão. Em seu horizonte, não há motivos para inquietações com o crescimento de Ciro Gomes. Acredita que o ex-governador do Ceará não segura o ritmo até 2002. Também está certo de que ACM é um político regional. "É o Maluf da Bahia", define. Ele acha que até Fernando Henrique ainda pode recuperar-se. É aí que espera colocar sua canoa no mar revolto das eleições: um candidato das esquerdas, ele mesmo, contra um candidato de centro, que desconfia ser ou o governador do Ceará, Tasso Jereissati, ou o governador de São Paulo, Mário Covas. E é de opinião que poderá ter o apoio de Ciro Gomes no segundo turno. Já definiu que Ciro será criticado para valer pelos caciques do PT, mas nunca ouvirá uma ofensa de sua boca. "Lula é um Maquiavel. Vai deixar todo mundo se lançar para ficar bem evidente que ele é o único que pode sair aclamado da disputa interna", diz o deputado federal Milton Temer, representante da ala radical do PT.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

A eleição presidencial de 2002 ainda é uma folha distante no calendário político brasileiro. Mas, se for lançar um novo nome, o PT precisa mesmo de tempo. As alternativas a Lula são todas desconhecidas da maior parte das pessoas. Em abril do ano passado, o instituto Vox Populi fez uma série de sondagens trocando o nome do candidato do PT e colocando cada um deles para disputar com Fernando Henrique e os outros presumíveis candidatos, como Ciro e Enéas. Foram oferecidas quatro alternativas. Uma era o próprio Lula. As outras eram o deputado federal Aloizio Mercadante, Tarso Genro e Cristovam Buarque. Lula cravou 28% contra 38% do favorito FHC. Entre os novatos, Buarque foi o que obteve o melhor desempenho, abaixo dos 5%. Quando olha esses números, o PT não consegue abdicar do piso eleitoral de 30% que Lula lhe garante, mesmo sabendo que ele também não passa muito disso. As vozes dissonantes fazem o alerta: "O problema é que o PT mais uma vez não quer ganhar a eleição e caminha com Lula para a derrota", observa o deputado federal Paulo Delgado, de Minas Gerais

Os moderados do partido têm uma batalha inglória pela frente. Emplacar outro nome será muito difícil. Hoje, o PT é quase um refém de Lula porque não conseguiu forjar novas lideranças nacionais. Ele continua sendo o único nome capaz de harmonizar o mar de discórdia que se abriga na sigla. Apenas Lula, e mais ninguém, consegue transitar por todas as correntes sem grandes resistências. Os outros precisam ter todo o cuidado para não ferir as suscetibilidades das várias facções que defendem desde a luta armada até a opção pela democracia. Como qualquer outro nome corre o risco de rachar o PT em dezenas de estilhaços, Lula tornou-se para sempre o candidato natural do partido em eleição presidencial. Ou o PT se arrisca em uma guerra interna ou vai de Lula outra vez, para perder. "Só existem duas coisas certas para 2002. A primeira é que Lula vai se candidatar. A segunda é que ele perde", diz o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega.

Por mais que parta de uma condição privilegiada, Lula tem um problema persistente. Precisa explicar suas idéias. Com o início dos programas eleitorais e da campanha, as pessoas se defrontam com o mesmo candidato que, em 1989, debatia as questões nacionais com o

Liane Neves

Tarso Genro: fundou uma nova corrente dentro do PT

Sérgio Dutti

Moreira Mariz

Eduardo Suplicy: um dos nomes liberados para se candidatar

Eneida Serrano

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

adversário Fernando Collor. Ele é contra as privatizações, tem uma visão puritana a respeito de juros e xenófoba em relação ao capital especulativo. É a favor da moratória e não pretende honrar os compromissos com o Fundo Monetário Internacional. Continua contra a reforma da Previdência, sem explicar como seria possível compatibilizar um déficit previdenciário de 46 bilhões de reais com a necessidade de investimentos sociais que ele prega. "Nos dez anos que se passaram desde a disputa com Collor, a única coisa que ele somou ao seu currículo foram anos à idade", afirma o cientista político Marcos Coimbra, do instituto Vox Populi.

Cristovam Buarque: viagens pelo país e candidatura assumida

Olívio Dutra: bom governo pode levá-lo ao Planalto

Democracia ou luta social – Com Lula ou sem, o partido tem um problema adicional para resolver até lá: a base de sindicalistas que lhe dava sustentação está se esvaindo. Os números do IBGE mostram que a proporção de brasileiros filiada a sindicatos caiu quase à metade, de 23% para 14%, entre 1979 e 1995. Calcula-se que esse índice hoje seja ainda menor. Ao perder essa base de sustentação, o partido entregou-se nos braços do funcionalismo público. É uma armadilha que vem prejudicando o PT em eleições majoritárias. Esta estratégia obriga o partido a ficar contra as reformas estruturais, que ameaçam os interesses corporativos de muitas categorias de servidores, e a se apegar a um conservadorismo que choca muitos eleitores.

Muita gente pensou que Lula estava acabado após a eleição do ano passado. Mas a atual crise de popularidade do governo reacendeu no ex-metalúrgico o velho sonho da Presidência. Quando alguém comenta com ele o impacto das derrotas em sua disposição de competir, Lula mostra que corre firme rumo à quarta candidatura. "Uma pessoa em Paris me lembrou que o presidente da Coréia tentou quatro vezes e acabou conseguindo na quinta tentativa", diz ele. E, claro, ele não despreza a chance de uma crise institucional já. Entre seus correligionários mais chegados, discute-se seriamente a possibilidade de que FHC sofra um impeachment e, depois da renúncia do vice Marco Maciel, aconteçam novas eleições. Até 2002, as pessoas vão continuar ouvindo que Lula está preparado para governar o Brasil porque conhece o país inteiro. Com sua veia irônica, o ex-ministro Delfim Netto costuma dizer que se essa tese fosse verdadeira qualquer caminhoneiro poderia ser presidente. De alguma maneira, os eleitores repetem o mesmo julgamento a cada eleição.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Edição 1 620 - 20/10/1999

Reforma agrária

Marchando para trás

À medida que radicaliza suas ações, o Movimento Sem-Terra perde apoio popular

Maurício Lima

Alan Marques/Folha Imagem

Ato do MST em frente da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília: baderna

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST, está perdendo popularidade. Em 1996, quase 80% da opinião pública aprovava o movimento. Era época da novela *O Rei do Gado,* transmitida pela Rede Globo, em que a bela Patrícia Pillar fazia o papel de uma sem-terra. Dois anos depois, esse apoio caiu para 58%. Segundo a última pesquisa feita pelo instituto Vox Populi em agosto, apenas 28% dos entrevistados apóiam o MST hoje. A queda de popularidade é o resultado direto de acontecimentos como o da semana passada em Brasília. Durante uma manifestação contra o governo, denominada Grito Latino-Americano dos Excluídos, integrantes de uma passeata enfeitada com as bandeiras vermelhas do movimento provocaram uma grande baderna no setor de embaixadas da capital. Entre pichações de paredes e palavras de ordem, eles quebraram e derrubaram a placa de identificação da embaixada americana. Foi um espetáculo grotesco e escatológico. Os manifestantes jogaram terra, cuspiram e fizeram outras coisas em cima da placa. A balbúrdia só não foi maior porque a polícia do Distrito Federal tinha ordens expressas para não intervir.

Quando surgiu como movimento social, o MST atraiu muita simpatia porque defendia uma bandeira justíssima: a reforma agrária. Hoje, os líderes do movimento mudaram de rumo. Eles começaram invadindo terras produtivas. Números do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, mostram que um terço das terras tomadas pela turma da bandeira vermelha é de áreas produtivas. Depois, passaram a promover saques. Em apenas um mês de 1998, eles fizeram mais de uma centena de pilhagens. Agora, o objetivo do MST é outro. Eles desfilam pelas ruas exigindo coisas tão estapafúrdias como a moratória da dívida externa, a reestatização das empresas privatizadas e até mesmo o impeachment do presidente Fernando

unesp

Henrique Cardoso. Nesses momentos, o MST se esquece do adubo, do trator e do inseticida. E a população brasileira se esquece um pouco mais do MST. A próxima meta política do movimento é engrossar uma paralisação nacional já convocada para o dia 10 de novembro pelas oposições. "Eles transformaram-se de movimento em movimentismo. Se todos os integrantes recebessem terras, o MST ignoraria isso e continuaria a marchar", diz o cientista político Bolívar Lamounier.

A radicalização política do MST vem arrebanhando opositores até de onde menos se espera. Há quinze dias, quando o líder do movimento, João Pedro Stedile, pregou o quebra-quebra de pedágios nas rodovias brasileiras, membros do PT o censuraram. Hoje, alguns setores mais moderados do partido já estão querendo mostrar que as bandeiras vermelhas do PT são diferentes das do MST. O raciocínio é simples: baderna não traz votos. O ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, candidato assumido à Presidência da República pelo PT, é um dos defensores dessa tese. Para ele, o MST representa apenas uma parcela da população. Cristovam diz que o PT precisa aprender de uma vez por todas que o partido é uma representação da sociedade brasileira e não de alguns grupos organizados.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

veja
www.veja.com.br
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
A TÁTICA DA BADERNA
O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista

Edição 1 646 -26/4/2000

VEJA esta semana
Brasil
MST, o movimento sem fim
O eterno Brizola renasce candidato a prefeito
Ainda a crise da Vasp
Aberto o processo de impeachment de Celso Pitta
Internacional
Geral
Economia e negócios
Guia
Artes e Espetáculos
Colunas
Luiz Felipe de Alencastro
Gustavo Franco
Diogo Mainardi
Roberto Pompeu de Toledo
Seções
Carta ao leitor
Entrevista
Cartas
Radar
Contexto
Holofote
Veja essa
Notas internacionais
Hipertexto
Gente
Datas
Cotações
Para usar
Veja recomenda
Os mais vendidos

Banco de Dados
Para pesquisar digite uma ou mais palavras no campo abaixo.

OK

O movimento dos sem causa

Por que protestam os manifestantes do MST, que receberam área equivalente ao território de quatro países europeus?

Alexandre Secco

O Movimento dos Sem-Terra (MST) decidiu "comemorar" os 500 anos de descobrimento do Brasil com um mutirão de protesto. Seus militantes organizaram invasões de terra em treze Estados, entre eles Alagoas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Em São Paulo, as invasões foram coordenadas por José Rainha Júnior, que voltou à ação depois de ser absolvido de uma acusação de homicídio. Em Pernambuco, a sanha ocupadora levou os sem-terra do MST a entrar numa fazenda que já estava sob o controle de outro grupo de sem-terra, ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Em Salvador, numa demonstração de que limites existem para ser desrespeitados, os manifestantes ocuparam o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e mantiveram como reféns durante algum tempo o diretor do órgão e oito funcionários. Em Belém do Pará, um grupo de baderneiros foi mais longe e depredou instalações da Secretaria de Segurança do Estado. Com foices, pedras e porretes, destruiu nove carros, virou uma viatura e quebrou computadores, impressoras e máquinas de escrever. Durante o ataque, ocorrido aos gritos de "mata, mata, assassinos", até a sala do secretário foi apedrejada.

A ação do MST foi tão radical que gerou protestos entre seus aliados tradicionais. O PT divulgou uma nota à imprensa condenando a arruaça em Belém. "Nós do PT não nos pautamos por invasões em prédios públicos", diz a nota assinada pela executiva regional do partido no Pará. A Contag também reagiu. Referindo-se à invasão da fazenda já invadida, em Pernambuco, escreveu: "Exigimos que o MST retire seus militantes imediatamente da área". O MST não se intimidou com a reação dos amigos. Na página que mantém na internet (www.mst.org.br), responsabilizou pela confusão o governador Almir Gabriel e sua polícia militar, "que age como a famigerada SS nazista". É preciso registrar que a Igreja Católica foi leal até o fim. Permaneceu ao lado dos manifestantes, dando apoio em tempo integral. Em Belém, apareceu até um folclórico frade franciscano pop que circulava pelas ruas com uma bandana na cabeça.

Pela agressividade e amplitude das

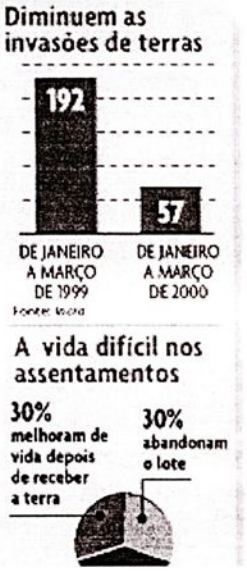
manifestações, seria razoável supor que o MST vive um momento de profunda angústia existencial. Certo? Certíssimo. Também é possível imaginar que o programa de reforma agrária vai muito mal no Brasil. Certo? Não, nada disso. A reforma agrária vai muito bem. Desde que foi iniciado o programa, na década de 80, foram distribuídos 22 milhões de hectares de terra a 618.000 famílias. Essa área equivale à soma de quatro países europeus: Áustria, Bélgica, Holanda e Portugal. Apenas no governo Fernando Henrique cerca de 400.000 famílias receberam seu lote. O confronto das duas respostas expõe o paradoxo do MST. Quanto mais terra o governo distribui, mais irritada fica a cúpula do movimento. E por quê? Porque diante de números acachapantes como esses, o discurso do MST se fragiliza. Se o objetivo do MST fosse tão-somente a obtenção de terra, de duas uma. Ou o economista João Pedro Stedile, líder do MST, deveria anunciar a extinção do movimento para breve, posto que o país está por resolver a chamada "questão fundiária". Ou o MST lançaria para presidente da República o nome de seu maior benfeitor, o ministro Raul Jungmann, da Política Fundiária.

A competição difícil

Comparada à das fazendas, a produtividade dos assentamentos do MST é baixa

	CULTURA DE GRÃOS (em número de sacas por hectare)			CRIAÇÃO DE ANIMAIS (tempo até atingir o peso ideal para o abate)	
	Milho	Soja	Feijão	Porco	Frango
Nos lotes do MST	60	50	30	quatro meses	dois meses
Nas fazendas	160	100	60	40 a 45 dias	até 40 dias

Stedile não faz nem uma coisa nem outra, claro. Afinal, não é segredo para ninguém, seu objetivo não é a reforma agrária, mas a reforma da sociedade de uma maneira mais ampla. Nas últimas mobilizações, os coordenadores do MST gritavam palavras de ordem, falando em distribuição de terras e na construção de uma sociedade "socialista e igualitária". Entre os líderes do movimento, teme-se que esse discurso fale ao coração dos que invariavelmente participam das passeatas mas não produza entre os sem-terra o mesmo impacto de antes. A julgar pela capacidade de mobilização do MST, a preocupação procede. Em outros tempos, arruaças como a dos últimos dias movimentavam milhares de pessoas. Agora, mobilizam centenas. Outro indicador: de janeiro a março de 1999, o movimento conseguiu organizar 192 invasões no país. Nos três primeiros meses do ano 2000 houve 57 ataques. Será que, nesse período, a miséria diminuiu na mesma proporção? Ou será que a cartilha



do MST já não encanta a tantos deserdados? No Palácio do Planalto acredita-se que o MST pode estar no mesmo caminho da Central Única dos Trabalhadores. Nos anos 80, a CUT programava greves gerais com grande facilidade. Hoje em dia, não está mais em condições de planejar movimentos dessa envergadura pela falta do respaldo que obtinha antes.

Claudio Rossi

Os Bittencourt, de Santa Catarina, que já estão na segunda geração de sem-terra: "Isso aqui não tem jeito, o futuro da minha neta é virar uma sem-terra também", diz Juarez

No MST o discurso socialista é tema de debate na cúpula, mas a base está mais preocupada com os desafios comerciais do dia-a-dia no campo. O maior deles é que, para os novos proprietários, a reforma agrária parece não ter fim. Como a renda nos lotes é muito baixa – felizes são os que tiram mais de 100 reais por mês –, o dinheiro não é suficiente para manter famílias grandes. Quando os filhos chegam à idade adulta e se casam, precisam sair em busca de novas terras. Resultado: entram na fila do MST outra vez. Trata-se de um efeito não previsto inicialmente. "O surgimento da segunda geração dos sem-terra é o fenômeno social mais importante desde a criação do MST, no começo da década de 80", diz o ministro Jungmann. Tome-se o caso da família Bittencourt, de Santa Catarina. José, o patriarca de 81 anos, é dono de uma pequena propriedade. Com a produção de sua área ele não conseguiu mais sustentar a família na época em que nasceram os filhos. Um deles já invadiu terras e recebeu seu lote. Ele se chama Juarez e teve dois filhos, netos de José, que também se tornaram sem-terra. Em breve, Juarez vai ser avô. "Isso aqui não tem jeito, o futuro de minha neta é virar uma sem-terra também", diz Juarez.

Os assentados enfrentam desafios mesmo quando seu lote vai bem. É o caso da família Lavratti, também de Santa Catarina. Eles são o único caso de sucesso em uma área na qual vivem 1.200 famílias

Claudio Rossi

de assentados. Os seis irmãos da família foram assentados ao mesmo tempo e fizeram uma sociedade para explorar suas terras. Juntos, cultivam uma área maior que a dos vizinhos, produzem mais e têm custo menor porque rateiam o investimento para a aquisição de máquinas. Seus filhos estão sendo encaminhados para estudar na cidade. Um rapaz quer ser jogador de futebol e vai submeter-se a alguns testes. Uma garota vai fazer fotos e quer virar modelo. A família pensa em se cotizar para financiar o estudo dos que estiverem dispostos a enfrentar a universidade. Como eles conseguem ganhar dinheiro com as terras, começaram a comprar os lotes de vizinhos que se deram mal. Transformaram-se em "latifundiários" dentro dos assentamentos, um exemplo que o MST abomina e combate. "O que podemos fazer? A família cresceu, os custos com a educação estão aumentando e precisamos aumentar também a terra para plantar", diz o líder do grupo de irmãos, Reinaldo Lavratti. "Não podemos penalizar nossos filhos pelo insucesso dos outros. Prefiro morrer a ver um filho em um acampamento de sem-terra."

O agricultor Lavratti, que ganhou terra do MST mas tem planos de comprar o lote dos vizinhos: "Precisamos expandir e não podemos penalizar nossos filhos pelo insucesso dos outros assentados"

Por incrível que pareça, o MST prefere os Bittencourt aos Lavratti. Motivo: se os agricultores forem mal, voltam à fila e aumentam a sobrevida do movimento. Se vão bem, progridem e deixam-se consumir por idéias alienígenas.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Edição 1 648 -10/5/2000

VEJA esta semana
Brasil
Internacional
Geral
Economia e negócios
Guia
Artes e Espetáculos
Colunas
Claudio de Moura Castro
Gustavo Franco
Diogo Mainardi
Roberto Pompeu de Toledo
Seções
Carta ao leitor
Entrevista
Cartas
VEJA on-line
Radar
Contexto
Holofote
Veja essa
Notas internacionais
Hipertexto
Gente
Datas
Cotações
Para usar
Veja recomenda
Os mais vendidos

Banco de Dados
Para pesquisar digite uma ou mais palavras no campo abaixo.

OK

VEJA avisou

Stedile na capa da revista em 1998. A reportagem mostrou a face violenta do MST

Quase dois anos atrás ainda havia uma enorme tolerância do governo com os abusos do Movimento dos Sem-Terra. Ao mesmo tempo, seus militantes despertavam simpatia em diversos segmentos da opinião pública brasileira. O MST era visto como porta-voz legítimo dos anseios da categoria mais despossuída da sociedade brasileira, a dos lavradores sem acesso ao mais básico item de sobrevivência, um pedaço de terra para cultivar. Numa reportagem de capa publicada em junho de 1998, VEJA pintou um retrato bem mais realista dos sem-terra. Estampou na capa seu líder, João Pedro Stedile, com uma expressão nada amigável ao lado do título "A esquerda com raiva". No texto, a revista chamava a atenção para o fato de que os objetivos do MST iam muito além de conseguir terra para quem não tinha onde plantar. Usando como argumentação as próprias palestras dos líderes do movimento, manuais e cartilhas de treinamento dos militantes, a revista mostrou que o MST se tornara um movimento político que visava derrubar o regime democrático e promover uma revolução marxista no Brasil.

O tempo se encarregou de mostrar que VEJA tinha razão de sobra ao descrever o MST como uma organização pouco interessada na reforma fundiária. Hoje, com 600.000 famílias de sem-terra assentadas em um território que equivaleria a cinco Dinamarcas, o MST deixa cada vez mais claras suas intenções de perturbar a ordem por todos os meios que estiverem a seu alcance e, no processo, desestabilizar um governo que considera ilegítimo. Na semana passada, integrantes do MST promoveram invasões, fizeram reféns e ocuparam edifícios públicos em mais de uma dezena de capitais. O governo deu mostras de ter perdido a paciência e o presidente constatou que o MST "ultrapassou o limite da legalidade". A violência chegou a tal ponto que o movimento perdeu o apoio de seus aliados mais fiéis, como o PT e a CUT, e até abalou a convicção de parte da hierarquia da Igreja Católica, que sempre o amparou. VEJA foi premonitória.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Como o governo deve agir diante dos abusos do MST?

A resposta de seis dos mais renomados especialistas

Ricardo Stuckert

"É preciso esgotar as possibilidades de diálogo para evitar o pior. A partir daí, como ocorreu na semana passada, o Estado tem a obrigação de fazer valer a lei e usar a polícia se for preciso."
Reginaldo de Castro,
presidente da OAB

Egberto Nogueira

"Essas pessoas que invadem prédios públicos têm de ser presas. O MST tem posições pré-revolucionárias e suas ações não estão sendo repelidas com a força necessária. Ele tem direito de se manifestar, não de praticar crimes."
Celso Bastos,
professor de direito constitucional em São Paulo

Sergio Amaral

"Do ponto de vista jurídico, as invasões reclamam a utilização de força pelo Estado. A inimputabilidade dos membros do MST não tem nenhuma base legal. Fazer justiça com as próprias mãos é acima de tudo uma atitude antidemocrática."
Arnaldo Malheiros Filho,
advogado criminalista

Egberto Nogueira

"O lado político da questão está sendo privilegiado em detrimento do aspecto jurídico. Os membros do MST devem ser tratados como criminosos comuns e ser responsabilizados por invasões a prédios públicos ou qualquer outro delito."
Manuel Alceu Affonso Ferreira,
jurista, ex-secretário de Justiça de São Paulo

Bia Parreiras

"O governo é diretamente culpado pelo radicalismo do MST porque foi incompetente para fazer a reforma agrária. Agora,
está pagando o preço. É claro que, quando se chega ao ponto que chegou, a polícia precisa ser acionada."
Saulo Ramos,
jurista e ex-ministro da Justiça

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Ed Viggiani

"O MST depreda e danifica bens públicos. Isso tem de ser analisado por inquérito policial. É dever do Estado. Seria até prevaricação se não fizesse isso. Mas também devem ser investigados os abusos praticados pelo Estado, como a morte de um sem-terra."

Miguel Reale,
jurista

Reforma agrária

Suspiro no campo

Governo anuncia pacote agrícola de 8 bilhões de reais como forma de inibir os ataques do MST

Alexandre Secco

O governo destina anualmente algo como 11 bilhões de reais ao grande agricultor, aquele que garante uma produção de quase 65 bilhões de reais ao ano – equivalente a 80% do PIB agrícola. Na semana passada, o Palácio do Planalto anunciou um pacote de 8 bilhões de reais para o financiamento da agricultura familiar e para reforçar o caixa da reforma agrária. Como a agricultura familiar não produz resultados econômicos expressivos, o valor alocado pode ser considerado fabuloso. A decisão de conceder tanto dinheiro a um setor modesto da economia tem por trás uma motivação política, ligada à pressão exercida pelos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que invadiram prédios públicos em diversas capitais nos últimos dias. Apesar de o pacote ter sido motivado pelo MST, o Planalto manteve distância do movimento. Para participar da solenidade de lançamento do plano, o governo preferiu chamar representantes de outro movimento que luta pela reforma agrária, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Diferente da entidade de João Pedro Stedile, a Contag é conhecida por fazer um sindicalismo conciliatório. Até pouco tempo atrás, a confederação foi dirigida por um tucano.

Para o MST, o pacote é inócuo. Seus dirigentes querem não 8 bilhões de reais para a reforma agrária e a agricultura familiar, mas sim 15 bilhões de reais, quase o dobro do que será concedido. Como o governo investe anualmente algo como 5,5 bilhões de reais nessa área, o novo pacote representa um reforço considerável: 45% a mais. O dinheiro vai estar concentrado na pasta do Desenvolvimento Agrário. Com esse volume de recursos, Raul Jungmann se transforma num ministro mais forte. Jungmann é responsável pela aplicação de uma fatia significativa dos gastos sociais do governo Fernando Henrique Cardoso.

Durante a solenidade de lançamento do pacote, além da Contag, estava presente outra entidade que sempre apoiou o MST. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) levou até o Planalto alguns dirigentes e o presidente da entidade, Vicente Paulo da Silva. Do lado de fora, 6.500 manifestantes da Contag pediam dinheiro para a pequena agricultura. Quando o presidente

unesp

Fernando Henrique anunciou as medidas aos presentes, houve aplausos. "A gente não esperava tanto", disse Manoel José dos Santos, presidente da Contag. Como Brasília lançou o pacote às pressas com o objetivo de acalmar o clima de tensão, há muitos detalhes que precisam ser resolvidos pela equipe econômica. O principal é de onde vai sair o dinheiro, já que os recursos não estão previstos no Orçamento. A única saída é cortar verbas de outros investimentos.

Dida Sampaio/AE

Manifestação da Contag, em Brasília: discurso favorável e aplausos para o governo

O pacote agrícola serve a dois propósitos. Um deles é justamente isolar o MST ao privilegiar um movimento moderado como a Contag. O outro é tentar modificar a dura realidade do pequeno proprietário rural. As pequenas propriedades do campo não produzem o bastante para sustentar as famílias que nelas vivem porque falta dinheiro para a compra de fertilizantes, equipamentos e até sementes. Boa parte dos agricultores tampouco tem a formação adequada para assimilar novas tecnologias, que aumentam a produtividade, e cometem erros básicos no manejo do solo. Por causa disso, de acordo com estudos especializados, 1 milhão de minifúndios foram abandonados na década passada. Nas propriedades onde se consegue obter algum lucro, o resultado mensal dificilmente ultrapassa os 60 reais por mês. Dessa forma qualquer trabalho na cidade é mais atraente. No Nordeste, a situação é especialmente dramática. Lá vivem 17 milhões de pessoas em pequenas propriedades, quase a metade da população rural do Brasil. Não há dúvida de que a imensa maioria precisa de assistência. "Se nada for feito, mais de 10 milhões de pessoas podem deixar o campo e se mudar para as cidades", diz o professor Eliseu Alves, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), órgão do governo. "Isso será uma bomba populacional."

Revolução – Por incrível que pareça, a chegada desse dinheiro

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

ao campo pode produzir um efeito colateral indesejado. Todos os estudos sérios feitos sobre os investimentos na agricultura mostram que, quanto mais se investe, menos se necessita de mão-de-obra. O resultado é que, para desespero do governo, investir no campo pode aumentar a legião dos sem-terra, engordando os acampamentos do MST. Isso acontece porque a agricultura está passando por uma segunda revolução. A primeira foi a das máquinas. Os tratores passaram a fazer o trabalho do homem e liberaram mão-de-obra. Agora está em curso a revolução da produtividade, impulsionada pelo barateamento dos defensivos e fertilizantes. O Brasil dobrou o uso de adubos por metro quadrado, e a produtividade da terra aumentou significativamente na última década. Quando se produz mais, o preço do grão cai. Quem não acompanha os novos padrões tem prejuízo se vender a mercadoria e não tem meios de manter-se no negócio. Famílias inteiras de produtores rurais acabam desempregadas.

Além do pacote agrícola, o governo encenou outros movimentos com o objetivo de acalmar os ânimos no campo. Numa entrevista à imprensa, o secretário geral da presidência, Aloysio Nunes Ferreira, informou que o presidente estava pronto a conversar com o MST. O mesmo recado foi repassado pelo presidente da CUT, Vicentinho. No começo da semana o ministro da Justiça, José Gregori, mandou rever o enquadramento de dois militantes do MST na Lei de Segurança Nacional. Os manifestantes foram enquadrados no Código Penal, no crime que trata do atentado contra serviços essenciais. Raul Jungmann também admitiu discutir o teor da medida provisória que tira da lista de desapropriações por um prazo de dois anos a fazenda que venha a ser invadida. Além disso, Jungmann manteve uma série de contatos telefônicos com líderes do PT na Câmara dos Deputados a fim, segundo ele, de tentar fazer uma ponte para viabilizar uma reaproximação do governo com o MST. Do lado do PT, há certa resistência. "A reação do governo foi despropositada e ainda precisamos avaliar melhor o que aconteceu para definir o que fazer", disse Aloizio Mercadante, líder do partido.

De seu lado, o MST se recolheu aos acampamentos. Na semana passada, os sem-terra deixaram o último prédio que restava invadido, o do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Rio de Janeiro. Um dos líderes do movimento, Jaime Amorim, disse que o MST está disposto a aceitar o nome de Amaury Bier, secretário executivo do Ministério da Fazenda, como representante da equipe econômica na mesa de negociações. No governo, ninguém acredita que o movimento esteja mudando o método de atuação. É apenas um recuo tático.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

"Ele não pode aparecer na TV"

Oscar Cabral

Stedile: tirado do ar em oito Estados

A palavra *censura* reapareceu no noticiário político e o responsável por sua ressurreição trabalha no Palácio do Planalto. Ele se chama Andrea Matarazzo e responde pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República. No dia 5 de maio, Matarazzo decidiu censurar um programa de televisão chamado *Opinião Brasil,* porque ele daria espaço a um inimigo do governo, o líder do Movimento dos Sem-Terra, João Pedro Stedile. O programa vai ao ar nas noites de sexta-feira e é produzido em parceria por duas emissoras estatais: a Rede Cultura, propriedade do governo de São Paulo, e a Rede Educativa, do governo federal. Jornalistas das duas estatais fazem as perguntas e dividem a responsabilidade da retransmissão do sinal para o resto do país. A Cultura envia o sinal para quinze Estados e a Educativa, para oito.

Raul Junior

Andrea Matarazzo: censura à difusão de idéias

Pouco antes de o programa ir ao ar, Matarazzo ligou para o presidente da Fundação Padre Anchieta, que administra a Cultura, Jorge da Cunha Lima. "Um sujeito que incita o quebra-quebra de pedágios e que foi indiciado pela Polícia Federal não pode aparecer numa TV educativa", argumentou, ao pedir que a entrevista não fosse exibida. Cunha Lima não cedeu. Matarazzo também entrou em contato com a TVE, onde não pediu nada, ordenou. Resultado: a entrevista com Stedile não foi vista em oito Estados brasileiros.

Nas democracias, leva-se a sério a livre expressão das idéias. Radicais de direita ou de esquerda manifestam-se abertamente nos Estados Unidos e na Europa. Entende-se que isso não enfraquece, antes fortalece, as instituições democráticas. Matarazzo, portanto, errou ao cercear as palavras do radical João Pedro Stedile. Coisa muito diferente é estender essa tolerância democrática a atos criminosos, como os que são praticados pelos sem-terra quando invadem prédios públicos e

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

tomam funcionários como reféns. A mesma democracia que garante o direito de expressão precisa preservar o direito constitucional das pessoas à integridade física e patrimonial, ameaçado sempre que os sem-terra tomam um prédio de assalto.

A repercussão da atitude de Matarazzo foi péssima para o governo e excelente para o MST. O programa tem índices de audiência irrisórios e a entrevista que seria vista por um grupo diminuto de pessoas se transformou num debate sobre a liberdade de expressão. Como de costume, o Planalto tratou de informar que a atitude de Matarazzo era isolada e que o presidente não tinha nada a ver com aquilo. Também, como de hábito, nada aconteceu com o secretário.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Edição 1 656 -5/7/2000

VEJA esta semana
Brasil
A cassação de Luiz Estevão
Liberados em condicional reincidem no crime
MST treina crianças para ser sem-terrinha
Internacional
Geral
Economia e negócios
Guia
Artes e Espetáculos
Colunas
Stephen Kanitz
Gustavo Franco
Diogo Mainardi
Roberto Pompeu de Toledo
Seções
Carta ao leitor
Entrevista
Cartas
VEJA on-line
Radar
Contexto
Holofote
Veja essa
Arc
Notas internacionais
Hipertexto
Gente
Datas
Cotações
Para usar
Veja recomenda
Os mais vendidos
Banco de Dados
Para pesquisar digite uma ou mais palavras no campo abaixo.

OK

Reforma agrária

Mau exemplo

MST manda crianças invadir prefeitura em São Paulo

O Movimento dos Sem-Terra (MST) está se tornando o Movimento dos Sem-Juízo. Na semana passada, seus integrantes inventaram uma nova modalidade de contravenção – a invasão infantil. Um grupo de cinqüenta crianças entre 7 e 12 anos, filhos de acampados, adentrou a prefeitura de Teodoro Sampaio, no interior de São Paulo, e ocupou o gabinete do prefeito durante cinco horas. Elas só saíram depois que os funcionários lhes deram comida. Os sem-terra mirins protestavam contra a falta de transporte escolar, que é oferecido pela administração municipal, mas foi suspenso por falta de pagamento. Muitas dessas crianças moram até 70 quilômetros longe das escolas. O protesto é justo, mas sua forma é um absurdo. Essas crianças estão aprendendo a conseguir o que querem na marra, como se não existisse lei. Desse ponto de vista, elas foram igualadas pelo MST aos trombadinhas que amedrontam os cidadãos dos grandes centros urbanos. Só que em geral os trombadinhas não têm família, ao contrário dos pequenos sem-terra. O que é pior: pais ausentes ou aqueles que ensinam suas crianças a cometer atos ilegais? Essa é uma pergunta que deveria estar na cabeça dos juízes de menores.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Edição 1 648 -10/5/2000

VEJA esta semana
Brasil
A estratégia violenta do MST
Newton Cardoso, o vice que governa
Desbaratada rede de pedofilia no Rio
Internacional
Geral
Economia e negócios
Guia
Artes e Espetáculos
Colunas
Claudio de Moura Castro
Gustavo Franco
Diogo Mainardi
Roberto Pompeu de Toledo
Seções
Carta ao leitor
Entrevista
Cartas
VEJA on-line
Radar
Contexto
Holofote
Veja essa
Notas internacionais
Hipertexto
Gente
Datas
Cotações
Para usar
Veja recomenda
Os mais vendidos
Banco de Dados
Para pesquisar digite uma ou mais palavras no campo abaixo.
OK

Sem terra e sem lei

Em sua maior ofensiva, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra invade prédios públicos em quinze capitais e um militante é morto pela polícia

Veja também
▸ Opiniões dos especialistas

Eduardo Oinegue

Teresa Costa /AE

Marcha frustrada: no Paraná a polícia barrou manifestantes, cinqüenta foram feridos e um morreu

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra concretizou na semana passada sua ação mais espetacular desde que foi criado, há quinze anos. Numa operação relâmpago e inédita, cerca de 5.000 sem-terra ocuparam prédios públicos em catorze capitais. Outros 25.000 realizaram invasões pelo interior e passeatas. Em três lugares, foram atacadas sedes regionais do Incra, o órgão do governo federal encarregado da reforma agrária. Em onze, o MST escolheu escritórios do Ministério da Fazenda. "Agora vamos pegar o Malan", disse Gilmar Mauro, líder do movimento, referindo-se ao ministro da Fazenda. E completou: "A vontade do nosso povo é pegar a foice e descer o cacete".

A má distribuição de terra no Brasil tem razões históricas, e a luta pela reforma agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os interesses de um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra. Montar uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável é dos maiores desafios do Brasil. Na opinião de alguns estudiosos, a questão agrária está para a República assim como a escravidão estava para a Monarquia. De certa forma, o país se libertou quando tornou livre os escravos. Quando não precisar mais discutir a

propriedade da terra, terá alcançado nova libertação.

Joel Rocha

Velório de Antônio Pereira: viúva e cinco filhos

A reforma agrária saiu da agenda dos países há mais de vinte anos. Ou já tinha sido feita, ou não fazia mais sentido como fator de desenvolvimento. Até a década de 60, distribuir terras garantia um aumento na produção agrícola dos países. Depois, com o aumento da produtividade, garantiu-se o abastecimento não pela repartição da terra, e sim pelo uso da tecnologia. A necessidade de mão-de-obra no setor vem caindo, aumentando diretamente a legião dos sem-terra. O Brasil tinha mais da metade de sua força de trabalho no campo até a década de 60. Hoje tem 23%. A Europa mantém aproximadamente 6% de sua população trabalhando no meio rural e, nos Estados Unidos, a porcentagem cai para 2%. De um ponto de vista estritamente agrícola, portanto, a reforma agrária não tem mais nenhuma razão de ser. No Brasil, ela se transformou numa questão diferente: pode evitar que as metrópoles sejam inchadas por desempregados do campo e também funciona na esfera da justiça social ao conceder terra a quem precisa dela para tirar o sustento da família. Isso na teoria.

Joedson Alves/AE

Presidente Fernando Henrique edita pacote anti-MST: "fim do desrespeito à democracia"

Na prática, quem observa a trajetória do MST verifica que, pouco a pouco, ele modifica sua visão a respeito desses objetivos. Numa palavra, o MST não quer mais terra. O movimento quer *toda* a terra, quer tomar o poder no país por meio da revolução e, feito isso, implantar por aqui um socialismo tardio, onze anos depois da queda do Muro de Berlim, num momento em que Cuba e Coréia do Norte são praticamente o que resta de modelos a imitar nessa área. É o próprio MST que diz isso. Sem constrangimento algum.

Num primeiro momento, o inimigo declarado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra era o latifúndio improdutivo – não por ser latifúndio, mas por ser improdutivo. Quando, por descuido, se comprovava que a propriedade era produtiva, ao contrário do que se imaginava antes da invasão, os sem-terra saíam para evitar confusão. Com o tempo, o movimento passou a atacar latifúndios produtivos – não importava que fossem produtivos, bastava que fossem latifúndios. Nessas operações, registraram-se diversas ocorrências de roubo e venda de grãos estocados, depredação de tratores e sedes de propriedade e até mesmo um caso em que a fazenda foi incendiada. Em uma terceira fase, o MST deixou a área rural, mas permaneceu nas pequenas cidades do interior. Organizou saques a supermercados, invadiu delegacia de polícia para libertar companheiros presos e ocupou agências bancárias como forma de protesto contra as altas taxas de juro. Chegou a encenar uma ação de grande visibilidade, ao organizar uma marcha nacional sobre Brasília há três anos. Na semana passada, os liderados de João Pedro Stedile, chefe máximo do MST, estavam na quarta fase de sua escalada: atuavam nas grandes capitais do país.

AFP

José Suassuna

Soldado americano devidamente paramentado para enfrentar multidões e, à direita, um policial brasileiro em ação: diferença gritante

Os sem-terra entraram nos prédios públicos na terça-feira e até quinta-feira insistiam em só sair depois que uma comissão fosse recebida diretamente por Pedro Malan ou pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente. Queriam distância do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, interlocutor apropriado para tratar do assunto. "Não adianta negociar com o Jungmann porque ele não teve prestígio para melhorar o orçamento da reforma agrária", afirma outro coordenador

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

nacional do MST, Jaime Amorim, de Pernambuco. Uma das principais reivindicações dos sem-terra é quadruplicar o orçamento anual do Incra, que hoje dispõe de 1,2 bilhão de reais para fazer reforma agrária. Tal era o empenho do MST em enfatizar suas reivindicações que seus integrantes não hesitaram em violar o Código Penal em vários artigos. Invadiram repartições públicas, impedindo-as de funcionar. Mantiveram servidores do Estado em cárcere privado. Danificaram bens públicos e propriedades particulares. E tudo isso sem a menor sensação de que cometiam crimes. Como considera ilegítimo o Estado, o MST desconsidera suas leis.

Com exceção dos governadores de São Paulo, Mário Covas, e do Paraná, Jaime Lerner, os responsáveis pelo comando das polícias nada fizeram para conter a baderna. Descumprindo uma ordem judicial, Itamar Franco, de Minas Gerais, declarou que não colocaria sua polícia para tirar os sem-terra do edifício do Ministério da Fazenda, em Belo Horizonte. O governador Dante de Oliveira, de Mato Grosso, consultado por Brasília, respondeu que deveriam ser esgotadas todas as chances de negociação antes do uso da força contra manifestantes que tomaram de assalto o prédio do Ministério da Fazenda na cidade de Cuiabá. Em São Paulo, a tropa de choque fez a desocupação e prendeu quinze manifestantes minutos depois que as portas de aço do Ministério da Fazenda foram arrombadas. No Paraná, o governo mandou 800 policiais conter o avanço de quarenta ônibus que levavam sem-terra para um protesto em Curitiba. Houve muita confusão, mais de cinqüenta feridos de lado a lado e uma tragédia, a morte do sem-terra Antônio Tavares Pereira, 38 anos, casado, cinco filhos, que foi atingido durante um confronto com policiais numa estrada de acesso à capital. Diante desse episódio, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma de suas manifestações mais ríspidas em relação ao MST: "A morte do lavrador deve servir de alerta para os que optam pelo desrespeito à democracia", disse. Numa reunião de emergência, FHC baixou uma lista de medidas que já vem sendo chamada de "pacote anti-MST".

Uma das medidas é transferir à Polícia Federal a responsabilidade de zelar pela segurança dos prédios da União. É um desafio e tanto, já que a PF tem um quadro reduzido de agentes. Outra medida do pacote visa conter a onda de invasão de terras produtivas. A partir de agora, se uma fazenda for invadida, o governo a retirará da lista de terras passíveis de reforma agrária por dois anos. Se a fazenda sofrer uma segunda invasão, o que é freqüente, as terras ficarão fora do programa por quatro anos. Como forma de envolver os governadores, FHC assinou um projeto de lei descentralizando o programa de reforma agrária, que agora pode ser feito também nos Estados. "O Brasil cansou da falta de respeito à liberdade, da transformação da liberdade de uns no constrangimento de

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

outros. O Brasil e o presidente não vão mais admitir que funcionários públicos sejam reféns de gente que faz baderna em nome de uma causa que em si é justa", disse o presidente durante solenidade no Planalto. O pacote foi acompanhado do anúncio, feito por Brasília, de que empregaria toda a força necessária para a desocupação dos prédios públicos – inclusive o Exército, se fosse preciso.

O governo demorou muito tempo para resolver que as invasões promovidas pelos sem-terra em prédios públicos, algumas com quebradeira, exigiam reação severa das autoridades. Na semana passada, o Palácio do Planalto dava sinais de ter descoberto subitamente que não dá para negociar com o MST. A verdade é que o governo, receando a acusação de insensibilidade social, tem evitado usar a autoridade contra os integrantes do MST que burlam as leis do país. Na semana passada, finalmente, um membro do governo, o secretário-geral da Presidência Aloysio Nunes Ferreira, apresentou com clareza as razões pelas quais as desordens dos sem-terra deveriam ser enfrentadas com o vigor necessário. Segundo Nunes, os membros do MST estão atuando de modo criminoso contra a democracia vigente no país – logo, a autoridade não pode tolerar que continuem na trilha do desafio às instituições. Diante da pressão, as lideranças dos sem-terra decidiram orientar seus comandados a desocupar as instalações do governo.

Ormuzd Alves/Folha Imagem

Invasão de prédio no interior de São Paulo: a luta agora é por crédito para plantar

Durante toda a semana, agentes da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República repassaram ao gabinete militar relatos de que os sem-terra têm planos para invadir a fazenda de propriedade do presidente Fernando Henrique em Buritis. "Nossa estratégia é de avanço e crescimento", afirma Gilberto Portes, coordenador do MST. Entre as diversas ações do MST, a mais tensa foi em Brasília, onde 400 manifestantes ocuparam a sede do Incra. A Justiça concedeu o mandado de reintegração de posse solicitado pelo governo, mas os sem-terra fizeram um cordão de isolamento para que o documento não fosse entregue às lideranças do movimento pelo oficial de Justiça. Um dos coordenadores da invasão, Jairo Amorim Sol, deu entrevistas informando que os sem-terra haviam preparado vários coquetéis Molotov, aquela bomba incendiária feita com gasolina. Seriam usados, disse Sol, caso os policiais tentassem entrar no prédio. Preparando-se para uma eventual ação da polícia, os manifestantes levaram pneus e pedras ao teto do edifício.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

"Vamos tentar resistir aqui fora e depois vamos jogar coquetel Molotov e fazer barricadas dentro do prédio do Incra", disse Sol.

Depois de receber 22 milhões de hectares de terra, área equivalente a cinco Dinamarcas, o MST acrescentou um item novo ao seu tradicional discurso. Agora, a tônica das reivindicações dos sem-terra deixou de ser a distribuição de terras e passou a ser distribuição de dinheiro público – daí a invasão dos prédios do Ministério da Fazenda e da sede do BNDES, no Rio de Janeiro. A pauta completa de pedidos feita pelo MST ao governo tem cinqüenta itens e cobra medidas que dizem respeito à diminuição das taxas de juros, concessão de créditos especiais e financiamentos para a construção de casas. É uma lista que conduz a uma observação intrigante. O MST procura sempre desmentir os dados do governo segundo os quais o Brasil fez um dos maiores programas de reforma agrária do planeta. Então, se os sem-terra acham que o problema continua sendo a distribuição de lotes, por que agora pedem dinheiro? Afinal, só precisa de crédito rural quem tem terra para plantar.

Em fevereiro, o professor José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo (USP), uma das maiores autoridades mundiais em sociologia agrária, redigiu um artigo no qual mostra que o país está mergulhado nesse debate porque, ao longo da história, evitou discutir de verdade a chamada questão agrária nas várias oportunidades que teve. No trabalho, publicado na *Revista de Sociologia* da USP, o professor apresenta as razões para que isso tenha ocorrido. Algumas delas:

▪ **A reforma agrária deveria ser um debate histórico, não ideológico.** "Mesmo nos meios acadêmicos, intérpretes tardios, desinformados e estranhos ao tema e à área lançam-se no que chamam de 'sociologia militante', misturam ciência e ideologia, marxismo panfletário, senso comum e descabidas raivas pessoais", escreve o professor.

▪ **Os líderes do MST são de classe média e partidarizam a discussão**. Por essa razão, segundo o professor, eles "possuem uma visão do processo histórico que é própria dos setores militantes e radicais dessa classe e não do campesinato. Esperam com isso legitimar o pleito da reforma agrária e o resultado acaba sendo exatamente o oposto".

▪ **A esquerda não queria a reforma agrária.** Os partidos de esquerda acreditavam que a revolução no campo ocorreria se os trabalhadores rurais fossem beneficiados com os direitos trabalhistas existentes nas cidades. Portanto, a esquerda tradicional jamais se movimentou para promover a distribuição de terra, que geraria uma legião de pequenos proprietários. Trabalhadores rurais poderiam manter acesa a chama

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

revolucionária. Pequenos proprietários poderiam apagá-la de vez.

■ **O governo sustenta uma luta tola com o MST pelos números da reforma agrária.** "A reforma agrária é um tema que se propõe em termos qualitativos, não em termos quantitativos. Não é o número de desapropriados ou o número de assentamentos em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justeza ou não."

As divisões de informação da Polícia Federal e das polícias militares e os agentes da Secretaria de Assuntos Estratégicos já vasculharam toda a papelada que puderam encontrar com o carimbo do MST em busca de indícios de milícias armadas no Movimento dos Sem-Terra. Nos cursos de formação de militantes, em que o discurso é bastante radical e se fala abertamente em revolução, não existe registro de aulas de tiro ou de manuseio de armas. Nas inúmeras invasões realizadas pelo MST, as únicas armas eram foices e pedaços de pau, e havia casos esporádicos de carabinas calibre 12 e revólveres 38. Até o momento, não há razão para temer em solo nacional o repeteco da revolução que virou o México de cabeça para baixo na segunda década do século XX e deixou um saldo de 1 milhão de mortos. À frente de um exército de camponeses, Emiliano Zapata distribuiu terras na marra e acabou assassinado. Vinte anos depois, o México entregou 70 milhões de hectares a 3 milhões de lavradores, uma das maiores reformas agrárias do planeta.

Não se sabe ao certo quais são os limites do MST, mas na contabilidade das vítimas são eles os que morrem, não os que matam, como aconteceu na semana passada com Antônio Tavares Pereira, próximo a Curitiba, e no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no qual dezenove sem-terra foram assassinados pela PM do governador Almir Gabriel. É bom que os governadores estejam atentos. As polícias militares preocupam-se em combater bandidos, não arruaceiros. Quando um grupo de militantes do MST aparece e fecha uma estrada ou ocupa um edifício, a solução é delicada. Nos Estados Unidos, em caso de grandes concentrações, a polícia tem divisões especialmente treinadas e vestidas com uma roupa que lembra o filme *Robocop*. Nada parecido com o que se usa nos confrontos no Brasil. Quando um policial sem treino para a dispersão de multidões aparece vestido com sua farda cáqui e um revólver 38 na cintura, o final da história é sempre uma incógnita. É grande o risco de acabar em tragédia.

Em muitos países, grupos organizados fazem proselitismo da tomada do poder por quaisquer meios e isso costuma ser aceito com normalidade quando se trata de pregação de idéias. Ken

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Livingstone, o novo prefeito de Londres, chamado Ken, o Vermelho, foi eleito na semana passada com os votos dos partidos marxistas ingleses. Um dos bordões mais repetidos de Ken é o de que "o capitalismo matou mais gente que Hitler". França, Alemanha, Áustria, Itália e outros países europeus têm minorias intolerantes, extremistas de esquerda e de direita que fazem passeatas e elegem deputados. Até nos Estados Unidos sobrevive um partido esquerdista revolucionário que denuncia livremente pelas ruas as iniqüidades do capitalismo e propõe a implantação do comunismo na democracia mais poderosa do mundo. O problema com o MST é que seus militantes cruzaram a linha da pregação ideológica para a prática da desordem pública. E isso não é tolerado passivamente em nenhuma democracia digna desse nome.

Há duas interpretações conflitantes para as novas práticas do MST. Uma é a do grande-chefe, João Pedro Stedile. "Nossas ações são a única forma de chamar a atenção para a política social que empobrece o país", justifica. Pós-graduado em economia no México, Stedile aprecia textos de Lênin, Karl Marx e Mao Tsé-tung, o trio de pensadores comunistas com que se identifica. Em sua opinião, as ações radicais e a indisposição ao diálogo são a forma adequada de apresentar à sociedade em geral, não apenas aos sem-terra, as mazelas provocadas pelo governo. Cria-se assim um mundo em que o MST desempenha o papel do Bem, num cenário maniqueísta em que o governo FHC é o Mal. É essa divisão radical da sociedade que dá à luta pela reforma agrária uma característica de guerra santa. "E, como toda guerra santa, é uma guerra sem alternativas, sem saídas políticas", escreve o professor José de Souza Martins, da USP.

Pedro Serapio

Sem-terra detidos após confronto: na contabilidade, são eles que morrem

Outra interpretação para essa nova fase de atuação do MST é de Raul Jungmann, o ministro do Desenvolvimento Agrário. Para ele, o movimento está passando por um processo de divisão, não em alas que competem entre si, mas em duas camadas, a base e a cúpula. O sem-terra padrão que se alista nas fileiras do MST é uma pessoa sem perspectiva profissional alguma e sem nenhum instinto missionário. Entre os 1.000 manifestantes que na semana passada protestaram nas ruas de

Salvador, a maioria é gente que vive de bicos nos centros urbanos. Não são propriamente militantes, mas serventes de pedreiro, balconistas e diaristas em casas de família. O que desejam essas pessoas? "Quero um pedaço de terra para o meu pai, que trabalha numa fazenda", diz a baiana Katia Moraes, 19 anos. Para eles, ingressar no MST representa quase sempre uma melhoria de padrão de vida. O acampado recebe um lugar para morar, ainda que sob uma lona, e ganha três refeições quentes por dia. Diferentemente do que acontece na periferia dos grandes centros, no acampamento o alistado tem segurança, já que as regras são extremamente rígidas quanto a bebedeiras e assaltos. E ainda tem direito a estudo e assistência médica, pois o que não falta são voluntários para prestar esses serviços. A vida nos acampamentos e a mobilização são financiadas por convênios com organizações estrangeiras, no valor de meio milhão de dólares por ano, além de uma taxa cobrada sobre a receita dos assentamentos. O entusiasmo inicial dos sem-terra muda quando eles ganham um lote. Nessa nova situação, costumam esquecer os ideais sagrados que os líderes do movimento cultuam.

Dida Sampaio/AE

No topo de prédio no DF: preparados para reagir com coquetéis Molotov

Como esse distanciamento é cada vez mais evidente, a cúpula do MST está com dificuldade para manter sua força apenas com a agitação no campo. Por isso mudou de tática", diz Jungmann. Esse fosso entre a base e a cúpula está previsto nas cartilhas do MST. Uma delas, usada para o treinamento de militantes, diz o que deve ser feito nesses casos: "Os dirigentes possuem um sonho revolucionário que é construir sobre os escombros do capitalismo uma sociedade socialista. Muitas vezes as aspirações dos dirigentes não são as mesmas da massa. Nesse caso é preciso desenvolver um trabalho ideológico para fazer com que as aspirações da massa adquiram caráter político e revolucionário". Vê-se claramente que o distanciamento entre base e cúpula conduz a uma estranha realidade. Os pobres que seguem a bandeira vermelha do MST querem de fato um pedaço de chão, mas as lideranças do movimento têm na luta pela terra apenas um instrumento político. Como acontece com a terra, o brasileiro humilde que se filia ao MST acaba, de certa forma, sendo usado também como instrumento para a realização da utopia dos dirigentes.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Com reportagem de Adriana Setti, Alexandre Secco, Rodrigo Vergara, Daniela Camargos, *de Salvador*, Janaína de Graf, *de Curitiba,* e Sandra Brasil, *de Brasília*

unesp

Teatro agrário

Governo e Movimento dos Sem-Terra se reúnem num encontro de mentirinha em Brasília

Alexandre Secco

Interpretar como um armistício o encontro do governo com os integrantes do Movimento dos Sem- Terra, ocorrido na última segunda, pode ser um erro. Se fosse uma rendição, o MST teria comparecido à reunião com sua seleção de ouro, mas apareceu em Brasília desfalcado de seus principais líderes. O grande mestre, João Pedro Stedile, estava ausente. Seu braço direito, José Rainha Júnior, também. Se se tratasse de uma trégua, o governo não estaria reforçando as auditorias nas cinqüenta cooperativas administradas pelo MST. Elas movimentam cerca de 400 milhões de reais por ano e suspeita-se que parte do dinheiro que deveria estar sendo usado para fazer melhorias nos assentamentos está desviada para financiar ações políticas do MST. Na semana passada, os primeiros relatórios que chegaram ao gabinete do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, apontavam para indícios de irregularidades pesadas. Outra indicação de que as conversações contêm ingredientes teatrais está contida no pacote de apoio à reforma agrária oferecido ao MST. No governo, ninguém era capaz de explicar exatamente de onde o governo iria tirar os 2,1 bilhões de reais prometidos aos sem-terra. Desse montante, apenas 45% são recursos adicionais para o programa de reforma agrária, isto é, que foram realocados de outros ministérios. O resto dependerá de remanejamentos e operações que ainda não foram detalhadas.

Para desfazer a impressão de que a reunião não tem grande utilidade prática, um assessor do Palácio do Planalto informa que, ao abrir o gabinete aos militantes da organização mais radical do país, o presidente buscava reverter a imagem de intransigência criada em abril deste ano. Naquela ocasião, uma grande onda de invasão provocou a ocupação de 79 fazendas e prédios públicos em quinze capitais. As pesquisas mostram que a opinião pública reprovou a ação do MST, mas também não ficou satisfeita com o governo, que se teria mostrado violento demais durante as desocupações. O encontro também visava agradar à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que sugeriu a reunião. A única exigência do presidente era que a reunião se desse fora de um período de invasões.

A prova final de que a relação entre os dois

Dida Sampaio/AE Digital

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

lados não tende a melhorar foi dada ainda durante a audiência. Um grupo de sem-terra ameaçou invadir a fazenda em Buritis, de propriedade de FHC. O Planalto enviou carros blindados e 320 homens do Exército e da Polícia Federal para proteger a fazenda. Em clima de negociação, Brasília avisou que estava disposta a aumentar os repasses de verbas para as famílias assentadas na região da fazenda em Buritis e prometeu estudar a compra de uma fazenda para assentar 67 famílias acampadas. Os sem-terra acabaram deixando o local. Como saldo final do encontro, fica uma troca de acusações ocorrida entre generais dos dois exércitos. José Rainha declarou que o plano do governo era enganoso, porque Brasília anuncia o dinheiro, mas não faz a liberação dos recursos. O ministro Jungmann contra-atacou: "Eu não tenho ilusão alguma de que eles vão mudar a sua prática. Afinal, eles não reconhecem o Estado como uma instituição a ser respeitada".

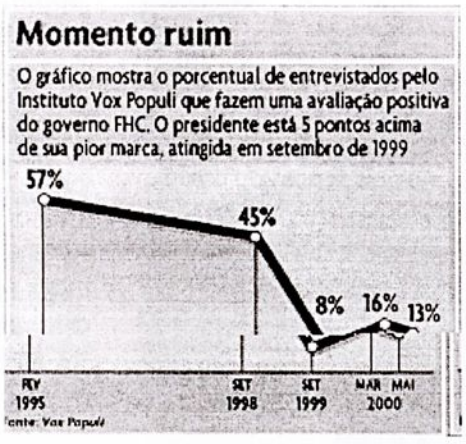
Blindados do Exército nas cercanias da fazenda de FHC: ameaça de invasão

A reunião acabou sendo realizada num momento mais fraco do MST em muitos anos. Embora a cúpula do movimento esteja cheia de projetos (planeja uma manifestação conjunta com a Central Única dos Trabalhadores, no próximo dia 25 de julho), os números mostram que eles podem estar ficando sem gás. Um relatório concluído na semana passada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) lista as invasões ocorridas nos últimos anos. No primeiro semestre deste ano foram invadidas, em média, 28 fazendas por mês. É o menor número de invasões desde 1996, quando passaram a ser registradas oficialmente. Em Brasília, integrantes do governo já apostam que os excessos cometidos pelo movimento, que culminaram nas invasões de abril, quebraram um pouco do encanto da sociedade em relação aos sem-terra.

Com base nesse diagnóstico o governo despejou sobre o movimento uma série de medidas radicais, que estavam guardadas na gaveta. Pelos cálculos do governo, a diminuição no número de invasões se deve à aprovação da lei que suspende por até quatro anos a vistoria para fins de reforma agrária de terras invadidas. Outra medida que está colocando os

sem-terra contra a parede é o plano de auditoria nas cooperativas administradas pelo MST. Administrador de uma dessas cooperativas, José Rainha criticou o plano de auditorias e ameaçou colocar milhares de trabalhadores na rua se o governo não interromper as fiscalizações. Só resta saber se, por essa lógica, os empresários e os banqueiros ficam autorizados a fazer o mesmo quando receberem a visita da Receita Federal.

FHC no abismo das pesquisas



Ao fazer uma avaliação sobre o país, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou recentemente que o Brasil está indo de "mal a menos mal". Já se sabe qual é a nova avaliação que a população está fazendo de seu governo: vai de mal a um pouco pior. É o que revela a última pesquisa conduzida pelo Instituto Vox Populi. Em março, só 16% dos entrevistados avaliaram positivamente o governo FHC. Na última pesquisa, o índice caiu para 13%. Os números são lastimáveis para o governo, mas entre os assessores do Planalto há a convicção estabelecida de que, com o reaquecimento da economia, a imagem do presidente volta a melhorar. Até porque pior dificilmente vai ficar.

O que torna sua situação menos dramática é que as pesquisas são instrumentos de trabalho repletos de nuances. As impressões das pessoas nem sempre coincidem com os dados. No mesmo levantamento, o Vox Populi pediu aos entrevistados que atribuíssem notas de zero a 10 a seis áreas de atuação do governo. O combate à inflação recebeu a segunda pior nota: 3,43. Das frentes de atuação do governo, o controle da inflação é aquela na qual universalmente se concorda que o sucesso foi absoluto. Na semana passada, a Fipe divulgou que São Paulo teve no primeiro semestre a menor taxa de inflação desde 1939.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Mais do que sem terra. Sem chance

O modelo de distribuição que o MST advoga e o governo segue tem tudo para falhar. Ele corre contra a História

Dida Sampaio/AE

Eles reapareceram na segunda-feira da semana passada tomando prédios públicos em seis capitais, fazendo manifestações noutras quatro praças e denunciando o governo por não cumprir o cronograma de desapropriações, assentamentos e liberações de verbas combinado anteriormente. No dia seguinte, também ressurgiram diante da porteira da fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis, no interior de Minas Gerais, onde se tornariam personagens da confusão entre o governador Itamar Franco e o Palácio do Planalto. Depois de chamar a atenção para sua causa de sempre, foram saindo do noticiário. Mas o problema dos sem-terra continua exatamente do mesmo tamanho.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra diz que há 70.000 famílias acampadas Brasil afora sob sua liderança, esperando por um lote com área média de 20 hectares. Mais 30.000 famílias aguardam lotes em outros acampamentos e, pelo cálculo do economista José Graziano, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), outras 900.000 se encaixam nos critérios de beneficiáveis pelo trabalho do Incra. Matematicamente, portanto, considerando o ritmo de assentamentos promovidos pelo governo Fernando Henrique, seria de esperar que os sem-terra estivessem desaparecendo lentamente da paisagem, integrando-se à economia, como aconteceu em todos os países que adotaram a reforma agrária em algum momento de sua História para reorganizar a propriedade no campo. Mas sobram indícios de que o processo de assentamentos veio tarde demais no Brasil e não atende exatamente quem tem competência para se beneficiar dele.

A reforma agrária brasileira, cujo modelo atual funciona há mais de vinte anos com velocidade variável de assentamentos *(veja quadro ao lado)*, tem sido usada em grande parte para

A reforma de cada um

(número de famílias assentadas por ano em milhares)

70

mandar, ou devolver para o campo, desempregados urbanos e legiões de excluídos da atividade rural pelos processos de modernização da agricultura. Uma pesquisa realizada pelo instituto Vox Populi em 1996 detectou vários sinais dessa situação. De um lado, encontrou-se entre os assentados gente com profissões anteriores, como alfaiate, professor primário, militar, encanador e bancário – sem nenhuma intimidade com a terra. De outro, constatou-se que 67% dos entrevistados tinham mais de 40 anos de idade, ultrapassando, portanto, aquele limite que costuma ser considerado um marco perverso da exclusão do emprego braçal. Por fim, 91% dos assentados pesquisados declararam ter sido, anteriormente, arrendatários, donos, meeiros ou parceiros na exploração de atividade agrícola. Ou seja, com altíssima probabilidade de terem fracassado antes na condução de empreendimentos rurais.

Há outros sinais concretos de que a reforma agrária brasileira funciona equivocadamente. "Apenas um quinto dos que recebem terra consegue gerar renda suficiente para se manter no campo", informa o pesquisador Eliseu Roberto Alves, ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. "Os outros abandonam a terra num período máximo de dez anos." O fenômeno do esvaziamento populacional no campo, aliás, é absolutamente natural e faz parte da História da maioria dos países desenvolvidos neste século. Nos Estados Unidos, resta apenas 1,5% da população trabalhando no campo. Na França, há 6%, mas isso custa bastante em termos de subsídios. No caso do Brasil, a massa que vai sendo derrotada pela tecnologia ganha o rótulo de excluída e acaba abastecendo iniciativas que parecem exigir que o planeta gire ao contrário.

Na Campanha da Fraternidade do ano passado, por exemplo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil produziu um documento sugerindo que o Estado procure criar empregos evitando os recursos tecnológicos que excluam mão-de-obra e aumentem a produtividade. Em outras palavras, a CNBB sugere que se evite a modernização do campo em nome da manutenção de postos de trabalho. Com toda a boa vontade que se possa ter pela santa intenção dos prelados católicos, esse caminho anacrônico nunca produziu os resultados esperados. Sempre que surgem inovações tecnológicas, muitos empregos desaparecem, outros tantos são criados e o padrão salarial inevitavelmente cresce. O MST, por seu lado, é ainda mais explícito. "Não adianta querer implantar modelos que funcionam nos EUA e na Europa", prega o líder do movimento, João Pedro Stedile, argumentando que o eventual sucesso dos outros países na política agrícola se baseia num ciclo de exploração internacional. Na prática, isso significaria condenar os 20% da população brasileira que ainda vivem no campo ao trabalho para a subsistência. Como a distribuição dessa gente é desigual no país, com 52% de população rural no Nordeste e 24% no Sudeste, outro efeito seria o congelamento da desigualdade regional.

Se há uma vantagem no modelo atual, ela é do MST, que continua vendo crescer o número de cabeças disponíveis para seguir

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

discursos inflamados como os do líder José Rainha, comandante de uma das marchas da semana passada. "Se voltarmos dessa joça sem terra, vamos incendiar os latifúndios", prometia ele na região paulista chamada de Pontal do Paranapanema. Já há denúncias também de que o movimento ou alguns de seus integrantes se beneficiam de algo mais do que discípulos nesse processo de reforma agrária. Uma auditoria da Secretaria Federal de Controle, do Ministério da Fazenda, coletou indícios de que há um pedágio de 3% sendo cobrado de agricultores que precisam de financiamento em assentamentos administrados pelo MST no Paraná.

Em contrapartida às dificuldades nos projetos de reforma agrária, existe no Brasil o sucesso do modelo de cooperativas de pequenos proprietários. Em alguns casos, as cooperativas respondem por mais de 30% da produção nacional de determinada cultura *(veja quadro ao lado)*. O problema é que, para ligar uma coisa com a outra, se depende da familiaridade e da aptidão do assentado para o trabalho na terra, habilidades pouco comuns entre os integrantes das fileiras do MST.

Trabalho em grupo

Há 1 500 cooperativas agrícolas no Brasil, com 900 000 associados. Confira a importância desse modo de produção em algumas culturas

♦ Algodão	39%
♦ Suínos	32%
♦ Alho	22%
♦ Uva	19%
♦ Milho	17%
♦ Arroz	11%
♦ Feijão	11%

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Edição 1 745 - 3 de abril de 2002

Brasil Reforma agrária

estasemana

(conteúdo exclusivo para assinantes VEJA ou UOL)

- **Índice**
- **Seções**
- **Brasil**
  - → Serra ganha com decisão do TSE
  - → Garotinho e o populismo como nos velhos tempos
  - → A bagunça promovida pelo MST
- **Internacional**
- **Geral**
- **Economia e Negócios**
- **Guia**
- **Artes e Espetáculos**

colunas

(conteúdo exclusivo para assinantes VEJA ou UOL)

- **Stephen Kanitz**
- **Sérgio Abranches**
- **Diogo Mainardi**
- **Roberto Pompeu de Toledo**

seções

(conteúdo exclusivo para assinantes VEJA ou UOL)

- **Carta ao leitor**
- **Entrevista**
- **Cartas**
- **Radar**
- **Holofote**
- **Contexto**
- **Veja essa**
- **Arc**
- **Gente**
- **Datas**
- **Para usar**
- **VEJA on-line**
- **VEJA Recomenda**
- **Os livros mais vendidos**

arquivoVEJA

(conteúdo exclusivo para assinantes VEJA ou UOL)

- Arquivo 1997-2002
- Reportagens de capa 2000|2001|2002

Os sem-limite atacam de novo

Na ação mais espetacular e agressiva de sua história, o MST invade a fazenda de FHC

Roberto Castro/AE

Os sem-terra escarrapachados na sala de estar da fazenda: afronta à ordem constitucional

Com dezoito anos de vida, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já fez de tudo. Em nome do socialismo, promoveu saques, invasões de delegacias, prédios públicos e agências bancárias. Fez reféns, foi vítima de um massacre brutal, em que morreram dezenove sem-terra, comandou os maiores protestos recentes em Brasília e até já ocupou gabinete de ministro. Movimento político que manipula massas empobrecidas, o MST ostenta em sua cúpula uma salada ideológica anacrônica que consegue compatibilizar maoístas, guevaristas, marxistas, fidelistas e até representantes de correntes políticas moderadas.

Veja também

O que pensa e como age o MST

- **VEJA de 10/5/2000: a tática da baderna**
- **VEJA de 3/6/1998: a esquerda com raiva**

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Entrevistas
2000|2001|2002
Busca somente texto
96|97|98|99|00|01|02

Crie seu grupo
nosso grupo

Reunidos, eles freqüentemente produzem acontecimentos espetaculares no Brasil. No fim da semana passada, o MST se superou, promovendo a mais surpreendente ação de sua história. Cerca de 250 integrantes do movimento invadiram a fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique, a Córrego da Ponte, no município de Buritis, em Minas Gerais. Lá, os sem-terra permaneceram 22 horas, arrasaram a despensa e a adega, danificaram colheitadeiras e tratores, mataram galinhas e perus, mexeram em papéis privados. No auge do deboche, deitaram-se na cama do presidente e abriram o guarda-roupa da primeira-dama. Jamais o Brasil, em períodos democráticos, assistira a uma agressão tão escarnecida à ordem constitucional. E jamais se vira desafio tão abusado e torpe à autoridade de um presidente da República.

Ana Araujo

"Evidente que é um ato político-eleitoral. O MST é correia de transmissão do PT. É por essas e outras que o PT não vai ganhar a eleição para a Presidência da República."
Aloysio Nunes Ferreira, *ministro da Justiça, que aproveita qualquer oportunidade para atacar os adversários de seu candidato, José Serra*

Logo após a invasão, iniciada na manhã do sábado 23, estabeleceu-se uma falsa discussão segundo a qual muitas fazendas e muitos fazendeiros já passaram pela mesma situação e, no entanto, o Exército e a Polícia Federal não tiveram atuação destacada em sua defesa, como aconteceu no caso da fazenda presidencial – resultando na prisão de dezesseis líderes do MST. É uma discussão falsa porque a propriedade, da família de Fernando Henrique, carrega um inevitável simbolismo, pois é impossível dissociá-la da figura presidencial. Invadir a fazenda do presidente representa uma agressão à autoridade do presidente e, por extensão, à ordem constitucional, que ele representa. É tão elementar que lá se vão quase oito anos que os líderes do MST ameaçavam invadir a Fazenda Córrego da Ponte, e não outra qualquer, que carece da mesma força simbólica. Devassar a propriedade privada de um presidente é coisa inédita no Brasil e raríssima no resto do mundo, onde casos semelhantes só aconteceram em períodos de efervescência revolucionária.

"Eu fiquei me perguntando a quem interessava aquela ação. Agliberto Lima/AE

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Ao MST, não interessava. Ao PT ou à CUT, não interessa. Então, a quem interessa?"

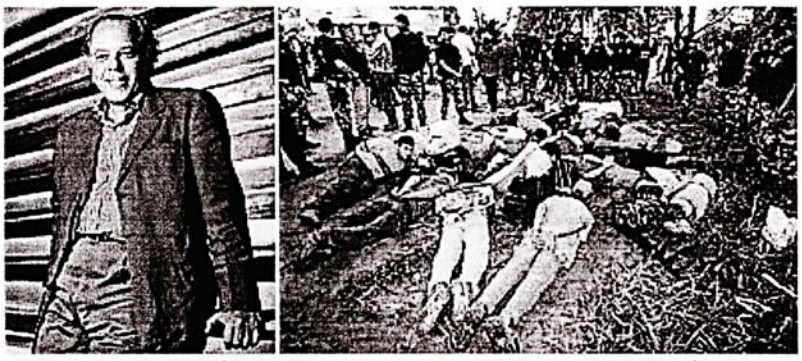
Luís Inácio Lula da Silva, *candidato presidencial do PT, sugerindo que o responsável pela invasão foi o próprio governo tucano, e não o MST*

A região de Buritis já andava inflamada havia algum tempo. Há oito meses, um dos coordenadores nacionais do MST, Clédson Mendes da Silva, instalou-se na cidade, em companhia de uns poucos companheiros. Como o período de 21 a 26 de março foi escolhido como uma semana nacional de mobilização, os líderes do MST em Buritis convocaram os sem-terra da região. Na quarta-feira, chegaram os primeiros cinqüenta, que acamparam na quadra de esportes da cidade. No dia seguinte, apareceram mais 200. Na sexta-feira à noite, reuniram-se em assembléia e decidiram acampar em frente à porteira da fazenda dos filhos do presidente, a 80 quilômetros dali. Raiava o dia de sábado quando partiram em cinco ônibus, três automóveis e uma motocicleta.

Ao se aproximarem, encontraram a porteira aberta, pois o caseiro acabara de sair. Animaram-se a entrar. "Quando nós chegamos, dois funcionários cortavam a grama na frente da casa. Eles saíram para o meio do mato. Aí, a gente entrou na casa. Tinha uma mulher na cozinha, mas ela saiu correndo também", conta um sem-terra. Começou então a arruaça. Clédson Mendes pôs-se ao telefone para comunicar a invasão aos líderes do MST em São Paulo, Brasília e Rio Grande do Sul. Enquanto isso, os sem-terra exploravam a casa de dois quartos, duas suítes, uma sala grande, escritório, cozinha e sacada, distribuídos em 300 metros quadrados. Uns descobriram a adega – da qual consumiriam mais de noventa garrafas de vinho, uísque, conhaque e cachaça, além de seis caixas de cerveja. Outros xeretavam nos quartos. Na cozinha, as mulheres exploravam a despensa e o freezer, no qual havia carne de uma vaca inteira. Mataram cinqüenta galinhas e dois perus para animar o forró que fariam à noite. Outros andaram na colheitadeira e nos tratores e deixaram as máquinas com as luzes acesas para descarregar a bateria. Por fim, cerca de seis sem-terra vigiavam os alojamentos dos funcionários para impedi-los de sair.

Leo Feltran Sérgio Lima/AE

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19



Jovelino Mineiro, sócio dos filhos de FHC, cuja fazenda também foi invadida, e os dezesseis líderes presos na propriedade do presidente: o MST promete iniciar uma "guerra de invasões"

Foi, de longe, a ação mais repudiada do MST – e só existiu devido à sua própria desorientação. Criado em 1984, o movimento começou invadindo fazendas improdutivas, sob o lema "Ocupar, resistir, produzir". Nessa altura, a atuação do grupo favoreceu o avanço da reforma agrária. De lá para cá, o governo desapropriou mais de 20 milhões de hectares, equivalentes à área agricultável de um Estado como Mato Grosso, na maior reforma agrária da história contemporânea. Contemplados com a terra, os integrantes do MST costumam abandonar as assembléias políticas e iniciar a vida de microagricultores. Isso acontece com a maioria, mas não com os militantes vitalícios da bandeira vermelha. Entre os dezesseis militantes presos na semana passada na fazenda de Fernando Henrique, a maioria era assentada em lotes agrários. Simplesmente abandonaram suas roças na entressafra para ir à fazenda Córrego da Ponte promover sua manifestação política de ataque pessoal ao presidente da República. No caminho, arranjaram uma multidão de 200 pessoas para acompanhá-los no ultraje.

Quando o governo proibiu a desapropriação de fazendas que tivessem sido previamente ocupadas por sem-terra, o MST mudou novamente de tática. Passou a priorizar as grandes marchas, as passeatas e os protestos. "Eles optaram pelas ações espetaculares, na mesma linha das organizações ecológicas, como o Greenpeace", afirma o professor José Graziano da Silva, professor de economia agrária da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nos termos desse novo roteiro, a invasão da fazenda dos filhos do presidente era o que de mais espetacular poderia ter sido feito. E vem mais por aí. Na semana passada, José Rainha Júnior, líder do MST em São Paulo, anunciou uma "guerra de invasões". Essa guerra será travada em 23 Estados brasileiros, segundo as lideranças do movimento. A primeira ação aconteceu na segunda-feira na fazenda Santa Maria, no interior de São Paulo. A propriedade foi escolhida a dedo. É administrada por Jovelino Carvalho Mineiro, sócio dos filhos do presidente na Córrego da Ponte. Ficaram ali até quarta-feira, retirados por ordem judicial. Os donos da fazenda não se surpreenderam. Foi a

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

quarta invasão nos últimos quatro anos.

Dida Sampaio/AE

O presidente na sua fazenda, em foto de 1997; Rainha durante a ocupação da fazenda do sócio dos filhos de FHC *(abaixo, à esq.)*; e João Pedro Stedile, o grande timoneiro dos sem-terra: "Há dois anos a reforma agrária está parada. Isso está virando uma panela de pressão que ninguém controla", afirma

José Luis da Conceição/AE

Oscar Cabral

Segundo a direção nacional do MST, todas as fazendas que não cumprem seu papel social podem ser invadidas nos próximos meses. O problema é saber o que significa "papel social" na concepção do movimento. A fazenda da família do presidente, por exemplo, é considerada tecnicamente produtiva. A Santa Maria, no interior de São Paulo, também. A radicalização, segundo as lideranças dos sem-terra, nada tem a ver com o ano eleitoral. "Há dois anos a reforma agrária está parada. Isso está virando uma panela de pressão que ninguém controla", diz João Pedro Stedile, o grande timoneiro do MST. Hoje, o movimento tem 500 acampamentos espalhados pelo país. Se forem cumpridas as metas anunciadas na semana passada, esse número

deve dobrar nos próximos meses.

Além de seu aspecto agrário, a invasão produziu uma guerra política. Numa linguagem destemperada que se tem caracterizado como marca dos tucanos envolvidos na campanha do presidenciável José Serra, o secretário-geral da Presidência da República, Arthur Virgílio, chamou os sem-terra de "bandidos, celerados, proxenetas da reforma agrária e gigolôs da miséria alheia". Logo depois da invasão da fazenda, o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, fez sua declaração mais infeliz no governo. Sem nenhuma evidência, acusou o PT de estar por trás da baderna dos sem-terra. "Evidente que é um ato político-eleitoral. O MST é correia de transmissão do PT. É por essas e outras que o PT não vai ganhar a eleição para a Presidência da República", espinafrou. O ministro valeu-se de um dado real. Existe uma notória aproximação entre o MST e o PT. Boa parte dos sem-terra vota em Luís Inácio Lula da Silva, candidato do partido. Muitos são filiados ao PT – inclusive a maioria dos dezesseis líderes da invasão presos.

Ainda assim, a declaração do ministro esbarrou na leviandade. Com uma acusação sem fundamento, o ministro autoriza seus adversários, a partir de agora, a supor que toda ação da Polícia Federal está a serviço dos tucanos, já que o diretor da instituição, Agílio Monteiro, é filiado ao PSDB. A cúpula do PT e a do MST não trocam informações nem dependem uma da outra. O partido e o movimento, aliás, andam às turras nos últimos tempos. Afirmar que invasões dos sem-terra passam, antes, pela análise do PT é erro ou malícia eleitoral. O partido pode até se equivocar em suas avaliações, mas jamais seria estúpido a ponto de avalizar a invasão da fazenda presidencial, com evidentes danos para Lula nas eleições. Em vez de deixar o ministro falando sozinho, o candidato do PT conseguiu reproduzir a mesma sonsice eleitoreira. "Eu fiquei me perguntando a quem interessava aquela ação. Ao MST, não interessava. Ao PT ou à CUT, não interessa. Então, a quem interessa?", disse Lula durante o programa de entrevistas *Roda Viva,* da TV Cultura, querendo insinuar que a invasão dos sem-terra foi uma armação do próprio governo com o objetivo de prejudicá-lo na sucessão presidencial.

O episódio atingiu o candidato petista no coração. De início, ele ficou na dúvida se condenava ou não a invasão. Demorou para condená-la e, quando finalmente abriu a boca, disse que era contra a ação do MST mesmo porque ela não ajudava em nada a reforma agrária. Deu a entender que, se ajudasse a reforma agrária, então a ação seria positiva. Em segundo lugar, Lula avalizou a teoria conspiratória tendo como argumento central – veja só – o fato de que a porteira da fazenda estava aberta, convidativamente aberta. É um primor de empulhação. O

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

MST tanto não se deixou levar pela porteira aberta que, em represália, logo depois invadiu a fazenda do sócio dos filhos do presidente. O candidato do PT deveria mirar-se no exemplo de João Goulart, o presidente que deixou os marinheiros de seu tempo fazer a mesma baderna dos sem-terra de hoje – e acabou derrubado do poder em 1964. Lula não está no poder, mas sua hesitação em condenar os sem-terra passa a impressão de que, num eventual governo sob seu comando, a baderna seria tolerada caso se apresentasse enrolada numa bandeira vermelha.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Vai ser preciso segurar

Marxistas, leninistas e trotskistas que compõem o coração radical do PT se preparam para cobrar sua fatura caso Lula seja eleito

Carlos Graieb

Veja também

Nesta edição

- **Transição na crise**
- **Nem todos que *lulam* são PT**
- **O azarão no celeiro petista**

Na internet

- **Cobertura completa no site Eleições 2002**

Durante a campanha presidencial, o Partido dos Trabalhadores manteve-se coeso em torno da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva. Se o PT ganhar a Presidência dentro de uma semana, o que parece praticamente resolvido, é muito provável que rachaduras comecem a aparecer. Nos últimos anos, criou-se na sigla um grande bloco moderado, o Campo Majoritário, que representa 70% de seus filiados. Não alinhados ao tal Campo permanecem 30% de petistas que não têm medo de se dizer radicais. Eles não formam um grupo homogêneo. Distribuem-se no que o partido convencionou chamar de "tendências", orgulhosas de sua história (que às vezes remonta a um período anterior à fundação do PT) e herdeiras de diferentes linhagens de pensamento esquerdista. As principais são Democracia Socialista, Articulação de Esquerda, Força Socialista e O Trabalho, mas há outras menores, de expressão regional. Essas tendências, que não raro brigam entre si para provar qual é "mais revolucionária", têm várias bandeiras em comum.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Defendem a "expropriação do patrimônio da grande burguesia", a reestatização de empresas privatizadas, o amordaçamento da imprensa (sob o eufemismo de "controle social dos meios de comunicação"), a abolição final do mercado. Em outras palavras, querem que sejam impostas ao país medidas anacrônicas e tão factíveis quanto convencer o ditador cubano Fidel Castro a cortar sua barba. A recente conversão de Lula às regras do capitalismo soa como heresia imperdoável a esses apóstolos do socialismo. Eles esperam, sinceramente, que tudo não tenha passado de teatrinho eleitoral. Caso contrário, preparam-se para cobrar sua fatura do companheiro presidente. Em 6 de outubro, os radicais elegeram 26 dos 91 deputados que o PT vai ter no Congresso Nacional. Contam ainda com duas senadoras – Heloísa Helena, de Alagoas, e Ana Júlia, do Pará. Por mais que a cúpula do partido sustente que essa fatia da agremiação está controlada, o equilíbrio, no fundo, é precário.

A maneira como foi encaminhada a campanha de Lula criou muitos ressentimentos nessas alas revolucionárias. Um dos principais desgastes tem a ver com a política de alianças adotada. Os radicais acusam a direção do partido de ter agido de forma autoritária ao sacramentar a coligação nacional com o PL, que fez do empresário José Alencar o vice da chapa. Eles gostariam de ter colocado o assunto em votação interna, num plebiscito em março, mas a cúpula barrou a idéia. A "flagrante quebra de coerência ideológica" deixou a ala vermelha tiririca. Uma das mais irritadas é a senadora Heloísa Helena, da Democracia Socialista, que desistiu da disputa pelo governo de Alagoas por julgar que era impraticável dividir o palanque com adversários históricos – uma das conseqüências da coligação. "Estou muito decepcionada com meu partido, e não sou a única. Há até quem pense em fundar uma nova sigla", diz ela *(veja entrevista).* Os radicais acreditam que, na Presidência da República, o PT deve rever suas alianças e negar-se a fazer concessões ou "rebaixar seu programa" para conquistar a maioria no Congresso. Nesse discurso ecoa uma polêmica que foi muito acirrada no partido no começo dos anos 90 e que tinha a ver com o próprio conceito de democracia. Para os mais extremistas, a luta eleitoral seria apenas uma etapa necessária na conquista do poder. Depois de vencida essa fase, seria possível prescindir da democracia representativa. Nenhum petista hoje em dia fala abertamente nesses termos, mas alguns não escondem seu desprezo pelas instituições da República e afirmam que, para aprovar seus projetos, Lula deveria contar com a voz das ruas em vez de tentar construir a maioria no Legislativo. "O Congresso Nacional ora se comporta como um balcão de negócios sujos, ora como um medíocre anexo do Palácio do Planalto. Não é por meio dele que o PT deveria governar, mas pela articulação das forças vivas da sociedade, aí incluindo o MST", afirma Heloísa Helena. Ex-

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

prefeito de Porto Alegre e outro expoente da Democracia Socialista, o gaúcho Raul Pont usa palavras apenas um pouco mais amenas para tratar desse tema. "Eu realmente espero que Lula não tente fazer mais alianças espúrias", diz ele. "Se você aposta na democracia direta, se cria meios de organizar politicamente a população, pode conseguir muita coisa."

Ichiro Guerra

Manifestação do Movimento dos Sem-Terra e o líder João Pedro Stedile *(abaixo)*: com o apoio das alas xiitas do PT

Outro cavalo de batalha dos radicais é a dívida externa. Em dezembro de 2001 (ou seja, há menos de um ano), o PT realizou seu XII Encontro Nacional, durante o qual se redigiram as diretrizes do programa de governo de Lula, sob o título "A Ruptura Necessária". Nesse texto está escrito, em linguajar jurídico, que os atuais acordos com o FMI têm de ser "denunciados". Traduzindo: rompidos. Lula abandonou publicamente essa posição, comprometendo-se a respeitar os contratos internacionais firmados pelo país. Os radicais não aceitam isso de forma nenhuma. Eles estão convictos de que "a afronta à banca internacional" é a melhor maneira de promover o desenvolvimento brasileiro. Uma tese apresentada em conjunto pelas tendências Articulação de Esquerda e Força Socialista, na época do encontro petista,

Oscar Cabral

"Debaixo de sol e de chuva temos todos que lutar. Somos donos de nós mesmos nosso lema é ocupar. Homem, mulher e criança querem um mundo melhor. Se ocupamos, produzimos! Com força, esperança e suor. Ocupar, resistir e produzir. Sou latino-americano brasileiro explorado pelo ricaço tirano"
Trecho de *Burgueses Não Pegam na Enxada,* música do MST

"analisa" de forma pitoresca dois cenários possíveis decorrentes de um calote: "Podemos raciocinar com otimismo e concluir que, após alguns rosnados, os grandes capitalistas se acomodarão à nova situação. Mas vamos imaginar que eles levem a cabo suas ameaças: cessará o financiamento externo do consumo local; haverá bloqueio de parte das importações e exportações; interrupção dos programas sociais alimentados por recursos de organismos internacionais; ataques à imagem do país; ferrenha oposição interna e externa. Achamos que o Brasil tem como suportar a retaliação. O financiamento externo da nossa economia, nos termos atuais, causa mais prejuízos que vantagens".

Os radicais também gostam de lembrar que a resolução em favor do rompimento com o FMI foi aprovada por unanimidade no partido e, portanto, deveria ser respeitada por Lula. "Nós vamos cobrar, junto com a militância, aquilo que foi aprovado em nosso encontro nacional. Estamos legitimados a fazer isso, pois não houve nenhuma votação posterior que tenha alterado o que estava decidido. É claro que vamos apoiar nosso governo, mas o Brasil não pode ficar de joelhos diante do sistema financeiro internacional", diz Ivan Valente, que se elegeu deputado federal por São Paulo e faz parte da tendência Força Socialista. Feitas em surdina neste final de campanha, cobranças como essa devem subir vários decibéis no dia seguinte à posse de Lula e podem converter-se em gritaria às vésperas do reajuste do salário mínimo, em maio de 2003. "Mantidas as condições atuais de pagamento da dívida externa, será impossível fazer um reajuste digno do salário mínimo", diz Luciana Genro, eleita deputada federal pelo Rio Grande do Sul e integrante de uma corrente ultra-radical gaúcha chamada Movimento de Esquerda Socialista. Líder da tendência O Trabalho, Markus Sokol, que vive em São Paulo, é da mesma opinião. "Se forem mantidas as metas de superávit fiscal acertadas com o FMI, o salário mínimo em 2003 será rebaixado em vez de aumentar", diz ele.

Antonio Pacheco

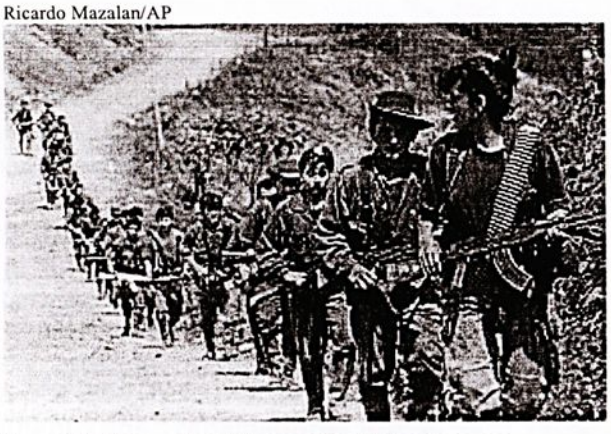
A deputada federal Luciana Genro: votações contra a orientação do partido

Durante a campanha, Lula e José Dirceu disseram em conversas privadas que, para contentar os radicais do partido, distribuiriam entre eles cargos de segundo e terceiro escalão. A menos de uma semana do primeiro turno, começou a circular a notícia de que o PT vermelho-vivo poderia receber até mesmo um ministério. Não é certo que isso transformaria os radicais em moderados. Figura importante na Democracia Socialista, o deputado federal Walter Pinheiro, que acaba de reeleger-se pela Bahia, vem sendo mencionado como possível titular da pasta das Comunicações na Presidência de Lula. Mesmo assim, lançou-se em bravatas na semana retrasada. Ameaçou entrar na Justiça contra a medida provisória que regulamenta a entrada de capital estrangeiro nas empresas de comunicação e, no mesmo fôlego, afirmou que os presidentes das agências que regulam setores estratégicos, como energia e telecomunicações, deveriam entregar seus cargos em caso de vitória do PT nas urnas. "A sugestão é que a tropa toda renuncie", disse ele. A frase não é só deselegante. Ela é um ataque a um modelo de regulação fundado na independência de agências como Aneel e Anatel, cujos dirigentes têm mandato fixo e só podem ser demitidos depois de condenação em processo administrativo. Expressa o desejo de romper, no meio do jogo, as regras que controlam mercados importantes – e essa certamente não é uma maneira de fomentar a estabilidade na economia. Na semana passada, depois da publicação de um duro editorial sobre o assunto pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a cúpula petista desautorizou Pinheiro. Na quarta-feira, o comando de campanha de Lula desmentiu as afirmações do deputado sobre a "tropa" das agências reguladoras, enquanto a presidência do PT vetava a idéia de questionar na Justiça a MP sobre investimentos estrangeiros em empresas de comunicação.

Para fazer valer suas idéias, os radicais do PT têm pouca margem de manobra no interior do partido. Desde 1995, essa ala vem sendo empurrada para uma posição marginal, graças às ações encabeçadas por José Dirceu e Lula para conquistar a hegemonia no partido. A principal tacada nesse jogo foi a instituição do voto direto para eleger a cúpula partidária, no começo de 2001. Toda a esquerda do PT foi contra a idéia, mas acabou derrotada. Eles queriam preservar o sistema anterior, em que os dirigentes eram escolhidos por um colégio de delegados, quase sempre pertencentes a alguma tendência. Militantes renhidos, daqueles que não faltam a nenhuma reunião e conhecem a biografia de cada um dos "companheiros", esses delegados tinham mais chances de eleger seus representantes. Agora, todos os filiados vão às urnas. Eles são 300.000 atualmente. Como poucos se dedicam em tempo integral à política, na hora de votar é natural que optem pelas lideranças mais famosas, em geral do Campo Majoritário. No ano passado, José Dirceu foi eleito para seu quarto mandato como presidente do PT, com mais de 55% dos votos.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Ricardo Mazalan/AP



Guerrilheiros colombianos das Farc: para os radicais, eles são "vítimas do imperialismo"

Apesar de enfraquecidas, as tendências não são um corpo estranho no PT. Sua história se confunde com a do partido, fundado em 1980. A Articulação de Esquerda é a mais jovem delas. Surgiu em 1993, como dissidência da Articulação – grupo que nos dez anos anteriores desempenhara no PT o mesmo papel que o Campo Majoritário desempenha hoje. Democracia Socialista, Força Socialista e O Trabalho estão na sigla quase desde sua criação. Derivam, todas elas, de organizações que existiam previamente. A Força Socialista é de vertente leninista-maoísta. Já Democracia Socialista e O Trabalho são adeptas do internacionalismo trotskista. Isso não significa que as duas concordem sempre. Uma das principais bandeiras da Democracia Socialista, por exemplo, é o orçamento participativo. "O orçamento participativo não é uma política de esquerda", critica Markus Sokol, a maior liderança de O Trabalho. "Ele faz com que representantes populares se engalfinhem pela disputa das poucas verbas que restam, depois de cumpridos os encargos financeiros da administração. Acaba funcionando como um mecanismo de cooptação pelo Estado."

O "direito de tendência" está previsto no estatuto do PT. Correntes internas podem se organizar, desde que se submetam ao programa geral da sigla e não tentem se transformar em "partidos no interior do partido", com disciplina própria e estrutura fechada. Esse último caminho foi seguido, há cerca de dez anos, pela Convergência Socialista e pela Causa Operária. Marcadas como rebeldes, elas tiveram finalmente de se desligar da nave-mãe petista, dando origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e ao Partido da Causa Operária (PCO). Nenhuma das quatro maiores tendências de esquerda que hoje existem no PT age de maneira semelhante. Elas se mantêm fiéis às regras de funcionamento interno e, embora em posição de acachapante minoria, contam com representantes na

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Comissão Executiva Nacional ou no Diretório Nacional. Sabem que se tornariam irrelevantes se expulsas do PT. Apesar das declarações da senadora Heloísa Helena sobre as trincas na união petista, é improvável que as tendências radicais adotem uma estratégia de ruptura total, logo agora que o partido espera subir a rampa do Palácio do Planalto pela primeira vez. Mas sempre é possível bater tambores e apoiar manifestações.

Mesmo à frente de administrações, petistas de inspiração radical já cuidaram de insuflar conflitos no próprio quintal. No Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (que faz parte da esquerda partidária, embora não se alinhe com nenhuma tendência) entregou cargos importantes da Secretaria de Segurança e da Secretaria de Agricultura a representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O Estado, com isso, viu-se às voltas com um festival de invasões de fazendas e com uma Polícia Militar que era acusada de fazer corpo mole para cumprir os mandados de reintegração de posse expedidos pela Justiça. Outro caso vem de Belém do Pará, onde Edmilson Rodrigues, da Força Socialista, exerce atualmente seu segundo mandato consecutivo de prefeito. Em 1999, insatisfeito com o julgamento que inocentou os militares envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás, Rodrigues colocou-se ao lado de um grupo de 500 sem-terra e incentivou-os a entrar em choque com a PM – o que poderia ter resultado em uma nova tragédia.

Entre os radicais do PT, é comum a idéia de que o partido, ao buscar a massa de eleitores brasileiros, afastou-se de suas bases classistas e dos grupos nacionais e estrangeiros que propugnam a derrubada do capitalismo. Eles gostariam de reverter esse movimento. Alguns não escondem que, em casos extremos, ficarão ao lado de suas bases, e não da direção do partido. É o caso de Luciana Genro, de 31 anos. Ao contrário de seu pai, Tarso Genro, que hoje defende posições moderadas e disputa o governo do Rio Grande do Sul pelo PT, Luciana é uma estrela em ascensão na brigada xiita. Ela acaba de ser eleita para a Câmara Federal e pretende repetir no Congresso a postura aguerrida que marcou sua passagem pelo Legislativo gaúcho. Como deputada estadual, durante o governo do companheiro Olívio Dutra, ela votou contra a orientação da sua bancada em algumas matérias. Pela desobediência, perdeu o cargo de vice-presidente da Comissão de Educação da Assembléia e o direito de falar em nome do partido por um mês. Mas quem disse que a moça resolveu abaixar a crista? "Em Brasília, vou agir segundo os mesmos princípios", diz ela.

Luciana tem suas bases de apoio no movimento estudantil, em alguns sindicatos (principalmente de professores) e também no MST. Ela já defendeu o nome do líder sem-terra João Pedro Stedile para a Presidência da República. O

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

MST é uma organização que conta com a simpatia de boa parte dos parlamentares eleitos pelo PT radical. Além de Luciana, ao menos outros onze deputados federais do partido têm laços com o movimento e compõem uma espécie de "bancada agrária": Nilson Mourão (AC), Adão Pretto (RS), Maninha (DF), Iriny Lopes (ES), Babá (PA), João Grandão (MS), Dr. Rosinha (PR), Ivan Valente (SP), Luci Choinacki (SC), Luciano Zica (SP) e Paulo Rubem Santiago (PE). Entre os grupos estrangeiros com os quais a ala radical petista sente afinidade, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) são aquelas em maior evidência. Essa guerrilha financiada pelo narcotráfico é vista pelos radicais como alvo de uma campanha difamatória do "imperialismo americano". Num texto que escreveu no ano passado, Luciana Genro explicitou essa visão completamente desprovida de sentido de realidade: "Combater o narcotráfico é só a desculpa. O verdadeiro objetivo do Plano Colômbia, que começa a ser implementado pelo governo dos Estados Unidos naquele país, é derrotar a resistência daquele heróico povo, que teima em não se deixar submeter pacificamente. É, portanto, uma intervenção político-militar do imperialismo contra as Farc, principal expressão da luta dos camponeses da Colômbia e do movimento de massas". O leque de organizações esquerdistas apoiadas pelo PT xiita é vasto. Em 1999, o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, promoveu na cidade um encontro que reuniu mais de 1 500 militantes, boa parte deles proveniente daute;ico povo, que teima em não se deixar submeter pacificamente. É, portanto, uma intervenção político-militar do imperialismo contra as Farc, principal expressão da luta dos camponeses da Colômbia e do movimento de massas". O leque de organizações esquerdistas apoiadas pelo PT xiita é vasto. Em 1999, o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, promoveu na cidade um encontro que reuniu mais de 1 500 militantes, boa parte deles proveniente da esquerda armada. Além de representantes das Farc, compareceram desde mexicanos do Exército Zapatista de Libertação Nacional até americanos do grupo Panteras Negras. A abertura do encontro teve a participação virtual do subcomandante Marcos, líder guerrilheiro mexicano, que por meio de uma fita de vídeo saudou os participantes.

Com reportagem de Diogo Schelp *e* Leonardo Coutinho

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

O motor que faz o Brasil andar

O capital intensivo e a alta tecnologia fizeram do campo brasileiro uma ilha de Primeiro Mundo que cresceu 8% no primeiro semestre

Adriana Carvalho e Roseli Loturco

Giovani Pereira

CLÁUDIO NASSER
suinocultor
Com curso de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, Nasser investiu na criação do "porco light" na cidade de Patos de Minas (MG). A espécie geneticamente modificada tem menos gordura e mais carne magra de qualidade

As notícias econômicas em quase todas as partes do mundo atualmente dão conta de crises, desaceleração, queda de produção e desemprego. O Brasil também atravessa uma fase de sobressaltos. Num cenário como esse, os resultados do campo brasileiro divulgados na semana passada são nada menos do que espetaculares. Enquanto a riqueza nacional como um todo, medida pelo PIB, cresceu apenas 0,14% no primeiro semestre, a economia no campo deu um salto de 8,18%. Tem sido assim nos últimos anos. A agropecuária e os negócios que ela gera têm sido a escora da economia brasileira e a salvação da balança de comércio exterior. Em um exercício de imaginação, se toda a economia brasileira fosse agrária, no final do ano o país teria produzido um superávit na balança comercial de 21 bilhões de dólares, resultado que colocaria o Brasil no mesmo patamar de grandes tigres exportadores como a Itália e a Coréia do Sul. O campo que produz resultados econômicos tão exuberantes certamente não é o da agricultura de subsistência, das plantações e criações miúdas em volta das casas de pau-a-pique. As

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

vitórias econômicas na zona rural são produto do uso intensivo de capital e da aplicação de soluções de alta tecnologia.

Liane Neves

ADRIANO MIOLO
vinicultor
A produção artesanal de vinhos da família Miolo saltou de 300.000 para 5 milhões de litros, em uma década. Para a expansão dos negócios, fizeram parcerias com outras oitenta famílias da região do Vale dos Vinhedos (RS). Agora pretendem lançar um "spa do vinho"

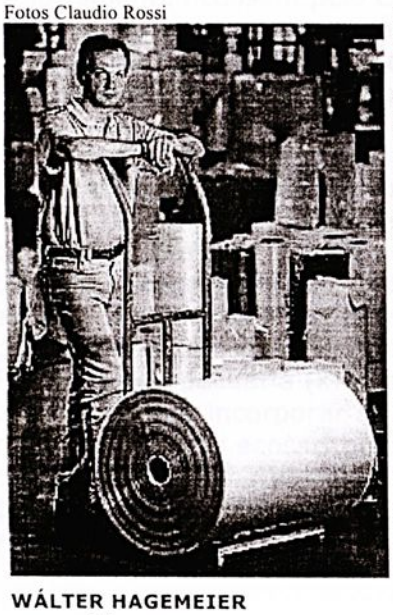
Esse modelo de sucesso no campo brasileiro deveria ser observado com maior interesse pelos candidatos à Presidência da República. Quase todos eles, quando falam do Brasil rural, colocam ênfase na reforma agrária, na distribuição de terra e na tentativa de fixação do homem no campo. Embora citem a agricultura empresarial, falam prioritariamente da agricultura familiar que dá sustento a milhões de brasileiros e tem inegável papel social no Brasil dos rincões. "São promessas válidas regionalmente, sobretudo no Nordeste, mas sem muita relação com a realidade nacional. A grande transformação no campo foi o aumento da produtividade", diz Zander Navarro, sociólogo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialista em temas agrários. "Seria irresponsabilidade desapropriar terras em regiões de alta produtividade, como o centro-oeste", afirma Navarro. A realidade mostra que o futuro do campo é a mecanização e o uso cada vez menos intensivo de mão-de-obra. "Em todos os países do mundo, até mesmo na China, o que se vê é a atividade agrária se tornando cada vez mais mecanizada com a liberação de contingentes humanos para as cidades", explica o economista americano Martin Feldstein, da Universidade Harvard. Ele lembra que a saída mais racional não é tentar prolongar a vida útil das propriedades rudimentares, mas procurar conter as migrações nas cidades do interior, com o aquecimento das atividades ligadas ao agronegócio e a conseqüente geração de empregos. "Só na agricultura, e levando-se em conta apenas os trabalhadores com carteira assinada, o campo passou a construção civil neste ano em

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

número de empregados", afirma Marcus Vinicius Pratini de Moraes, ministro da Agricultura.

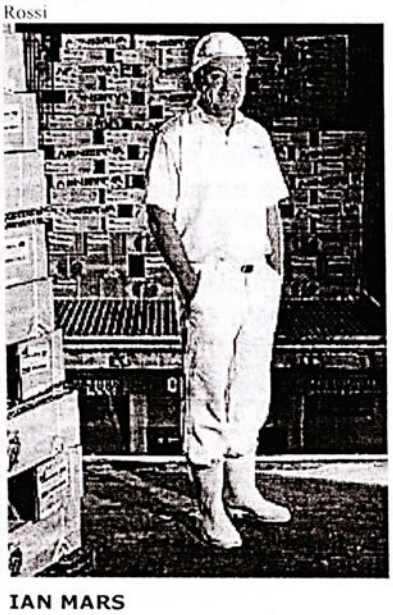
As transformações na vanguarda tecnológica e empresarial no campo brasileiro estão em harmonia com o que vai de melhor pelo mundo. "O resultado anunciado é espetacular e projeta um futuro ainda mais promissor para a agricultura do país por seu efeito multiplicador de crescimento", diz André Pessôa, sócio da Agroconsult, empresa especializada em consultoria na área de agronegócio. O efeito multiplicador significa que quando a agricultura vai bem consegue também alavancar o crescimento de outros segmentos importantes da economia. O dinheiro do campo aumenta o poder aquisitivo para a compra de imóveis, automóveis e eletrodomésticos, contribuindo para o desenvolvimento do comércio das cidades, que têm no agronegócio sua principal fonte de renda. Um bom exemplo vem de Patos de Minas, com 130 000 habitantes, a 430 quilômetros de Belo Horizonte, que se transformou numa das cidades mineiras de maior destaque. O campo trouxe dinheiro para a região, atraiu profissionais qualificados e gerou uma rede de serviços invejável. Em Patos de Minas há vinte hotéis, aeroporto, dez escolas de idiomas estrangeiros. A cidade abriga também um centro universitário com capacidade para mais de 3.000 alunos, muitos vindos de municípios e até Estados vizinhos. A história do suinocultor Cláudio Nasser caracteriza bem a modernização da cidade. Com diploma de agronomia e curso de especialização nos Estados Unidos, Nasser investiu em uma parceria com a multinacional européia Seghers Genetics para criar um "porco light", espécie com menos gordura e mais carne magra de qualidade.

Fotos Claudio Rossi



WÁLTER HAGEMEIER
economista

Rossi



IAN MARS
especialista em exportação

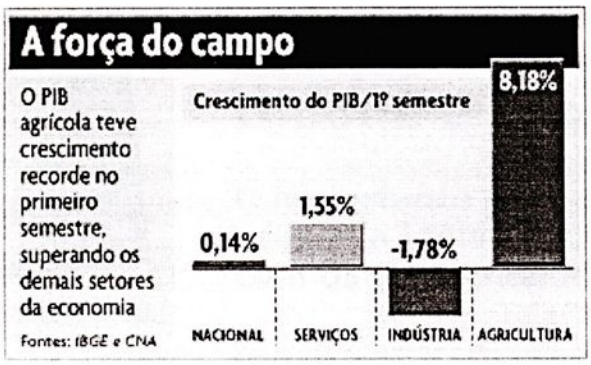
Com a instalação de uma unidade da Perdigão na cidade de Rio Verde, em Goiás, o economista Wálter Hagemeier decidiu abrir uma fábrica de embalagens industriais. Neste ano espera lucrar 9 milhões de reais com o negócio

O inglês Ian Mars já trabalhou para empresas do setor de carne no mundo todo. Agora se dedica à área de exportação de um grande frigorífico na cidade de Barretos, no interior de São Paulo: "O Brasil é o país das grandes oportunidades"

O êxito da agropecuária num momento em que o resto da economia enfrenta dificuldades e praticamente se arrasta tem diversas razões. Em primeiro lugar, houve uma recuperação nos preços de quase todos os produtos agrícolas no mercado externo. Os preços haviam caído abaixo de seus valores históricos no ano passado e sua recuperação foi muito bem-vinda pelos produtores. No caso da soja, foi expressiva. No início deste ano, a saca de 60 quilos era comercializada no máximo a 30 reais. Hoje, seu valor é de 40 reais. Além do preço melhor, os agricultores comemoram também o aumento da demanda: 40% da safra do próximo ano, que nem foi plantada, já está vendida. A mesma recuperação pode ser notada na comercialização de milho, arroz, cana, laranja e feijão.

Além da melhoria conjuntural, outra razão do sucesso do campo brasileiro é o forte aumento da produtividade. Numa mesma área plantada, o país colhe quase o dobro de grãos que colhia há dez anos. Nas últimas dez safras, a produção passou de 57 milhões de toneladas para 100 milhões de toneladas. A área plantada, nesse mesmo período, permaneceu em cerca de 40 milhões de hectares. A fórmula para atingir tal desempenho está na modernização. Há dez anos, o Brasil desperdiçava 10% de sua colheita de grãos, o equivalente a quase toda a produção de grãos da Itália em um ano. Antigas máquinas colheitadeiras machucavam os grãos ou deixavam que eles simplesmente ficassem pelo caminho no decorrer do processo. Com os tratores modernos de hoje, a perda não chega a 1% da colheita. A alta tecnologia também é responsável pela entrada do país na lista de exportadores de máquinas e equipamentos agrícolas, área em que o Brasil sempre foi importador. Neste primeiro semestre, a indústria do agronegócio exportou o equivalente a 600 milhões de dólares em tratores e máquinas agrícolas. Além de produzir mais na mesma área plantada, o Brasil também está conquistando novos e importantíssimos espaços agricultáveis nas últimas décadas. Os méritos, em grande parte, são dos cientistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que desenvolveram tecnologia para incorporar ao sistema produtivo do país os cerrados e outros ecossistemas antes hostis. A vitalidade do campo é uma notícia excelente num país nocauteado diariamente por informações pessimistas sobre o dólar e o risco Brasil.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19



Com reportagem de José Edward e Karine Vieira

Edição 1810 . **9 de julho de 2003**

NESTA EDIÇÃO

- Índice
- Brasil
- Internacional
- Geral
- Economia e Negócios
- Guia
- Artes e Espetáculos

COLUNAS

- Claudio de Moura Castro
- Gustavo Franco
- Diogo Mainardi
- Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

- Carta ao leitor
- Entrevista
- Cartas
- Radar
- Holofote
- VEJA on-line
- Contexto
- Veja essa
- Arc
- Gente
- Datas
- VEJA Recomenda
- Os livros mais vendidos

Assine
ou presenteie
veja

Reforma agrária

O boné é apenas um detalhe

O importante é o governo Lula tirar da cabeça a idéia de que se pode negociar com os líderes do MST

Alexandre Secco

Alan Marques/Folha Imagem

Lula, com o boné do MST e a bola do MST, depois de comer biscoitinhos do MST: sem-terra recebem tratamento vip

Os sem-terra já foram flagrados invadindo terras produtivas, ocupando prédios públicos, saqueando armazéns e mantendo agricultores em cárcere privado. Tudo isso é ilegal. Na semana passada, uma comissão de representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) esteve no Palácio do Planalto para discutir o problema fundiário do Brasil com o presidente da República. Os visitantes chegaram com uma bagagem fora do comum nessas audiências. Traziam uma bola de futebol, biscoitos fabricados em um acampamento e nenhuma vontade de negociar. Comportando-se como negociadores, levaram ao governo suas exigências em matéria de assentamento de famílias no campo e como tais foram recebidos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não os repreendeu pela febre de invasões que estão promovendo no campo nem exigiu deles nenhuma contrapartida por eventuais concessões do governo. Lula colocou na cabeça um boné do MST, convidou a turma para bater uma bola no seu sítio em algum fim de semana e apresentou-lhes algumas metas do governo destinadas a acalmar os sem-terra.

Veja também

- **Pergunte ao Professor:** Faça a sua pergunta ao geógrafo **Jaime Tadeu Oliva,** autor de *Espaço e Modernidade - Temas da Geografia do Brasil*, da Editora Atual, que esta semana responderá as dúvidas dos leitores sobre reforma agrária

"O governo joga no nosso time", afirmou sobre o encontro João Pedro Stedile, o líder do MST. "Vamos ganhar de cinco a zero do latifúndio." Tem sido assim desde o governo de José Sarney. À medida que os governantes aumentam a distribuição de lotes para os sem-terra, eles, como contrapartida, elevam o número de invasões para mostrar aos governos que nenhuma meta cumprida é suficiente para satisfazê-los. Na audiência de duas horas e meia com Lula, os sem-terra apresentaram sua pauta de reivindicações e oito integrantes do governo falaram sobre o que pretendem fazer para acelerar a reforma agrária. Com o aparente intuito de reforçar sua posição no encontro com o presidente e os ministros, os sem-terra protagonizaram uma série de manifestações nos dias anteriores ao encontro. Nada se comentou sobre isso na reunião.

Leo Caldas/Folha Imagem

Sem-terra em ação: invasões, saques, cárcere privado e depredação em nome do social

Os sem-terra efetuaram saques em Pernambuco, invadiram pedágios e ocuparam prédios públicos transformando servidores em reféns. Enquanto o presidente falava com os sem-terra, um grupo mantinha bloqueada uma estrada em Minas Gerais, um outro ocupava o prédio do Incra em Cuiabá e um terceiro invadia um escritório da Companhia Energética de Alagoas. Quando colocou na cabeça o boné do MST, Lula provavelmente nada mais fez do que atender ao pedido de algum fotógrafo presente à reunião. O ato, no entanto, carregou-se de enorme poder simbólico. Se o presidente da República recebe no palácio um grupo que desrespeita as leis do país e, ainda por cima, usa o boné com o emblema desse movimento, ele está de alguma forma endossando o confronto que os integrantes do MST procuram como tática política.

A disposição do governo em receber os sem-terra indica que o presidente e sua equipe trabalham com a certeza de que o MST é um movimento com o qual se pode negociar e com o qual é até conveniente que se bata uma bola no fim de semana. Bola de futebol é uma das paixões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como era de um de seus antecessores, o general Emílio Médici, que comparecia aos jogos com rádio de pilha no ouvido e cabeceou uma bola ao receber os jogadores da seleção vitoriosa na Copa de 70, no México. Não se encontram, no

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

entanto, sinais de disposição para a negociação na história do MST. A luta pela reforma agrária, que começou como uma bandeira social justa ainda no governo de José Sarney, foi se transformando rapidamente num movimento em busca do confronto. Tratando pessoas humildes como massa de manobra, os lideres sem-terra aglomeram os miseráveis em acampamentos à beira de estradas e os impelem às invasões de fazendas. Escolhem as terras produtivas, cujo arrombamento equivale à ocupação de uma fábrica na cidade por estranhos que se julgam com direito de também ser proprietários de uma empresa.

Com reportagem de Monica Weinberg

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Edição 1813 . **30 de julho de 2003**

NESTA EDIÇÃO

- Índice
- Brasil
- Internacional
- Geral
- Economia e Negócios
- Guia
- Artes e Espetáculos

COLUNAS

- Claudio de Moura Castro
- Sérgio Abranches
- Diogo Mainardi
- Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

- Carta ao leitor
- Entrevista
- Cartas
- Radar
- Holofote
- Contexto
- Veja essa
- Arc
- Gente
- Datas
- VEJA Recomenda
- Os livros mais vendidos

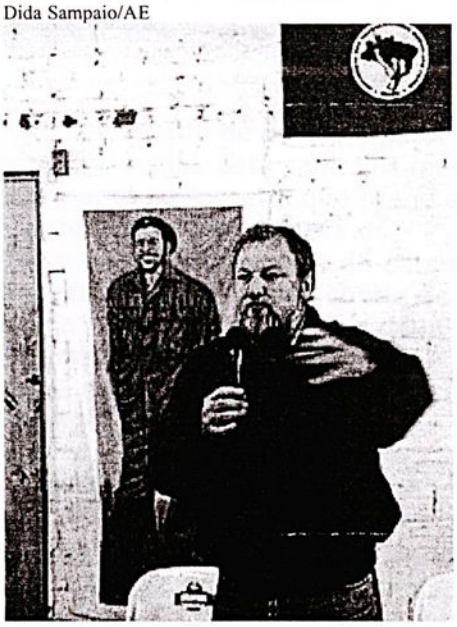
Assine
ou presenteie
veja

Justiça

Stedile declara guerra

Diante de um pôster de Che Guevara, o chefão do MST convoca seu "exército" para "acabar" com os "latifundiários"

Dida Sampaio/AE



O manda-chuva João Pedro Stedile durante palestra a assentados: e o governo ainda acredita que ele quer terra para plantar

João Pedro Stedile, o manda-chuva do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, inverteu o ditado que diz que uma imagem vale mais que 1.000 palavras. As declarações que Stedile deu na semana passada traduzem seus propósitos com precisão ainda maior do que as imagens diárias de invasões de terras, prédios públicos e privados, terrenos e pedágios patrocinadas por seus seguidores. Durante palestra feita num acampamento em Canguçu, a 300 quilômetros ao sul de Porto Alegre, Stedile se referiu aos sem-terra como "nosso exército", aos agricultores e pecuaristas como "inimigos" e convocou a audiência para uma guerra. "A luta camponesa abriga hoje 23 milhões de pessoas. Do outro lado há 27000 fazendeiros. Essa é a disputa", afirmou. "Será que 1.000 perdem para um? É muito difícil. O que nos falta é nos unirmos. Para cada 1.000 pegaremos um. Não vamos dormir até acabar com eles", disse. Pela primeira vez se testemunhou o líder político admitindo que sua intenção não é conseguir terra para plantar feijão ou milho, mas "acabar" com uma fatia da sociedade. Stedile não entrou em detalhes, mas o *Dicionário Aurélio* informa que "acabar" é sinônimo de "extinguir", "destruir", "matar".

Eduardo Nicolau/AE

O acampamento dos sem-teto no ABC: inspiração vem do MST

O governo federal precisa sair de seu estado de delírio e parar de tratar o MST como um movimento social. Está cada vez mais claro que eles integram um movimento baderneiro que prega a violência e se alimenta de um combustível que mistura os excluídos no campo e na cidade, o complexo de culpa da elite e da classe média e a falta de firmeza das autoridades contra as ilegalidades praticadas. Segundo a lei, a reforma agrária deve ser feita por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Quem quer terra deveria se inscrever no Incra e aguardar um chamado, que ocorreria quando o órgão comprasse uma propriedade improdutiva. Se fosse um movimento social de verdade, o MST organizaria as listas de inscrição e auxiliaria o governo a localizar terras. Em vez de manter sua agenda sob sigilo, Stedile teria seus compromissos divulgados diariamente e os políticos fariam fila para aparecer ao seu lado. Teria o prestígio semelhante ao de Zilda Arns ou Viviane Senna. Em vez disso, sob seu comando, os sem-terra patrocinam o caos. Na semana passada, ocuparam usinas de açúcar no Nordeste, bloquearam uma estrada em Minas Gerais e invadiram uma área de pesquisa agrícola no interior de São Paulo. Os cerca de 1 700 animais usados em vários estudos, muitos deles isolados havia anos, foram misturados.

Robson Ventura/Folha Imagem

Medo de invasão também nas cidades: portas cimentadas

Preocupadas em não ferir a suscetibilidade dos bravos

combatentes do campo, as autoridades do governo Lula vêm se calando diante dos abusos. O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, destaca o que seria o lado positivo dos ataques e defende a tese de que a invasão de terra, se feita de forma "ordeira e pacífica", não atenta contra o direito de propriedade. Tradução possível: invadam, mas com calma! O presidente do Incra, Marcelo Resende, evita condenar os exageros e prefere explicar as invasões. "Lula é favorável à reforma agrária. A mim parece natural o *(aumento do)* contingente de famílias acampadas que nós temos hoje no Brasil", declarou. Nem mesmo o ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, escapou da opção preferencial pela cegueira temporária. Em entrevista, Bastos pediu aos sem-terra – e também aos proprietários rurais – que evitem a violência. Ora, o confronto tem sido provocado unicamente pela decisão dos soldados de Stedile de invadir terra que não lhes pertence. Os produtores rurais estão apenas defendendo seu patrimônio. A única voz a levantar-se contra o MST foi a do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Na semana passada, ele divulgou uma nota dura sobre as declarações de Stedile. "Trata-se de um absurdo inconcebível, um equívoco brutal e uma ameaçadora agressão ao estado de direito e à democracia", diz a nota.

Stedile sugere em suas declarações que no campo brasileiro ainda vigora a mesma situação do período colonial e tal defeito só será corrigido por sua ação libertadora. A idéia é falsa. Num artigo recente, o agrônomo Francisco Graziano, ex-presidente do Incra no governo Fernando Henrique Cardoso, mostra que os agricultores brasileiros, aqueles que no ano passado produziram um superávit de 23 bilhões de dólares nas exportações, travam uma guerra antiga contra a improdutividade. Mostra ainda que, nos últimos vinte anos, a safra brasileira mais que dobrou. Saiu de 41 milhões de toneladas de grãos para 106 milhões. A pecuária nacional triplicou a exportação e o abastecimento interno. Nesse período, a taxa de ociosidade das terras brasileiras, o indicador maior de improdutividade, caiu de 11% para 5%. "Se a guerra dos sem-terra é contra o latifúndio, as grandes empresas agropastoris devem ser prestigiadas, não ameaçadas", escreve Graziano. "Afinal, elas trabalham com elevada produtividade, geram empregos e renda, trazem divisas que pagam a conta das importações industriais." Aparentemente, Stedile não liga para argumentos racionais. Ele quer guerra e acabou.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Editora Abril, edição 1 807
ano 36 - nº 24 - R$ 3,00
11 de junho de 2003

veja

Abril

www.veja.com.br

A ESQUERDA DELIRANTE

Para salvar os miseráveis dos desconfortos do capitalismo, o líder sem-terra José Rainha ameaça criar no interior de São Paulo um acampamento gigantesco como o de Canudos, instalado há um século por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia...

Edição 1807 . **18 de junho de 2003**

NESTA EDIÇÃO

- Índice
- Brasil
- Internacional
- Geral
- Economia e negócios
- Guia
- Artes e Espetáculos

COLUNAS

- Claudio de Moura Castro
- Sérgio Abranches
- Diogo Mainardi
- Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

- Carta ao leitor
- Entrevista
- Cartas
- Radar
- Holofote
- Contexto
- Veja essa
- Arc
- Gente
- VEJA on-line
- Datas
- VEJA Recomenda
- Os livros mais vendidos

ESPECIAL

O beato Rainha

Eduardo Salgado e Leandra Peres

Foto de arquivo (dez/95) de Clovis Ferreira

JOSÉ RAINHA JÚNIOR, DO MST: o líder sem-terra diz que pretende criar uma nova Canudos em Presidente Epitácio, no extremo oeste paulista

Debaixo da mata rala à beira da estrada, um homem magro, alto e de barba sobe no palanque improvisado diante de algumas dezenas de famílias num domingo de sol e céu azul. As pessoas se calam e prestam atenção no homem em cima do palanque. José Rainha Júnior, de 42 anos, um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e um de seus nomes mais carismáticos e rebeldes, parece em plena forma depois de passar quatro meses fugindo da polícia e outros dois na cadeia, acusado de formação de quadrilha. Apesar de não ocupar atualmente nenhum cargo na hierarquia nacional do MST, Rainha continua sendo o líder dos sem-terra com a maior capacidade de atrair seguidores em todo o Brasil. Ele adota uma linha política mais radical que outras lideranças do movimento. Suas táticas também são mais agressivas. No momento, está tentando atrair as multidões de deserdados para criar o que ele chama de uma "nova Canudos".

O discurso de Rainha diante de sua platéia de sem-terra ocorreu há uma semana nos arredores de Presidente Epitácio, cidade localizada no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, a 647 quilômetros da capital, na divisa com Mato Grosso do Sul. Em menos de um mês, foram erguidos ali mais de 1.000 barracos. Os integrantes do acampamento esperam multiplicar o número por cinco até julho. Rainha organiza essa operação com base num levantamento sobre o número de "excluídos do capitalismo" que existe na região, um grupo que poderia fornecer algo como 20.000 pessoas para sua nova Canudos. As pessoas aparecem e aderem porque vêem em Rainha uma chance de melhorar de vida, sua única chance. As promessas são de que, enquanto o acampamento durar, seus integrantes ganharão assistência do governo, como cestas básicas e até atendimento médico. Quando a luta chegar ao fim vitoriosa, promete Rainha, todos ganharão um terreno para plantar e

Ofertas: LOJA

Guia de Ruas Sã
2004
por R$24,99

SHOPPING

Câmera Digital 4
Mitsuca
em 12X de R$8
sem juros
Submarino

Notebook HP Co
Por apenas R$
FastShop

Perfume Ferrari
Por apenas R$
IFragrancia

Tvs, escolha a s
Shopping Abril

Procurar produ

Busca em
Em todo site

Busca

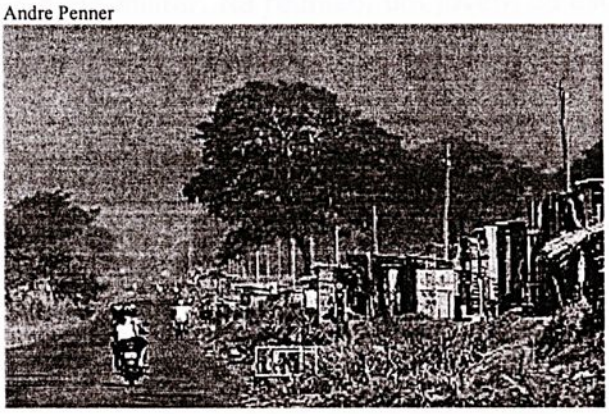
Powered by Bu

colher.

O acampamento está sendo montado ao longo de uma estrada, um barraco ao lado do outro, numa longa fila. A maior parte dos "acampados" vive em áreas muito pobres de Presidente Epitácio e lugarejos vizinhos. São biscateiros, desempregados, motoristas, pequenos vendedores e também lavradores, pessoas que desenvolvem atividades econômicas marginais, desvinculadas da grande produção. Além das promessas de prosperidade material que faz aos seguidores, José Rainha está obcecado pela idéia de reviver Canudos, o mais aguerrido e sangrento movimento de resistência à proclamação da República, que estourou no interior da Bahia há 106 anos.

Canudos foi dizimado de forma cruel em 1897 por tropas do Exército. Houve cerca de 15.000 baixas dos dois lados. A resistência de casa em casa dos defensores de Canudos sempre teve ressonância poderosa entre os militantes de esquerda, especialmente entre os do MST e da CUT, a central sindical ligada ao PT. Com raras exceções, Canudos aparece na débil historiografia brasileira como a mais bem-sucedida experiência de organização popular da história do país, um movimento que soube canalizar as insatisfações do campo para produzir uma explosão social revolucionária. Como quase todo militante de seu credo, Rainha acredita na glorificação ideológica do que foi apenas uma insurreição de fanáticos, hipnotizados por um líder carismático, o beato Antônio Conselheiro. Canudos foi um movimento que à luz da melhor sociologia, mesmo a marxista, foi apenas utópico, monarquista e, há mais de um século, já era anacrônico com sua pregação da volta à vida pastoril. Rainha se apega ao poder organizador do beato de Canudos.

Andre Penner



A NOVA CANUDOS NO OESTE PAULISTA
Acampamento de Presidente Epitácio já tem 1 000 barracos e a meta é chegar a 5.000 até julho

"Antônio Conselheiro não se entregou nem foi morto pelas tropas do governo. Morreu de diarréia. A burguesia amarela quando falo que vou fazer uma nova Canudos", disse Rainha a VEJA. Não se sabe ao certo as circunstâncias da morte de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro. Mas sua

imagem, imortalizada por Euclides da Cunha no célebre relato *Os Sertões,* tem potencial para fazer bem mais que corar a burguesia. Euclides da Cunha descreve o líder de Canudos como um "demente", "um desequilibrado", um manipulador que arrebanhou um exército de "gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mândria e à rapina". Em sua versão romanceada de Canudos, *A Guerra do Fim do Mundo,* o peruano Mario Vargas Llosa pinta imagem semelhante do beato enlouquecido. Rainha reconhece que não tem conhecimento histórico profundo da Guerra de Canudos nem se apega ao lado violento do episódio. O Conselheiro, sustenta Rainha, o inspira como poderoso organizador de massas que foi. Rainha trabalha com o objetivo de atrair 5.000 famílias para as margens da SPV-35, na entrada de Presidente Epitácio. "Vamos dar um voto de confiança ao Lula porque queremos uma reforma agrária paz-e-amor, mas, se ele não fizer nada, a gente faz", ameaça. "A nossa força está na quantidade."

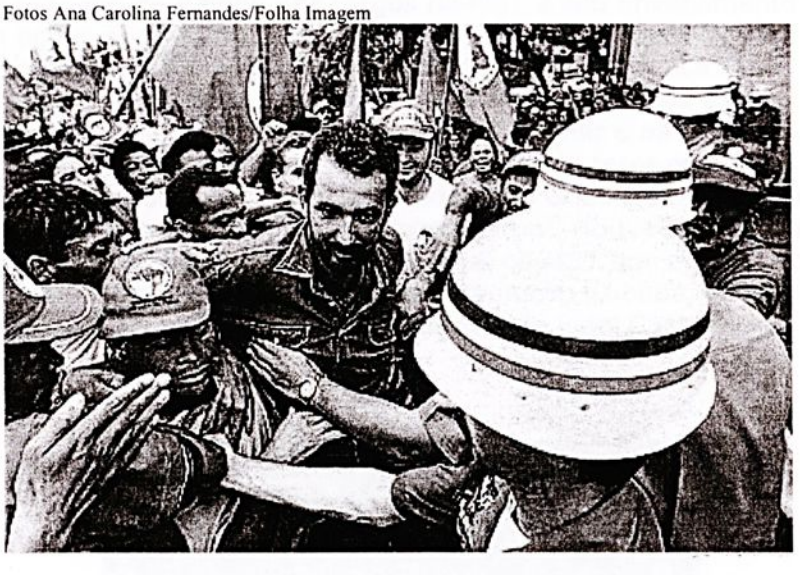
O Conselheiro começou a pregar e se transformou em um beato depois que a mulher o abandonou para morar com um cabo da milícia. O beato Rainha não tem nenhum evento traumático dessa natureza em seu passado. Sua profunda convicção "anticapitalista e antiimperialista" foi formada aos poucos, mas de maneira sólida. José Rainha Júnior nasceu no dia da independência americana, 4 de julho, em 1960, em São Gabriel da Palha, no norte do Espírito Santo, filho de um meeiro. Terceiro de uma família de seis, mudou-se para a comunidade de Vargem Alegre, em Linhares, onde aprendeu a ler aos 16 anos com o grupo jovem da Igreja Católica. Foi lá que, no dia 17 de fevereiro de 1978, teve o encontro que, segundo ele, mudou sua vida. Frei Betto, o dominicano amigo do presidente Lula, foi ao Espírito Santo organizar um núcleo da Comunidade Eclesial de Base, trincheira de parte da esquerda durante o regime militar. Na reunião, um jovem de estatura bem mais avantajada que a dos demais, o "Zezinho", de 1,85 metro, chamou a atenção de Frei Betto pelo ardor com que pregava suas idéias. Durante o almoço, o dominicano conversou muito com Rainha, cuja tarefa na comunidade até então era organizar as festas e as partidas de futebol do grupo jovem da igreja. Quando foi embora, Betto presenteou-o com um livro. Sua militância na esquerda socialista católica começara.

cias/AE

Georgeane Costa/Oeste Noticias/AE

RAINHA E A LEI
Depois de quatro meses na clandestinidade, Rainha é preso por formação de quadrilha em setembro de 2002 *(acima, à esq.)*. Absolvido no processo em que era acusado de co-autoria em dois homicídios ocorridos em 1989, Rainha beija o advogado Evandro Lins e Silva *(acima, à dir.)*. Em frente ao Fórum de Vitória, Rainha usa a pressão do movimento a seu favor. Biografia atribulada ajuda a alimentar a aura de herói.

Fotos Ana Carolina Fernandes/Folha Imagem



No ano de fundação da CUT em 1983, Rainha conheceu sindicalistas gaúchos que estavam dando os primeiros passos para fundar o MST. Cerca de dois anos depois, já como secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Linhares, foi eleito para a comissão nacional do MST. Em menos de um ano, começou sua vida de agitador profissional. Recebeu o convite para organizar o movimento no Nordeste e, com a ajuda da igreja, da CUT e de membros do PT local, ziguezagueou pela região até 1991, invadindo propriedades, levantando acampamentos e prometendo terras aos miseráveis. A movimentação de Rainha despertou a atenção dos proprietários de terras e ele começou a ser seguido. Ameaçado de morte em Imperatriz, no Maranhão, numa época em que os jagunços das fazendas eram bem mais rápidos no gatilho do que agora, decidiu mudar seu palco de atuação para o Pontal do Paranapanema, em São Paulo, uma região marcada por conflitos de terra decorrentes do fato de que a posse de muitas fazendas é motivo de litígio na Justiça. Ali, Rainha se casou com Diolinda Alves de Souza, uma companheira do

movimento que estava esperando um filho dele. Mais tarde, nas vezes em que ele foi preso, Diolinda comandou os "comitês de apoio à libertação de Rainha". Sua biografia de militante é diferente da de outros líderes do MST. Rainha nunca foi um formulador intelectual e organizador nacional como João Pedro Stedile.

Seu temperamento sempre o colocou à frente de ações de impacto, especialmente invasões de áreas. É destemido e já correu risco de morte mais de uma vez. Seu grupo envolveu-se num tiroteio e, certa vez, um fazendeiro abriu fogo contra o carro em que Rainha estava. Foi acusado, julgado e absolvido num processo por assassinato. Acabou preso por porte de arma. Levava no carro uma escopeta, arma de alto impacto que é de uso privativo das Forças Armadas. Em Teodoro Sampaio, no oeste de São Paulo, foi processado por vandalismo e formação de quadrilha, junto com outros quinze integrantes do MST, por causa de invasão e depredação de prédio público. O desapego de Rainha por cargos no MST e seu envolvimento em ações audaciosas deram a ele certa aura heróica no movimento dos sem-terra. Militante profissional, nunca trabalhou no campo. Suas mãos continuam sem calos e as unhas estão sempre limpas. Vive com a mulher e os dois filhos em uma casa em Teodoro Sampaio. O lote de terra que recebeu do governo no assentamento Che Guevara é ocupado pelo irmão Bertoldo e pelo sobrinho Bertoni. Houve um tempo em que Rainha dizia aos companheiros no MST que ele seria o equivalente ao que foi Guevara na Revolução Cubana, cabendo a Stedile o papel mais severo e distante de Fidel Castro.

Andre Penner

O RETORNO DA UDR
Associação dos fazendeiros se diz favorável a uma reforma agrária que gere eficiência e acabe com a favelização do campo

Hoje em dia, ninguém discute a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Todos estão de acordo. Mesmo a União Democrática Ruralista (UDR), entidade de fazendeiros que ficou célebre na segunda metade dos anos 80 por sua disposição beligerante no campo, diz-se a favor de uma reforma agrária que produza resultados para os assentados e não funcione apenas como bucha de canhão para os líderes do MST. Não se podem admitir, no entanto, as invasões e depredações da

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

propriedade privada, como fazem muitas vezes os membros do MST, em flagrante desrespeito às leis. Como trabalham em prol de multidões de pobres, os líderes desses movimentos parecem acreditar que estão acima da lei. Qualquer solução duradoura para a questão agrária brasileira começa por manter as ações do MST dentro dos limites da legalidade.

Rainha prefere ignorar os dados. Embora seus resultados econômicos tenham sido desastrosos em boa parte do país, a verdade é que a reforma agrária feita por Fernando Henrique Cardoso em seus oito anos de administração foi o mais ambicioso plano de distribuição de terra já tentado por um governo democrático. O governo FHC retalhou 18 milhões de hectares, uma área maior que o Uruguai, e neles assentou 525.000 famílias. Quase 2 milhões de brasileiros receberam terras do governo entre 1995 e 2002. A maior parte dos assentados, mostram estudos recentes, não prosperou por falta de crédito, recursos técnicos para cultivar o solo de maneira produtiva e também por total ausência de vocação para o trabalho e a vida no campo.

Epitacio Pessoa/AE

A INSEGURANÇA NAS FAZENDAS
Fazendeiro armado no Pontal: a tática agora é usar familiares e empregados na defesa das fazendas e não mais contratar pistoleiros para fazer as patrulhas

Para Rainha, essas discussões são acessórias. Ele enxerga o campo como um atalho para transformações bem mais profundas na sociedade brasileira do que a criação de uma classe média rural, moderna e democrática. Sua pregação nada tem da visão de um técnico em produtividade rural. Algumas manifestações práticas disso:

• "Vamos construir o socialismo do nosso jeito"

• "O capitalismo é desumano porque onde existe o lucro prolifera a injustiça"

• "O Estado deve estar a serviço da classe que produz e trabalha numa sociedade em que não haja espaço para o

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

surgimento de explorados nem de exploradores"

J. F. Diorio/AE

A REAÇÃO AO MASSACRE
Militantes com espingardas em Eldorado dos Carajás, onde os sem-terra foram massacrados em 1996

O tipo de gente que Rainha atrai com sua pregação populista e messiânica é bem diferente daquela massa de manobra com que a esquerda tradicional sonha em trabalhar. Os seguidores de Rainha não são tipos que parecem dispostos a suportar a disciplina exigida na "criação do novo homem" das utopias socialistas. O acampamento de Rainha, sua Canudos virtual, é povoado por miseráveis urbanos, mas também atrai aproveitadores de todos os tipos. Em boa parte, os barracos são ocupados apenas durante o dia. À noite, como ninguém é de ferro, os acampados de Rainha vão para sua casa ou para a de parentes na cidade, a fim de jantar e dormir com um pouco mais de conforto.

Para colocar o nome na lista dos sem-terra, os candidatos precisam apenas montar e cobrir o barraco. Se o movimento acenasse com a possibilidade de ganhar uma bicicleta, moto ou aparelhos de TV em vez de um pedaço de terra, estaria arregimentando gente com o mesmo tipo de sucesso. Muitos vão embora ao cabo de alguns dias e abandonam os barracos. Os que ficam são os mais miseráveis, atraídos pelas cestas básicas enviadas pelo governo. Mas a fila dos candidatos a ganhar um lote de terra tende a crescer depressa no Pontal. No fim de maio, o número de barracos totalizava 160. No primeiro fim de semana de junho, já eram 400. Na semana passada, os dois lados da estrada estavam cobertos por cerca de 1.000 casebres. Nesta época do ano, as oportunidades de trabalho no Pontal diminuem em função do período de seca. Por essa razão, Rainha e seus liderados têm até julho para percorrer as áreas pobres da região e arregimentar mais gente. Aí então ele terá seu megaacampamento. O que fará com ele, não se sabe. Os adversários de Rainha dizem que, no fundo, seu objetivo é bem menos pomposo do que parece. Metido em uma luta de poder com Gilmar Mauro e João Pedro Stedile, da cúpula do MST, ele estaria simplesmente visando tornar-se o interlocutor mais

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

importante do governo do PT no Movimento dos Sem-Terra.

Roberto Castro/AE

O DEBOCHE À REPÚBLICA
No ano passado, os sem-terra invadiram a fazenda dos filhos de FHC em Buritis, Minas Gerais

O movimento de José Rainha é um anacronismo sob qualquer ponto de vista pelo qual seja observado. Experiências revolucionárias no campo no mundo moderno não produzem explosões como no tempo de Guevara e Fidel Castro. Produzem apenas mais atraso. O campo brasileiro enveredou por outro rumo. Hoje, domina os negócios agrários movidos a alta tecnologia, capital intensivo e baixo uso de mão-de-obra. O setor rural produz sozinho um superávit anual na balança de exportações de mais de 20 bilhões de dólares. Se essa fosse a única atividade econômica brasileira, o país teria um superávit no comércio exterior entre os dez maiores do mundo. Essa é uma das razões pelas quais a população do campo está minguando no Brasil. O agronegócio usa pouca mão-de-obra. Mais de 80% dos brasileiros vivem hoje em cidades. As projeções indicam que dentro de cinco anos a população urbana nacional ultrapassará 85%.

A utopia pastoril de Rainha engasga em outros fundamentos. Um estudo sobre dezenas de experiências de distribuição de terra no mundo, de autoria do americano Tony Smith, professor de ciência política da Universidade Tufts, encontrou quatro pontos de coincidência em planos de reforma agrária que deram certo. Em primeiro lugar, além da terra, é preciso que existam crédito e capacitação tecnológica. Em segundo, o governo tem de garantir acesso dos produtos dos assentados aos mercados internacionais. O terceiro componente do sucesso é incentivar a criação de empregos não-rurais nas regiões dos assentamentos, pois, no médio prazo, a tecnologia vai desocupar muita gente no campo. Em quarto lugar, Smith aponta a necessidade de encontrar maneiras de contrabalançar os subsídios que os países ricos oferecem a seus agricultores, de modo a dar competitividade aos produtos dos assentados. O MST não aprovaria essa receita.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Beto Figueiroa/AE

OS DONOS DA LEI
Em maio, membros do MST invadiram o Engenho Prado, em Pernambuco, e colocaram fogo nas casas e máquinas

A discussão sobre os resultados da distribuição de lotes de terra no Brasil ganhou um reforço com a recente publicação do livro *A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira.* Encomendado pelo governo FHC, o estudo contou com mais de 14.000 entrevistas realizadas entre julho e setembro do ano passado em 4.340 assentamentos de todas as regiões do Brasil. No estudo, a ênfase dada ao volume dos assentamentos em detrimento da qualidade fica clara. Apenas uma de cada quatro famílias tem acesso ao ensino médio. Mais da metade não dispõe de eletricidade. Apesar disso, os assentamentos realizados entre 1985 e 2001 foram um sucesso do ponto de vista da adesão. O porcentual de lotes ocupados de forma regular (pelos próprios donos) ou irregular (por terceiros) é de 96%. "O MST é muito organizado para lutar pelo acesso à terra, mas não tem o mesmo ímpeto na hora de viabilizar o empreendimento", diz Gerd Sparovek, professor da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador da pesquisa. Do total de assentados entre 1995 e 2001, 60% fazem parte de associações montadas para reivindicar lotes, crédito e ajuda do governo. Por outro lado, apenas 5% são de cooperativas e míseros 3% têm parcerias com agroindústrias. Chegou a hora de fazer uma reforma no MST.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Edição 1814 . **6 de agosto de 2003**

NESTA EDIÇÃO

- Índice
- Brasil
- Internacional
- Geral
- Economia e Negócios
- Guia
- Artes e Espetáculos

COLUNAS

- Stephen Kanitz
- Gustavo Franco
- Diogo Mainardi
- Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

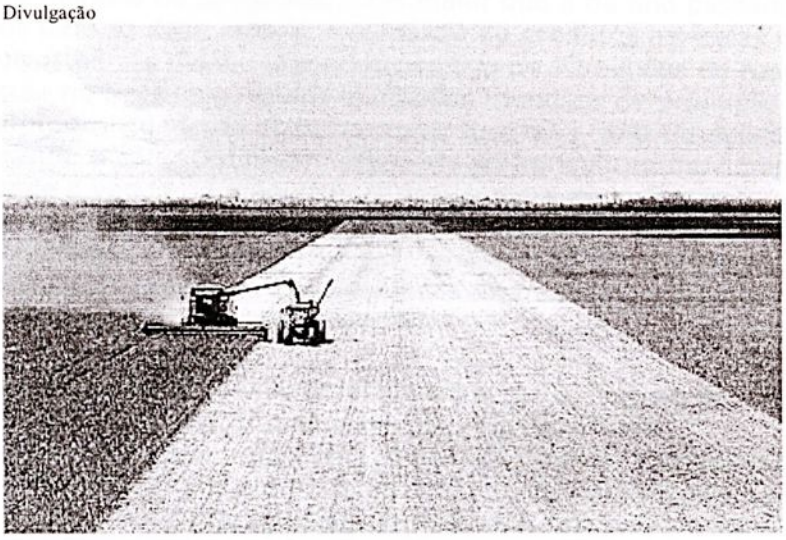
- Carta ao leitor
- Entrevista
- Cartas
- Radar
- Holofote
- Contexto
- VEJA on-line
- Veja essa
- Arc
- Gente
- Datas
- VEJA Recomenda
- Os livros mais vendidos

Assine
ou presenteie
veja

Agricultura

O Brasil da solução...

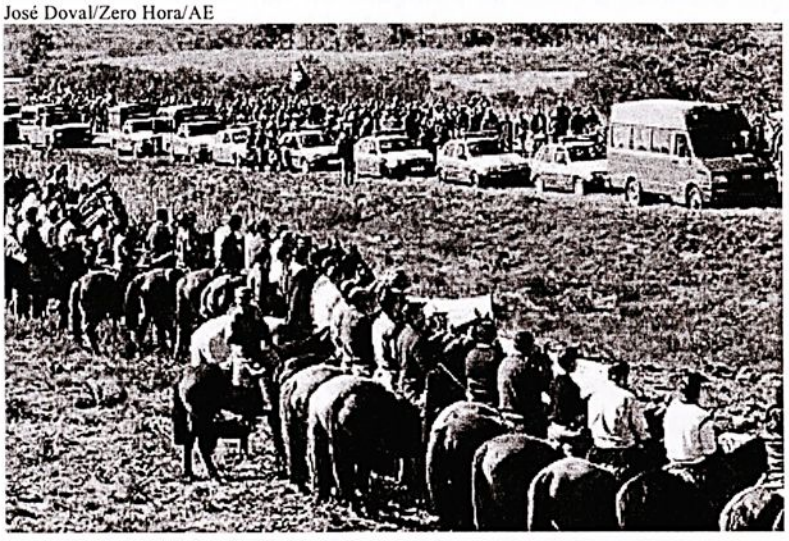
Divulgação



Colheita de soja no Estado de Mato Grosso: onde estão os latifúndios improdutivos?

... e o Brasil do problema

José Doval/Zero Hora/AE



No Rio Grande do Sul, produtores rurais observam passagem de marcha dos sem-terra

Enquanto o agronegócio distribui riqueza, o MST defende a distribuição da miséria

.....

Alexandre Secco

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Veja também

- **Em Profundidade: Reforma Agrária**

Nos últimos dez anos o Brasil se habituou a quebrar recordes de produção agrícola. Na semana passada, o IBGE informou que a próxima safra de grãos deve atingir 120 milhões de toneladas, 23% maior que a do ano passado. Nos últimos doze meses, o comércio de produtos agrícolas com outros países deixou um saldo positivo de 72 bilhões de reais. Estão no Brasil alguns dos campeões mundiais de produção e de produtividade de culturas, como a soja, a cana-de-açúcar, a laranja, o café. O dinheiro originado na agricultura movimenta desde a venda de máquinas agrícolas até a de aviões e computadores. O agronegócio é o retrato do Brasil da solução: já representa 30% do PIB e gera quase 40% dos empregos, somando-se todas as oportunidades de trabalho relacionadas, da lavoura à indústria de alimentos.

O campo produtivo vive com os nervos à flor da pele por obra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, agrupamento que prega uma sociedade utópica, "socialista e igualitária", mas adota atitudes menos poéticas, baseadas no terror. Invade propriedades, saqueia, mata animais, destrói patrimônio alheio e rouba. A violência do MST deveria ser reprimida pelas autoridades, mas, para espanto de quem produz, não é o que se vê. O órgão do governo encarregado da reforma agrária dentro da lei e da ordem foi entregue a simpatizantes do movimento. Na semana passada, em vez de se reunir com as secretarias de Segurança nos Estados para estudar meios de conter os exageros do MST, o ministro Miguel Rossetto procurou o presidente Lula em busca de mais verbas para apaziguar líderes rurais que não querem a paz.

Parece incrível, mas o MST se posiciona contra o nivelamento por cima dos dois brasis existentes no campo. O exército de João Pedro Stedile condena o atual modelo do agronegócio, que emprega, gera receitas e movimenta a economia, e não demonstra nenhuma preocupação com o lucro nem com a produtividade. O MST quer (e tem conseguido) cada vez mais verbas para sustentar um modelo duvidoso de reforma agrária. Considerando-se despesas diretas e indiretas no assentamento de 500.000 famílias, o governo Fernando Henrique Cardoso gastou em oito anos perto de 25 bilhões de reais, segundo cálculo do ex-presidente do Incra Francisco Graziano. Isso dá 50.000 reais por família – valor suficiente para comprar dois táxis. E quanto retiram da terra as famílias assentadas a um preço tão elevado? Não tanto quanto os taxistas. Apenas os donos de lotes mais bem-sucedidos atingem o patamar de um salário mínimo mensal. Como a quantia é irrisória, surgiu o "reenfileiramento". O governo dá terra a uma família, os filhos pequenos dos assentados crescem, casam-se e voltam às fileiras do MST para conseguir o próprio lote. Quanto mais terra o governo dá, mais terra precisará dar. É uma equação que não se fecha e só serve mesmo como bandeira revolucionária.

E há ainda dois problemas adicionais, o primeiro deles de

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

ordem prática. Os latifúndios improdutivos são cada vez mais raros no Brasil. Os que sobraram se localizam na região amazônica ou em áreas de terra imprópria para o cultivo. Neste ano, a diretoria do Incra no Paraná realizou vistorias em setenta fazendas à procura de imóveis improdutivos para desapropriar. Até agora, nenhuma foi declarada improdutiva. Em Pernambuco, das 28 fazendas vistoriadas, apenas seis foram consideradas improdutivas. O outro problema é mais profundo. Quase todos os países fizeram algum tipo de reforma agrária. O Brasil é um dos últimos a enfrentar a questão. Entre 1910 e 1940, o governo mexicano fez algo parecido com o que o MST defende. As grandes propriedades foram repartidas em pequenas unidades, e as famílias recebiam ajuda do Estado para plantar. Com a mecanização da lavoura, as pequenas propriedades tocadas com trabalho braçal enfrentaram dificuldade para sobreviver. Não podiam competir com fazendas cultivadas com tratores. Em meados da década de 80 constatou-se a falência do sistema. Segundo muitos especialistas, a reforma agrária não faz mais sentido econômico. Fazia quando o cultivo do campo era apenas uma atividade braçal e o plantio de grandes propriedades era difícil. Parte da cúpula do governo federal já percebeu isso, mas não sabe como tratar o assunto com o PT e com os seguidores de Stedile.

Com reportagem de Tiago Lethbridge

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Quem concorda com Stedile?

Valéria Gonçalves/AE

Stedile: a maioria é contra sua forma de agir

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra costuma ser estridente em suas ações, invasões de terra e opiniões. Isso todos sabem. Mas quem concorda com os sem-terra? Uma pesquisa inédita do Ibope mediu a posição da população em relação ao MST. A primeira pergunta foi: "O senhor é a favor ou contra os objetivos desse movimento?". Dos entrevistados, 41% se declararam "totalmente contra" os sem-terra e outros 13% "parcialmente contra". Os que estão "totalmente a favor" ou "parcialmente a favor" somam 40%. Quando se perguntou sobre a forma de ação do MST, 65% disseram desaprová-la, enquanto 30% dos ouvidos aprovaram. O resultado do levantamento mostra que a turma de João Pedro Stedile grita alto, mas o eco de sua voz é mais baixo do que ela apregoa.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Edição 1833 . **17 de dezembro de 2003**

NESTA EDIÇÃO

- Índice
- Brasil
- Internacional
- Economia e Negócios
- Geral
- Guia
- Artes e Espetáculos

COLUNAS

- Stephen Kanitz
- Sérgio Abranches
- Diogo Mainardi
- Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

- Carta ao leitor
- Entrevista
- Cartas
- Radar
- Holofote
- Contexto
- VEJA on-line
- Veja essa
- Gente
- Datas
- VEJA Recomenda
- Os livros mais vendidos

Assine
ou presenteie
veja

Reforma agrária

Pobres, mas custam milhões

Assentamento-modelo do PT é caro e ameaça áreas de preservação

Guilherme Voitch

Fotos Joel Rocha

Trabalhadores acampados em Quedas do Iguaçu: o Incra quer juntar turismo com reforma agrária

Veja também

- **Em Profundidade: Reforma Agrária**

É no extremo oeste do Paraná, na área rural da pequena cidade de Quedas do Iguaçu, que o Movimento dos Sem-Terra e o governo do PT preparam o assentamento que desejam transformar em vitrine da reforma agrária. Pelo preço – 80.000 reais por família assentada, só para pagar o terreno – , daria para montar uma vitrine digna de shopping center, mas nem as experiências anteriores nem a análise de quem entende do assunto indicam que haja alguma chance de o projeto dar certo. "Trata-se de uma insanidade", diz o agrônomo Xico Graziano, ex-presidente do Incra. "Seria muito mais adequado separar entre os acampados quem realmente quer trabalho e ocupar essa gente em frentes articuladas com empresas locais do que gastar um dinheirão para construir mais um fracasso." Graziano é autor de oito livros que tratam de problemas no campo. O mais recente será lançado em fevereiro do ano que vem e reporta diversas experiências malsucedidas na reforma agrária, entre elas a de Quedas do Iguaçu.

Joel Rocha

A área do acampamento: 132 milhões de reais para menos de 9 hectares para cada família

Essa área começou a ser invadida em 1999 e a determinação para sua aquisição foi anunciada há um mês pelo ministro Miguel Rosseto, da Reforma Agrária. O lote que está sendo comprado, de 25 000 hectares, contém 5 000 hectares reflorestados e uma área de preservação ambiental equivalente a 35% do total – espaços que entram no pagamento de 132 milhões de reais a ser feito à empresa de madeira, celulose e papel Araupel, mas não deveriam ser aproveitados pelos futuros ocupantes. Ou seja, cada uma das 1 580 famílias vai receber perto de 9 hectares, mas a área total negociada permitiria dar o dobro de terra a cada uma ou instalar duas vezes mais famílias, se não incluísse a mata. Em dois assentamentos vizinhos, anteriores e fracassados, árvores foram derrubadas logo no primeiro atraso na liberação dos recursos de assistência técnica às famílias contempladas.

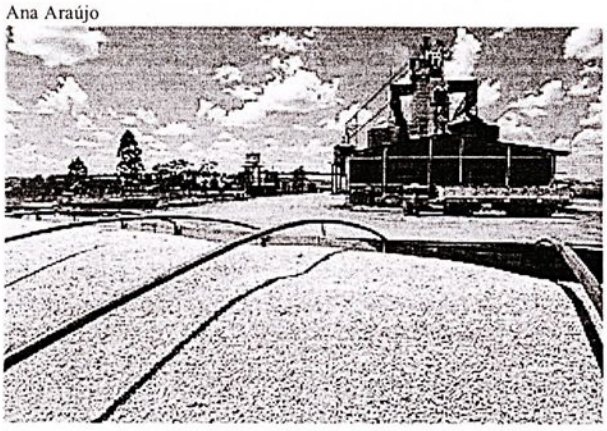
"Não cabe ao MST saber se era área de preservação ou não", diz Izaque Santos, de 31 anos, um dos líderes do acampamento mais recente na Araupel. "Desapropriaram, não deram assistência e depois vieram cobrar porque o pessoal foi para cima da mata." De acordo com o superintendente nacional do Incra, Carlos Guedes, o governo não vai errar de novo na região. "Não vamos centrar tudo na questão agrária", promete. Exemplos? Ele diz que a área de reflorestamento pode ser explorada, sem destruição. Cita ainda turismo na mata, mas não explica onde os turistas ficariam acomodados nem quanto se gastaria com essa parte do projeto. Na outra parte, a de fornecer assessoria técnica, ferramentas, máquinas e sementes para os assentados, Guedes também ainda não consegue estimar os custos. Mas sabe que quer iniciar tudo ainda neste ano e propõe que o governo se comprometa a comprar a produção dos assentados, mesmo que ela venha a custar mais caro do que a de outros possíveis fornecedores.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Agricultura

O Brasil que funciona

Ana Araújo



A economia brasileira já foi salva de várias formas diferentes. Houve a febre do capital estrangeiro, que ajudou o país a fechar as contas. Depois, surgiram as privatizações. No ano que termina, o equilíbrio das contas externas foi produzido com ajuda da agricultura. Responsável por 30% do PIB, o agronegócio cresce a um ritmo seis vezes maior que a média da economia.

Reforma agrária

O Brasil que não funciona

Dida Sampaio/AE

O Brasil mudou em 2003, mas o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra continua o mesmo. Patrocinando invasões de terra e acuando o governo petista, os seguidores de João Pedro Stedile, manda-chuva do MST, não dão sinais de trégua. "Não vamos dormir até acabar com eles", disse Stedile, referindo-se aos latifundiários, num discurso a simpatizantes de sua causa.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

As arruaças devem continuar em 2004.

Edição 1850 . **21 de abril de 2004**

NESTA EDIÇÃO

- Índice
- Brasil
- Internacional
- Geral
- Economia e Negócios
- Guia
- Artes e Espetáculos

COLUNAS

- Stephen Kanitz
- Sérgio Abranches
- Diogo Mainardi
- Tales Alvarenga
- André Petry
- Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

- Carta do Editor
- Entrevista
- Cartas
- Radar
- Holofote
- Contexto
- VEJA on-line
- Veja essa
- Gente
- Datas
- VEJA Recomenda
- Os livros mais vendidos

Assine
ou presenteie
veja

Reforma agrária

Como na guerra

Os sem-terra continuam agitando o campo, e o governo lança um pacote para acalmá-los

Alexandre Oltramari

Jonne Roriz/AE

Coelho Júnior fiscaliza sua barricada com 1 000 sacos de areia: estado de beligerância

Veja também

- **Em Profundidade: Reforma Agrária**

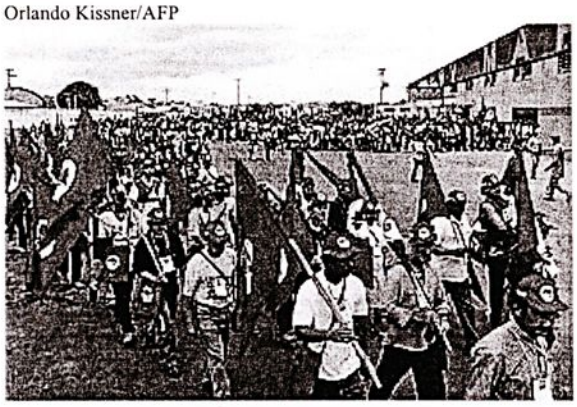
O fazendeiro que aparece na fotografia acima é um sobrevivente. Há quatro meses, membros do MST invadiram sua fazenda no Pontal do Paranapanema, epicentro dos conflitos rurais no interior de São Paulo, e submeteram-no a uma experiência dramática. Renderam seus funcionários, incendiaram um trator e atearam fogo à casa do caseiro. O fazendeiro Luiz Antonio de Barros Coelho Júnior, 35 anos, ficou uma hora deitado dentro da casa-sede, enquanto balas de calibre 12 e coquetéis Molotov explodiam na parede. Seu drama terminou por um golpe de sorte. Assustados com as explosões da rede elétrica, que entrou em curto-circuito, os sem-terra abandonaram a propriedade às pressas temendo a chegada da polícia. Agora, quatro meses depois, Coelho Júnior está de volta às lides bélicas de ser fazendeiro no Pontal do Paranapanema. Desta vez, blindou a parede de seu quarto com chapas de concreto e ergueu uma barricada com cerca de 1 000 sacos de areia. Sua imagem, à frente de seu bunker privado, à espera de um novo ataque, é uma cena emblemática do estado de beligerância em que vive o campo brasileiro.

Espanta, no entanto, um certo ar de normalidade que perpassa a faina de Coelho Júnior, ali percorrendo sua propriedade quase como quem se encarrega da tarefa trivial de pastorear o gado. Diferentemente de muitos fazendeiros da região, que montam

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

milícias privadas e se armam até os dentes, Coelho Júnior preocupou-se apenas em defender-se de um eventual ataque de sem-terra. Faz sentido sua precaução. Em abril, os sem-terra sempre organizam manifestações de norte a sul do país, entre outras razões para lembrar o massacre de dezenove sem-terra em Eldorado dos Carajás, no Pará, em abril de 1996. Desta vez, porém, o MST está fazendo uma das maiores operações de invasão de terra de seus vinte anos de existência. Na semana passada, a empreitada registrava 81 fazendas invadidas em quinze Estados do país, e o MST prometia ainda mais. Organização para isso não lhe falta. Ainda na semana passada, apenas a chegada de sem-terra a Curitiba, ordeiramente enfileirados para um encontro nacional do MST na capital paranaense, mostra o grau de disciplina de seus seguidores: todos de boné, bandeira em punho, sacolas ao ombro, crachás ao peito.

Orlando Kissner/AFP



Os sem-terra chegam a Curitiba para um encontro: tudo igual, no boné e no passo

Um dos melhores combustíveis para as explosões do MST é o comportamento vacilante do governo em Brasília, que, sem pressão, nada ou pouco faz. Sob pressão, porém, ganha impressionante agilidade. É um comportamento que só reforça o discurso de João Pedro Stedile, o gaúcho que lidera nacionalmente o MST, segundo o qual os sem-terra precisam fazer barulho, gritar, brigar e invadir -- pois, se ficarem quietos, a reforma agrária não anda. Na semana passada, fiel a seu modo reativo de ser, o governo anunciou um pacote de boas notícias aos sem-terra, sempre com o propósito de aplacar a fúria emessetista. O pacote é feito da mesma matéria de que são feitos todos os pacotes de última hora: dinheiro e promessas de reduzir a burocracia, os prazos, as distâncias. No plano do dinheiro, muita coisa aumentou, com a verba extra de 1,7 bilhão de reais que o governo destinou à reforma agrária. O crédito pago às famílias na hora em que são assentadas passará de 7.700 para 16.100 reais. Os recursos para a compra de material de construção aumentarão de 4.500 para 7.400 reais. A verba para assessoria técnica sobe de 100 para 400 reais.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

No terreno das promessas, o governo disse que vai reduzir o tempo médio para a desapropriação de imóveis rurais. A espera, que hoje gira em torno de catorze meses, cairá para a metade, graças a um processo de descentralização no qual as superintendências do Incra ganharão mais autonomia. É bom mesmo que o governo se mexa. No primeiro ano do governo petista, as invasões dobraram e os assentamentos diminuíram 20% em comparação com o ano anterior, quando o país era comandado pelos tucanos. A única coisa que fica difícil de entender é por que o governo espera que o campo fique convulsionado, ou sob ameaça de convulsão, para fazer alguma coisa, sabendo-se que tem um ministério, o do Desenvolvimento Agrário, só para evitar esse tipo de tensão.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Edição 1856 . **2 de junho de 2004**

NESTA EDIÇÃO

- Índice
- Brasil
- Internacional
- Geral
- Economia e Negócios
- Guia
- Artes e Espetáculos

COLUNAS

- Lya Luft
- Sérgio Abranches
- Diogo Mainardi
- Tales Alvarenga
- André Petry
- Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

- Carta ao leitor
- Entrevista
- Cartas
- Radar
- Holofote
- Contexto
- Veja essa
- Gente
- Auto-retrato
- Datas
- VEJA Recomenda
- Os livros mais vendidos

Assine
ou presenteie
veja

Reforma agrária

O MST ataca o Brasil que dá certo

Invasões de fazendas produtivas assustam investidores e atrapalham a geração de novos empregos no país

João Gabriel de Lima

Veja também

EXCLUSIVO ON-LINE
- **Em Profundidade: Reforma agrária**

As invasões de terras produtivas começam a provocar danos concretos no chamado "Brasil que dá certo" – o agronegócio. Na semana passada, a empresa canadense Brascan anunciou a intenção de cortar 50 milhões de dólares em seus investimentos no Brasil. O motivo: no dia 29 de abril, integrantes de duas facções de sem-terra – o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) – invadiram a Fazenda Pirapitinga, em Canápolis (MG), pertencente à empresa. Lá, além de gado para corte – 16.000 cabeças –, a Brascan mantém culturas paralelas de sorgo, milho, abacaxi, arroz, soja e cana-de-açúcar. Enquanto aguardava a reintegração de posse, que até a sexta-feira não havia sido efetivada, a empresa mostrava desânimo em investir no Brasil. "Lá na matriz, no Canadá, quando eu falo em novos investimentos, eles me perguntam: 'Mas não invadiram nossa fazenda duas vezes? Como é que você pode garantir que não invadirão uma terceira ou uma quarta?' ", disse Marcelo Marinho, presidente da Brascan Brasil – a empresa, que atua em vários setores, está há 105 anos no país. Se outros investidores seguirem o exemplo, pode ser um golpe duro para a agroindústria brasileira, um dos setores que mais geram postos de trabalho num país que enfrenta uma dramática onda de desemprego. Estima-se que a área seja responsável por 38% do produto interno bruto, quando se consideram as atividades econômicas direta e indiretamente emuladas pelo campo. Na estatística de crescimento do PIB divulgada na semana passada, a agropecuária deu a maior contribuição, com 3,3% no primeiro trimestre.

O governo federal tem sua parcela de culpa no fenômeno. Em tese, ele condena as invasões. Alguns de seus integrantes, no entanto, como o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, defendem o modelo agrícola preconizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), de substituição do agronegócio pela chamada "agricultura familiar". "Existe no Brasil a falsa idéia de que o latifúndio monocultor é moderno e gera emprego", declarou o ministro num discurso na semana passada. Graças a essas sinalizações

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

confusas, há muito tempo não se invadia tanta terra quanto agora. Nos primeiros quatro meses de 2004 houve mais ações do que no ano inteiro de 2002, o último do mandato de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com levantamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário divulgado na semana passada, existem 71 entidades do gênero agindo no país. Nunca foram tantas nem apareceram tanto no noticiário. E não se limitam mais a invadir terras improdutivas, mesmo porque o Brasil não as tem mais. No entendimento opaco desses militantes da agitação rural, vale invadir qualquer lugar que não esteja produzindo "comida para o povo".

O MST, a maior e mais conhecida das agremiações, definiu um foco: o setor de papel e celulose. Três áreas de reflorestamento foram invadidas recentemente. A primeira empresa atingida foi a Veracel, em 4 de abril. A Veracel, com 50% de capital brasileiro e 50% sueco-finlandês, acaba de investir 900 milhões de dólares na construção de uma fábrica no sul da Bahia, a qual deverá gerar 10.000 empregos diretos e indiretos. "O fato repercutiu bastante na Europa, e nossos sócios nos questionaram sobre a conveniência de investir no Brasil. Decidimos manter nossos planos porque confiamos nas instituições do país", disse Antonio Alipio, diretor florestal da Veracel. Em 17 de abril o movimento atacou em São Cristóvão do Sul, Santa Catarina, onde a Klabin mantém uma plantação de pinheiros. Só nesse Estado, a Klabin, empresa brasileira com 105 anos de atuação, gera 4 300 empregos diretos e 12 000 indiretos. "Em princípio, não pensamos em cortar investimentos, mas é o caso de ver qual a ação futura do governo, que em última análise é o responsável pela manutenção do estado de direito", informa Wilberto Lima Junior, diretor de assuntos corporativos da Klabin. Na semana retrasada, em 16 de maio, chegou a vez da Fazenda Una, pertencente à Votorantim Celulose e Papel. A empresa oferece 8 000 empregos diretos e mais de 20 000 indiretos. Estima-se que o setor de papel e celulose – que provavelmente faz parte daquele grupo que o ministro Rossetto chama de "latifúndio improdutivo que não gera empregos" – proporcione mais de 100.000 postos de trabalho no país.

A área de papel e celulose é responsável pela entrada de 2,3 bilhões de dólares em divisas por ano. A maior parte da celulose exportada pelo país vem do eucalipto, graças a uma tecnologia desenvolvida aqui. Por fatores ambientais e técnicos, os eucaliptos brasileiros levam sete anos para amadurecer, contra onze anos no resto do mundo, o que torna o país extremamente competitivo.

FAZENDA	ÁGUA FRIA
Proprietário	Veracel
Local	Santa Cruz Cabrália (BA)
Atividade	Plantação de eucalipto para extração de celulose
Tamanho	200 hectares
Data da invasão	4 de abril
Situação atual	Quatro dias após a invasão, houve um acordo mediado pelo Incra e pelo governo da Bahia, e as famílias acampadas

O Brasil produz 5,3 milhões de toneladas de eucalipto para fabricação de papel por ano, o que é mais da metade da produção mundial. É um setor que cresce sem parar. Só a Votorantim Celulose e Papel dobrou de tamanho nos últimos dois anos. Embora não tenham uma justificativa articulada para as invasões, os militantes do MST costumam defendê-las apelando para o discurso ecológico e o da geração de empregos. Por trás dessa cantilena está o verdadeiro dilema da agremiação e de movimentos congêneres: a dificuldade de encontrar novas terras agricultáveis para a reforma agrária. "A rigor, o chamado latifúndio improdutivo praticamente não existe mais", diz o professor Francisco Graziano, um dos maiores especialistas brasileiros no assunto, ex-presidente do Incra, antigo simpatizante do MST e hoje um crítico dos métodos do movimento. "As terras boas para a agricultura ou já foram para a reforma agrária ou se tornaram produtivas", informa ele, que estima, a partir de dados do IBGE, que apenas 2% das terras próprias para a atividade agrícola não estejam sendo utilizadas. Na ausência de terras, o MST avança sobre os reflorestamentos. Investe também numa estratégia de desqualificação do agronegócio. A revista *Sem Terra,* um dos veículos oficiais do movimento, dedica a capa da edição deste bimestre à reportagem "Os mitos do agronegócio", cujo subtítulo diz: "O país produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros, já que a lógica do mercado é imposta pelo capital mundializado". Palavrório à parte, o que o MST acha é que a agroindústria brasileira deve ser substituída por um modelo baseado na agricultura familiar, o que equivaleria na prática a uma socialização da pobreza. É claro que, numa sociedade livre, o direito de pensar diferente é sagrado. A maneira democrática de defender idéias é criar um partido e tentar convencer a sociedade das próprias convicções. Invadir terras é o jeito autoritário. O qual, como se vê acima, pode atrapalhar os investimentos no país e prejudicar justamente quem mais precisa deles: os trabalhadores que necessitam de novos empregos.

FAZENDA	FAXINAL DO PAULISTA
Proprietário	Klabin S/A
Local	São Cristóvão do Sul (SC)
Atividade	Plantação de pinheiros para extração de celulose
Tamanho	**578** hectares
Data da invasão	17 de abril
Situação atual	A empresa fez um acordo na Justiça e o MST se comprometeu a deixar a fazenda em 90 dias
Empregos gerados	Só em Santa Catarina, a indústria emprega 4300 pessoas e gera em torno de 12000 empregos indiretos

FAZENDA	UNA
Proprietário	Votorantim Celulose e Papel
Local	Taubaté (SP)
Atividade	Plantação de eucalipto para extração de celulose
Tamanho	**500** hectares
Data da invasão	16 de maio
Situação atual	As famílias acampadas continuam lá. Uma audiência de conciliação entre o MST e a empresa estava prevista para esta segunda-feira, 31
Empregos gerados	8000 diretos e 20000 indiretos

Reforma agrária

Sem-terra com casa e carro

Para inflar seus números, o MST arregimenta pessoas que têm profissão, propriedades e que só de vez em quando aparecem nos acampamentos

André Rizek

Fotos Luludi/Ag. Luz

ACAMPAMENTO-FANTASMA
A maior parte dos barracos no acampamento Jahir Ribeiro *(abaixo)* está vazia. Pertence a moradores das cidades vizinhas, como o casal Márcia e Alan de Moraes *(abaixo)*. Os dois têm casa própria e são donos de uma mercearia: "Não invadimos terra porque somos evangélicos e o pastor não gosta"

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está esvaziado. Nos 632 acampamentos onde o movimento fincou sua bandeira, proliferam barracos abandonados. Segundo cálculo feito pelo professor Francisco Graziano, ex-presidente do Incra e uma das maiores autoridades no assunto, das 120.000 famílias acampadas apenas a metade vive sob lonas e barracos de madeira. O restante é formado por um tipo novo de militante, que jamais invadiu uma fazenda e não tem nenhuma relação com o meio

Veja também

EXCLUSIVO ON-LINE
- **Em Profundidade: Reforma Agrária**

rural. Eles moram na cidade, são proprietários de pequenos negócios, como bares e lojas de roupa, têm carro na garagem e, para completar, possuem casa própria. Pela assiduidade com que batem ponto nos acampamentos, média de uma vez por mês, foram apelidados de "andorinhas" – aparecem para logo depois levantar vôo. Estão no MST por dois motivos: ganhar terra, além da que já têm na cidade, e ter direito à cesta básica que o governo federal dá aos acampados. Já para o MST, essa tropa urbana tornou-se fundamental para a sobrevivência do movimento. Depois de ter assentado 350.000 famílias nas últimas duas décadas, o movimento enfrenta dificuldades em encontrar trabalhadores rurais sem-terra para engrossar suas fileiras. "O estoque de militantes está se extinguindo, e, por isso, o MST precisa recrutar nas cidades", diz Graziano. "Eles estão fabricando sem-terra."

O caso mais emblemático é o do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, a principal área de agitação dos sem-terra, liderada por José Rainha, que chegou a dizer que ali formaria uma "nova Canudos". No acampamento Jahir Ribeiro, o maior já montado no Brasil, atualmente com 680 famílias cadastradas, 70% dos barracos estão às moscas. Um dos andorinhas do local é Gilberto de Souza, 31 anos, dono do Kiosque Bar na cidade de Presidente Epitácio, a 647 quilômetros da capital. Uma vez por mês, ele tira a moto da garagem e vai ao acampamento pegar sua cesta básica. Não sai de casa sem antes colocar no bolso a carteirinha do MST que o identifica como acampado. Gilberto nunca participou de uma invasão de terra, "porque tem medo de levar tiro", e está longe de se encaixar no perfil do militante que idolatra Che Guevara e prega a implantação do socialismo. "Não sou sem-terra, mas se conseguir uma terrinha vai ser ótimo", diz o comerciante. Quem ainda mora nos acampamentos se irrita porque é obrigado a pagar 15 reais para ter direito à cesta básica – taxa que o MST diz cobrar para cobrir "os custos de frete". Eles gostariam que apenas os andorinhas pagassem a tal taxa. Os líderes colocam panos quentes na situação, justificando que o dinheiro é importante para a causa do movimento.

MOTOQUEIRO ANDORINHA
O comerciante Gilberto de Souza só vai ao

acampamento para receber a cesta básica, como no dia da foto. Ele não tem idéia do que fará quando ganhar seu lote

Há problemas de ordem legal no recrutamento dos andorinhas. Um deles é que essas pessoas não se enquadram nos pré-requisitos estabelecidos pelo Incra para o recebimento de terras destinadas à reforma agrária. Segundo os critérios oficiais, para ser contemplada com um lote, uma pessoa precisa provar ter vocação rural, não pode ser comerciante nem possuir um terreno de tamanho igual ou superior àquele que será doado pelo governo. No caso do Pontal, são 6 alqueires. O motoqueiro Gilberto, por exemplo, não atende a duas das três exigências: além de viver do comércio, não entende nada de campo. "Se receber uma terra, não sei o que farei com ela", diz ele, que nunca pegou numa enxada. Gilberto e os outros andorinhas conseguem entrar na fila dos que pedem lote ao governo porque tapeiam as autoridades na hora da entrevista. Para isso, recebem treinamento do MST. Os comerciantes Alan e Márcia Alves de Moraes, por exemplo, adotaram duas estratégias para passar na entrevista. Como a mercearia do casal está no nome de Alan, Márcia foi a escolhida para pedir o lote porque, oficialmente, não trabalha no ramo do comércio. A outra estratégia, esta para provar seus laços com o campo, foi dizer ao entrevistador que já trabalhou na roça – ela só omitiu que isso ocorreu há mais de uma década. Enquanto esperam, os dois mantêm no acampamento do Pontal um barraco-fantasma que nem sabem onde fica. "Nos contam que está sempre arrumadinho, porque o pessoal de lá gosta da gente", diz Alan. "Não participo do movimento porque somos evangélicos e o pastor não gosta."

Outra irregularidade na conduta do MST é pedir ao Incra cestas básicas para quem não preenche os pré-requisitos estabelecidos pelo governo federal. De acordo com as regras do programa Fome Zero, de onde vêm as cestas, têm direito ao benefício famílias cuja renda não é suficiente para a subsistência. O Incra, intermediário na distribuição das cestas, exige ainda que o beneficiado resida no acampamento. No caso do Pontal, os comerciantes Gilberto, Márcia e Alan são um exemplo claro de que as normas não estão sendo respeitadas. "Ao pedir cestas básicas para quem não precisa, o MST está cometendo uma ilegalidade, por mau uso de recursos públicos da União", diz o promotor André Luiz Felício, do Ministério Público Estadual, que investiga as ações do movimento. O Incra também não está desempenhando seu papel fiscalizador com rigor. Quando os técnicos visitaram o acampamento Jahir Ribeiro, para saber quantas famílias teriam

direito à cesta, concluíram que esse número seria de 221. Na hora de receber as cestas no balcão do Incra, o coordenador do acampamento, Edi Ronan, pediu 350. "Dei uma choradinha e consegui", diz Ronan. Quando as cestas chegaram ao acampamento, os andorinhas comemoraram. Pagaram 15 reais por algo que, no mercado, sairia por 170 reais.

Antonio Milena

Passeata no Pontal: falta sem-terra na região que Rainha queria transformar na "nova Canudos"

Ao arregimentar para suas fileiras gente sem nenhuma identificação com a causa dos sem-terra, o MST quer inflar seu número de acampados. Não só para aumentar seu poder de pressão junto ao governo, como para manter uma importante fonte de receita. É sabido que o movimento cobra um porcentual em dinheiro dos assentados na hora do recebimento da terra, além de uma mensalidade dos acampados – inclusive dos andorinhas. Além disso, com uma massa de manobra maior, o MST consegue arrancar mais recursos públicos, teoricamente destinados a investimentos em infra-estrutura nos acampamentos. Especialistas passaram a se referir ao movimento como "paraestatal", por sua capacidade de angariar verbas governamentais. Elas são especialmente bem-vindas num momento em que o dinheiro oriundo de entidades religiosas estrangeiras, que irrigava os cofres do movimento, minguou. Essas organizações, a maioria de origem européia, passaram a dar mais apoio a projetos assistenciais no Leste Europeu. Tomando como exemplo o caso do Pontal do Paranapanema, cartão-postal do MST, a conclusão é a de que o dinheiro saído dos cofres públicos poderia ter melhor destino.

Os andorinhas

O perfil do novo militante do MST no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, a principal área de agitação do movimento dos sem-terra

ONDE MORA	Na cidade
NÍVEL SOCIAL	Classe média
BENS QUE POSSUI	Casa própria e carro
PROFISSÃO	Dono de pequenos negócios, como bares e lojas de roupas
VOCAÇÃO RURAL	Nenhuma. Assume não saber o que fazer com a terra caso receba um lote
MILITÂNCIA	Não participa de invasões e aparece no acampamento apenas para receber a cesta básica
APELIDO	Andorinha, porque, como o pássaro, vai e volta do acampamento

A EMPRESA | NOSSOS SITES | PASSAPORTE | Abril | FALE CONOSCO | Buscar na Abril

tão impressionantemente fino que você logo notou.
MOTOROLA
passe o mouse.

PORTAL EXAME

veja on-line

PESQUISE EM VEJA | Revistas | VEJA on-line | ok | GUIA DE NAVEGAÇÃO | FALE COM VEJA

REVISTAS | NOTÍCIAS DIÁRIAS | ESPECIAIS ON-LINE | VEJA NOITE | MULTIMÍDIA

REVISTA VEJA

Edição 1882 . 1° de dezembro de 2004

NESTA EDIÇÃO

- Índice
- Brasil
- Internacional
- Geral
- Economia e Negócios
- Guia
- Artes e Espetáculos

COLUNAS

- Lya Luft
- Millôr
- Diogo Mainardi
- Tales Alvarenga
- André Petry
- Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

- Carta ao leitor
- Entrevista
- Cartas
- Radar
- Holofote
- Contexto
- Veja essa
- Gente
- Datas
- VEJA Recomenda
- Os livros mais vendidos

assine veja

Reforma agrária

Novos mártires

O MST e o presidente do Incra usam tragédia para fazer proselitismo contra o progresso

Renato Lopes/AE

O enterro das vítimas do massacre: alvo de bandidos

Para alcançar seus objetivos revolucionários, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra adota a estratégia das invasões, dos conflitos e das provocações. Quando suas ações atingem um fazendeiro desequilibrado e metido em ilegalidades, num cenário em que as autoridades se esquivam de cumprir suas obrigações, está armado o palco para que a organização consiga o tipo de matéria-prima de que precisa para prosperar: mártires. No sábado (20), o MST obteve mais cinco deles,

Veja também

EXCLUSIVO ON-LINE
- **Em Profundidade: Reforma Agrária**

PUBL
Ofert
CD-R
Confi
SHOP
Monit
Por a
Inter
Na co
ganh
desc
Pizii
Festa!
Não c
Smok
Vesti
MAXI
PAUL
Câme

chacinados por pistoleiros no acampamento montado depois da invasão da fazenda Nova Alegria, composta, em sua maior parte, de terras griladas. Assim como era lento o andamento do processo de recuperação das terras movido pelo governo mineiro, agiram lerdamente os funcionários públicos diversas vezes comunicados da iminência de uma tragédia na área invadida desde 2002 por 150 famílias.

Celso Junior/AE

Hackbart: ódio ao progresso

Pelo menos três vezes, representantes dos acampados foram à delegacia local avisar que recebiam ameaças de morte, entre eles Miguel José dos Santos, de 56 anos, um dos executados pelos capangas do fazendeiro Adriano Chafik. "Contratei uns rapazes na Bahia para resguardar meu patrimônio", disse o próprio Chafik à polícia, num inquérito. Até alguns pistoleiros admitiram aos policiais que formavam uma milícia particular, a 20 reais por dia para cada um, sem que nenhuma providência fosse tomada para desarmá-los. Ofício do Ministério Público de Minas Gerais também alertou sobre o clima de guerra, assim como manifestações da Comissão Pastoral da Terra. Até que no sábado, três dias depois de Chafik dar outro de seus depoimentos negando a intenção de atacar os acampados, quinze dos "rapazes" entraram no acampamento disparando a esmo escopetas, espingardas e carabinas. Mataram cinco, feriram treze, incendiaram as barracas e fugiram.

Só depois disso, a polícia deu uma busca nas instalações da fazenda, encontrou um arsenal de armas e munições e ouviu cinqüenta pessoas, concluindo que deve indiciar Chafik como mandante do massacre. Seis capangas do fazendeiro foram presos até o fim da semana, mas ele e um primo também acusado não tinham sido encontrados. O MST aproveitou o episódio de bandidagem para reforçar sua pregação por mudanças no modelo agrário, mas, antes que o chefe máximo João Pedro Stedile se manifestasse oficialmente, uma autoridade do governo Lula tomou a frente para acirrar ânimos contra o mais próspero setor da economia. "O fazendeiro que matou os trabalhadores em Minas Gerais está sob a etiqueta do agribusiness", afirmou o presidente do Incra, Rolf Hackbart. A afirmação é despropositada, quando se sabe que a modernidade ainda não chegou ao pobre Vale do Jequitinhonha, palco da tragédia. É também uma provocação absurda e oportunista de um funcionário subalterno. Desafia a compreensão o fato de que Hackbart tenha sido mantido no cargo mesmo depois da provocação que fez na semana passada.

› topo › voltar